PROFHISTÓRIA
MESTRADO PROFISSIONAL
EM ENSINO DE HISTÓRIA

PAULO ROBERTO GUIMARÃES

ENSINO DE HISTÓRIA E HISTÓRIA LOCAL: O PROCESSO DE OCUPAÇÃO E COLONIZAÇÃO DO ARAGUAIA MATO-GROSSENSE E A FORMAÇÃO DO MUNICÍPIO DE CANARANA-MT

UNIVERSIDADE DO ESTADO DE MATO GROSSO

JUNHO / 2021

PAULO ROBERTO GUIMARÃES

ENSINO DE HISTÓRIA E HISTÓRIA LOCAL: O PROCESSO DE OCUPAÇÃO E COLONIZAÇÃO DO ARAGUAIA MATO-GROSSENSE E A FORMAÇÃO DO MUNICÍPIO DE CANARANA-MT

Dissertação apresentada ao Mestrado Profissional em Ensino de História – ProfHistória Núcleo da Universidade do Estado de Mato Grosso Campus Jane Vanini Cáceres, como requisito parcial para obtenção do Título de Mestre em Ensino de História.

Orientador: Professor Dr. Edison Antônio de Souza

CÁCERES/MT
JUNHO/2021

Walter Clayton de Oliveira CRB 1/2049

GUIMARÃES, Paulo.
G963e Ensino de História e História Local: O Processo de Ocupação e Colonização do Araguaia Mato-Grossense e a Formação do Município de Canarana-MT / Paulo Guimarães – Cáceres, 2021.
213 f.; 30 cm. (ilustrações) Il. color. (sim)

Trabalho de Conclusão de Curso (Dissertação/Mestrado) – Curso de Pós-graduação Stricto Sensu (Mestrado Profissional) Profhistória, Faculdade de Ciências Humanas, Câmpus de Cáceres, Universidade do Estado de Mato Grosso, 2021.
Orientador: Edison Antônio de Souza

1. Ensino de História. 2. Profhistória. 3. Território. 4. Ocupação. 5. Conflito. I. Paulo Guimarães. II. Ensino de História e História Local: O Processo de Ocupação e Colonização do Araguaia Mato-Grossense e a Formação do Município de Canarana-MT: .

CDU 94:37

PAULO ROBERTO GUIMARÃES

ENSINO DE HISTÓRIA E HISTÓRIA LOCAL: O PROCESSO DE OCUPAÇÃO E COLONIZAÇÃO DO ARAGUAIA MATO-GROSSENSE E A FORMAÇÃO DO MUNICÍPIO DE CANARANA-MT

Dissertação apresentada ao Mestrado Profissional em Ensino de História – ProfHistória Núcleo da Universidade do Estado de Mato Grosso Campus Jane Vanini Cáceres, como requisito parcial para obtenção do Título de Mestre em Ensino de História.

Defesa da Dissertação em 30 de junho de 2021.

COMISSÃO EXAMINADORA

_____

Professor Dr. EDISON ANTÔNIO DE SOUZA (UNEMAT)
(Orientador)

_____

Professor Dr. OSVALDO MARIOTTO CEREZER (UNEMAT)
(Examinador Interno)

_____

Professora Dra. BEATRIZ DOS SANTOS OLIVEIRA FEITOSA (UFR)
(Examinadora Externa)

_____

Professor Dr. OTÁVIO RIBEIRO CHAVES (UNEMAT)
(Examinador suplente)

APROVADO EM: 30/06/2021

GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE ESTADO DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA
UNIVERSIDADE DO ESTADO DE MATO GROSSO
CARLOS ALBERTO REYES MALDONADO
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
MESTRADO PROFISSIONAL EM ENSINO DE HISTÓRIA - PROFHISTÓRIA

ATA DE DEFESA DE DISSERTAÇÃO DO MESTRADO PROFISSIONAL EM ENSINO DE HISTÓRIA – PROFHISTÓRIA

Aos Trinta dias do mês de Junho de dois mil e vinte um às 14 h, ocorreu a Defesa de Dissertação de Mestrado de Paulo Roberto Guimarães com a produção intitulada: Ensino de História e História Local: o Processo de Ocupação e Colonização do Araguaia Mato-Grossense e a Formação do Município de Canarana/MT. A defesa ocorreu de forma remota, a distância via Google meet. A Comissão Examinadora foi composta pelo Prof. Dr. Edison Antônio de Souza (Orientador), Profa. Dra. Beatriz dos Santos Oliveira Feitosa (UFR - examinadora externa), Prof. Dr. Osvaldo Mariotto Cerezer (UNEMAT - examinador interno), e o Prof. Dr. Otávio Ribeiro Chaves (UNEMAT - examinador suplente). Concluída e exposição e a arguição do candidato, a Comissão Examinadora considerou o candidato APROVADO. Para fazer jus ao título de Mestre em Ensino de História, a versão final da Dissertação com os ajustes sugeridos pela Comissão Examinadora deverá ser entregue à Secretaria do ProfHistória no prazo de sessenta dias, a partir da data da defesa. A Dissertação e o Produto deverão ser entregues em PDF e uma versão em capa dura. O exemplar definitivo será homologado pelo Conselho do Mestrado Profissional em Ensino de História – ProfHistória da Universidade do Estado de Mato Grosso, conferindo título de validade nacional ao aprovado. E, para constar, foi lavrada a presente Ata que será assinada pelo Presidente da Comissão Examinadora.

Comissão Examinadora:

Prof. Dr. Edison Antônio de Souza. (UNEMAT) - Presidente da Banca

Prof. Dra Beatriz dos Santos Oliveira Feitosa (UFR) Examinadora Externa

Participação à distância.

Prof. Dr. Osvaldo Mariotto Cerezer (UNEMAT) Examinador Interno

e Participação à distância.

Prof. Dr. Otávio Ribeiro Chaves (UNEMAT) - Suplente

AGRADECIMENTOS

O Programa de Mestrado Profissional em ensino de História (ProfHistória) possibilita uma oportunidade muito importante para a formação e aprimoramento profissional de nós professores de História, por isso, agradeço aos idealizadores desse projeto, bem como, a cada um que se dedica para que este continue formando e mudando a vida de muitos professores iguais a mim.

Agradeço a acolhida calorosa da Coordenação do curso, na pessoa do Professor Dr. Osvaldo Mariotto Cerezer, ele mobilizou suas ações de coordenação, no sentido de contribuir para o andamento adequado do curso, fez isso de forma humanizada e democrática.

Quero também agradecer, de forma muito especial, aos professores do curso que trabalharam as disciplinas: Professor Dr. Carlos Edinei de Oliveira e a Professora Dra. Marli Auxiliadora de Almeida, que se dedicaram com muito empenho à disciplina de História do Ensino de História. Ao Professor Dr. Jairo Luís Fleck Falcão, que trabalhou com dedicação na disciplina de Didática da História; ao Professor Dr. Marion Machado Cunha e à professora Dr[a]. Maria do Socorro Sousa Araújo que trabalharam a disciplina Seminário de Pesquisa, contribuindo de forma muito expressiva para o fechamento dos projetos de pesquisa, buscaram trazer temas que foram aproveitados na construção dos projetos de toda a turma. Ao Professor Dr. Domingos Sávio da Cunha Garcia, Professor Dr. Otavio Ribeiro e Professor Dr. Edison Antônio de Souza que demostraram um grande compromisso na discussão da disciplina Teoria da História, fortalecendo as propostas de pesquisa.

À Professora Dr[a]. Regiane Cristina Custódio que com seu grande comprometimento e sensibilidade trabalhou a disciplina História Oral e Narrativas, proporcionou discussões que enriqueceram as propostas de pesquisa e, por fim, mais uma vez, ao Professor Dr. Osvaldo Mariotto Cerezer, que trabalhou a disciplina História da África e da Cultura Afro-Brasileira, construiu conhecimentos durante suas aulas que subsidiaram a minha prática docente. Todos, a sua forma, conforme monteiro (2007) “mobilizaram seus saberes” para ensinar, e nesse processo, possibilitaram a minha formação. A participação de cada um teve uma relevância enorme para a construção desse trabalho.

Agradeço ao meu Orientador professor Edison Antônio de Souza por contribuir na construção do meu trabalho, por ter paciência durante os momentos difíceis que permearam a construção do mesmo, sempre orientando e aconselhando que, no momento que o Brasil e o mundo estavam passando em meio a uma pandemia, o importante era cuidar da saúde e

trabalhar com empenho com os elementos que tínhamos acesso.

Agradeço aos meus colegas de curso, uma turma formidável, muitos momentos de colaboração e incentivos, foram determinantes para que, mesmo com as dificuldades, eu pudesse continuar e chegar nesse momento de apresentação desse trabalho de pesquisa.

Agradeço aos colaboradores da pesquisa, as pessoas as quais os depoimentos foram analisados e citados.

Agradeço ao Senhor Domingos Finato, ele faz um trabalho muito importante de arquivo, foi através do seu arquivo pessoal e do arquivo da fundamentação Pró-Memória de Canarana-MT, o qual ele ajuda a preservar, que pude ter acesso a relatos em áudio, fotográfico e documentos que tratava da chegada de sulistas na Região do Araguaia.

Agradeço à diretoria da Fundação Pró-Memória de Canarana, na pessoa do senhor Anibaldo Pommer, presidente da entidade, inclusive, foi um dos topógrafos que fizeram as medições de áreas de terra dos projetos de colonização, por ter permitido o acesso a documentos que estão sobre a guarda da entidade, mesmo no período de pandemia, período em que o local encontrava se fechado ao público. Ainda, da mesma entidade, agradeço à funcionária Hedi Maria Dalostro que se prontificou em atender, mesmo em dias em que a instituição estava fechada.

Agradeço também a todos os professores e professoras que passaram pela minha trajetória de formação, deste o ensino fundamental até a pós-graduação, cada um deles ou delas contribuíram para a minha formação pessoal e profissional, nesse sentido, a construção desse trabalho também é construção de cada um deles ou delas.

Por último, um especial agradecimento a minha família, a meu pai Francisco de Assis Guimarães, por ter entendido, em um certo momento da vida, que a educação era tão importante quanto o trabalho. À minha mãe Aparecida de Fátima Guimarães que me incentivou, mesmo com o sofrimento que a distância da minha vida estudantil provocou, a minha esposa Jaqueline Moraes Guimarães que me apoiou nessa caminhada de formação e aos meus queridos filhos João Fernando Guimarães e Maria Clara Guimarães, pelo carinho e pelo sopro de ânimo nos momentos de dificuldades.

A memória coletiva foi posta em jogo de forma importante na luta das forças sociais pelo poder. Tornarem-se senhores da memória e do esquecimento é uma das grandes preocupações das classes, dos grupos, dos indivíduos que dominaram e dominam as sociedades históricas. Os esquecimentos e os silêncios da história são reveladores desses mecanismos de manipulação da memória coletiva.

Le Goff

RESUMO

A presente pesquisa tem por objetivo analisar o processo de ocupação e colonização que deu origem ao município de Canarana-MT em uma região de fronteira e refletir como a História Local pode contribuir para um ensino de História mais democrático. Para efeito dessa pesquisa foi selecionado três grupos de sujeitos, cada um deles comungam de traços culturais distintos, são eles: os migrantes sulistas, vindos principalmente do Estado do Rio Grande do Sul; os posseiros que ocupavam áreas de terras no então município de Barra do Garças, onde na atualidade corresponde ao município de Canarana-MT e; o povo indígena da etnia Xavante que vivem há mais de dois séculos no território. A documentação utilizada para a análise foram relatos de memória publicados em livros impressos e disponíveis em gravação de áudio, recorremos também às fontes documentais encontradas no Arquivo Nacional, em versão *online*, e no arquivo que se encontra sobre os cuidados da Fundação Pró-Memória de Canarana, além de bibliografias que tratam da discussão relativas à pesquisa. Através dessa investigação, utilizando bibliografias e documentos, podemos conhecer mais a fundo o processo de ocupação e colonização do território que hoje corresponde ao Município de Canarana-MT, demostrando as contradições entre o discurso oficial, que se estabeleceu através das relações de poder e da identificação das resistências e tentativas de silenciamento. Essa análise, contribui para pensar o ensino de História, o primeiro contato que os estudantes têm com a História ensinada é nas escolas, geralmente ocorre pelo estudo da formação da cidade onde vivem, e, nesse processo podem ocorrem vários equívocos, dentre eles a simplificação do processo, apresentando apenas a versão oficial, construída a partir das relações de poder, mesmo que a as evidências de contradições estejam espalhadas nos espaços públicos e nas manifestações oficiais. Essa é uma realidade muito comum, principalmente nas regiões de colonização recente, nas cidades que se constituíram durante o aceleramento da expansão da fronteira. À medida que a pesquisa avançou, essas contradições, silenciamentos e disputas ficaram mais evidentes, portanto, demostrando que o uso de documentos durante a construção dos planos de aulas são uma opção para ampliar a compreensão sobre essas realidades. Trabalhar a História Local, através das fontes, suscita o interesse dos estudantes por discutir temas históricos em uma perspectiva de maior proximidade, ao mesmo tempo promove a democratização do ensino de História, oportunizando ouvir as vozes silenciadas.

Palavras-chave: Ensino de História, ProfHistória, Território, Ocupação, Conflito.

ABSTRACT

This research aims to analyze the process of occupation and colonization that gave rise to the municipality of Canarana-MT in a border region and reflect how Local History can contribute to the teaching of history, thinking from documents and oral reports of subjects who participated in this historical process, for the purpose of this research, three groups of subjects were selected, each of them sharing distinct cultural traits, they are southern migrants, mainly from the state of Rio Grande do Sul, the squatters who occupied areas of land in the then Barra do Garças municipality, where it currently corresponds to the municipality of Canarana-MT and the indigenous people of the Xavante ethnic group who have lived in the territory for more than two centuries. The documentation used for the analysis were memory reports published in printed books and available in audio recording, we also used the documentary sources found in the National Archives in its online version, and in the archive that is under the care of the Fundação Pró-Memória de Canarana, besides of course bibliographies that deal with the discussion that was carried out during the research. Through this investigation, using bibliographies and documents, we can learn more about the process of occupation and colonization of the territory that today corresponds to the Municipality of Canarana-MT, showing the contradictions between the official discourse that was established through power relations, and to identify resistances, and silencing attempts. This analysis contributes to thinking about the teaching of History, the first contact that students have with the History taught in schools, usually occurs through the study of the formation of the city where they live, and in this process several mistakes can occur, among them the simplification of the process , presenting only the official version built from power relations, even if the evidence of contradictions is scattered in public spaces and in official manifestations. This is a very common reality, especially in the regions of recent colonization, in the cities that were constituted during the acceleration of the expansion of the border. As the research progressed, these contradictions, silences and disputes became more evident, therefore, demonstrating that the use of documents during the construction of the lesson plans is an option to broaden the understanding of these realities. Working with Local History through the sources arouses the interest of students to discuss historical themes in a perspective of greater proximity, at the same time, it promotes the democratization of the teaching of History, making it possible to hear the silenced voices.

Keywords: History Teaching, Profhistory Territory, Occupation, Conflict.

LISTA DE FIGURAS

Figura 01: Mapa do município de Canarana-MT em contraste com o mapa do Estado de Mato Grosso e do Brasil..... 18
Figura 02: Mapa da Região do Araguaia Mato-grossense em contraste com o mapa do Estado de Mato Grosso e do Brasil..... 33
Figura 03: Pintura Rupestre no Abrigo Moreti na Serra do Roncador..... 34
Figura 04: Mapa dos territórios Xavante..... 36
Figura 05: Mapa das migrações Xavante..... 40
Figura 06: Roteiro da Expedição Roncador-Xingu..... 43
Figura 07: Decretos de demarcação da Terra Indígena Pimentel Barbosa..... 46
Figura 08: Mapa do Dcreto de nº 903/1950 e as terras indigenas Xavante atuais..... 47
Figura 09: Mapa das terra dos indios situadas entre o rio das mortes e o Rio Kuluene..... 48
Figura 10: Mapa da localização da Terra Indígena Pimentel Barbosa..... 49
Figura 11: Rotas de migração para a região leste de Mato Grosso, na primeira metade do século XX..... 52
Figura 12: Mapa mostrando projetos agropecuários com incentivos da SUDAM..... 59
Figura 13: Mapa do município de Barra do Garças no final da década de 1960..... 89
Figura 14: Mapa do Projeto Canarana I em contraste com o mapa do município de Canarana e o Estado de Mato Grosso..... 97
Figura 15: Foto da Cidade de Canarana no ano de 1979..... 99
Figura 16: Recorde de Jornal tratando sobre o processo de Emancipação de Canarana-MT..... 100
Figura 17: Mapa do Município de Canarana no ato da emancipação..... 101
Figura 18: Croqui com a localização de fazendas dentro da TI Pimentel Barbosa..... 114
Figura 19: Croqui fazendas e projetos de assentamentos particulares dentro dos limites estabelecidos nos dois decretos do ano de 1969 e do decreto de 1975 que definiam a área dos Xavante..... 115
Figura 20: Croqui da área reivindicada pelos Xavante..... 119
Figura 21: Foto da construção do Monumento da Cuia e da Chaleira..... 132
Figura 22: Foto do Monumento Avião dos Pioneiros..... 133

Figura 23: Volume e valores investidos nos materiais didáticos escolares no ano de 2020..... 144

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Projetos de pecuária aprovados pela SUDAM no Araguaia Mato-Grossense..... 59
Tabela 2 – Projetos de colonização desenvolvidos pela COOPERCOL..... 96
Tabela 3 – Resultado da eleição para prefeito do município de Canarana-MT/1982..... 104
Tabela 4 – Relação de Proprietários de Projetos Fundiários e Fazendas, na área do Decreto Nº 83.262 de 09 março de 1979..... 116
Tabela 5 – Relação de Posseiros na área da Res. Ind. Pimentel Barbosa (Levantamento feito pelo G.T. FUNAI/INCRA..... 118

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AEPPA – Associação de Ex-Presos Antifascistas

ASCAR – Associação Sulina de Crédito e Assistência Rural

BASA – Banco da Amazônia S.A.

BNCC - Base Nacional Comum Curricular

CANAGRO – Colonização e Consultoria Agrária LTDA.

CIMI – Conselho Indigenista Missionário

CODEMAT – Companhia de Desenvolvimento de Mato Grosso

CODEARA – Companhia de Desenvolvimento do Araguaia

COOPERCANA – Cooperativa Agropecuária Mista Canarana LTDA.

COOPERCOL – Cooperativa de Colonização 31 de Março LTDA

CNV – Comissão Nacional da Verdade

DERMAT – Departamento de Estradas e Rodagens de Mato Grosso

DNS – Doutrina de Segurança Nacional.

DTC - MT– Departamento de Terras e Colonização de Mato Grosso

EMATER – Empresa de Assistência Técnica de Extensão Rural

EMBRAPA – Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária

FBC – Fundação Brasil Central

FUNAI – Fundação Nacional do Índio

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

INCRA- Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agraria

INDECO – Integração, Desenvolvimento e Colonização LTDA.

INTERMAT – Instituto de Terras de Mato Grosso

ISA – Instituto Socioambiental

MINTER- Ministério do Interior

OSCIP – Organização da sociedade Civil de Interesse Público

PIN – Programa de Integração Nacional

POLOAMAZÔNIA – Programa de Polos Agropecuários e Agrominerais da Amazônia

PDS – Partido Democrático Social

PMDB – Partido do Movimento Democrático Brasileiro

PNLD – Programa Nacional do Livro Didático

PROTERRA - Programa de Redistribuição de Terras e de Estímulo à Agroindústrias do Norte

e do Nordeste

SEFAZ-MT – Secretaria de Estado de Fazenda de Mato Grosso

SINOP – Sociedade Imobiliária Noroeste do Paraná

SINTEP-MT – Sindicato dos Trabalhadores do Ensino Público de Mato Grosso

SPI – Serviço de Proteção ao Índio

SPILTN – Serviço de Proteção aos Índios e Localização dos Trabalhadores Nacionais

SUDAM – Superintendência Para o Desenvolvimento da Amazônia

TI – Terra Indígena

UNEMAT – Universidade do Estado de Mato Grosso

UFMT – Universidade Federal de Mato Grosso.

UNIC – Universidade de Cuiabá

UFPA – Universidade Federal do Pará

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO 16

2 A OCUPAÇÃO E A COLONIZAÇÃO DA REGIÃO DO ARAGUAIA MATO-GROSSENSE 28

2.1 Os Xavante no Araguaia Mato-Grossense 36

2.2 A Frente de expansão: posseiros, peões e indígenas Xavante 50

2.3 A Frente Pioneira: Sulistas em Barra do Garças 57

3 TERRITÓRIOS EM DISPUTA: A FORMAÇÃO DO MUNICÍPIO DE CANARANA-MT 83

3.1 De Barra do Garças a Canarana: a Formação de um Município da Região de Fronteira 87

3.2 A Fronteira do Humano: Índios Xavantes, Posseiros e Pioneiros Sulistas em um mesmo território 105

3.3 A História Oficial da Formação de Canarana MT 126

4 A HISTÓRIA EM DISPUTA: HISTÓRIA LOCAL COMO CONTRAPONTO À HISTÓRIA OFICIAL 135

4.1 O Ensino de História em meio às disputas pelo poder 139

4.2 A História Local e as propostas curriculares 150

4.3 A História Local como alternativa a História Oficial 161

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS 174

REFERÊNCIAS 179

ANEXOS 191

1 INTRODUÇÃO

A construção e o ensino do conhecimento histórico têm um valor extremamente relevante em uma sociedade. Guimarães (2016, p. 12) considera “o ensino de História um valioso contributo para o aprendizado e o exercício da cidadania”. Portanto, o conhecimento histórico associado aos outros conhecimentos das ciências, e, principalmente, das ciências humanas, é um dos pilares para tornar homens e mulheres em cidadãos, com todas as prerrogativas que esse conceito traz consigo. Considerando, especificamente, o ensino, ele ocorre em toda organização territorial, portanto, o professor historiador tem uma tarefa de grande responsabilidade nas mãos.

A construção do conhecimento histórico e do ensino esteve por um bom tempo separados. A História ensinada nas escolas era considerada como uma versão vulgarizada das pesquisas realizadas pelos historiadores profissionais. Ao professor que ensina História, para as crianças e adolescentes, cabia apenas a função de seguir manuais criados por historiadores pesquisadores, tanto os historiadores que produziam os materiais didáticos quanto os professores eram vistos com uma certa desconfiança, isso em função da didatização das produções acadêmicas.

Essa realidade vem mudando desde o final do século XX, a discussão sobre o ensino de História tem avançado, e tem dado sinais claros da superação da dicotomia estabelecida entre ensino e pesquisa. Autores como Ana Maria Monteiro, Circe Bittencourt, Selva Guimarães entre outros, desenvolveram pesquisas que contribuíram muito para compreendermos melhor a atuação dos professores de História e o seu fazer, demostrando a ação desses e suas relações com a pesquisa, na construção de uma forma de ensinar que é própria da História, uma didática específica.

A presente pesquisa foi desenvolvida a partir de um projeto apresentado no âmbito do Programa de Mestrado ProfHistória, coordenado pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e ofertado em rede, da qual a Universidade do Estado de Mato Grosso (UNEMAT) faz parte. A proposta do programa de mestrado caminha na direção de promover o debate sobre o ensino de História e tem um papel importantíssimo na formação de professores, bem como, em fomentar pesquisas que se debruçam sobre o ensino de História, e, em consequência, avançam as compreensões sobre esse campo de estudo, ao mesmo tempo, produz materiais pedagógicos que são revertidos na prática de ensino em sala de aula.

O ProfHistória, propõe, em sua estrutura organizacional, três linhas de pesquisa: Saberes Históricos no Espaço Escolar; Linguagens e Narrativas Históricas: Produção e

Difusão e; Saberes Históricos em Diferentes Espaços de Memória. A presente pesquisa com o título *ENSINO DE HISTÓRIA E HISTÓRIA LOCAL: O PROCESSO DE OCUPAÇÃO E COLONIZAÇÃO DO ARAGUAIA MATO-GROSSENSE*[1] *E A FORMAÇÃO DO MUNICÍPIO DE CANARANA-MT*, se estabelece a partir da linha de pesquisa "Linguagens e Narrativas Históricas: Produção e Difusão".

A Linha de pesquisa delimitada para a realização desse trabalho traz na sua ementa os caminhos a serem trilhados, vejamos:

> A Linha de Pesquisa desenvolve estudos sobre a questão da linguagem e da narrativa histórica, considerando diferentes tipos de suportes, tais como livros, filmes, programas televisivos, sítios da Internet, mapas, fotografias etc. A partir da problematização do uso da linguagem, o objetivo é produzir materiais destinados ao uso educativo, considerando também as possibilidades de difusão científica da História[2].

A pesquisa presente caminha por essa estrada, trabalha com a análise do ensino, em específico das contribuições entre a produção da História Local e o ensino de História, como uma alternativa à História Oficial, nesse sentido, contribui para o ensino e a aprendizagem da História e para a formação cidadã.

O espaço delimitado tem como foco o Município de Canarana-MT, que é um município do Estado de Mato Grosso, localizado na região Nordeste Mato-Grossense, sua população estimada é de 21.311, com densidade demográfica de 1,72 hab/km^2, sendo que, desse total, 79% vivem na cidade e 21% no campo. A economia do município está ligada à agropecuária e ao agronegócio, com destaque para a produção de soja e criação de gado de corte, na esteira dessas atividades o comércio também se insere como uma atividade importante, empregando boa parte dos trabalhadores do município, o PIB per capita em 2016 apontava R$ 50.475,20, o índice de desenvolvimento humano IDH de 0,693. A média de rendimento salarial dos trabalhadores é de 2,5 salários mínimos (IBGE[3], 2010).

---

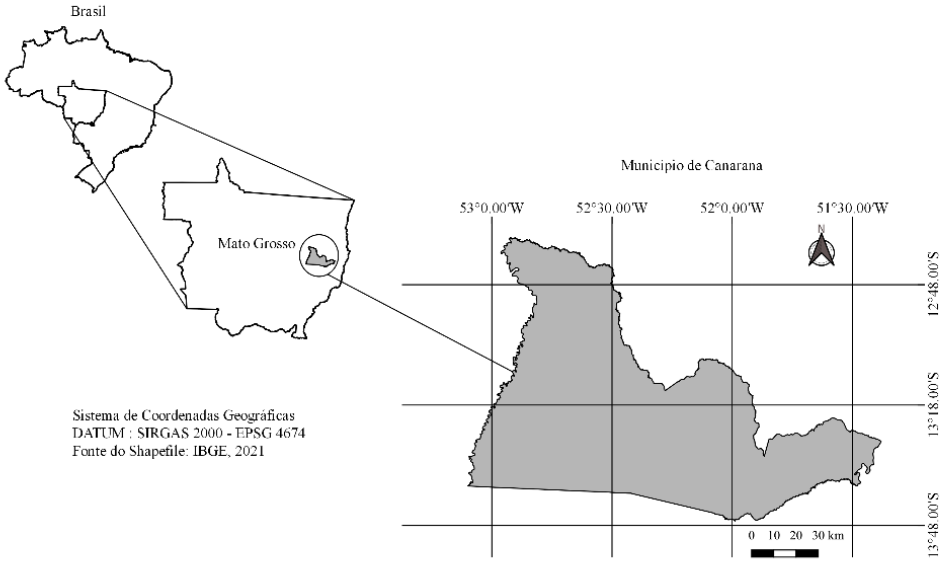
[1] Essa região é definida, principalmente, por estar praticamente isolada, do ponto de vista da logística. Até o século XXI, a única rota de acesso à capital até a primeira década do século XXI, em condições de trafegabilidade é a BR 158 e a BR 070, passando pela cidade de Barra do Garças, ela corresponde a área ocupada pelo município de Barra do Garças no final da década de 1960. Na atualidade é composta por duas subdivisões administrativas, definidas pela Secretária de Estado de Fazenda de Mato Grosso, a região leste e a região nordeste de Mato Grosso, é composta por 26 municípios, que, ao longo dos anos, foram se desmembrando do então município de Barra do Garças.

[2]PROFHISTÓRIA UFRJ. Linhas de pesquisa. Disponível em: https://profhistoria.ufrj.br/sobre_curso. Acesso em: 24 set. 2020.

[3] As informações que constam no texto foram obtidas no *site* do IBGE, consultado no ano de 2020. O IBGE foi criado, segundo consta no *site* do mesmo, pela carência de um órgão capacitado a articular e coordenar as pesquisas estatísticas. Unificando a ação dos serviços especializados em funcionamento no País, favoreceu a

A seguir apresentamos um mapa, no qual pode ser observada a localização do município em relação ao Estado de Mato Grosso e ao Brasil.

Figura 01: Mapa do município de Canarana-MT em contraste com o mapa do Estado de Mato Grosso e do Brasil



Fonte: adaptado de IBGE (2021).

O contexto histórico da criação do município de Canarana-MT faz parte do processo de colonização recente, que ocorreu nas décadas de 1970 e 1980 e que contribuiu para a formação de diversos municípios em Mato Grosso.

Canarana-MT completa no presente ano de 2021, 41 anos de emancipação política, tem a sua população formada por pessoas de diversas origens, de diversos estados da federação. A predominância no início da formação do núcleo urbano era de sulistas, com o passar do tempo tornou-se bastante heterogênea, sendo local de destino de muitas pessoas que buscam emprego, atraídos pela propaganda do agronegócio. Ainda, com relação à formação da população do município, é importante salientar a presença de povos indígenas de diversas etnias em duas áreas de reserva, o Parque Nacional do Xingu e a Terra Indígena Pimentel

---

criação, em 1934, do Instituto Nacional de Estatística - INE, que iniciou suas atividades em 29 de maio de 1936. No ano seguinte, foi instituído o Conselho Brasileiro de Geografia, incorporado ao INE, que passou a se chamar, então, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Desde então, o IBGE cumpre a sua missão: identifica e analisa o território, conta a população, mostra como a economia evolui, através do trabalho e da produção das pessoas, revelando, ainda, como elas vivem. IBGE- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍTICA. **Cidades e Estados**. 2010. Disponível: https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/mt/canarana.html. Acesso em 10 abr. 2021.

Barbosa, sendo assim, apresenta uma grande diversidade cultural.

A intenção de pesquisar o processo de ocupação da região do Araguaia Mato-grossense e a colonização do município de Canarana-MT, surgiu de uma preocupação pessoal enquanto professor de História da rede pública de ensino, isso se deu em virtude da forma como a história da ocupação da região e da colonização do município de Canarana-MT transparece em meio à população e até no ambiente escolar, geralmente apresentada com uma visão ufanista e heroica desse processo, nas datas cívicas, como aniversário do município a figura do pioneiro e desbravador sulista é reforçada, com isso forma uma memória oficial que reforça o mito fundador em torno dos desbravadores, dando a impressão de uma comunidade fundada no vazio, sem contradições ou contrariedades quanto a esse fato.

Marilena Chaui define que "um mito fundador é aquele que não cessa de encontrar novos meios para exprimir-se, novas linguagens, novos valores e ideias, de tal modo que, quanto mais parece ser outra coisa, tanto mais é a repetição de si mesmo'' (CHAUI, 2012, p. 9). A autora trabalha esse conceito, para demostrar o processo de criação da identidade nacional oficial, que aproveita e seleciona fatos e acontecimentos, portanto, esse mesmo modelo se apresenta no processo de construção da memória oficial da formação do município de Canarana-MT.

Refletindo sobre essa preocupação, a presente pesquisa buscou compreender a ocupação e colonização do território que deu origem ao município de Canarana-MT e produzir uma narrativa historiográfica a partir de uma pesquisa documental e bibliográfica, abordando os grupos de sujeitos históricos, distintos, selecionados que compõem a população local (pioneiros sulistas, índios da etnia Xavante, e os posseiros e pequenos proprietários que já viviam na localidade). Ao fim dos trabalhos espera-se que este possa contribuir para o ensino da História, principalmente para a ampliação da visibilidade dos sujeitos, da mesma forma, espera-se que o produto pedagógico, que surgirá dessa discussão, possa auxiliar professores e alunos do município, no processo de ensino e aprendizagem da História.

O ensino de História e a produção historiográfica tem como papel primordial questionar realidades como as descritas, realidades em que grupos de pessoas, que se sobrepõem político e economicamente no processo de ocupação, colonização e na formação de um munícipio, acabam por tentar apagar os conflitos e os grupos que nesse processo foram alijados do poder, buscam construir, a partir da História Oficial, uma memória oficial que assume um caráter de imposição de um "modelo civilizatório" em que o diferente é ofuscado, aparentemente, isso ocorre em Canarana-MT, grupos como posseiros e indígenas, não são considerados protagonista no processo de formação do município, quando são citados em

momentos cívicos de reforço da ideia de fundação, aparecem como meros coadjuvantes.

Com esse cenário no horizonte do ensino de História sobre a ocupação e a colonização de terras no Brasil e em Mato Grosso, procurei na minha prática mostrar as contradições dessa História Oficial, buscando por pesquisas já realizadas que objetivavam compreender esse processo histórico, em especial, o do município de Canarana-MT. Não foi encontrada nenhuma que demostrava a pluralidade dos indivíduos que compõem a população, apenas algumas delas que falavam da presença dos sulistas migrante da década de 1970.

Ao ingressar no ProfHistória, que é um programa de mestrado que propõe a pesquisa e, ao mesmo tempo, a produção de material didático, pensei na possibilidade de contribuir para amenizar essa escassez de pesquisa e material, com isso, propus e escrevi o projeto de pesquisa com o título "*DIFERENTES VISÕES SOBRE O PROCESSO DE COLONIZAÇÃO DO MUNICÍPIO DE CANARANA-MT NAS DÉCADAS DE 1960 A 1980*".

A primeira ação, ainda durante a construção do projeto de pesquisa, foi buscar trabalhos já realizados sobre o município de Canarana-MT. Assim, foram localizados três trabalhos, um realizada por Adriano Knippelberg de Moraes, uma dissertação do programa de mestrado acadêmico da UFMT (Universidade Federal de Mato Grosso), outro realizado por Alexandro Rodrigues Ribeiro, tese de doutorado em desenvolvimento sustentável pela UFPA (Universidade Federal do Pará) e, por último, um publicação organizada por Maria de Lourdes Fanaia Castrillon, Célio Marcos Pedraça e Luiz Rodrigues, composto de artigos produzidos pela turma de estudantes do Curso de História, ofertado pela UNIC (Universidade de Cuiabá), em Canarana, entre os anos de 2005 a 2008.

Os trabalhos citados acima não fazem nenhuma referência ao ensino, assim existem pesquisas, no entanto, não buscaram o foco do ensino da História. O primeiro trabalho com o título "PROJETO CANARANA": Trajetória de famílias em busca de terras em Mato Grosso (1972-1981)" (2015), estuda apenas o projeto Canarana I[4], fazendo um panorama historiográfico, levando em consideração os projetos de colonização incentivados pelo Governo Federal na década de 1970, as leis que regulamentaram o acesso à terra e, por fim, a especificidade do Projeto Canarana I, que se estabeleceu a partir de uma cooperativa de colonização. A ênfase, nesse caso, se estabelece na figura do pioneiro sulista. Não aponta discussão que avança para além do migrante sulista, nesse sentido o entendimento é que

[4] O Projeto Canarana I foi o primeiro projeto de colonização empreendido pela Cooperativa de Colonização 31 de Março LTDA, para a efetivação desse projeto foi adquirida uma área de terras, de aproximadamente, 40 mil hectares, a área foi dividida em 81 lotes, para onde migraram as primeiras 81 famílias. Na área desse projeto foi onde surgiu o núcleo urbano onde, mais tarde, em 1979, tornou-se a sede recém emancipado Município de Canarana-MT.

outros sujeitos, dos quais a presente pesquisa pretende, avançar ficaram silenciados.

Com relação ao segundo trabalho de Alexandre Ribeiro com o título “A Colonização Promovida por empresas e Famílias do Centro-sul do Brasil na Amazônia Mato-grossense” (2013), o autor faz um balaço geral da ocupação de Mato Grosso, desde o período colonial, apresenta os principais projetos de colonização e dados econômicos desse processo. Semelhante ao primeiro trabalho, não discute outros grupos de sujeitos que participaram do processo de ocupação do território que hoje compõe o município de Canarana-MT. Da mesma forma que o trabalho de Ribeiro (2013) dá destaque à ação dos pioneiros sulistas.

O último trabalho localizado, foi “História e Memória: Múltiplas experiências de pesquisas históricas sobre o portal da Amazônia e do Xingu” (2008), organizado por Maria de Lourdes Fanaia Castrillon, Célio Marcos Pedraça e Luiz Rodrigues, trata do município de Canarana e sua relação com o processo de ocupação da terra. Esse trabalho é, uma coletânea de artigos produzidos pelos estudantes do curso de História promovido pela Universidade de Cuiabá (UNIC). Nesse trabalho são abordados vários temas sobre a colonização e formação do município, os artigos avançam na tentativa de compreender o universo, que vai além dos já destacados pelos dois primeiros trabalhos, avançam na compreensão do cotidiano e das relações estabelecidas nesse processo, não é uma análise muito profunda, porém, nos dá pistas para trilharmos o caminho traçado pelo objetivo desta pesquisa. Em dois artigos, os posseiros ocupantes da terra que chegaram antes dos sulistas ganham pequeno espaço, porém, os indígenas não aparecem na discussão.

Com o cenário compreendido e definido, a partir dos trabalhos localizados, a pesquisa propõe estudar o processo de colonização, considerando a ocupação do território em momentos distintos do avanço da fronteira, analisar as relações que se estabeleceram entre os grupos de pessoas que conviveram durante esse processo, destacando os sulistas, provenientes de projetos governamentais de incentivo da ocupação do territórios da Região Centro-Oeste e da Amazônia, os indígenas (para fins desse trabalho será analisado a etnia Xavante da Reserva Pimentel Barbosa) que estão estabelecidos no território há mais de dois séculos.

A escolha dos sujeitos indígenas da etnia Xavante, está relacionada ao fato de esse povo ter uma área de reserva, a Terra Indígena Pimentel Barbosa, que hoje compreende o território do município de Canarana-MT, e, pelo fato de que suas terras foram sendo ocupadas por posseiros migrantes e fazendeiros, no processo de formação de Canarana-MT, promovendo um confinamento territorial. Essa informação é relevante já que uma pequena parte do Parque Nacional do Xingu, que abriga várias etnias de povos indígenas, localiza-se também no município de Canarana-MT. Por fim, o último grupo a ser pesquisado são os

posseiros que ocuparam algumas áreas dessa região, muitos deles provenientes da expedição Brasil Central, que, em Mato Grosso, assumiu no nome de Expedição Roncador Xingu. Analisa-se, ainda, o papel do ensino da História Local, contrapondo-se à História Oficial e a sua contribuição para o ensino da História. Ao final, a partir de uma discussão historiográfica, propõe-se um guia didático para auxiliar os professores no processo de ensino e aprendizagem.

As discussões realizadas durante as aulas das disciplinas do curso tiveram um papel muito relevante para a definição do objeto de pesquisa e no apontamento do caminho teórico e metodológico a ser trilhado. No entanto, é preciso esclarecer algumas mudanças ocorridas na trajetória entre a construção do projeto e a realização da pesquisa.

O projeto com o Título "*DIFERENTES VISÕES SOBRE O PROCESSO DE COLONIZAÇÃO DO MUNICÍPIO DE CANARANA-MT NAS DÉCADAS DE 1960 A 1980*", tinha como proposta o uso da metodologia da história oral para a análise, no entanto, no momento em que a pesquisa deveria ir a campo para que pudesse ser realizado as entrevistas, o mundo foi acometido pela pandemia do novo Coronavírus, causador da doença Covid-19, que provoca infeção pelo contato com micropartículas de secreções expelidas pelas vias aéreas que se espalham pelo ambiente, o contágio se dá pelo contato com pessoas doentes pela convivência no mesmo ambiente com o doente, ou ainda, através do contato com objetos em ambiente que uma pessoa contaminada possa estar. A doença demora alguns dias para se manifestar, nesse sentido, não dá para saber com rapidez se está contaminado.

Além de tudo isso, nenhum tratamento conhecido até aquele momento conseguia conter a propagação do vírus ou da doença manifestada nos contaminados, um outro fator no início da propagação foi o fato de idosos e populações tradicionais, como os indígenas, serem mais suscetíveis a casos graves e, consequentemente, a maior risco de morte. Diante desse cenário, as autoridades sanitárias definiram que uma das principais medidas para conter o contágio era o distanciamento social. Assim, a proposta de fazer entrevistas com idosos e indígenas presente na pesquisa ficou prejudicada.

Por conta das condições impostas pela doença foi necessário fazer ajuste nos rumos da pesquisa, uma delas foi retirar metodologia da história oral para a produção de documentos para a análise. Com as dificuldades já mencionadas, optamos por expandir o uso de documentos para analisar o processo de colonização de Canarana-MT. E passamos a uma pesquisa documental e bibliográfica, realizada com fontes primárias, disponíveis em diferentes acervos.

Em relação ao problema da pesquisa, apontado na elaboração do projeto, também foi

feito ajuste, pois na proposta prévia, o trabalho com a produção de depoimentos, o problema de pesquisa se alinhava à metodologia, com a mudanças da metodologia ocorreu uma alteração de abordagem. Na proposta original do projeto consta como problema: "Como as narrativas sobre a formação do município de Canarana- MT podem contribuir para o ensino de História Local?", as narrativas pensadas aqui estavam relacionadas aos depoimentos, a intenção era identificar entre os sujeitos as versões sobre o processo de colonização, no entanto, isso não foi possível, diante desses fatos optamos pela seguinte redação: "Como o ensino de História Local pode contribuir para democratizar o ensino e contrapor à História Oficial da ocupação e colonização de Canarana-MT?". Com isso, o foco voltou-se para a análise das possibilidades de o ensino da História Local, contrapondo-se à História Oficial. Assim, o novo problema reformulado acabou por absorver o primeiro.

Em relação aos objetivos e demais partes constantes no projeto não ocorreu alteração, as mudanças ocorreram em função da impossibilidade de produção de fontes a partir da metodologia da história oral. A pesquisa passa a ser, então, bibliográfica e documental e no projeto já estava previsto uso de fontes bibliográficas e documentais. Nesse sentido, já havia um trabalho de localização de pesquisas e documentos que tratavam do processo de ocupação da região do Araguaia Mato-Grossense e da Colonização do Município de Canarana-MT. A respeito das pesquisas, em relação à colonização de Canarana-MT, realmente se confirmou apenas os três trabalhos mencionados nesse texto.

Definido, então, as mudanças em relação à condução da pesquisa, afastado a metodologia da história oral pelos motivos já citados, a pesquisa passa a ser uma análise bibliográfica e documental. Tratando desse tipo de pesquisa, Severino (2016, p. 131) define as duas linhas do caminho definido para a metodologia da pesquisa, escreve que a pesquisa bibliográfica "é aquela que se realiza a partir do registro disponível, decorrentes de pesquisas anteriores, em documentos impressos, como livros, artigos, teses etc.". Da mesma forma, escreve que a pesquisa documental, "tem como fonte documentos no sentido amplo, [...] tais como jornais, fotos, filmes, gravações, documentos legais" (SEVERINO,2016, p. 131), portanto, coube, durante o processo de busca por explicação em relação ao problema apontado no projeto, operar com essas duas formas metodológicas de suporte para a análise na pesquisa.

Em relação à pesquisa bibliográfica, foram localizados diversas Dissertações e Teses que tratam do processo de ocupação do Mato Grosso e, em especial, da Região do Araguaia Mato-Grossense e do processo de colonização que ocorreu a partir da década de 1970, especificamente sobre Canarana-MT, foram localizados, como mencionado anteriormente,

somente três trabalhos, analisados esses trabalhos, os que foram possíveis de serem discutidos dentro da proposta da pesquisa estão relacionados nas referência bibliográficas.

Já a pesquisa documental, nos colocou diante de uma grande quantidade e variedade de documentos, o processo de seleção nos conduziu a uma ampliação das possibilidades de utilização, nos levou a não fechar em um único tipo documental. Nesse sentido, foram selecionados documentos sob a guarda de instituições públicas e associações privadas, tais como: fotografias, mapas, depoimentos, livros atas, jornais, croquis, livros de memórias, documentos oficiais. Foram obtidos no Arquivo Nacional Digital de Brasília, no Arquivo Digital da Biblioteca Nacional e nos arquivos sob a guarda da Fundação Pró-Memória de Canarana.

A pesquisa tem como foco o estudo sobre a formação do Munícipio de Canarana-MT, a partir da ocupação do território, enquadrando-se na História Local, esse foco tem por objetivo refletir sobre as possiblidades da História Local para a democratizar a presença das comunidades e dos sujeitos históricos que participaram do processo de formação do município, geralmente, muitos são ofuscados pela história oficial que é construída por quem tem o controle político e econômico. Portanto, está alinhada às proposições da história do tempo presente e da história cultural.

A análise do processo de ocupação da região do Araguaia Mato-grossense e da colonização foi feita a partir de duas categorias principais: fronteira e território. A categoria fronteira aqui anunciada está associada à definição feita José de Souza Martins (2018), que, quando trata da categoria fronteira, traz uma análise muito elucidativa de como se dão as disputas pela existência nesse contexto. A fronteira, para Martins (2018), é considerada um tempo e um espaço que se estabelece entre a não existência de relações capitalistas até a consolidação das relações capitalistas de produção. Segundo o autor, características de ambas as realidades convivem por um tempo, portanto, a fronteira não se limita à questão do território, vai além, tem uma interpretação ampliada, pois, apresenta vários aspectos, portanto, definimos para a pesquisa o que ele chama de “a fronteira do humano e a fronteira geográfica”.

Ainda, em relação à fronteira é importante levar em consideração um aspecto relevante para a análise, que são as relações de poder. Edison de Souza (2013) trabalha a questão, ajudando a compreender o processo de migração e seus desdobramentos. A migração é apontada como uma solução para problemas relacionados à terra, e ao mesmo tempo, uma opção lucrativa para as empresas que as vendiam. Sobre esse tema Campos (2015, p. 275) define que “migrar sempre foi uma das estratégias de sobrevivência mais importantes para a

humanidade, frente a eventos de causa natural, humana e na busca de suprir necessidades que não podem ser atendidas nos locais habitados".

Nesse sentido, a migração para a Região Centro-Oeste foi uma opção buscada por muitas pessoas nas décadas de 1970, procuravam soluções que pudessem dar condições para a sobrevivência ou para atender necessidades que nos locais de origem não eram possíveis.

Com relação à categoria território, tomamos como referência a definição de "território usado" de Milton Santos (2007), pois ela contribui para a compreensão de que as fronteiras do humano não estão restritas às definições oficiais administrativas, vai além, estão relacionadas com as relações que os sujeitos estabelecem no processo de manutenção da vida e da cultura.

Compreendendo que a História é produzida e ensinada, acreditamos que a construção historiográfica, referente a esse processo, deve contribuir para reflexões sobre o ensino. Nesse sentido, buscamos articular a discussão sobre a ocupação e colonização na região que se formou o município de Canarana-MT, refletindo sobre as possibilidades da História Local frente à construção da História Oficial.

Quando nos propomos a estudar uma região de colonização recente, que se constituiu na região de fronteira, como é o caso do Município de Canarana-MT, temos que ter claro que as disputas por qual memória histórica prevalecerá entre as pessoas que vivem nesse território. É formada em um ambiente de conflito e envolve relações de poder, e essa relações, de forma geral, acabam por buscar a homogeneização, prevalecendo o discurso dos grupos que detém o poder político e econômico, e silenciando os demais.

Os grupos que na disputa pelo poder e, consequentemente, pela memória histórica, são submetidos, têm suas manifestações e representações silenciadas. Cabe ao historiador, através do seu ofício, ter sensibilidade para ouvir aos foram silenciados nesse processo, e, ao mesmo tempo, construir conhecimentos mais democráticos, no entanto, essa tarefa nem sempre é fácil, pois os motivos do silenciamento, em muitos casos, escondem eventos que tiram o brilho da narrativa oficial.

A história da colonização de Mato Grosso, apresenta um cenário de intensas disputas pela terra, no processo de ocupação, e, em consequência dessa colonização, ocorrida a partir da década de 1970, há uma disputa pela memória. Nesse cenário, os sujeitos são atropelados, juntamente com suas histórias, sua cultura e suas manifestações.

Os municípios de Mato Grosso que compõem as áreas de colonização recentes, ocorrida a partir dos projetos de colonização do período da Ditadura Civil Militar, em sua maioria, não dispõe de trabalhos históricos acadêmicos que apontem os elementos da sua formação. As narrativas históricas que acabam por prevalecer não são feitas por historiadores,

mas sim por memorialistas ou por pessoas contratadas pelos grupos, que no presente, controlam as estruturas de poder e, consequentemente, acabam por definir o que deve ser escrito, e, ao mesmo tempo, o que não deve, constituindo, dessa forma, uma história oficial.

Essa produção, ao que parece, acaba sendo difundida, através do ensino da História sem muitas críticas. Nelas, o pioneiro é apresentado como elemento fundador, no entanto, não explicitam outros elementos que compuseram esse processo. O sociólogo José de Souza Martins (2018) quanto faz reflexões sobre a categoria de análise fronteira, aponta elementos para podermos pensar a realidade da constituição e formação dos municípios. Quando ele afirma que a "fronteira é o local do encontro da alteridade", nos fornece elementos para compreender a formação dessas cidades e as emancipações desses municípios, não apenas pela versão do pioneiro, que, até certo ponto, pode ser considerado o vencedor nesse processo de disputa pelo poder e pela memória histórica nessa região de fronteira.

Cabe à pesquisa ir além, problematizar e refletir sobre como se deu esse processo e se perguntar por outros grupos que compõem esse cenário, afinal esses territórios não eram tão vazios como a propaganda oficial governamental alegava, as provas de que outros grupos humanos ocupavam essas áreas de formação de novos municípios são robustas, portanto, na construção da memória histórica da formação dos municípios de colonização recente, faz- se necessário investigar essas relações e iluminar esses cantos escuros do esquecimento intencional.

Para fins da análise da formação e constituição do município de Canarana – MT, que, por sua vez, está inserido nesse contexto de colonização recente, é essencial que alguns questionamentos sejam feitos, dentre eles: Antes da chegada do pioneiro sulista, quem ocupava essa terra? Realmente era um território vazio como afirmava o discurso oficial? os pioneiros sulistas foram realmente os primeiros a chegar no território? Como explicar a presença de povos indígenas nesse território? O que ocorreu com os povos indígenas?

Considerando a discussão e os questionamentos iniciais, cabe uma questão que é central: Como o ensino de História Local pode contribuir para democratizar o ensino e contrapor a História Oficial da ocupação e colonização de Canarana-MT? Desta forma, o presente texto buscará construir reflexões sobre esses questionamentos.

O trabalho foi dividido em três capítulos, ao final traz um apêndice que apresentará o produto pedagógico, originado das reflexões feitas durante a pesquisa e escrita da presente dissertação.

No primeiro capítulo fizemos uma breve revisão bibliográfica sobre a ocupação e colonização no Estado de Mato Grosso, dando enfoque a região do Araguaia Mato-Grossense

durante o século XX, apresentado como os grupos de indivíduos, alvo da pesquisa, chegaram ao Araguaia Mato-Grossense. Tomamos como base autores que pesquisam esse tema, refletimos sobre a ocupação espontânea, pois ela ocorre quando os sujeitos estão em movimento, motivados pela busca da sobrevivência, ocupam os territórios geográficos, sem planejamento ou amparo do regramento legal do Estado, enquanto que a ocupação oficial dá pela ação do Estado, através de projetos, regramento, incentivos, políticas públicas, está ligada, diretamente, aos interesses econômicos nacionais. Essa forma de ocupação também foi tipificada como "colonização", portanto, ao tratar dessa questão, as duas formas de relatar o fenômeno vai aparecer no texto, da mesma forma vai ocorrer a explicação contextual em que está sendo empregado.

No segundo capítulo analisamos o processo de colonização e a formação do município de Canarana-MT, refletindo sobre os sujeitos que compuseram esse processo, em especial atenção aos indivíduos dos grupos selecionados por essa pesquisa, sejam eles posseiros, índios da etnia Xavante e "pioneiros sulistas". Buscamos destacar o caráter conflituoso, e, ao mesmo tempo, a construção de uma história oficial que, de certa forma, busca esconder os conflitos e as diversidade. Para essa tarefa foi utilizado um vasto espectro documental, composto por documentos oficiais dos governos do Estado de Mato Grosso e do Governo Federal, reportagens de jornal, relatos em livros de memória, depoimentos de sujeitos registrados em documentários e entrevistas, em especial as registradas pela Fundação Pró-Memória de Canarana, entre outros, que serão referenciados ao longo do texto.

No terceiro capítulo, após feita a análise sobre a ocupação e a formação do município de Canarana-MT, buscamos refletir sobre o ensino de História e sobre a História Local, procurando evidenciar as contribuições da História Local para a democratização do ensino de História, contrapondo a história oficial, que constrói uma narrativa homogeneizadora dos acontecimentos.

Ao final do texto, em um apêndice, é apresentado um produto pedagógico que é derivado da pesquisa, consiste em um guia didático com orientações e algumas atividades, demostrando algumas possibilidades de trabalhar a História Local, articulando o local, o regional e o global, em busca de um ensino de História mais democrático, com esse material espera-se auxiliar os professores no processo de criação de propostas de atividades que deem visibilidade a múltiplos sujeitos e suas histórias, contribuindo, assim, para o processo de ensino e aprendizagem da História.

2 A OCUPAÇÃO E A COLONIZAÇÃO DA REGIÃO DO ARAGUAIA MATO-GROSSENSE

Neste capítulo faremos uma breve contextualização sobre a ocupação e a colonização no Estado de Mato Grosso, dando enfoque para a região do Araguaia Mato-Grossense, durante o século XX. Tomaremos, como base, autores que pesquisam esse tema, refletiremos como ocorreu os processos migratórios, bem como a ocupação do território.

A ocupação e colonização ocorrem, partindo de um processo migratório. Rocha (2010) em sua Tese Doutorando "A trama do drama: a trama das fronteiras e o drama dos migrantes nas configurações do desenvolvimento de Lucas do Rio Verde – MT", aponta para três maneiras que estimulam os fluxos migratórios.

> (1) espontânea, quando o migrante por vontade própria, com base na sua estratégia de reprodução familiar, resolve migrar em busca de melhores condições de existência; (2) forçada, isto ocorre quando o migrante sai da sua origem por motivos alheios a sua vontade, um exemplo disto ocorreu em áreas destinadas à construção de barragens resultando na migração forçada das famílias que ali moravam; e (3) planejada, é o movimento migratório organizado, geralmente no bojo de uma política pública, ora por instâncias governamentais (projetos de colonização oficial), ora por empresas colonizadoras ou cooperativas (ROCHA, 2010, p. 62 e 63).

Como consequência do processo migratório, estimulado, principalmente, das três formas apresentadas na citação, ocorre a ocupação de novos territórios, sendo estas de duas formas: a Ocupação Espontânea[5], que é quando os sujeitos em movimento, motivados pela busca da sobrevivência ocupam os territórios geográficos, sem planejamento ou amparo do regramento legal do Estado e; a Ocupação Oficial[6], essa forma de ocupação se dá pela ação do Estado, através de projetos, regramento, incentivos, políticas públicas, está ligada, diretamente, aos interesses econômicos nacionais, esse tipo também é conhecido como colonização. Buscaremos analisar e tipificar as formas de ocupação no contexto da região do Araguaia Mato-grossense no decorrer desse capítulo.

Para compreender o processo de ocupação e colonização que ocorreu na região do Araguaia Mato-grossense, foi usada como metodologia, a pesquisa bibliográfica e documental, a intenção foi levantar, através de pesquisas já realizadas e, através de

[5] A ocupação espontânea deriva principalmente da "migração espontânea" descrita por Rocha (2010), esse tipo de ocupação foi característico na região do Araguaia Mato-Grossense, indígena e migrantes no início do século XX ocupavam boa parte desse território, sem interferências do Estado e sem planejamento.

[6] A ocupação oficial está ligada à compreensão de Rocha (2010) sobre o território que começa a ser ocupado de forma planejada para atender os interesses do Estado, nesse contexto, os empreendimentos colonizadores particulares ou, no caso de Canarana-MT, cooperativo, ganham destaque.

documentos de tipologia diversa (mapas, fotos, croquis, relatos de viagem e de vida, publicados em livros, livros atas), o processo de ocupação e colonização da região do Araguaia Mato-grossense. Essa investigação contribuiu para pensarmos as relações entre os sujeitos que compõem a população que se relacionaram durante a formação dos municípios de colonização recente, a partir da década de 1970, municípios esses, derivados do processo de ocupação e colonização, como é o caso do município de Canarana-MT, eleito como espaço da presente pesquisa.

Para analisar a proposta estabelecida nesse capítulo, tomaremos a discussão teórica da fronteira como fio condutor. José de Souza Martins (2018) destaca na discussão dessa categoria, uma visão da fronteira de forma ampliada. Segundo o autor:

> A fronteira, de modo algum, se reduz e se resume à fronteira geográfica. Ela é a fronteira de muitas e diferentes coisas: fronteira da civilização (demarcada pela barbárie que nela se oculta, fronteira espacial, fronteira de culturas e visões de mundo, fronteira de etnias, fronteira da história e da historicidade do homem. E, sobretudo, fronteira do humano (MARTINS, 2018, p. 11).

Portanto, a fronteira não é apenas uma linha geográfica, ela vai além, ela se forma no que está sendo conhecido, é o limite entre o já conhecido e o não conhecido, as análises, nessa pesquisa, terão como foco a fronteira geográfica e a fronteira do humano.

Essa categoria de análise contribui para pensarmos os processos de ocupação e colonização, ou seja, a formação e reconfiguração dos territórios. O território, segundo Santos (2007, p. 13) é "o lugar em que desembocam todas as ações, todas as paixões, todos os poderes, todas as forças, todas as fraquezas, isto é, onde a história do homem plenamente se realiza, a partir das manifestações da sua existência.". O território, portanto, é o espaço em que os homens desenvolvem suas ações, em que a História ocorre.

O mesmo autor prossegue sua definição sobre o território e propõe a compreensão deste, usado para compreender as dinâmicas humanas.

> O território não é apenas o conjunto dos sistemas naturais e de sistemas de coisas superpostas; o território tem que ser entendido como o território usado, não o território em si. O território usado é o chão mais a identidade. A identidade é o sentimento de pertencer àquilo que nos pertence. O território é o fundamento do trabalho; o lugar da residência, das trocas materiais e espirituais e do exercício da vida (SANTOS, 2007, p. 14).

Os territórios formados segundo a ocupação e o uso, por um grupo de humanos, têm no seu limite, o que, muitas vezes, não é muito bem definido, a fronteira.

Tomando por base essa discussão realizada por Santos (2007) e Martins (2018),

podemos afirmar que o avanço da fronteira, durante todo o processo de ocupação do Brasil, o território geográfico e os territórios delimitados pelo uso que os sujeitos fazem, passaram por uma dinâmica de mudanças muito grande ao logo do século XX. O avanço de frentes de ocupação e a dinâmica dos sujeitos que habitavam o território brasileiro, antes da chegada de estrangeiros, fez com que os territórios e seus significados para os diferentes grupos humanos fossem se formado e mudando ao longo desse processo, com isso, a colonização e a formação de novas áreas de exploração capitalista, promoveu embates, confrontos e muita violência.

O movimento da fronteira e seus avanços em direção ao interior do Brasil, promoveu a reconfiguração dos "territórios usados"[7], principalmente os territórios dos povos indígenas. A ocupação desses territórios se deu de forma espontânea e de forma oficial. Portanto, à medida que as mobilizações para a integração econômica foram ocorrendo no Brasil, a fronteira foi expandindo em direção ao interior. O instrumento da colonização foi e é uma ferramenta usada para expandir a fronteira econômica e, em certa medida, conter tesões sociais e, ao mesmo, tempo promover a reconfiguração dos territórios.

A colonização do território mato-grossense remonta o período colonial. Desde esse período as terras habitadas e usadas por diferentes culturas de povos indígenas, foram ocupadas à força e distribuídas, segundo os interesses de grupos que estavam ligados a interesses econômicos, Moreno (2007) faz essa análise e reconhece essa prática, no século XVIII, com os bandeirantes, no século XIX, as elites políticas e econômicas que se formaram a partir da exploração do ouro. Já, no século XX, os interesses econômicos e políticos se reforçaram e vários atores se apresentaram na tarefa de ocupar e explorar as terras de Mato Grosso. Políticos receberam, como recompensa pelo apoio a projetos de governos, empresas e grupos empresariais a título de promover o progresso. Na segunda metade do século XX apareceram as colonizadoras, empresas que conseguiam terras a preços irrisórios, loteavam e vendiam para agricultores de diversas regiões do Brasil.

Para ter acesso e ocupar as terras, no Brasil e em Mato Grosso, com o aval do Estado, era preciso fazer parte dos grupos econômicos e políticos, esse processo se deu desde o período colonial. Com a descoberta do potencial aurífero em Mato Grosso, por volta de 1719, muitas pessoas deslocaram do litoral para o interior do território, expandindo, com isso, os domínios da coroa portuguesa, e, em consequência, dando início ao processo de apropriação das terras que oficialmente eram consideradas vazias pelos colonizadores. Moreno (2007, p. 23) afirma que:

[7] Definição data por Santos (2007), onde considera o território usado, como os espaço que vai além das fronteiras definidas oficialmente pela força do regramento legal.

> As formas históricas de acesso à terra em Mato Grosso e sua institucionalização em propriedade privada estão ligadas aos diferentes momentos do processo de ocupação e formação do território nacional, que se fez acompanhar de todo um aparato jurídico-político destinado a dar sustentação à lógica do desenvolvimento capitalista no país.

Sendo assim, esses instrumentos conduziram a distribuições de terras atendendo aos interesses da coroa e beneficiando os que tinham condições de tocar a produção aurífera, bem como, dos insumos necessários pata tal.

Com a elevação do território onde hoje é Mato Grosso, a condição de Capitania em 1748, e posteriormente no Império, em 1822, à condição de província, os governos que seguiram administrando Mato Grosso, buscaram mobilizar os "aparatos jurídico-político", apontado por Moreno (2007), para distribuir as terras públicas, chamadas terras devolutas, essas terras foram entregues a empresas agropecuárias ligadas aos interesses políticos das oligarquias locais, mas, oficialmente, também tinha a inciativa de atrair colonos para ocupar esses espaços que eram considerados vazios.

Com a Proclamação da República e com a autonomia dada pela Constituição de 1891 aos recém-criados estados, surge em Mato Grosso a primeira lei que trata da regularização de terras, trata-se da Lei Estadual n° 20 de novembro 1892. No período imperial as normas que regiam as concessões de terras públicas eram estabelecidas pelo sistema de Sesmarias e pela Lei de Terras de 1850. A Lei n° 20 de 1892, foi regulamentada pelo Decreto n°. 38 de 15 de fevereiro de 1893.

> Seguia os princípios norteadores da Lei Imperial de Terras n°. 601/50 e de seu regulamento n°. 1318/54, no que se refere às questões de regularização da propriedade territorial e da polí1ica de mão-de-obra, que vieram atreladas a essas normas, conforme os objetivos a que se propunham, no período de transição do trabalho escravo para o trabalho livre no país (MORENO, 2007, p. 65).

A lei tinha como objetivo regulamentar as terras ocupadas em Mato Grosso, tanto as terras ocupadas por grandes proprietários quanto as ocupadas por pequenos proprietários. No entanto Moreno (2007, p. 67) afirma que "ao invés de beneficiar os pequenos posseiros, garantindo-lhes a propriedade territorial com a democratização do solo, a lei produziu, ao contrário, enormes latifúndios, adjudicando a títulos gratuitos vastas extensões de terras a particulares".

A ocupação das terras em Mato Grosso é marcada, portanto, pela concentração das terras nas mãos de poucas pessoas, as iniciativas para atrair pequenos agricultores,

trabalhadores não foram frutíferas, a legislação legitimou a ocupação das terras devolutas do Estado, segundo os interesses das elites políticas estaduais e locais, dificultou a regularização por parte dos posseiros. Segundo Moreno (2007, p. 66) a lei estadual n° 20 de novembro1892 "excluiu a possibilidade de permanência na terra pelos pequenos posseiros, sem condições de efetuar a sua compra ou de enfrentar a burocracia para a sua regulamentação", essa realidade, ao que parece, foi reproduzida durante boa parte do século XX.

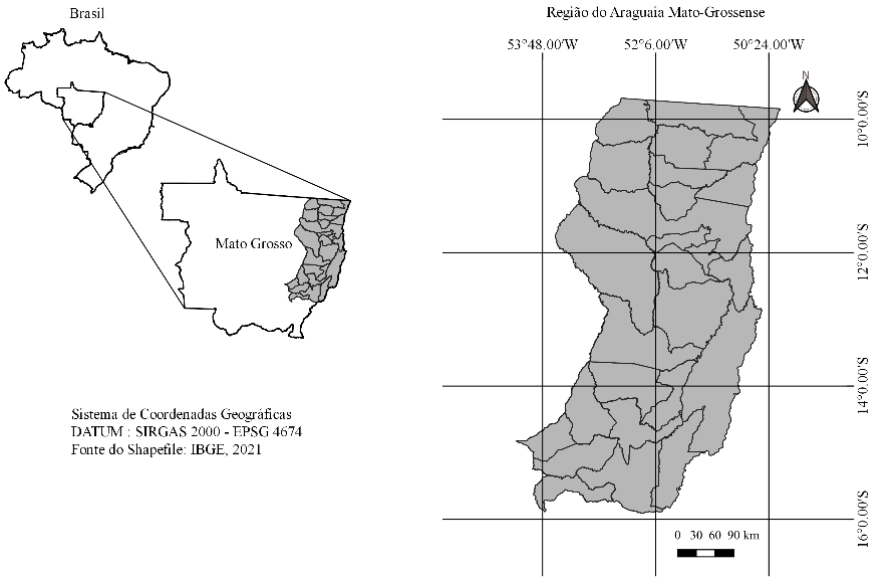
As terras públicas de Mato Grosso foram sendo ao logo do século XX, regularizadas e muitas extensões sendo vendidas, e, conforme Moreno (2007, p. 76), percebe-se que "as mensagens dos governadores à Assembleia Legislativa indicam que a maior fonte de receita do Estado provinha da negociação dessas terras", porém, esse mesmo movimento oficial que conduzia a formação de grandes propriedades e empresas agropecuárias e que, ao mesmo tempo, abasteceu recursos para os cofres do estado e dificultou a legalização de áreas de pequenos posseiros, não impediu que estes fossem adentrando no território e ocupando áreas e se estabelecendo sem amparo da titulação garantida pela lei.

Pesquisas realizadas por Souza (2009), Guimarães Neto (1996) entre outros que tratam especificamente sobre a atual região nordeste e leste de Mato Grosso demostram a entrada de migrantes vindos, principalmente da Região Norte e Nordeste do Brasil, já no início do século XX. Trataremos dessas incursões por estar alinhado ao objetivo da pesquisa, que é analisar o processo de povoamento e formação do município de Canarana-MT[8], bem como compreender e analisar o discurso oficial que se estabeleceu sobre esse processo, com isso, pensar o ensino da História Local. Essas incursões ocorreram na região nordeste e leste de Mato Grosso, divisão definida para o planejamento administrativo, conforme *site* da Secretaria de Estado de Fazenda de Mato Grosso (SEFAZ-MT)[9], as duas regiões administrativas formam a chamada região do Araguaia Mato-Grossense. O Mapa a seguir representa essa região.

[8] Todas as vezes que o nome do município de Canarana for citado, acompanhará a abreviatura MT, isso será feito para ficar bem definido o local que estamos tratando, é necessário, devido à existência de um outro município com esse nome no Estado da Bahia.

[9] MATO GROSSO, Secretária de Estado de Fazenda. Regiões de planejamento de Mato Grosso. Disponível em: (LEI 10340 - ANEXO V - Regi\365es de Planejamento-SUPLEMENTO.pdf) (sefaz.mt.gov.br). Acesso em: 09 jun. 2020.

Figura 02: Mapa da Região do Araguaia Mato-grossense em contraste com o mapa do Estado de Mato Grosso e do Brasil



Fonte: Adaptado de IBGE (2021).

Essa região é definida, principalmente, por estar praticamente isolada do ponto de vista da logística até o século XXI, a única rota de acesso à capital, até a primeira década do século XXI, em condições de trafegabilidade é a BR 158 e a BR 070, passando pela cidade de Barra do Garças. Boa parte da população tem uma ligação mais efetiva com o estado de Goiás, tanto é que nessa região não se usa o fuso horário de Cuiabá (GTM-4:00) e sim o de Brasília (GTM-3:00), nesse sentido, é conhecida por quem vive nela ou fora dela como a região do Araguaia.

Tratando da ocupação da região, Soares (2004, p. 17) aponta para "o surgimento do primeiro povoado – Furo de Pedra 1909", aqui podemos refletir que, esse povoado surgiu mesmo com as dificuldades impostas pelas leis estaduais do período republicano para a legalização das terras, em especial a Lei Estadual nº. 20 de novembro de 1892, que

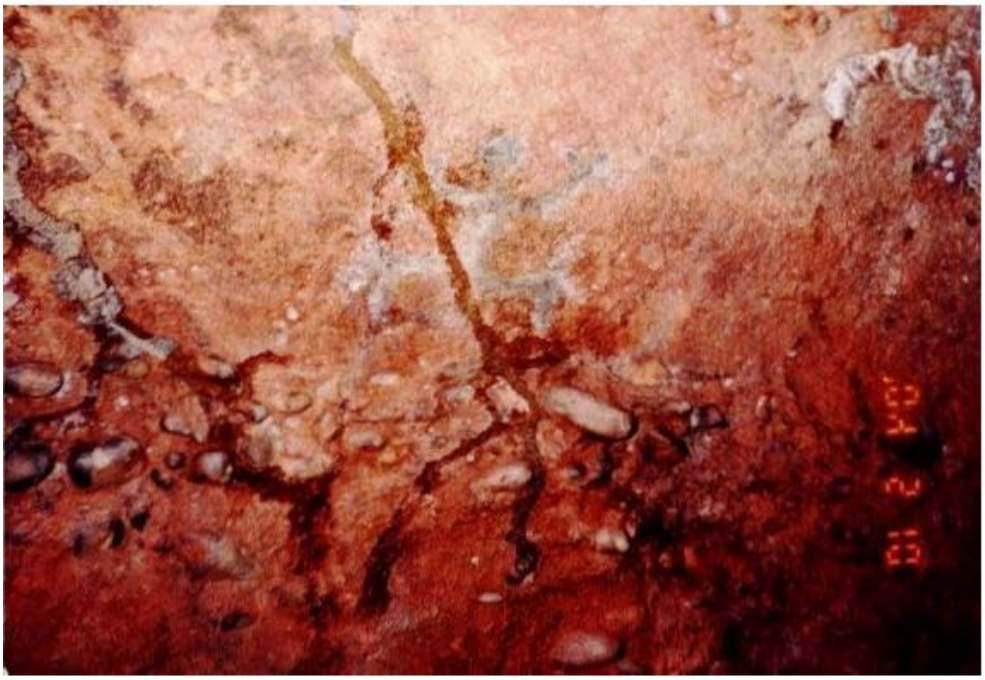
> excluiu a possibilidade de permanência na terra pelos pequenos posseiros, sem condições de efetuar a sua compra ou de enfrentar a burocracia para a sua regulamentação, e proibiu, a partir da publicação da lei, novas posses que ficavam sujeitas ao despejo com perda das benfeitorias realizadas (MORENO, 2007, p. 66).

Portanto, não impediu que fluxos migratórios, sem o controle maior das autoridades se estabelecem no início do século XX.

As leis tratavam de legalizar a ocupação das terras como se, de fato, ninguém vivesse nesse território, porém, antes de todos esses processos de povoamento já mencionados em Mato Grosso, temos a presença de povos indígenas. Essa presença é anterior às incursões

oficiais e às espontâneas. A ocupação da região por povos indígenas é um processo complexo e remonta a milhares de anos, a imagem a seguir traz uma fotografia feita por Dolzan (2006) durante sua pesquisa sobre a ocupação da região do Araguaia Mato-grossense, corresponde a um exemplo de vários sítios arqueológicos espalhados por todo o estado de Mato Grosso.

Figura 03: Pintura rupestre encontrada no Abrigo Moreti na Serra do Roncador, município de Barra do Garças



Fonte: Dolzan (2006, p. 137).

A pintura rupreste em questão foi fotografada pela pesquisadora Nina Teresa de Oliveira Dolzan, em um sítio chamado Abrigo Moreti, na Serra do Roncador, na região leste de Mato Grosso, na sua pesquisa ela identifica vários outros, espalhados por toda a região do Araguaia, com isso, ela nos dá a dimensão da já mencionada complexidade referente ao povoamento do território de Mato Grosso. Não caberá a essa pesquisa aprofundar nessa busca ancestral, apenas balizar os processos de ocupação de Mato Grosso e, em especial, da região do Araguaia Mato-grossense, na qual se formou a partir da década de 1970 o município de Canarana-MT.

É possível reconhecer que o processo de ocupação não institucional, não oficial, espontâneo, foi sendo sobreposto pelo institucional, oficial, no entanto, mesmo com a ação do Estado em ocupar essa área de terras, muitos povos indígenas sobreviveram e ocupam alguns

territórios em Mato Grosso. Segundo dados do ano de 2018, apresentados pelo ISA[10], Instituto Socioambiental, são aproximadamente 40 povos conhecidos[11], muitos ainda não contactados ou localizados.

Podemos concluir que Mato grosso, apresentou-se em sua formação como estado, a partir das incursões portuguesas, processos diferentes de ocupação de seu território, um oficial e institucional, comandado pelo governo português, e, após a independência, pelas autoridades nacionais e estaduais, esses últimos com maior poder de decisão, principalmente depois da Proclamação da República e da Constituição de 1891, e um outro não oficial, não institucionalizado, sendo que esse remonta de período anterior à chegada de portugueses ao Brasil e se desenvolve até o presente, apresentado logicamente características específicas no espaço e no tempo.

A realidade de ocupação da região do Araguaia Mato-Grossense, está ligada a esses dois processos de ocupação, cada um com os seus desdobramentos, levando ao desmembramento de territórios indígenas, a constituição de municípios e cidades, o desalojamento de posseiros e uma quantidade grade de conflitos durante esse processo, que, ao que parece, não terminou.

Na sequência será examinado os processos de ocupação do território da região do Araguaia Mato-Grossense, pelos três grupos escolhidos para a realização da pesquisa, Os Indígenas da etnia Xavante, os posseiros e os pioneiros sulistas. Nesse momento, com base na pesquisa documental e bibliográfica busca-se estabelecer a chegada dos grupos na região, isso se faz necessário, compreendendo que esses são os elementos humanos que se viram frente a frente no processo de surgimento do município de Canarana-MT.

---

[10] ISA – Instituto Socioambiental, é uma organização da sociedade civil brasileira, sem fins lucrativos, fundada em 1994, para propor soluções, de forma integrada, a questões sociais e ambientais com foco central na defesa de bens e direitos sociais, coletivos e difusos, relativo ao meio ambiente, ao patrimônio cultural, aos direitos humanos e dos povos. Desde 2001, o ISA é uma Oscip – Organização da sociedade Civil de Interesse Público – com sede em São Paulo (SP) e subsedes em Brasília (DF), Manaus (AM), Boa Vista (RR), São Gagriel da Cachoeira (AM), Canarana (MT), Eldorado (SP) e Altamira (PA). ISTITUTO SOCIOAMBIENTAL**. Quem somos.** Disponível em: https://www.socioambiental.org/pt-br/o-isa. Acesso em: 22 fev. 2021.

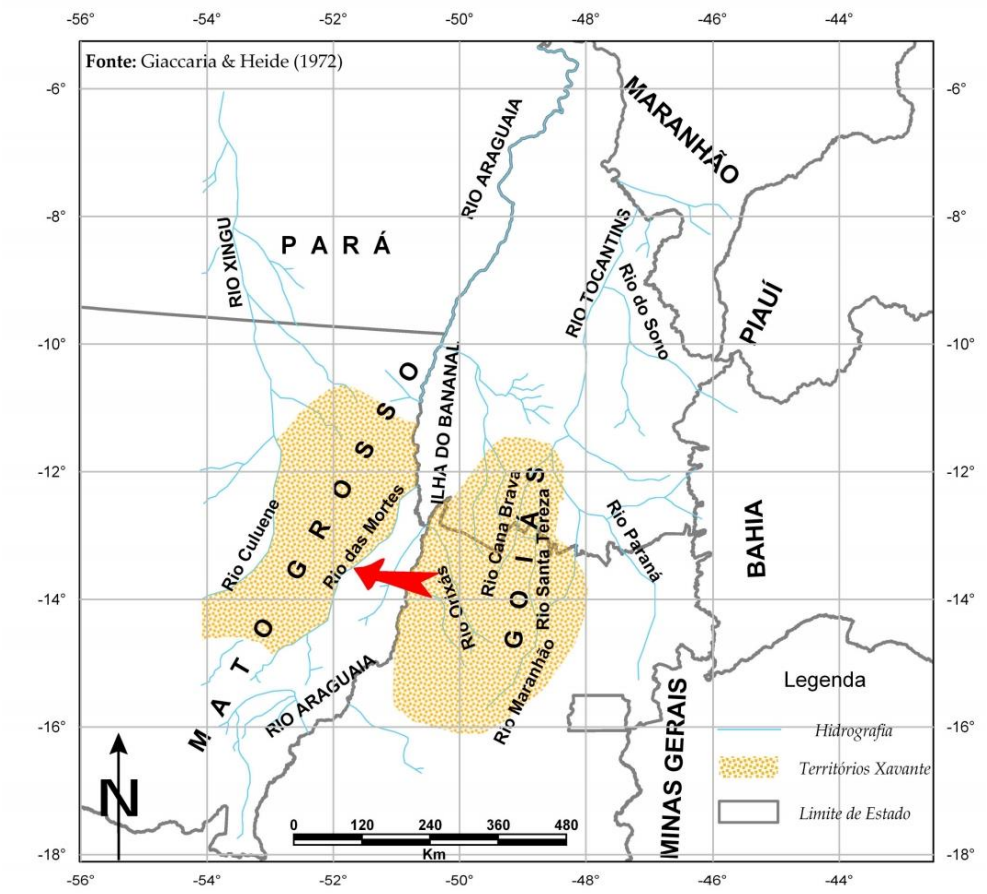
[11] Dados consultados na página da internet do ISA conforme referência: ISTITUTO SOCIOAMBIENTAL. **Povos Indígenas no Mato Grosso**. Disponível em: Categoria: Povos indígenas no Mato Grosso - Povos Indígenas no Brasil (socioambiental.org). Acesso em: 14 mai. 2020.

2.1 Os Xavante no Araguaia Mato-Grossense

Parte do povo de etnia Xavante vive hoje no município de Canarana-MT, na Terra Indígena Pimentel Barbosa, no entanto, pesquisas e documentos que serão apresentados durante a construção desse texto, demostram que nem sempre foi assim, a chegada dos Xavante na Região do Araguaia Mato-Grossense é associada ao período da exploração do ouro pela coroa portuguesa no interior do Brasil.

Cabe a nós perguntar sobre como se deu esse processo, pois conhecer esse processo pode nos ajudar a compreender as dificuldades dos primeiros contatos com esse povo, e, consequentemente, pensar mais a frete nesse trabalho, como esse povo se viu diante da instalação de um município novo, com infraestrutura, migração de pessoas vindas de outras regiões, dentro do seu território. O mapa a seguir mostra a localização dos territórios Xavante, em Goiás, antes da migração, e em Mato Grosso, após a migração.

Figura 04: Mapa dos Territórios Xavante



Fonte: Gomide (2008, p. 170).

Segundo Gomide (2008, p. 164) “os Xavante vivem na região leste de Mato Grosso

desde o século XIX, embora existam controvérsias sobre sua fixação nessas terras. O período provável é entre 1800 e 1840, quando atravessaram os rios Araguaia, Cristalino e das Mortes". Compreendendo que esse povo chegou a esse território a pouco mais de dois séculos, temos que buscar conhecer o contexto que o levou a essa migração e ao estabelecimento de um novo território, bem como suas origens anteriores a essa migração.

Antes de atravessar os Rio Araguaia, Cristalino e Rio das Mortes, os Xavantes "viveram por séculos nos serrados do Centro-Oeste, numa ampla área [...] onde hoje situam-se os estados de Minas Gerais, Goiás, Tocantins, chegando, provavelmente, até o Maranhão." (GOMIDE, 2008, p. 164).

Portanto, a ocupação do território onde hoje situa o estado de Mato Grosso e, em consequência, o Município de Canarana MT é relativamente nova, os Xavantes estabeleceram-se vindo do estado de Goiás e Tocantins. Os primeiros relatos conhecidos sobre os Xavantes, segundo Lopes (1992) trata-se de um mapa elaborado por Francisco Tossi Colombina, datado de 6 de abril de 1751[12]. O mapa mostra a localização do "Gentio Xavante", entre os rios Araguaia e Tocantins, norte do atual estado de Goiás e atual estado de Tocantins.

A partir de 1750, começam a aparecer mais relatos sobre "pacificação dos gentios" Xavantes. Os Xavantes foi um entre muitos povos que passaram pelo processo de aproximação com os colonizadores, durante o processo de interiorização do território português, esse processo foi encabeçado pelas bandeiras, alargando as fronteiras dos domínios portugueses bem como, procurando riquezas que pudessem ser exploradas, como também escravos para o trabalho no litoral e as cobiçadas minas de ouro, esse processo se deu de forma violenta.

Gomide (2008) citando Alencastre (1864) define como era a ação dos bandeirantes:

> Devastadas e destruídas a ferro e fogo as aldeias, até então pacíficas e tranquilas, os silvícolas que escapavam à fúria dos bandeirantes, se iam refugiar nas solidões das florestas, onde supunham poder estar a salvo de tão estranhos civilizadores (GOMIDE *apud* ALENCASTRO, 2008, p. 166).

Com a proibição da escravidão indígena, a partir de 1755, com a Lei de Liberdade dos Índios e com o crescimento do povoamento do interior do território português, intensificou-se o processo de controle desses povos, através dos aldeamentos. Consistia em reunir em um

[12] O Referido mapa encontra se nos anexos desse trabalho, fiz a ampliação e alguns recortes para melhor visualização, dada a condição de degradação do documento. Ele está disponível no arquivo Digital Público do Distrito Federal endereço: http://www.arpdf.df.gov.br/wp-content/uploads/2018/03/20_AHEx-1.png.

espaço, os grupos indígenas que estavam espalhados pelo território. A tentativa de "pacificação do Xavante" foi relatada em um documento escrito por Freire (1790)[13], nesse documento ele fala de como os Xavantes eram avessos ao contato, e das ações do então govenador da Capitania de Goiás, Tristão da Cunha Menezes.

> O exemplo de alguns dos seus antecessores, que pelos meios da brandura conseguiram domesticar, e trazer a nossa sociedade o Acroá, o Jovaé, ultimamente o indomito, e guerreiro Caiapó, o animou a levar avante aquella empreza, cujas consequências são de tanto interesse a esta Capitania. Porém, quando se applicava em descobrir os mais fáceis meios de pôr em execução estes seus uteis projectos, lhe chegou a funesta notícia da subita invasão dos índios Xavantes nas terras contiguas ao Arraial de Crixas, e do lastimoso sucesso de doze Portuguezes barbaramente assassinados por aquelle feroz, e sanguinolento gentio (FREIRE, 1790, p. 8).

O trecho do relato de Freire, apresenta o cenário de conflito entre colonizadores e povos indígenas e o empenho do governador em assumir o controle sobre esses povos, no caso particular do relato, os Xavantes, e, em contrapartida, buscava dar tranquilidade para que os colonizadores pudessem explorar as riquezas da terra. Esse empenho surtiu, até certo ponto, efeito positivo em relação aos objetivos. No trecho Freire aponta povos já "pacificados" os quais a administração já tinha um certo controle.

A estratégia utilizada para aproximar dos Xavantes, foi o uso da força para a captura de membros desse grupo.

Freire (1790, p. 10 e 11) relata algumas ações feitas para realização dessa estratégia:

> Cumprimento às expressas recomendaçoes do Excellentissímo Capitão General aprisionar alguns indivíduos daquella rebelde nação. [...] Concluida felizmente esta acção marchou para a Capital o Alferes Arruda, levando prisioneiros comtigo [...] A sua chegada enchêo de inexplicável júbilo o humano coração de sua Excellencia por ver satisfeitos os seus desejos, e huma parte das suas esperanças. [...] Logo pôz em plena liberdade os prisioneiros, e os tratou com o maior carinho, e affabilidade, para que perdendo a opinião, que erradamente formavam da sua tyrannia, convertessem em amor o odio, que nos tinham, e preferissem viver com nosco nas nossas urbanas habitações, que com as feras nas suas rusticas Aldéas.

O relato aponta para a captura de alguns membros do grupo, com intuito de aproximar-se deles, e transformar os mesmos em embaixadores para acesso ao restante desse povo, as ações nesse sentido deu certo até certo ponto, pois parte desses indígenas Xavantes decidiram por se aproximar dos colonizadores, para concretizar essa ação. Segundo Freire (1790, p. 14), a administração colonial destinou "o sitio do Carretão, distante desta Capital

[13] José Rodrigues Freire foi um Tenente de Dragões, um destacamento das forças de defesa do governo português.

vinte e duas léguas, para alli fundar a nova Aldea a qual estabelecêo com o nome de Pedro III". Esse aldeamento foi uma das soluções para diminuir os conflitos entre os Xavantes e os colonizadores que buscavam explorar a terra. Parte do povo xavante foi se estabelecer nesse aldeamento, umas duas mil pessoas partiram em direção ao aldeamento (FREIRE, 1790).

As ações de Estado não foram suficientes para manter os Xavantes no Aldeamento Carretão e impedir sua migração.

Gomide (2008, p. 170) descreve alguns dos motivos que que levaram a isso:

> Uma epidemia de sarampo logo acometeu essa população e muitos morreram, após a qual voltaram a viver na aldeia, até que por maus tratos e violência cometida pelos brancos fazem com que o Xavante volte novamente a migrar, mas, dessa vez, fugindo para mais longe, atravessando os rios Araguaia, Cristalino e, por fim, o rio das Mortes, terras do Mato Grosso.

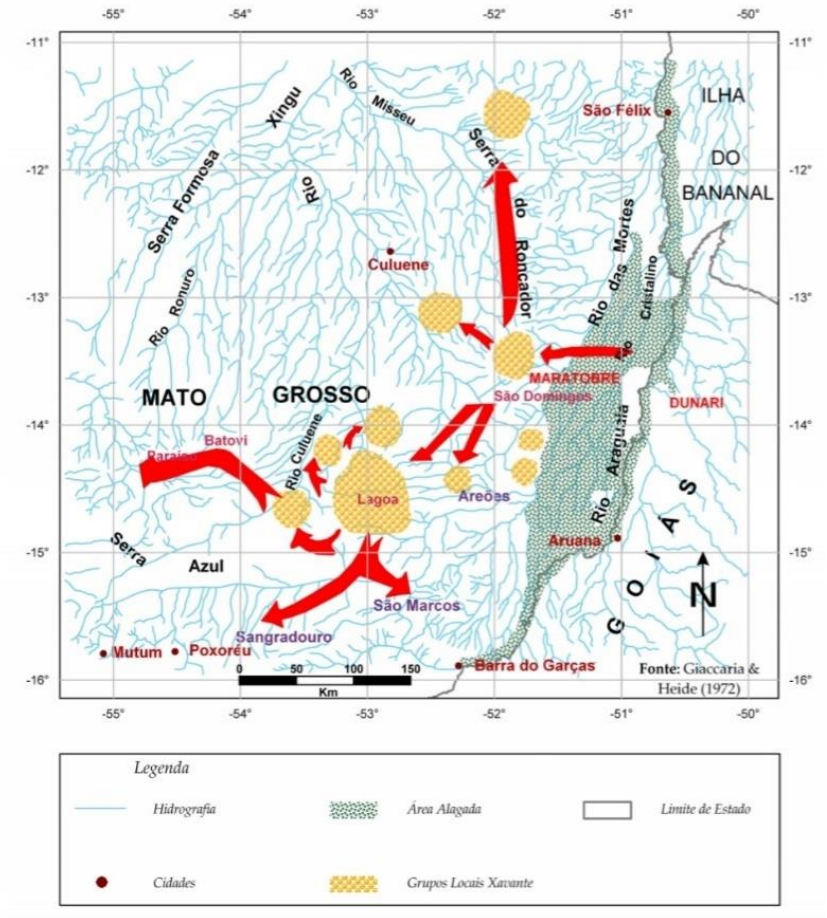
Os motivos para o fracasso dos aldeamentos não estão bem documentados. Cerqueira (2010, p. 40) expõe, ainda, que:

> Alguns pesquisadores optam por trabalhar com a perspectiva da decadência. Para isso, levaram em conta a grande diminuição da populacional e o processo de invisibilidade a que ficaram fadados os povos indígenas entre o final do século XIX e início do Século XX.

A cobiça pelas terras férteis é apontada por Gomide (2008) como um dos motivos para perseguição e desagregação dos indígenas que lá ficaram, os seus descendentes são chamados hoje de Tapuias.

A pesquisa chega nesse momento ao ponto em que um dos grupos alvos escolhidos para compreender o surgimento do município de Canarana-MT, os índios Xavantes, começam a chegar nesse território, motivados por uma relação de intensa violência entre os colonizadores do século XVIII e XIX, na capitania e depois província de Goiás. Toda essa ação dos colonizadores tinha como finalidade abrir espaço, desalojando essas populações para a exploração do território. O mapa a seguir mostra as rotas de migração dessa população para o Estado de mato Grosso.

Figura 05: Mapa das Migrações Xavante



Fonte: Gomide (2008, p. 176).

Esse processo de migração dos Xavantes para Mato Grosso ocorre, portanto, entre o final do período colonial e início do período do Império, durante o Século XIX. Do período em que migraram do antigo território até a década de 1940, pouco são os registros a respeito dos Xavantes, a localização geográfica dos grupos que se dispersaram pelo território do Araguaia mato-grossense, ainda pouco explorado, pode ter ajudado a manter uma certa distância de forasteiros.

Um relato feito por Magalhaes (1863, p. 205) trata das tentativas de religiosos em chegar nas aldeias Xavante, já além do rio das Mortes.

> Ahi vai uma noticia de uma expedição feita por ordem do governador d'esta Província em 1854. Com o fim de chamar à civilizasão os índios Chavantes que tem por ahi numerosas aldêias. A expedição, guiada pelo missionário capuchinho Fr. Sigismundo de Targgia e composta de 10 praças de linha, seis índios Chavantes e o frade, embarcou-se no porto de Piedade, e gastou 4 dias Araguaya abaixo para chegar à foz do rio das mortes. [...] Subirão 10 dias o rio, [...] vendo a falta de alimentação voltarão para traz.

Esse relato mostra as dificuldades para alcançar o território que os Xavantes passaram

a ocupar após sair de Goiás, mostra ainda a ação de missionários religiosos nas tentativas aproximar dos indígenas, essa ação missionária se estende ao longo do século XIX e século XX, isso ocorreu, não só com os Xavantes, mas com outros povos também.

As ações, no sentido de um novo contato com os Xavantes, vão se intensificar nas décadas de 1930 e 1940, quando integrantes de expedições de reconhecimento e exploração organizada pelo governo brasileiro, já no período republicano, fazem contatos com esses índios.

Os interesses pelas terras do interior do Brasil, cresceu muito no final do século XIX e durante todo o século XX, a ocupação dessas terras, conforme já tratamos no início desse capítulo quando analisamos a pesquisa de Moreno (2007). foi determinada por ações e legislações governamentais, esse processo privilegiava a ocupação de vastas áreas por empresas agropecuárias e particulares, causando o fenômeno brasileiro de concentração fundiária. Nesse processo de ocupação, o índio representava um problema a ser superado, tanto é que não existe menção na legislação em relação às terras sobre os territórios ocupados por esses povos, esses territórios eram considerados "vazios", essa questão ganha os espaços legislativos somente na metade do século XX, como veremos mais adiante.

A preocupação com a questão indígena, não era para atender seus interesses, mas para atender aos interesses de exploração do território, começou a se manifestar no início do século XX, com a criação do SPILTN, em 1910, através do Decreto nº 8.072.

Nesse sentido, Martins (2012, p. 10) aponta que:

> Ao inaugurar uma política indigenista laica no alvorecer da Primeira República, o Serviço de Proteção ao Índio e localização do Trabalhador Nacional (SPILTN), estabelecido a partir de 1910, visava dois contingentes diversos: as populações indígenas e o chamado "trabalhador nacional".

Nota-se que o referido órgão governamental, na sua criação, não tratava especificamente dos indígenas, mas também do "trabalhador nacional", segundo essa mesma autora, esses trabalhadores eram pessoas de diversas origens que trabalhavam no meio rural, inclusive, populações indígenas já incorporadas aos padrões de organização da instituição. Fica denotado o interesse governamental em buscar o processo de "assimilação" dos povos indígenas a esse contingente de trabalhadores. Em 1918 o SPILTN passa a se chamar Serviço de Proteção ao Índio (SPI).

A ação do SPI, foi responsável por estabelecer contato com diversos povos indígenas, inclusive com os Xavantes. Sobre as estruturas do SPI e suas ações junto aos Xavantes e o

contato definitivo no século XX, um relato de viagem do jornalista Sylvio Fonseca (1948), nos dá algumas pistas sobre esse processo. Ele relata em seu livro o encontro com os Xavantes, onde hoje é a TI Pimentel Barbosa, da qual, boa parte de seu território faz parte do município de Canarana-MT. Esse contato com os Xavantes ocorre no contexto dos trabalhos da Fundação Brasil Central, durante as entradas da Expedição Roncador Xingu, como veremos.

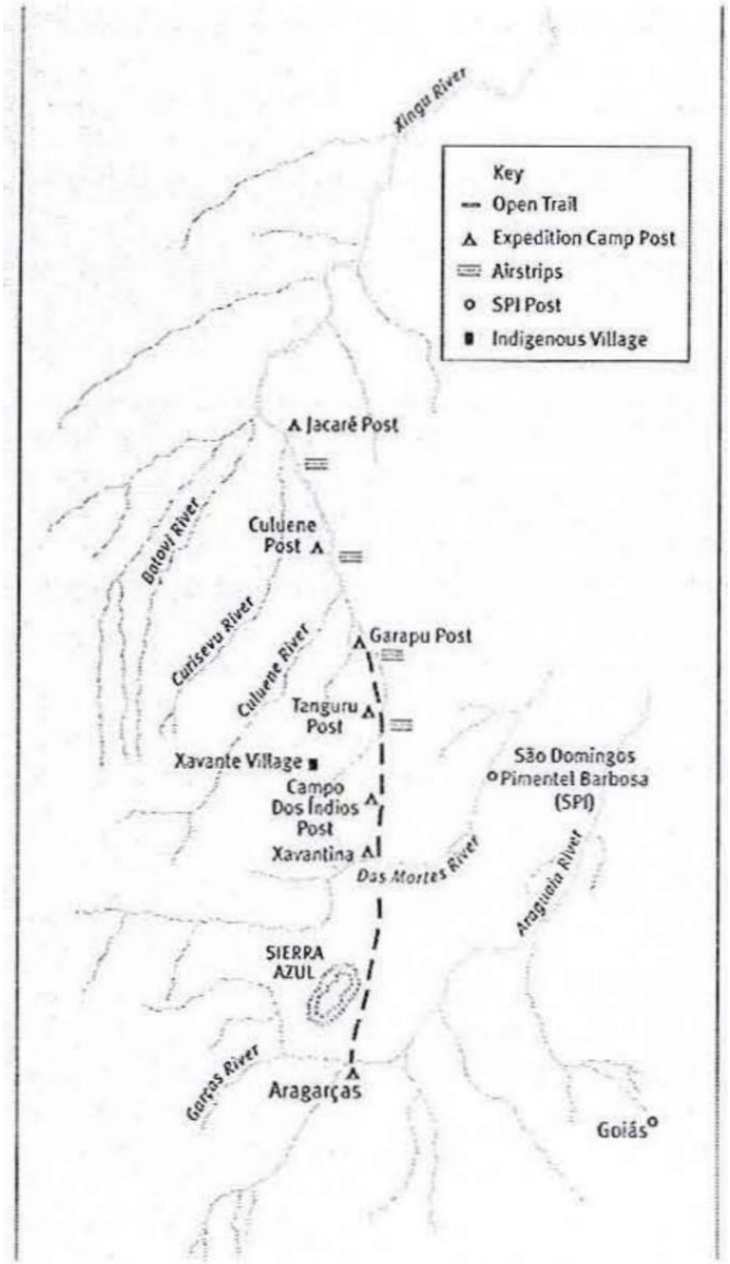
A Fundação Brasil Central (FBC[14]) foi criada durante o governo ditatorial de Getúlio Vargas, na década de 1940. As preocupações em integrar a região amazônica brasileira às estruturas do capitalismo, e, em consequência, atender aos interesses dos capitalistas brasileiros, principalmente os da região Sudeste, fez surgir o movimento chamado de "Marcha para o Oeste". Maciel (2011, p. 3) aponta que:

> Associou-se a esta campanha (Marcha para o Oeste) uma série de medidas tomadas com vistas ao povoamento, à ocupação econômica e à modernização sociocultural das regiões Amazônica e Brasil Central, principalmente desta última. Entre estas medidas, a de maior repercussão foi a criação da Fundação Brasil Central –FBC, em 1943.

Esse processo ocorreu, como assinalado, ao movimento de interesses capitalistas, uma preocupação em integrar essa região. Integrar, nesse caso, significava entrar em territórios pouco explorados, de onde tinham notícias de vários povos indígenas. A FBC em 1943, instituiu a Expedição Roncador Xingu, sua missão era abrir uma rota de comunicação, atravessando o cerrado e a região amazônica, ligando de Sul a Norte, criando rotas de acesso, buscando integrar essa região ao que chamava de "sociedade nacional. As ações da FBC e da Expedição Roncador Xingu foram importantes para o contato com os Xavantes e, da mesma forma, para o surgimento do município de Canarana-MT, que veio a surgir próximo ao trajeto por onde a expedição passou em Mato Grosso, o mapa a seguir apresenta a rota da expedição.

[14] FBC – Fundação Brasil Central – "O Decreto-lei n. 5878, de 4 de outubro de 1943, instituiu a Fundação Brasil Central, destinada a desbravar e colonizar as zonas compreendidas entre os altos-rios Araguaia e Xingu, do Brasil Central e Ocidental. A lei n. 5365, de 1 de dezembro de 1967, criou a Superintendência do Desenvolvimento da Região Centro-Oeste (SUDECO), entidade autárquica vinculada ao Ministério do Interior. Por essa mesma lei, foi extinta a Fundação Brasil Central e transferidos para a SUDECO seu acervo patrimonial, recursos orçamentários e serviços." MINISTÉRIO DA JÚSTICA E SEGURANÇA PÚBLICA (Arquivo Nacional). Fundação Brasil Central. Disponível em: http://dibrarq.arquivonacional.gov.br/index.php/fundacao-brasil-central-1968.

Figura 06: Roteiro da Expedição Roncador-Xingu



Fonte: Galvão **(**2014, p. 19).

A Expedição Roncador Xingu não foi responsável pelos contatos com os Xavantes, segundo Villas Boas (1994), a expedição a atravessou o território onde os mesmos viviam e se empenharam sobre a liderança dos Irmão Villas Boas em contactar indígenas da região, onde hoje se encontra o Parque Nacional do Xingu.

Nesse período, entre 1930 e 1950, os postos do SPI, e ações de missionários religiosos já se encontravam instalados em pontos estratégicos para estabelecer contato com os povos indígenas, Lachnitt (2017) escreve um artigo com o título “Do primeiro encontro com os Xavantes à demarcação de suas reservas: relatórios do Pe. Hipólito Chovelon” em que transcreve relatos do Padre Salesiano Hipólito, onde ele informa ao Presidente da República

Getúlio Vargas sobre as ações dos salesianos junto aos Xavantes.

TSI'RUI'A[15] (2012, p. 26) nos revela um pouco de como as aldeias foram se organizando e dos contatos:

> No caso do povo Xavante, nas regiões do Maranhão como também em Goiás Velho, conforme as narrações dos velhos Xavante de *Marãiwatsédé*, nunca houve uma aldeia com muitas casas nem com numerosa ocupação. Havia aldeias pequenas em números reduzidos. Só em contato com os missionários, na década de 50, em Mato Grosso, que os Xavante foram se agrupando, vindos de outros lugares para as duas novas comunidades da aldeia de Sangradouro e aldeia de São Marcos e que tiveram o aumento do número de pessoas. Isso também, quando os Xavantes começaram a conhecer o Serviço de Proteção ao Índio (SPI). São Marcos, praticamente, fica a 126 km do município de Barra do Garças e Sangradouro fica a 222 km.

O contato estava relacionado aos interesses nacionais e do capital, para esse fim, foram criados órgãos e orçamento público foi mobilizado. Sobre os primeiros contatos com os Xavantes, não foram muito amistosos, o histórico de conflitos entre os Xavantes e os colonizadores, que ocupavam suas terras, vinham desde o período colonial, como já foi assinalado anteriormente, portanto, essa etnia, era considerada extremamente hostil em relação à presença de não indígenas no seu território, pudera, com um histórico secular de violência.

A tentativa feita por Genésio Pimentel Barbosa em 1941, foi frustrada levando, inclusive, à morte dele e da maior parte dos integrantes do grupo que ele liderava. Fonseca (1948) relata o episódio na fala de Ladislau[16], um dos sobreviventes dessa primeira incursão dentro do território Xavante. A expedição partiu de São Paulo e, em Mato Grosso, partiu de um acampamento do SPI, na localidade chamada São Domingos, às margens do Rio das Mortes, entrando no território Xavante, onde o grupo foi surpreendido no acampamento. Fonseca (1948, p. 88) informa que:

> Foi no dia 6 de novembro de 1941 que se desenrolaram os tristes acontecimentos que ficaram descritos. Durante mais de 30 dias, segundo contam Ladislau e Idalino, os Xavantes permaneceram em pé de guerra preparados para repelir qualquer revanche tentada pelos homens brancos.

[15] AQUILINO TSERE'UBU'Õ TSI'RUI'A, nasceu em *Marãiwatsédé*, na década de 1960, foi expulso ainda criança junto com toda a comunidade, pela ação de empresas agropecuárias, em especial a Suiá-Missú, na época pertencente a Ariosto da Riva. Os Xavantes lutaram por anos para retornar ao seu território, ações judiciais foram ingressadas por agricultores que, ao longo do tempo foram comprando lotes de terra em cima da Terra Indígena (TI). Foi demarcada e homologada em 1998, os índios conseguiram retornar em definitivo em 2013, com o processo de desintrução, que retirou da área todos os não indígenas.

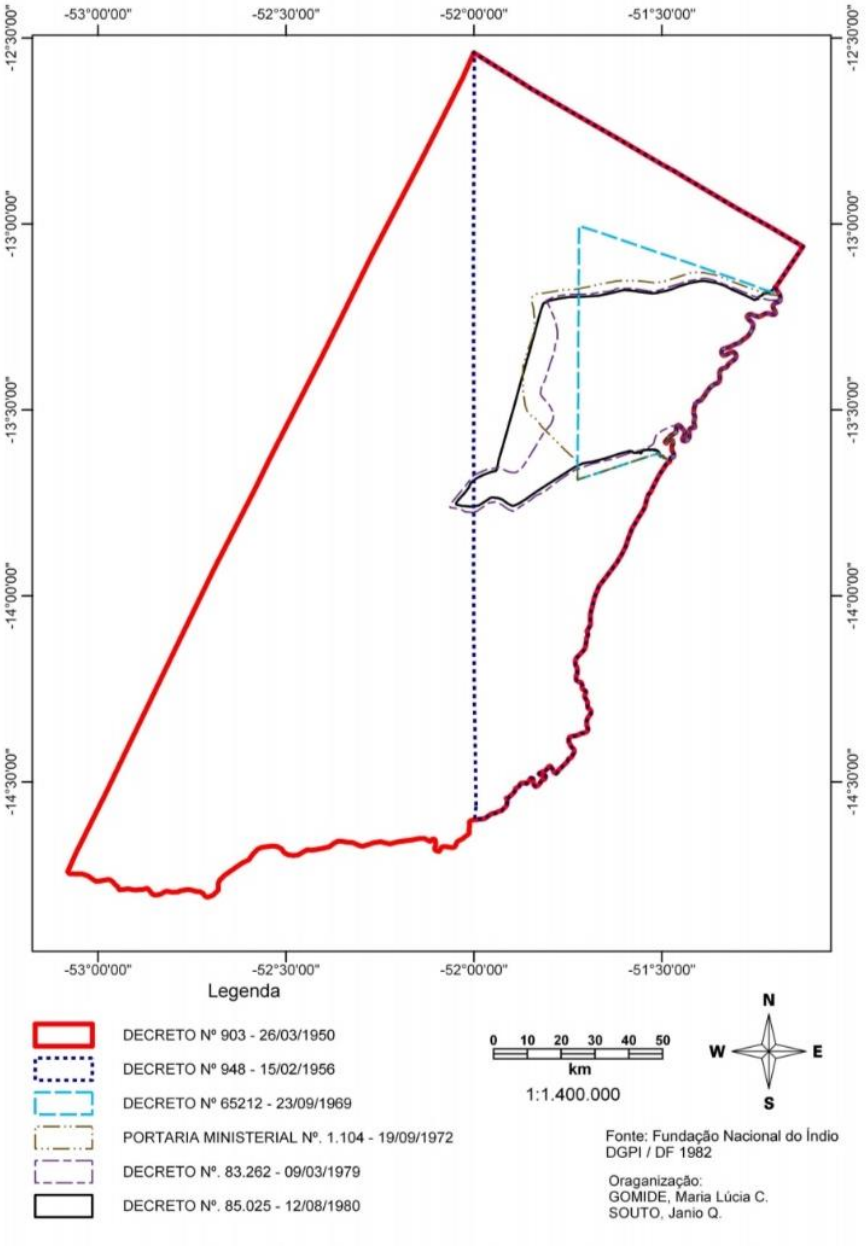
[16] Ladislau Cardoso vivia as margens do Rio das Mortes em São Domingos, trabalhou com o missionário Pe. Hipólito Chovelon e foi auxiliar de Francisco Meirelles no processo de aproximação com os índios Xavantes.

Após esse encontro trágico, assumiu a função de contactar os Xavante, Francisco Meirelles, ele usou uma estratégia de aproximação diferente de Pimentel Barbosa, não entrou direto no território. Segundo relato de Fonseca (1948, p. 27) "inicialmente, mandou construir, a seis quilômetros da margem do rio, sobre a picada aberta por Pimentel Barbosa, um pequeno rancho, onde deixava de tempos a tempos alguns presentes". Essa tática de aproximação deu resultado, aos poucos a aproximação foi ocorrendo. Deluci (2013, p. 46) relata que "assim, em 1946, sabendo que o contato era inevitável, o grupo A'uwẽ liderado por Apöwẽ, decidiu ir ao encontro dos *waradzu*[17].". Oficialmente, esse foi o primeiro contato de forma amistosa entre os representantes do Estado e os indígenas da etnia Xavante no período republicano. Francisco Meirelles, a partir de então, passa a ser reconhecido como responsável pelo processo de "pacificação dos Xavantes".

As ações do SPI no território dos Xavantes, conduzido nesse período por Francisco Meirelles, acabou por estabelece contato com todos os grupos até a década de 1960. A aproximação com os Xavantes, favoreceu a entrada de não índios no território, e, com isso, o estabelecimento de empresas agropecuárias, a maioria dessas terras foram conseguidas através das facilidades dadas pelo governo do estado de Mato Grosso, através de vendas e regularização, como afirma Moreno (2007). Por iniciativa do SPI, definiu-se a ideia de demarcar um território para os Xavantes, pois o território já não pertencia mais aos mesmos. As propostas do SPI deram origem a uma série de regulamentações do território ao logo da segunda metade do século XX. O mapa a seguir mostra as propostas aprovadas, através das legislações, demarcando território para os indígenas da etnia Xavante.

[17] A waradzu essa palavra em língua Xavante significa branco.

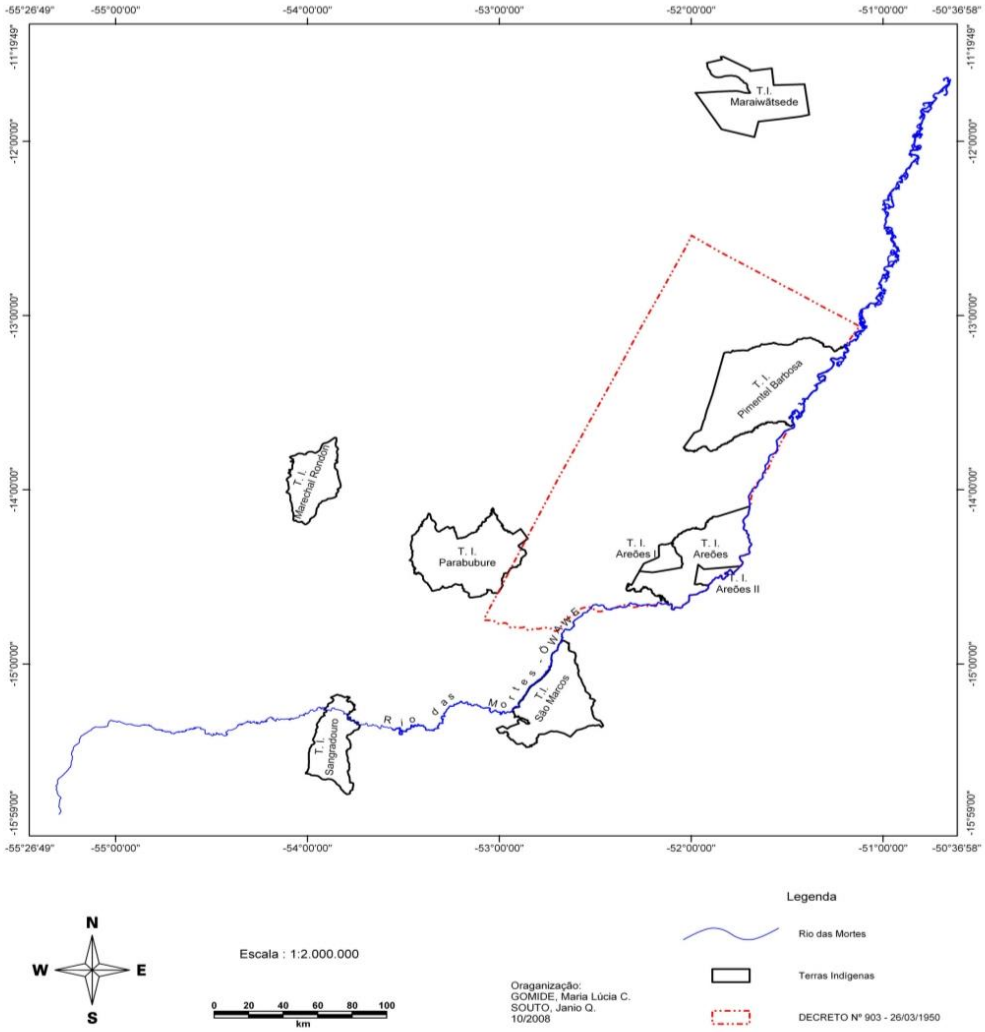
Figura 07: Decretos de demarcação da Terra Indígena Pimentel Barbosa



Fonte: Gomide (2008, p. 217).

O mapa mostra todos o processo legislativo em relação à demarcação de território para os Xavantes. A proposta do Decreto N° 903 de 25 de março de 1950, foi o primeiro regramento que tratava desse tema no território onde eles viviam. Esse decreto previa um território contínuo, no entanto, como podemos observar no mapa a seguir que mostra o traçado da proposta, em relação ao traçado das atuais TI Xavante, essa proposta defendida por Francisco Meirelles não abrangia os territórios de todas as comunidades (GOMIDE, 2008).

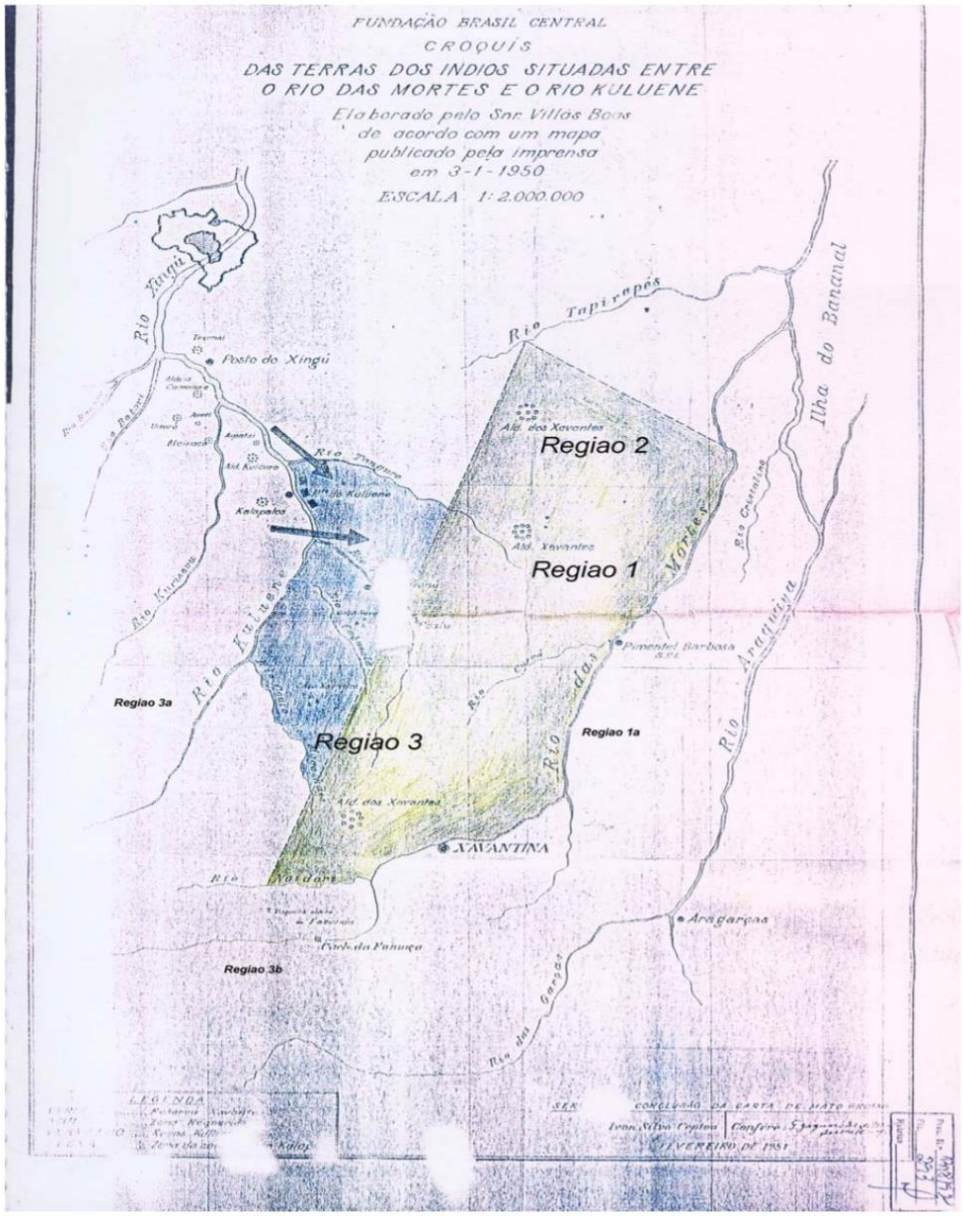
Figura 08: Mapa do Dcreto de nº 903/1950 e as terras indigenas Xavante atuais



Fonte: Gomide (2008, p. 218).

O território ocupado pelos Xavantes era, portanto, muito maior do que o proposto no Decreto 903 de 1950, não atendia as necessedidades e a territoriedade já estabelecidas, tradidicionamente, pelo indígenas desse grupo. O Mapa a seguir produzido pela FBC, em 1950, apontava nessa direção.

Figura 09: Mapa das terra dos índios situadas entre o Rio das Mortes e o Rio Kuluene



Fonte: De Paula (2007, p. 202).

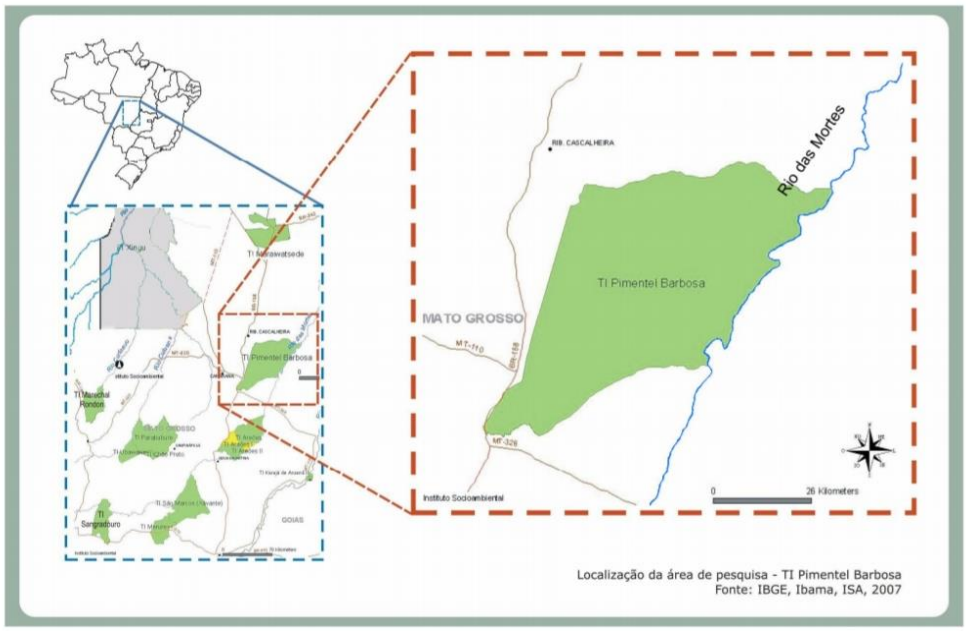
Um vasto território que chegava até a margem do Rio Kuluene não estava na proposta do decreto, sem contar as já mencionadas comunidades mais ao sul, que tabém não estavam contempladas como pode ser observado na comparação dos entre o mapa da Figura 08 e o mapa da Figura 09.

O processo de demarcação das terras indígenas, através dos decretos que seguiram até a década de 1980, como pode também ser observado no mapa que trata desesse decretos na Figura 8, mostra que, a medida em que o contato se insesificava, o território foi diminuindo, sendo, por fim, fatiado em sete terras indígenas.

No presente trabalho vamos dar destaque a TI Pimentel Barbosa, pelo fato de parte da

mesma estar localizada no atual município de Canarana-MT, o qual investigamos o processo de ocupação do território, bem como a constituição do mesmo.

Figura 10: Mapa da localização da Terra Indígena Pimentel Barbosa



Fonte: Gomide (2008, p. 243).

A TI Pimentel Barbosa, faz parte do território, onde, inicialmente, os Xavantes se deslocaram após a migração do antigo território, atravessando o Rio Araguaia pelos atuais estados de Goiás e Tocantins. Suas fronteiras territoriais, as quais, antes do contato com os não índios, não existiam de forma bem definida, foram estabelecidas por esses últimos que chegaram nessa localidade com o discurso de trazer civilidade, integração e prosperidade, condenando esse povo a um confinamento territorial.

Buscamos até esse momento mostrar o processo de ocupação espontâneo, realizado pelo povo Xavante na região do Araguaia Mato-grossense, em decorrência da migração do século XIX. A ocupação feita pelos Xavantes, não foi estebelecida por ondenamento administrativo, sendo assim, as motivações de deslocamento e fixação foi definida pela sobrevivência: primeiro a fuga das guerras com os colonizadores no antigo território, em segundo, já em Mato Grosso, seguiu as necessidades de manuteção da comunidade, nos seus aspectos de sobrevivência e vivenciamento cultural. Esse processo foi extremamente violento, tanto no século XIX, com a resistêcia e fuga, quanto no século XX, com o novo encontro e o confinamento territorial.

2.2 A Frente de expansão: posseiros, peões e indígenas Xavante

Ao tratar da discussão sobre fronteira, Martins (2018, p. 141) reconhece duas categorias importantes para reflexão: a frente de expansão e a frente pioneira. “A categoria mais rica e apropriada para a reflexão sociológica é a de frente de expansão porque ela se refere a lugar e tempo de conflito e de alteridade”. O conflito assume um grau de importância muito grande, as relações sociais são definidas, ao que parece, pela força pessoal ou de grupo, na frente de expansão a ocupação ocorre de forma espontânea, avança sobre territórios que se configuraram, não apenas pelo interesse político e administrativo, mas também pelo uso.

Quando Martins (2018, p. 156) passa a caracterizar a frente de expansão, aponta que:

> [...] As relações sociais (e de produção) na frente de expansão são predominantemente relações *não-capitalistas* de produção mediadoras da reprodução *capitalista* do capital. Isso não faz delas outro modo de produção. Apenas indica uma insuficiente constituição dos mecanismos de reprodução capitalista na frente de expansão.

Essa constatação é muito importante, define características da fronteira que ajudam a compreender o caráter singular desse espaço, pois na frente de expansão as ações não são controladas de forma tão intensa pelo aparato burocrático, administrativo e legal do Estado, como ocorre nos territórios já integrados à lógica da produção capitalista.

O movimento da fronteira, na interpretação de Martins (2018), possibilita a ocupação e formação de territórios de formas diferentes, de forma espontânea, e, em muitos momentos, é imposto pela força. As intervenções oficiais na frente de expansão se dão pela força, de forma arbitrária, desconsiderando os sujeitos e suas culturas, objetivando quase que unicamente os interesses econômicos.

A ocupação do território do atual Estado de Mato Grosso, e, em especial, da região do Araguaia mato-grossense, onde está localizado o município de Canarana-MT, se deu conforme já tratamos: de forma oficial e de forma espontânea. Essa ocupação oficial está ligada às ações do Estado, refletindo em legislações e políticas públicas que buscaram ocupar os vastos “espaços vazios” como eram chamadas as terras que não se encontravam integradas ao sistema produtivo nacional; já a ocupação espontânea como mostra Guimarães Neto (1996), ocorreu através de ações individuais ou de grupos que migram em busca de condições de vida mais favoráveis, fugindo, muitas vezes de ações opressoras da ocupação oficial, que se impõe nesses espaços que, aos olhos da lei do Estado encontravam-se vazios.

Os territórios indígenas formados a partir de um movimento espontâneo, motivado por

atritos e violência com colonizadores, não foram respeitados nesse processo, foi ocupado de forma oficial pelas ações do Estado e pela ação espontânea de grupos ou indivíduos que começaram a entrar pelo território sem aparo da lei ou de políticas públicas. Esses grupos de pessoas, como escreve Esteci (1987), eram e são conhecidos como posseiros, também havia os peões das empresas agropecuárias, que, em algum momento, conseguiam se livrar da ação de controle e avançavam em meio ao território, buscando um lugar para viver. Conforme aponta Esterci (1987, p. 10): "Para realizar as tarefas de implantação, as empresas lançavam mão de contingente numerosos de trabalhadores – os peões – recrutados em outras regiões e submetidos a formas de exploração violentas." Esses peões ajudaram a engrossar esse grupo semelhante de origem, porém, distintos quanto aos objetivos iniciais, quando deslocaram para o leste de Mato Grosso.

A ação de posseiros faz parte desse movimento de ocupação espontânea, não está ligada à ação direta do governo, porém, os governos ao logo dos séculos não tomaram medidas para coibir, e até se valeu desse movimento para abrir áreas, que, posteriormente, foram ocupadas segundo regramento do Estado e pelas ações de grupos empresárias ligados ao setor agropecuário, alijando essas populações do direto à terra que já ocupavam há muito tempo.

Analisando a pesquisa de Guimarães Neto (1996), sobre os garimpos da região leste do Mato Grosso, é possível reconhecer que o movimento de ocupação da região do Araguaia Mato-grossense por não indígenas, ocorreu por duas frentes principais, uma vinda do norte, passando pelo estado de Goiás, onde hoje é o estado de Tocantins e pelo sul do Pará, e a outra entrando pelo sul da região do Araguaia mato-grossense, também vindo do estado de Goiás.

Essa ocupação não oficial ocorreu em vários momentos durante a expansão do território nacional, vamos, então, compreender como esses movimentos se deram na região leste e nordeste de Mato Grosso, local onde a pesquisa focou a análise.

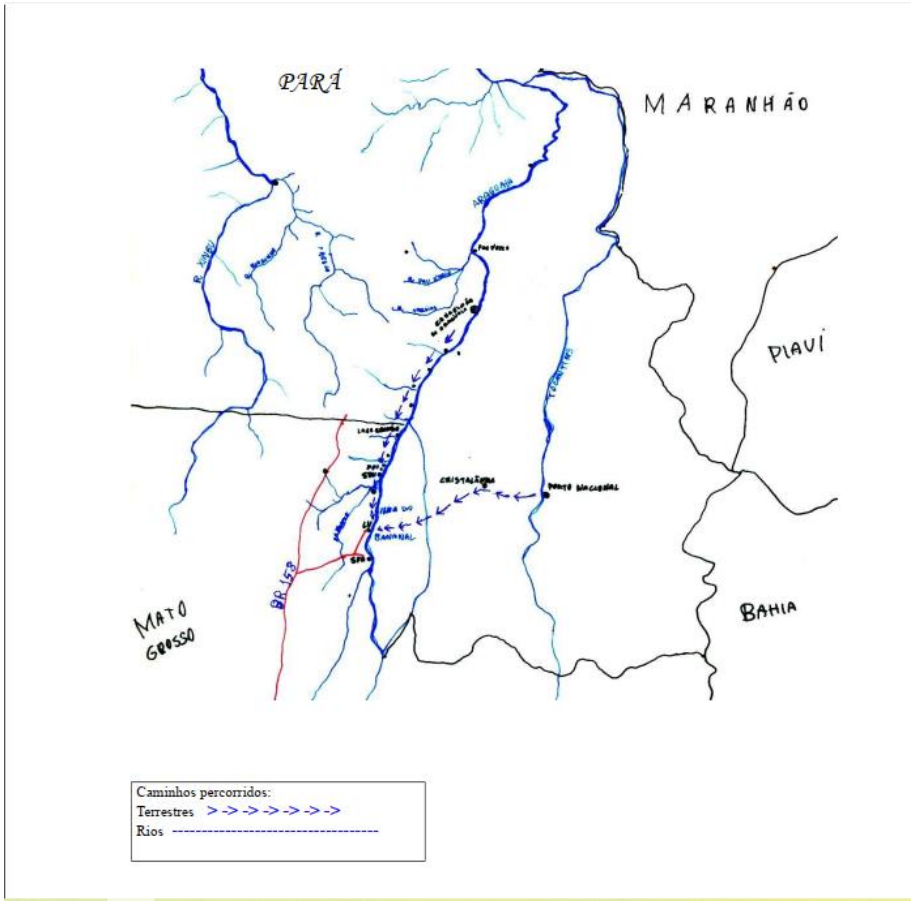
Vamos tratar, a princípio, da ocupação espontânea ocorrida a partir da microrregião nordeste de Mato Grosso, ela faz parte do chamando Araguaia Mato-Grossense.

Souza (2009, p. 13) aponta que:

> Na área banhada pelo Araguaia, no nordeste de Mato Grosso, é possível identificar quatro momentos distintos de deslocamentos populacionais, estabelecido por pessoas de diversas regiões do país, que foram ocupar esse território. No primeiro momento chegaram famílias que formaram pequenos povoados às margens do rio Araguaia (início do século XX), constituído por uma migração espontânea. Os primeiros povoados foram Furo de Pedra (Santa Terezinha), Mato Verde (Luciara) e São Félix do Araguaia. Nesse primeiro momento chegam famílias do Maranhão, Goiás e Pará.

Esse processo de ocupação ocorreu a partir do início do século XX e traz para essas localidades pessoas de origens diferentes, as pessoas que foram tomando posse das terras vinham migrando em busca de oportunidades e fugindo de situações de vida muito penosas. O mapa a seguir, organizado por Soares (2004), mostra as rotas de migrantes vindos das regiões norte e nordeste do Brasil.

Figura 11: Rotas de migração para a região leste de Mato Grosso, na primeira metade do século XX



Fonte: Soares (2004, p. 39).

Soares (2005, p. 40) aponta um dos motivos que levaram essas pessoas a migrar do sul do Pará:

> A crise do comércio da borracha com a queda de seu preço no mercado internacional, a partir de 1914, alterou a vida dos povoados do sul do estado do Pará, particularmente da cidade de Conceição do Araguaia que tinha um grande centro comercial, movimentado, principalmente pelo fluxo financeiro do comércio da borracha.

A crise fez com que essas pessoas que viviam da extração do látex, buscassem alternativas, a mais viável seria migrar para uma região nova.

Segundo Soares (2004, p. 41) havia “informações sobre os deslocamentos de grupos sociais do sul do Pará para os garimpos do leste mato-grossense”, sendo que a mineração atraiu muitas pessoas para o estado de Mato Grosso. Mais à frente vamos tratar dessa questão um pouco mais, principalmente quando estivermos falando da outra porta de entrada de migrantes na região do Araguaia Mato-Grossense.

Ainda, com relação e esse movimento migratório, Soares (2004, p. 44) fala sobre as características:

> Destacamos algumas características desse movimento migratório: algumas famílias/pessoas foram dos povoados do sul do estado do Pará direto para os garimpos do leste mato-grossense, enquanto que outras ficaram pelos caminhos, constituindo povoações não-indígenas ao longo das margens do rio Araguaia que dedicavam à criação de gado e/ou agricultura; houve outros casos em que parte da família ficou nestas povoações.

Essa rota de entrada fez com que ao longo da primeira metade do século XX, fossem surgindo povoados no norte da região do vale do Araguaia Mato-Grossense. Aos poucos a ocupação espontânea foi se estabelecendo, forçada, como percebemos, por movimentos oriundos de outras regiões, pessoas que sem o título, sem a regulamentação pelas normas da legislação, se estabeleceram e organizaram a produção, principalmente a criação de gado e a produção de lavoura de subsistência.

Soares (2004, p. 55) descreve a formação de algumas dessas povoações que deram origem a municípios entre as décadas de 1960 e 1990.

> Alguns anos depois, em 1942, Severiano Neves juntou-se com outras famílias de Mato Verde e avançaram algumas léguas rio acima e instalou-se em pleno território Xavante, dando início ao povoado de São Félix do Araguaia. No final da década de 1950, algumas famílias de Luciara, entre elas a do Sr. José Pereira de Souza, subiram o Araguaia e o rio das Mortes e constituíram o povoado de Santo Antônio, na margem deste rio a 150 Km da foz no Araguaia[69] (atual município Novo Santo). Na década de 1940 adentra-se também o povoamento para o alto Rio Tapirapé, constituindo-se o povoado de Porto Alegre do Norte. Na década de 1950, a alguns quilômetros à frente, constitui-se o povoado de Canabrava do Norte.

As povoações foram se estabelecendo, e, à medida que o tempo passava, as notícias sobre a região iam crescendo e, junto a isso, o interesse governamental. No período em que se constituía esses povoados e a ocupação do território por posseiros e, posteriormente, por peões que se deslocaram para trabalhar nas fazendas abertas por particulares e empresas no norte da região do Araguaia Mato-Grossense, ao mesmo tempo, ao sul da região, já estava em pleno movimento as ações da FBC – Fundação Brasil Central. Contatos com os índios

Xavantes estavam sendo estabelecidos, rotas de passagem estavam sendo abertas dentro do Território Xavante, como já tratado por Lachnitt (2017) e pelos relatos de Fonseca (1948).

As estradas foram importantes para o acesso ao interior da região do Araguaia, Canuto (2019, p. 19) ressalta que a construção da BR 158 foi importante para o avanço da ocupação e para o estabelecimento de povoados:

> Com a abertura da estrada BR 158, já na década de 1960, às margens da dessa estrada e às margens do Córrego Suiazinho, famílias de sertanejos estabeleceram moradia em busca de sobrevivência. A Localidade passou a ser conhecida como Córrego dos Porcos, porque ali, na construção da estrada, uma manada de porcos atravessou o local. Depois passou a se chamar Ribeirão Bonito. Em 1969, começou a povoação de Cascalheira, no alto da Chapada, a três quilômetros do Ribeirão.

Esse Relato mostra a formação do que hoje é o município de Ribeirão Cascalheira, até sua emancipação, através da Lei Estadual nº 5.267, de 03 de maio de 1988[18], parte do seu território estava incorporado ao município de Canarana-MT, que, por sua vez, antes de se tornar município estava incorporado ao município de Barra do Garças. Pelo relato de Canuto (2019) percebe-se que a ocupação espontânea foi se espalhando, vindo do Norte para o Sul.

A outra frente de entrada e ocupação do Araguaia Mato-Grossense se deu partindo do Sul para o Norte, essa frente de ocupação por não indígenas se deu incialmente de forma espontânea, isso nas primeiras três décadas do Século XX, a partir da década de 1940 a ocupação oficial ganhou força com ações diretas do governo, presença de órgãos de fomento e controle, como a FBC e o SPI, Antes de começar a discutir a ocupação oficial das terras da região do Araguaia Mato-grossense, trataremos da ocupação espontânea.

A entrada e ocupação espontânea pelo Sul está integrada à rota vinda do Norte, apontada por Guimarães Neto (1996), os deslocamentos eram feitos pelo Rio Araguaia, sendo assim, as migrações mais direcionadas que visavam chegar as regiões de garimpo, se estabelecia por deslocamentos via rio Araguaia. A porta de entrada era o Registro do Araguaia, que, posteriormente, passou a ser no encontro de dois rios: o Araguaia e o Garça. Na margem goiana do rio Araguaia foi estabelecida a povoação que deu origem à cidade de Aragarças, e na margem mato-grossense, depois do encontro dos rios, a povoação que deu origem à cidade de Barra do Garças.

O surgimento de Barra do Garças está relacionado aos garimpos da região dos Rios Garças e Araguaia, como notamos antes. Muitos migrantes vindos do Sul do Pará

[18] A informação sobre o número de lei estadual, que estabeleceu a emancipação do município do município de Ribeirão Cascalheira, foi pesquisada no site da Câmara Municipal daquele município em 23 de junho de 2020 http://camararibeiraocascalheira.com.br/index.php?option=com_content&view=article&id=24&Itemid=259.

atravessaram o Araguaia e seguiram em direção a esses garimpos. Nesse percurso, muitos acabaram por se estabelecer ao longo dos Rio Araguaia de do Rio das Mortes, formando as primeiras povoações.

Guimarães Neto (1996, p. 112 e 113) destaca, em sua pesquisa sobre os garimpos da região leste de Mato Grosso, um ponto importe de apoio aos migrantes:

> Não muito longe, em território mato-grossense, destacava se registro do Araguaia (antigo presidio militar) como um dos lugares mais importantes do caminho, tido como um posto avançado, dando suporte material para à penetração no sertão. De fato, alcançava-se nessa etapa a antiga entrada terrestre dos tempos da Colônia, que fazia interligação Cuiabá-Goiás e que, agora, iria servir de forma muito especial à articulação de fluxos migratórios e caminhos mercantis da zona garimpeira.

Registro do Araguaia, segundo Guimarães Neto (1996), tornou se, portanto, um ponto importante para as migrações e para a distribuição de mercadorias que vinham da capital do Estado de Goiás[19] para a região de mineração, no início do século XX. Essa localidade fica a uns 60 quilômetros da sede do atual município de Barra do Garças, e hoje se chama Araguaiana [20].

Na década de 1920, surge a povoação no encontro entre os rios Garças e Araguaia. Assim descreve Varjão (1922, p. 18) como se deu esse acontecimento:

> O que se pode denominar de povoamento, só ocorreu em 1924 com a chegada dos garimpeiros Antônio Cristino Côrtes e Francisco Dourado, acompanhados de outros garimpeiros que se destinavam ao Garças, procedentes do Registro do Araguaia. José Pedro informou aos viajantes da existência de cascalho e diamantes achados na barra da Voadeira, o que despertou a curiosidade dos garimpeiros para exploração e, na qual, foram bem-sucedidos. Entre 1924 e 1926 Barra do Garças se tornou um aglomerado de barracos e serviu de Quartel-General para os combatentes da "Revolta MORBECK *versus* CARVALHINHO".

[19] Até a década de 1930 do século XX, a capital do Estado de Goiás de onde provinha itens de abastecimento, era a cidade de Goiás, geograficamente mais próxima, a logística utilizada era a mesma da época colonial.

[20] Araguaiana primeiro município criado no leste mato-grossense, desmembrado diretamente de Cuyabá com território diminuído, do grande município de Araguaya em 8 de junho de 1913. O município era o quarto do estado em extensão territorial - 216.429 km² - menor apenas que Cuiabá, Vila Bela da Santíssima Trindade e Diamantino. A Lei nº 698, de 12 de junho de 1915, alterou a denominação de Araguaya para Registro do Araguaya, instituindo a Comarca. Registro do Araguaya cedeu considerável parte do seu território para a criação do município de Santa Rita do Araguaya, mas pouco a pouco foi perdendo a importância antiga, enquanto o sul desenvolvia-se mais rapidamente. A Lei nº 161, de 21 de abril de 1932, alterou a denominação de Registro do Araguaya para Araguayana. Com o surgimento de outros municípios, entre eles Barra do Garças, Araguayana decaiu, perdendo prestígio. Com a Lei nº 121, de 15 de junho de 1948, extinguiu o município de Araguayana, encorporado ao de Barra do Garças, do qual passou a simples condição de distrito. Através da Lei nº 5.006, de 13, de maio de 1986, restaurou o antigo município de Araguayana, porém, com território diminuído. Esta lei não traz no texto o termo "restauração", porém, na verdade, tratou-se da restauração política de um município e a correção de um erro histórico. Fonte – Biblioteca IBGE. Endereço eletrônico https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/dtbs/matogrosso/araguaiana.pdf , consultado no dia 06/07/2020.

As migrações, vindas de diversas regiões para os garimpos, no contexto das disputas locais o município de Barra do Graças, ao longo dos anos, se tornou porta de entrada para o processo de ocupação e colonização da região leste de Mato Grosso.

Segundo os relatos de Varjão (1992, p. 19) o "maior desenvolvimento do núcleo garimpeiro foi se verificar no ano de 1933 com a descoberta da mancha da Praia", foi nesse movimento de descoberta de ouro, próximo a localidade entre os estados de Goiás e Mato Grosso, que surge uma outra localidade do lado goiano, era chamada de Barra Goiana, hoje cidade de Aragarças. Essa localidade, na década seguinte 1940, foi a base das ações de entrada da FBC, que teve como objetivo promover ações de reconhecimento e abertura de caminhos para integrar à região Centro-Oeste a chamada sociedade nacional e o sistema produtivo.

Comas ações da FBC começam os trabalhos para a ocupação oficial da Amazônia e, em consequência, da região do Araguaia mato-grossense por essa segunda frente, nota-se, então, que as ações se misturam à ocupação oficial e espontânea. De Aragarças a FBC, que representavam as ações do Estado para ocupar a região, seguiu abrindo caminhos em direção ao norte da região Leste de Mato Grosso.

Voltemos aos relatos de Fonseca (1948), que fala de forma quase heroica as ações do início das atividades da FBC: "O Ministro João Alberto pegou um facão, deu ao coronel Matos Vanique e este saiu 'amansando o sertão' e fincando uma bandeira brasileira naquela verdadeira terra de ninguém". Nota-se no relato uma visão geral da chamada "sociedade nacional" e, em consequência, dos governos, de que esses territórios da região Centro-Oeste não tinham donos, nessa linha de pensamento, povos indígenas e posseiros que estavam espalhados pelo território, como já assinalamos, eram mais um obstáculo para o progresso. Surgem os novos "heróis nacionais" aos moldes dos bandeirantes.

Nas entradas da expedição foi fundada uma base avançada na margem do Rio das Mortes, onde hoje localiza-se a cidade de Nova Xavantina, conforme descrito por Villas Boas (1994). Foi nesse contexto que Fonseca (1948) descreveu o encontro como os Xavantes, ele também relatou a presença de posseiros e como ocorria as entradas.

> E eis como ele se processa. Um homem consegue por compra, troca ou qualquer outra transação, uma ponta de gado. No lugar onde reside, entretanto, não dispõe de pastagens ou de dinheiro suficiente para adquirir o terreno em que solte o seu rebanho. Abala, mato a dentro, com mulher, filhos e bagagem, montado, às vezes, outras vezes a pé, tocando à frente as suas rezes. Caminha, assim, sem destino, ou guiado por informações, até encontrar um lugar cuja situação, pela proximidade da

> água, natureza de vegetação, etc., lhe pareça suficientemente bom para se instalar. (FONSECA, 1948, p. 53).

Ele aponta para a prática que levava as pessoas a mudar-se dentro do território, ocupando terras consideradas pelo Estado como devolutas. Fonseca (1948, p. 56) cita um exemplo:

> Conversei com vários deles e um me chamou particularmente a atenção por ser membro de uma verdadeira dinastia de "amansadores de sertão". Chamava-se Teófilo Silveira e a familia dos seus avós, há mais de oitenta anos, fora obrigada a emigrar do lugar onde morava, à margem do rio Araguaia, próximo a Santa Rita, por haver um dos seus membros morto um índio, sôbre êle recaindo uma perseguição tenaz, por parte dos selvagens, ávidos de vingança.

Destacamos duas frentes principais de povoação da região do Araguaia Mato-grossense, uma ao norte, com a atuação de posseiros, enfrentando conflitos com povos indígenas e ao sul que se estabelece, a princípio de forma espontânea, levada pelos garimpos e criação de gado e outro oficial com as ações da FBC, ambas forçavam o processo de ocupação de áreas que antes estavam ocupadas por povos indígenas. No meio desse território estava a nação dos Xavante como apontava Fonseca (1948).

2.3 A Frente Pioneira: Sulistas em Barra do Garças

Segundo Martins (2018, p. 156) “a frente pioneira se define, essencialmente, pela presença do capital na produção”. Nesse sentido, a ocupação e venda de áreas de terras para implantação de empresas agropecuárias ou como reserva de capital acelera em Mato Grosso, durante o século XX, principalmente na segunda metade. Esse movimento promove segundo o mesmo autor, a sobreposição da frente de expansão e da frente pioneira. As características das duas convivem por algum tempo, nesse contexto as populações e seus territórios definidos pelo uso se veem em uma situação de conflito, os interesses capitalistas para o uso e para a produção de mercadorias entram em conflito com os interesses do uso tradicional ou para a subsistência.

Na primeira metade do século XX, principalmente até a década de 1940, as terras da maior parte da região do Araguaia Mato-grossense, estavam ocupadas por povos indígenas, em especial pelo povo Xavante, bem como por posseiros, como vimos. Foram processos migratórios que levaram esses povos a se estabelecer na região, no entanto, com as entradas do SPI, e as ações da FBC e da Expedição Roncador Xingu liderada pelos irmãos Villas Boas,

os interesses de empresas e do governo do estado de Mato Grosso cresceu sobre essas terras. Nesse ponto, Moreno (1999, p. 78) aponta que:

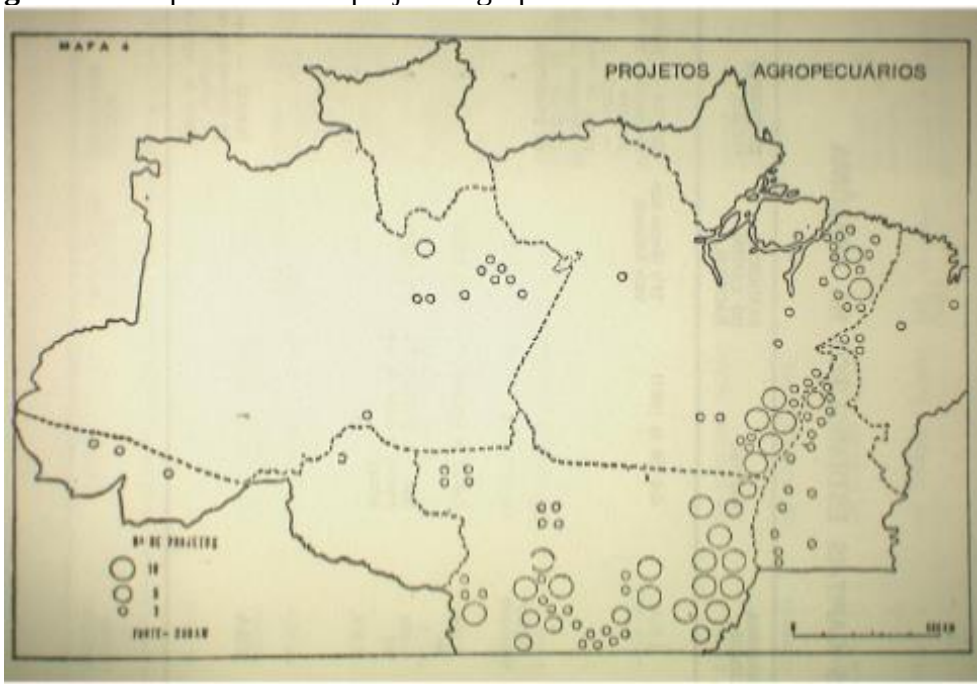
> No período de 1950 a 1964 teve como marca a venda indiscriminada de terras devolutas e sua utilização nas disputas eleitorais, servindo como premiação ou pagamentos de favores políticos. A política de colonização foi transformada num rendoso negócio de terras para a maior parte dos concessionários, que não cumpriram os contratos com o Estado e usaram a terra para especular em benefício próprio.

Os interesses tinham duas finalidades, sendo uma dela atender aos capitalistas, empresas e particulares que se instalaram na região, com objetivo de abrir essas terras e promover, a princípio, a formação de pastagens para a criação de gado, e posteriormente introduzir a agricultura. Essa última ocorreu, principalmente, a partir da década de 1970. A outra finalidade compreendia em manter as teias de controle e poder político por parte das elites políticas do Estado, ocorrendo uma intensa rede de favorecimento em troca de apoio.

Com isso, muitas empresas e particulares estabeleceram-se com o apoio do aparato legislativo e por projetos governamentais construído, como afirma Moreno (1999), para dar suporte à ocupação dessas terras devolutas, Martins (2009) apresenta no mapa a seguir a localização dos principais projetos aprovados pela SUDAM[21], até a década de 1970.

[21] SUDAM – Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia é uma autarquia do Governo Federal, criada em 14 de julho de 1966, através da Lei nº 5.173, de 27 de outubro de 1966. A mesma lei, extinguiu a sua antecessora a SPVEA (Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia) criada durante o governo de Getúlio Vargas através da Lei nº 1.806, sancionada em 06/01/1953. A Lei nº 5.174. funcionou até 24 de agosto de 2001, quando o presidente Fernando Henrique Cardoso, na medida provisória nº. 2.157-5, criou a Agência de Desenvolvimento da Amazônia (ADA) e extinguiu a SUDAM, e em 2007 a superintendência foi recriada, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva cria a nova Sudam pela Lei Complementar N°124, de 3 de janeiro de 2007, em substituição à Agência de Desenvolvimento da Amazônia. Sua função e capacidade de ação variou desde sua criação e recriação, mas de forma geral era promover o desenvolvimento da região Amazônica. No período da Ditadura Civil Militar, "era marcada pela liberalidade que conferia as pessoas jurídicas. Além da isenção de impostos de renda, taxas federais, atividades industriais, agrícolas, pecuárias e de serviços básicos, dava isenção de impostos e taxas para importação de máquinas e equipamentos, bem como para bens doados por entidades estrangeiras." Com sua recriação em 2007, foi definida a sua missão de "promover o desenvolvimento includente e sustentável de sua área de atuação e a integração competitiva da base produtiva regional na economia nacional e internacional nos nove estados da Amazônia Legal." As informações foram obtidas no site do Ministério do Desenvolvimento Regional. MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL. Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia. Disponível em: https://www.gov.br/sudam/pt-br/acesso-a-informacoes/institucional/historico-sudam. Acesso em: 23 fev.2021.

Figura 12: Mapa mostrando projetos agropecuários com incentivos da SUDAM



Fonte: Souza (2009, p. 51).

O mapa demostra com clareza a concentração de projetos aprovados no vale do Rio Araguaia, passando pela região leste e nordeste de Mato Grosso, entrando pelo sul do estado do Pará. Soares (2004) apresenta um quadro com as agropecuárias que se instalaram no Araguaia Mato-Grossense:

Tabela 1: Projetos de pecuária aprovados pela SUDAM no Araguaia mato-grossense

Nome da Fazenda	Área aproximada – hectares	Incentivos Fiscais-Cr$
Agropecuária Suiá-Missu	695,843	7.878.000
Cia de Desenvolvimento do Araguaia (CODEARA)	196.497	16.066,900
Agropecuária do Araguaia (AGROPASA)	48.165	7.122.208
Tapiraguaia Agrícola e Pecuária	21.923	2.519.404
Colonização e Representação do Brasil (COREBRASA)	52.272	3.130.000
Agropecuária São Francisco do Xingu	21.000	3.921.364
Agropecuária Guanabara	25.800	4.398.889
Agropecuária São José	19.915	4.960.318
Agropecuária Santa Rosa	19.360	3.968.033
Agro-Pastoril Nova Patrocínio (Fazenda Porta da Amazônia)	26.817	3.083.467
Agropecuária Tapirapé (Fazenda Tapirapé)	27.614	3.109.694
Buritizal Agropecuária	30.621	3.939.638
Porto Velho Agropecuária	49.994	6.193.496
Agropecuária Foltran	13.741	3.309.720
Agropecuária Três Marias	20.000	3.505.768
Tabaju Agropecuária	19.931	3.019.474
Urupianga Agropecuária	50.468	6.573.321
Rancho Santo Antônio	21.780	4.788.884
Pastoral Agropecuária Couto Magalhães	50.176	2.451.662

Agropecuária Duas Âncoras	23.005	4.191.575
Agropecuária 7 de Setembro Ltda	18.582	2.025.620
Agropecuária Médio Araguaia (AGROPEMA)	11.370	1.487.426
Cia Agro-Pastoril Sul da Amazônia	24.200	4.288.877
Joaçaba Agropecuária	9.744	1.417.255
Cia Desenvolvimento Agropecuário de Mato Grosso	26.824	2.342.725
Empresa Agropecuária Ema	8.952	1.514.838
Agropecuária Alvorada Mato Grosso (APAME)	29.703	4.332.496
Santa Luzia Agropecuária	4.930	1.959.037
União Gaúcha Colonizadora Agropecuária (SOGUACHA)	26.300	5.247.075
Fazenda Tanguru Agropecuária	35.562	2.149.072
Agropecuária Santa Silvia	39.574	3.028.000
Fazenda Nova Viena	29.503	4.718.377
Sociedade Agropecuária do Vale do Araguaia (SAPEVA)	72.567	6.208.686
Agropecuária Califórnia Comércio e Indústria (AGROINSA)	29.831	3.142.165
Agropecuária Duas Pontas	------	812.719
Agropecuária Nova Amazônia (FRENOVA)	------	4.872.318
Agropecuária Cocal	------	4.235.909
Curuá Agropecuária	9.455	1.432.258
Noidori Agropecuária	------	2.663.771
Elagro Pecuária	29.446	6.459.426
Pabreulândia Agro-Pastoril do Brasil Central	------	1.913.721
Nativa Agropecuária	------	1.593.654
Fazenda Nova Kênia	------	2.115.148
Agropastoril Barra do Garças	9.998	4.784.430
Agropecuária Kamakavy	24.999	5.144.623
Agropecuária Roncador	24.251	5.369.188
Agropecuária Colorado	5.413	1.526.140
Fazendas Associadas do Araguaia (FAASA)	10.000	1.413.288
Agropecuária São João da Liberdade	------	6.213.140
Agropecuária Rio Manso	------	2.307.809
Cia Agrícola e Pastoril São Judas Tadeu	------	5.955.380
Rio Fontoura Agropecuária	14.864	3.754.920
Tracajá Agropecuária	29.880	3.798.133
Independência Agropecuária	------	1.460.546
Sociedade Agropecuária Brasil Central	31.110	3.729.142
Agropecuária Tatuibi	19.936	5.973.970
Norte Pastoril Mato-Grossense	------	5.881.454
Companhia Agropecuária Sete Barras	19.360	6.320.477
Companhia de Desenvolvimento Garapu (CODESGA)	9.000	3.207.265
Agropastoril Campo Verde	64.819	6.565.129
Companhia Agropastoril Aruanã (CIAGRA)	------	5.975.784
Colonizadora e Representações Brasileiras (COLBRASA)	24.969	6.774.833
Agropecuária Bela Vista	36.125	4.390.924
Agropecuária Remanso Açu	------	2.989.015
Total:	**2.166.189**	**261.647.972**

Fonte: Adapatado de Soares (2004, p. 107 e 108).

O quadro colabora para compreendermos a ação do Estado em beneficiar esses grupos empresariais, além de vender as terras a preços muitos baixos, ainda dispunham, essas empresas, de capital público, através dos incentivos ficais.

Com esse movimento e ação do estado, as terras indígenas foram sendo, cada vez mais, reduzidas, posseiros que se estabeleceram décadas antes desses projetos foram desalojados.

Idioriê (2016) escreve sobre os Xavantes, povo indígena que ocupava um vasto território ao longo do Araguaia mato-grossense, ressaltando que:

> Suas terras somente foram reconhecidas como tal no final dos anos 80, os Xavante não conseguiram garantir que seu território ficasse de forma contínua. Atualmente, eles vivem em nove (09) pedaços de terra: Pimentel Barbosa, Areões, Sangradouro, São Marcos, Parabubure, Marãiwatséde, Chão Preto, Ubawawe e Marechal Rondon. Nas outras partes de suas terras foram construídas cidades que integram treze (13) municípios (IDIORIÊ, 2016, p. 21).

Nesse cenário em que empresas passaram a implantar projetos econômicos dentro de áreas que antes eram ocupadas por indígenas, os conflitos se intensificam, bem como a violência, como aponta as análises Rosa (2020), em especial na fala do Bispo Casaldáliga:

> Casaldáliga indicava o conflito decorrente da instalação da fazenda Suiá Missú e o deslocamento dos Xavantes da Terra Indígena (TI) Marãiwatsédé, com o apoio da Força Aérea Brasileira (FAB), a situação dos Tapirapé, cujo território havia sido vendido para a companhia Tapiraguaia S/A (ROSA, 2020, p. 520 e 521).

Nesse trecho são citadas duas áreas ocupadas por empreendimentos, demostrando um total descaso e descontrole por parte de autoridades, em relação às terras ocupadas pelos indígenas. Penso ser importante relatar a situação mais dramática, das duas citadas, que foi a retirada de um grupo de Xavantes na década de 1960 de seu território, hoje TI. Sendo o grupo Marãiwatséde, ao norte da região do Araguaia, para a implantação da agropecuária Suiá Missú, comandada por Ariosto da Riva e em conformidade com o Departamento de Terras e Colonização de Mato Grosso DTC[22].

A esse acontecimento, Rocha (2018, p. 108) descreve:

> É nessa época, por volta de 1960, que o fazendeiro paulista Ariosto da Riva adquiriu uma extensa área de terras, localizada no município de Barra do Garças; parte dessas terras em território Xavante, foram adquiridas sem nenhuma objeção por parte do Departamento de Terras e Colonização de Mato Groso (DTC), que passou a emitir título de propriedade a não índios, impulsionado pelo espírito expansionista de "colonização" daquela região.

[22] DTC – Departamento de Terras e Colonização de Mato Grosso – Era o órgão estadual responsável para regularização fundiária até o início da Segunda metade do século XX. Em 1966 o órgão foi extinto, passando as funções de Regularização para a Assembleia Legislativa de Mato Grosso.

A apropriação das terras indígenas com a anuência do Estado, atestando, através de documentação pública, a não inexistência de indígenas nas áreas pleiteadas pelo empreendimento de Ariosto da Riva, foi motivo de muitos conflitos, a pressão sobre esse povo foi muito grade, sem o amparo dos órgãos governamentais em especial o SPI, órgão que deveria cuidar dos interesses dos indígenas, mas, na prática, atuou em muitos momentos, como ponto de apoio à legalização de terras por empresas e grileiros. A pressão foi tanta, de um lado posseiros, de outro um empreendimento agropecuário, que, ao final, prevaleceu os interesses do empreendimento, conforme relata Gomide (2008):

> Diante desses conflitos violentos o grupo Xavante de Marãiwatsédé acaba tendo parte de suas terras ocupadas por posseiros. Em seguida à invasão, deu-se a implantação da fazenda Suiá-Missú que expulsou tanto os índios como os posseiros (GOMIDE, 2008, p. 283).

O processo de remoção ocorreu após seguidas tentativas de persuadir os indígenas a se colocar na condição de trabalho análogo à escravidão, o proprietário do empreendimento articulou com as autoridades nacionais a retirada forçada, conforme Rocha (2018) especifica no trecho a seguir:

> Em agosto de 1966, Ariosto da Riva conseguiu que o grupo indígena de Marãiwatsédé, composto por 263 indivíduos, fossem compulsoriamente transferidos em aviões da Força Aérea Brasileira (FAB) para a Missão Salesiana de São Marcos, a 400 km ao sul de Marãiwatsédé, seu território tradicional (ROCHA, 2018, p. 117).

Com a remoção dos Xavantes de Marãiwatsédé, seguiu a implantação do projeto agropecuário e uma luta pelo retorno, por parte dos indígenas, que perdurou por mais de meio século. O retorno só ocorreu em 2013, com o processo de desintrusão, determinado pela Justiça Federal, amplamente divulgado pelos meios de comunicação.

Quando forma removidos do seu território, os indígenas foram levados para a TI de São Marcos com o apoio de aviões da FAB, nesse local havia uma missão dos padres salesianos, que trabalhavam junto aos indígenas dessa localidade, com intuito de integração gradual aos modos de vida e cultura da chamada “Sociedade Nacional”.

A TI são Marcos ficava a mais de 400 quilômetros de Marãiwatsédé, estavam, portanto, muito longe de seu território tradicional. A trajetória dos indígenas no exílio territorial foi marcada por muito sofrimento, pois, já na chegada a São Marcos foram infectados por sarampo, nessa epidemia muitos membros do grupo acabaram morrendo.

Rodrigues (2018) traz alguns depoimentos em um artigo intitulado “Marâiwatsédé,

uma tragédia anunciada" que penso ser interessante analisarmos para ter noção dessa tragédia.

> Cento e sessenta. O Padre Pedro falou "cento e pouco". Mestre Mario falou em Cuiabá também que foi cento e cinquenta. [...] Meu pai, logo que chegou, pegou a doença e ficou sofrendo dois dias de sarampo. Aí começaram a morrer muitos. Meu pai morreu dois dias depois. Daí começou, noite toda, dia todo, carregaram [os corpos] na carroceria do trator, levaram no cemitério para enterrar. Noite toda, dia todo. Crianças morrendo, todas. Nem passaram 15 dias! [...] Morre, mas junta. Trator encosta e padre manda: "encosta lá, lá está morrendo já". Aí a gente botando em cima da carroceria e lavando onde que tem cemitério. Está tudo enterrado lá em São Marcos. Escapou pouca gente (PARIDZANÉ *apud* RODRIGUES; FERRAZ; MAMPIERI, 1992, p. 65).
>
> Depois que chegou aqui, com dois dias o pessoal já estava de sarampo quando chegou em São Marcos. Morreu muito, morreu bastante. Adultos, velhos (XAVANTE, Paulo César, traduzindo TIBÚRCIO *apud* RODRIGUES; FERRAZ; MAMPIERI, 1992, p. 64-65).

As falas dos indígenas citadas por Rodrigues, reforça a situação de abandono a que foi submetido esse grupo, em detrimento dos interesses econômicos de uma empresa e abre caminho para compreendermos uma luta pelo retorno que se prologou de 1966 até o ano de 2013. Rocha (2018, p. 121) informa que:

> Após essa epidemia de Sarampo e a primeira tentativa de retorno malsucedida, os Xavante de Marãiwatsédé iniciaram um processo de dispersão por diversas aldeias onde permaneceriam fragmentados até meados da década de 1980, quando se iniciou um longo processo de articulação política que acabaria resultando na retomada de suas terras.

O processo de tentativa de retorno se deu logo após o episódio da remoção e da epidemia, no entanto, o empreendimento já se encontrava instalado, os indígenas foram impedidos de retornar, ocorreu, então, a dispersão do grupo por várias aldeias, porém, a vontade de retornar as suas terras tradicionais não desapareceu, a partir de 1980 ocorreu movimento mais articulando no sentido de retomar às terras, é bom lembrar que no final da década de 1970 e início da de 1980, o movimento para a redemocratização do Brasil estava se fortalecendo, esse movimento estava encampado por uma missão de devolver aos brasileiros direitos cerceados durante a Ditadura Civil Militar.

O empreendimento instalado nas terras dos indígenas Xavantes, passou por reestruturações ao logo das décadas seguintes, Ariosto da Riva acabou por negociar o empreendimento, conforme detalha Rocha (2018, p. 123), a seguir:

> Com as atividades agropecuárias em ascensão e sem condições financeiras para acompanhar os investimentos necessários à sociedade empresarial, Ariosto da Riva se desfez da sociedade e vendeu os 20% das terras que ainda detinha da

> Agropecuária Suiá-Missú ao Grupo Bordon, que posteriormente constituiria a Bordon Agropecuária da Amazônia. Assim, com a saída de Ariosto da Riva da sociedade, as ações da Agropecuária Suiá-Missú passaram majoritariamente ao comando do Grupo Ometto. Em 1979, o grupo vendeu a propriedade para a Liquipar/Liquigás subsidiária da Agip Petroli/ENI (Estatal Italiana do Setor Petrolífero.

A empresa italiana AGIP, explorou essa área durante a década seguinte à aquisição do empreendimento. Com o processo de redemocratização no Brasil, foi elabora uma nova Constituição que foi promulgada em 1988. Com relação aos povos indígenas ela trata em seu artigo 231, dos direitos primordiais, entre eles o direto ao uso das terras tradicionalmente ocupadas. Vejamos o que diz o texto constitucional:

> Art. 231. São reconhecidos aos índios sua organização social, costumes, línguas, crenças e tradições, e os direitos originários sobre as terras que tradicionalmente ocupam, competindo à União demarcá-las, proteger e fazer respeitar todos os seus bens.
>
> § 1º São terras tradicionalmente ocupadas pelos índios as por eles habitadas em caráter permanente, as utilizadas para suas atividades produtivas, as imprescindíveis à preservação dos recursos ambientais necessários a seu bem-estar e as necessárias a sua reprodução física e cultural, segundo seus usos, costumes e tradições.
>
> § 2º As terras tradicionalmente ocupadas pelos índios destinam-se a sua posse permanente, cabendo-lhes o usufruto exclusivo das riquezas do solo, dos rios e dos lagos nelas existentes.
>
> § 3º O aproveitamento dos recursos hídricos, incluídos os potenciais energéticos, a pesquisa e a lavra das riquezas minerais em terras indígenas só podem ser efetivados com autorização do Congresso Nacional, ouvidas as comunidades afetadas, ficando-lhes assegurada participação nos resultados da lavra, na forma da lei.
>
> § 4º As terras de que trata este artigo são inalienáveis e indisponíveis, e os direitos sobre elas, imprescritíveis.
>
> § 5º É vedada a remoção dos grupos indígenas de suas terras, salvo, "ad referendum" do Congresso Nacional, em caso de catástrofe ou epidemia que ponha em risco sua população, ou no interesse da soberania do País, após deliberação do Congresso Nacional, garantido, em qualquer hipótese, o retorno imediato logo que cesse o risco.
>
> § 6º São nulos e extintos, não produzindo efeitos jurídicos, os atos que tenham por objeto a ocupação, o domínio e a posse das terras a que se refere este artigo, ou a exploração das riquezas naturais do solo, dos rios e dos lagos nelas existentes, ressalvado relevante interesse público da União, segundo o que dispuser lei complementar, não gerando a nulidade e a extinção direito a indenização ou a ações contra a União, salvo, na forma da lei, quanto às benfeitorias derivadas da ocupação de boa-fé.
>
> § 7º Não se aplica às terras indígenas o disposto no art. 174, § 3º e § 4º. (BRASIL, Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 26 fev. 2021).

Os parágrafos, do primeiro ao sétimo, deixam claro o direito às terras ocupadas tradicionalmente, portanto, o texto constitucional, tenta romper com a prática nacional de ocupação das terras, que não levaram em consideração os direitos dos indígenas. A aprovação

da Constituição, somada às preocupações com as questões ligadas ao meio ambiente, no início da década de 1990, exerceu uma grande pressão sobre a empresa AGIP, assim, em 1992, durante a Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento, chamada de ECO 92[23], a empresa se comprometeu a devolver aos indígenas a área remanescente do projeto inicial que estava no seu patrimônio. Ficou a cargo da FUNAI[24] fazer o levantamento histórico da presença de aldeias Xavantes na área, o que ficou, ao final, comprovado por farta documentação.

Nesse tempo em que eram definidos o histórico da presença Xavante na área do empreendimento, muitos posseiros ocuparam a área, formando, inclusive, um povoado chamado de Posto da Mata, às margens da BR 158. O cenário de conflito pela terra que acompanhou a região do Araguaia por décadas estava com mais um episódio sendo gestado durante a década de 1990. A presença de posseiros na área e disputas judiciais, atrasaram a homologação da TI Marãiwatsédé, que só ocorreu em 1998, através de um Decreto Presidencial de 12 dezembro de 1998, publicado no Diário Oficial (D.O. 14/12/1998, p. 25).

Diante da homologação, ocupantes da área entraram com ações na justiça para permanecer, no entanto, como consta no *site* da Funai:

> Em agosto de 2010, uma decisão unânime da 5ª Turma do Tribunal Regional Federal (TRF) de Mato Grosso, com Mandado de Intimação publicado no DOU de 22 de novembro de 2010, decidiu a favor dos índios Xavantes, reconhecendo o direito deles à Terra Indígena (TI) Marãiwatsédé. A posse de todos os ocupantes

[23] Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento (Cnumad), realizada em junho de 1992 no Rio de Janeiro, marcou a forma como a humanidade encara sua relação com o planeta. Foi naquele momento que a comunidade política internacional admitiu claramente que era preciso conciliar o desenvolvimento socioeconômico com a utilização dos recursos da natureza. Na reunião que ficou conhecida como Rio-92, Eco-92 ou Cúpula da Terra, que aconteceu 20 anos depois da primeira conferência do tipo, em Estocolmo, Suécia, os países reconheceram o conceito de desenvolvimento sustentável e começaram a moldar ações com o objetivo de proteger o meio ambiente. Desde então, estão sendo discutidas propostas para que o progresso se dê em harmonia com a natureza, garantindo a qualidade de vida tanto para a geração atual quanto para as futuras no planeta. (Jornal do Senado, versão eletrônica) Fonte: SENADO FEDERAL (Jornal do Senado). **Conferência Rio-92 sobre o meio ambiente do planeta:** desenvolvimento sustentável dos países. Disponível em: https://www.senado.gov.br/noticias/Jornal/emdiscussao/rio20/a-rio20/conferencia-rio-92-sobre-o-meio-ambiente-do-planeta-desenvolvimento-sustentavel-dos-paises.aspx. Acesso em: 28 fev. 2021.

[24] A Fundação Nacional do Índio – FUNAI é o órgão indigenista oficial do Estado brasileiro. Criada por meio da Lei nº 5.371, de 5 de dezembro de 1967, vinculada ao Ministério da Justiça, é a coordenadora e principal executora da política indigenista do Governo Federal. Sua missão institucional é proteger e promover os direitos dos povos indígenas no Brasil. Cabe à FUNAI promover estudos de identificação e delimitação, demarcação, regularização fundiária e registro das terras, tradicionalmente ocupadas pelos povos indígenas, além de monitorar e fiscalizar as terras indígenas. A FUNAI também coordena e implementa as políticas de proteção aos povos isolados e recém-contatados. (Disponível no *site* da FUNAI) MINISTÉRIO DA JÚSTICA E SEGURANÇA PÚBLICA (FUNAI). **Quem Somos.** Disponível em: http://www.funai.gov.br/index.php/quem-somos. Acesso em: 01 mar. 2021.

> não-índios da TI foi considerada de má-fé, sobre bem imóvel da União[25].

Passadas as ações judiciais pela posse, restava, agora, retirar da área, os posseiros que a ocupavam, a Justiça Federal determinou o processo de desintrusão em 2012, conforme consta no Diário Oficial de Justiça, assim determinado:

> (i)A expedição do ofício à Presidência da FUNAI para que, no prazo improrrogável de 10 dias, apresente, em juízo, o plano de desintrusão das terras Indígenas de Marãiwatsédé; (ii) apresentado o plano de desintrusão, determina-se a expedição, incontinenti, do mandado de desocupação da área em litígio, com prazo de trinte dias, devendo serem mantidos apenas os indígenas, estando autorizados, de antemão, o desforço policial por parte da Polícia Federal, bem como o auxílio da Força Nacional de Segurança (TAFNER JUNIOR, 2015, p. 165).

Com a decisão judicial, foi, então, elaborado um plano de desocupação da TI Marãiwatsédé, que envolveu várias autarquias, as Forças de Segurança e as Forças Armadas. Rocha (2018) tratando desse momento, aponta o caráter conflituoso:

> Cumprindo à determinação judicial, em 10 de dezembro de 2012 iniciou-se o processo de desintrusão da TI Marãiwatsédé, sob a coordenação da FUNAI. Estavam acompanhando o processo de desocupação diversos órgãos como o INCRA[26], o IBAMA, a Polícia Federal, a Polícia Rodoviária Federal, o Exército e a Força Nacional. O processo, que não foi pacífico, acabou gerando vários enfrentamentos entre as forças de desocupação e os posseiros que se mostraram resistentes em deixar a área (ROCHA, 2018, p. 162).

Esse exemplo da remoção dos Xavantes de Marãiwatsédé, demostra o caráter violento e desalojador em ralação às ações de implantação das agropecuárias e das invasões feitas por posseiros, nesse processo de avanço dentro do território do povo Xavante.

Um fator importante a ser destacado é que à medida que os projetos agropecuários foram sendo implantados na região do Araguaia, muitos posseiros que ocupavam a região desde o início do século XX, e que haviam entrado em choque com os índios pela posse da

[25] Texto consta no s*ite* da Funai, na aba notícias, onde fala da impossibilidade de transferência de indígenas TI Marãiwatsédé, proposta levantada pelo governo de Mato Grosso, publicado em novembro de 2011, referência: MINISTÉRIO DA JUSTICA E SEGURANÇA PÚBLIA (FUNAI). **Funai rechaça proposta de mudança do povo Xavante de sua terra tradicional.** Disponível em: http://www.funai.gov.br/index.php/comunicacao/noticias/1906-funai-rechaca-proposta-de-mudanca-do-povo-xavante-de-sua-terra-tradicional. Acesso em 27 fev. 2021.

[26] INCRA – O Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) é uma autarquia federal, cuja missão prioritária é executar a reforma agrária e realizar o ordenamento fundiário nacional. Foi criado pelo Decreto nº 1.110, de 9 de julho de 1970, atualmente o instituto está implantado em todo o território nacional, por meio de 29 superintendências regionais e 49 unidades avançadas. Referência

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO (INCRA). O Incra. Disponível em: https://www.gov.br/incra/pt-br/acesso-a-informacao/institucional/o-incra. Acesso em: 1º mar. 2021.

terra, acabaram por ser expulsos, documentos disponíveis no Arquivo Nacional e, em especial, uma sindicância do ano de 1979, que trata da demarcação da TI Pimentel Barbosa demostram isso.

Portanto, a sorte dos posseiros não foi diferente da dos indígenas, as terras da região do Araguaia eram ocupadas por muitos posseiros há décadas, várias foram as situações conflituosas envolvendo empresas e posseiros, nas ocupações do norte da região do Araguaia Mato-Grossense. Esterci (1987) pesquisou o movimento de resistência que ocorreu, onde hoje é o município de Santa Terezinha e onde os posseiros enfrentaram a empresa CODEARA[27] – Companhia de Desenvolvimento do Araguaia. Entre os anos de 1967 a 1972, essa empresa entrou em choque com os posseiros de Santa Terezinha, os posseiros tiveram o apoio da Igreja Católica, que se tornou um amparo na luta pela terra nessa região. Com a criação da Prelazia de São Felix do Araguaia, a atuação da igreja se torna muito presente na defesa de posseiros e indígenas, uma figura que se destacou na década de 1970, foi o Bispo Dom Pedro Casaldáliga i Plá, Castravechi (2012, p. 87) reconhece que,

> o trabalho de Dom Pedro foi essencial para organizar a permanência dos posseiros nas terras. Com a ajuda da Prelazia começaram a se formar os patrimônios, pequenas vilas onde se construía a escola e a igreja, contribuindo para a reunião das famílias, que estavam dispersas pela região, e, consequentemente, organizando os posseiros ameaçados pelo latifúndio.

Todas essas ações da Igreja Católica, em favor da luta pela terra, por parte de posseiros e indígenas, foram explicitadas em um documento de 1971: a Carta Pastoral escrita por Dom Pedro Casaldáliga, com o título "Uma Igreja da Amazônia em conflito com o latifúndio e a marginalização social". No documento o bispo faz um relato da região da recém criada Prelazia de São Felix do Araguaia, dando um forte destaque ao favorecimento, por parte do Estado, à formação dos latifúndios, e, por outro lado, o abandono em relação às causas de posseiros, povos indígenas e peões.

A ação da Igreja Católica representada por Dom Pedro, ao mesmo tempo que organizou a luta pela terra, intensificou os conflitos, as empresas combateram as ações realizadas pela igreja em favor do acesso à terra, muitas denúncias e ameaças forma feitas em relação ao Bispo Pedro. Nesse cenário de conflitos entre índios, posseiros e empresas agropecuárias, com a forte presença da Igreja Católica na luta contra as ações do Estado e das

[27] CODEARA – Companhia de Desenvolvimento do Araguaia – Empresa de colonização privada, entrou em choque com posseiros na região onde hoje é o município de Santa Terezinha-MT, Neide Esterci publicou um livro tratando desse tema. (ESTERCI, 1987).

empresas, começam o processo de migração de sulistas para o Araguaia Mato-grossense.

Os governos estaduais e federal sempre apontaram para a necessidade de ocupar o Centro-Oeste, principalmente as regiões ainda não integradas, chamada sociedade nacional, as ações para esse fim foram tomadas pelo Estado em diversos momentos, desde a chegada dos portugueses, garantiu legislação para legitimar a ocupação das terras. Essa ocupação oficial amparada nas regras estabelecidas, propiciava atender aos interesses de quem estava à frente do Estado, promovendo a legitimação de vastas extensões de terra, formando os latifúndios. Essa estratégia beneficiava um pequeno grupo de pessoas, no entanto, não conseguiu dar conta de povoar essas regiões de forma a integrá-las ao sistema capitalista de produção.

As ações dos órgãos oficiais de governo caminhavam, no sentido de transferir as terras para quem já dispunha de capitais para investir. vejamos como Moreno (2007) aponta a atuação do Incra, órgão nacional que trata da questão da regularização das terras no âmbito nacional, desde a sua criação, durante o regime civil militar brasileiro.

> O lncra arrecadava grandes extensões de terras devolutas, após a realização do procedimento discriminatório, e procedia à "licitação pública", dando preferência de compra ao empresário ocupante (Brasil Legislação..., 1976). Foi assim que diversos empresários do centro-sul do país tornaram-se também grandes proprietários de terra em Mato Grosso. Inicialmente "ocupavam" as terras ao longo das rodovias federais ou nas áreas consideradas indispensáveis à segurança e ao desenvolvimento nacional, depois adquiriam-nas a preços simbólicos, justificado pela ocupação pioneira e desbravamento das áreas de cerrados ou floresta para a implantação da empresa capitalista (MORENO, 2007, p, 163 e164).

Fica claro a atuação desse órgão, no sentido de fortalecer a ocupação oficial com incentivos à formação do latifúndio.

Da mesma forma que o Incra atuou nesse sentido, os órgãos estaduais criados em Mato Grosso, também legitimavam essa situação. Até 1966 os órgãos estaduais que cuidavam do processo de ocupação e legalização de terras em Mato Grosso, estavam alinhados aos interesses políticos, A atuação do DTC (Departamento de Terras e Colonização) criado em 1946, acelerou o processo de venda de terras devolutas entre as décadas de 1950 e 1960. As ações fraudulentas, tratavam, segundo Moreno (2007), de burlar as regras e garantir acesso a áreas de terras maiores que as estabelecidas pela legislação.

O DTC foi fechado em 1966, as motivações segundo Moreno (2007) foram políticas, como ele descreve: "Em 1966, vencendo o partido situacionista, Pedro Pedrossian assumiu o governo do Estado, prometendo acabar com a corrupção e as irregularidades ocorridas por força dos esquemas políticos tradicionais na administração estadual" (MORENO, 2007, p. 135). No período que segue ao fechamento desse órgão até a criação do Intermat – Instituto de

Terras de Mato Grosso em 1975, as ações foram pouco claras com relação à política estadual de regularização de terras em Mato Grosso.

Até a década de 1960, os órgãos que tratavam da regularização das terras, cuidavam também do processo de colonização, propondo medidas para atrair migrantes nacionais e imigrantes internacionais para Mato Grosso. Na década de 1970, essas funções foram desmembradas. O Intermat passou a cuidar das ações de regularização das terras e foi criada a Codemat[28] – Companhia de Desenvolvimento de Mato Grosso, ela ficou responsável pelas ações de colonização.

As ações governamentais, tanto no âmbito nacional ou estadual, deram preferência para a colonização encabeçada por empresas particulares. Moreno (2007) aponta para os seguintes números que se somam ao mapa e tabela anterior:

> Nas décadas de 70/80 foram implantados em terras mato-grossenses, através da Sudam, 268 projetos de "colonização empresarial", dos quais 84,9% foram projetos agropecuários, 6,8%, industriais, 2,26%, setoriais e serviços básicos, respectivamente e 1,89%, a agroindustriais (MORENO, 2007, p. 158).

A implementação desses projetos, como vimos antes, impactou na vida de sujeitos que já ocupavam o território pela ocupação espontânea e não oficial, como os índios Xavantes e posseiros, muitos foram desalojados ou tiveram que resistir a esse processo.

A chegada de sulistas em Barra do Garças ocorreu, principalmente, na década de 1970, nesse momento, boa parte das áreas de terras encontravam-se ocupadas por empresas, como já tratamos.

A presente pesquisa irá focar na migração de sulistas para as áreas de terras do município de Barra do Garças, que deu origem ao município de Canarana-MT. Buscamos, primeiramente, compreender o processo de ocupação dessas terras, a princípio de forma espontânea, com a migração de indígenas e não indígenas, vindos de diversos lugares do Brasil, e que se estabeleceram sem as garantias estabelecidas pela legislação e pelos órgãos estaduais e federais, na condição de posseiros, e segundo pela ação oficial do Estado, legalizando as terras e vendendo para as empresas. Buscaremos compreender os processos que levaram os sulistas a se instalarem no projeto de colonização Canarana, promovido pela

[28] CODEMAT – Companhia de Desenvolvimento de Mato Grosso – criada pelo governo do estado de Mato Grosso em 1968 para promover o desenvolvimento econômico passou a ser a colonizadora oficial do estado, a partir do final dos anos 1970. Foi extinta em pelo Governador Dante de Oliveira, através do DECRETO Nº 2.123, DE 20 DE FEVEREIRO DE 1998.

Coopercol[29] – Cooperativa de Colonização 31 de Março LTDA.

A concentração de terras, como verificamos, sempre foi um projeto político nacional, as ações do governo, tanto estadual quanto federal, contribuíram muito para isso, com ofertas de terras tidas como vazias ao longo dos séculos de ocupação das terras brasileiras, a pressão da população camponesa desprovida de recursos, veio a se intensificar, principalmente, no século XX, na década de 1940, conforme observado por Esteves (2007) formaram-se as Ligas camponesas, movimentos camponeses que lutavam por direitos dos trabalhadores rurais, esse processo de organização acirrou os conflitos agrários, irrompendo conflitos em várias regiões do Brasil um exemplo foi a revolta de Formoso e Trombas[30] no Estado de Goiás. Com o Golpe Civil Militar de 1964, e, em consequência, o crescimento da repressão aos movimentos sociais.

Souza (2013, p. 34) afirma que o período da Ditadura Civil Militar, "foi marcado pela estratégia de controle das disputas pelo acesso à terra." Nesse contexto o aparato legal e repressivo foi mobilizado para desmobilizar a luta pela terra e pela reforma agrária, na prática, as ações do governo militar, no sentido de acesso à terra, ao invés de promover uma política de reforma agrária, promoveu o que Octavio Ianni (1979) chamou de política de contrarreforma agrária, segundo o autor, os programas de colonização atuaram para "barrar, reorientar, dirigir a reforma agrária espontânea, o que, de fato, que os trabalhadores rurais e suas famílias estavam realizando com seus próprios meios" (IANNI, 1979, p. 137)

A situação agrária no Brasil constituía uma questão séria. Barroso (2014, p. 145) afirma que:

> A população rural, até meados da década de 1950, constituía a maior parte da população brasileira, vivendo em situação de miséria. Nas áreas de colonização no sul do Brasil e no Espírito Santo predominava a pequena propriedade com mão de obra familiar, produzindo para a subsistência, com pequeno excedente para o mercado.

Os conflitos que mobilizaram trabalhadores camponeses pelo território nacional somavam-se à situação dos pequenos proprietários de terras, que, apesar de ter um pequeno

[29] COOPERCOL – Cooperativa de Colonização 31 de Março LTDA – foi criada com intuito de reunir pequenos proprietários de terras da região Sul do Brasil, em especial do Rio Grande do Sul, que estavam dispostos a vender seus pequenos lotes no sul do Brasil e migrar para Mato Grosso.

[30] Na década de 1950, ocorreu a meio norte do Estado de Goiás, nos povoados de Formoso e Trombas, uma serie de confrontos entre camponeses e fazendeiros pela posse de terras devolutas do Estado, esse movimento teve o desfecho com a vitória dos posseiros, aos quais receberam do governo o direito de permanecer nas terras. Fonte: Pesquisa de mestrado de Carlos Leandro da Silva Esteves, título: Nas trincheiras luta pela terra dos posseiros de Formoso e Trombas (1948-1964) uma resistência ampliada.

pedaço de terra, estas não conseguiam dar condições de subsidência às famílias que viviam em condições de miséria. Na região sul do Brasil, o processo colonizador, posto em prática com as imigrações de estrangeiros desde o século XIX, na década de 1960 dava sinais de esgotamento, as áreas disponíveis para o processo migratório e constituição de novos áreas de exploração da agricultura familiar já não eram numerosos.

A condição dos sulistas que migraram para Mato Grosso, em especial para o atual município de Canarana-MT, não eram diferentes, a maioria das primeiras famílias a migrar para Mato Grosso, era provenientes do Município de Tenente Portela no Rio Grande do Sul, conforme Schwantes (2008).

Barroso (2014) descreve a situação dessa localidade na década de 1960: "Depois de mais de vinte anos de ocupação, a maior parte dos lotes de Tenente Portela havia se reduzido a minifúndios" (BARROSO, 2014, 159). Norberto Schwantes[31] uma das lideranças no processo de migração para Mato Grosso, fala em seu livro "Uma Cruz em Terra Nova", dessas mesmas condições apontadas por Barroso. Ele, na condição de Pastor Luterano e líder comunitário relata que ao chegar nessa localidade e ver as condições de vida da população, bem como a situação de minifúndio procurou "sensibilizar as autoridades municipais para a necessidade de um projeto de desenvolvimento da área rural de Tenente Portela, (SCHWANTES, 2008, 43).

É importante analisarmos as primeiras ações, no sentido de mudar essa situação, elas vão ser importantes para compreendermos o processo migratório que ocorreria a partir do início da década de 1970. Schwantes (2008) relata que a primeira ação foi buscar apoio nos órgãos ligados à agricultura do estado do Rio Grande do Sul.

> Em Porto Alegre, tentamos conseguir um escritório, Ascar[32] hoje Emater, para Tenente Portela, seria uma equipe uma equipe formada por um agrônomo, um

[31] Norberto Schwantes foi quem conduziu o processo de organização de agricultores no município de Tenente Portela no Rio Grande do Sul, essa mobilização resultou na constituição da cooperativa COOPERCOL da qual foi gerente, a qual organizou a transferência de agricultores para o Mato Grosso, formando projetos de assentamentos, também chamados de projetos de colonização. Era Pastor Luterano de formação, no entanto, deixou a atividade para se dedicar aos projetos de colonização em Mato Grosso, se aventurou na carreira política sendo candidato a Deputado Federal em 1982, nesse pleito não se elegeu, já em 1987, se elegeu Deputado Federal Constituinte. Norberto faleceu vítima de um câncer no exercício do mandado. Ele escreveu um livro com o título "Uma Cruz em Terra Nova" no qual narra acontecimentos da sua vida.

[32] ASCAR – Associação Sulina de Crédito e Assistência Rural – "foi criada dia 02 de junho de 1955. E a EMATER/RS, por sua vez, foi fundada no dia 14 de março de 1977, no dia 18 de maio de 1980, a EMATER/RS e a ASCAR firmaram um protocolo de operacionalização conjunta, desta forma as duas instituições operacionalizam seus programas possuindo os mesmos objetivos e a mesma missão, desta união resultou na criação da EMATER/RS-ASCAR. A EMATER/RS-ASCAR é uma associação civil privada, com personalidade jurídica de direito privado, sem fins lucrativos. Entretanto, recebe recursos públicos para realização de ações públicas (FRAGA, 2014, p. 11).

> técnico agrícola e assistente social. Mas chegamos à conclusão de que só isso não bastaria, quando fizemos as contas de quanto tempo precisaria essa equipe para sozinha, ensinar novas técnicas agrícolas aos 5.300 agricultores de Tenente Portela. (SCHWANTES, 2008, p. 43).

No relato de Schwantes (2008), notamos que ele e os que com ele buscavam soluções para os problemas agrários de Tenente Portela, perceberam que o desafio era muito grande. A ideia era ensinar, através das ações dos órgãos de agricultura do estado, novas práticas de agricultura que pudessem dar condições a esses pequenos proprietários, de produzir mais, de melhorar a renda dessas famílias e dar condição de permanência na terra.

Buscando uma solução para a permanência no campo e superação de escassez de terras agricultáveis, muitos agricultores no estado Rio Grande do Sul, começaram a invadir e plantar nas reservas indígenas. Schwantes (2008) relata essa situação na Reserva Guarita[33] e aponta a corrupção dos órgãos oficiais que tinham como missão defender os interesses dos indígenas.

> Bem, só vivia o chefe do posto do SPI que arrendava toda a terra desmatada da reserva aos colonos mais fortes e espertos da região. Os colonos pobres não conseguiam plantar na reserva, porque não tinha recursos para "agrados" ao chefe do posto (SCHWANTES, 2008, p. 33).

Essa situação, era recorrente em outras áreas indígenas no estado do Rio Grande do Sul, o problema do acesso à terra estava se agravando, notem pela fala de Schwantes que os pequenos proprietários não conseguiam acesso terra, mesmo nessa forma irregular de acesso, porém, ao que parece essa prática de produzir em terras indígenas era bem comum, tanto é que na década de 1970 os conflitos entre índios e posseiros, dentro de suas terras vão se acirrar. Nesse sentido, Barroso (2014) aponta que:

> Durante a década de 1970, os indígenas de vários "toldos" se revoltaram, expulsando os colonos que ocupavam suas terras. Parte destes colonos expulsos acampou na Encruzilhada Natalino. Outro grupo de colonos expulsos foi para o Parque de Exposições de Esteio, próximo de Porto Alegre. O governo Estadual, o INCRA e a COOPERCANA[34] exerceram pressão sobre os acampados, para convencê-los a migrar para o Projeto de Colonização de Terra Nova, em Mato Grosso, que estava sendo projetado para abrigá-los (BARROSO, 2014, p. 156).

Os conflitos agrários entre posseiros, índios e latifúndios na região sul do país, somado

[33] Terra Indígena habitada por indígenas das etnias, Guarani, Guarani Mbya, Guarani Ñandeva e Kaingang.

[34] COOPERCANA - Cooperativa Agropecuária Mista Canarana LTDA – Cooperativa fundada na cidade de Não-Me-Toque Rio Grande do Sul em 7 de junho de 1975, os fundadores eram migrantes que vinham ocupar as terras do Projeto Água Boa. Norberto Schwantes trata da COOPERCANA no livro" Uma Cruz em Terra Nova".

às condições de miséria foram impulsionadoras da migração de sulistas para o Mato Grosso.

Norberto Schwantes (2008), com a intenção de buscar soluções aos problemas dos pequenos agricultores, em especial dos moradores de Tenente Portela, e, percebendo que apenas com recursos humanos limitados dos órgãos de agricultura era impossível levar a frente o Projeto de Desenvolvimento Rural, relata que surgiu a ideia de criar uma rádio, "Certo dia me veio a ideia de que seria possível solucionar o problema, em parte, se tivéssemos uma pequena emissora de rádio a serviço de tal projeto" (SCHWANTES, 2008, 44). Ele se referia ao projeto de desenvolvimento rural que propunha, após muitas idas e vindas, nos órgãos reguladores do setor de comunicação, tanto os estaduais, quanto os nacionais e uma busca em várias instituições filantrópicas por financiamento, finalmente, "no dia 11 de outubro de 1970, inauguramos a Rádio Municipal de Tenente Portela, (SCHWANTES, 2008, 59). A rádio teria como função atender as diversas necessidades da comunidade, e, principalmente, de transmitir os conhecimentos ligados à agricultura, assim, técnicos falavam durante a programação e orientavam os agricultores, no entanto, após análise técnica da viabilidade do Projeto de Desenvolvimento Rural, Schwantes relata que:

> Foi uma enorme decepção. Tínhamos vencido tantos obstáculos e desafios para ver agora, na ponta do lápis, que não havia saída. Os agrônomos mostraram que não havia nenhuma tecnologia moderna capaz de tornar economicamente viáveis propriedades menores que quinze hectares (SCHWANTES, 2008, p. 61).

Com essa situação de inviabilidade de garantir sustentabilidade nas pequenas propriedades, outras saídas foram pensadas, "Orlando Roewer[35] insistiu em uma outra ideia: a emigração tradicional, opção para os minifúndios" (SCHWANTES, 2008, p. 61). Esse processo de migração vinha ocorrendo no Rio Grande do Sul desde a implantação das colônias de imigrantes destinadas, a princípio, a imigrantes, principalmente, de origem europeia e, depois, através da própria dinâmica populacional e produtiva do estado. No entanto, as terras disponíveis em áreas novas para aquisição, não existiam ou os valores não possibilitavam a aquisição de uma porção maior da que os agricultores tinham. Nesse sentido, uma alternativa fora do Rio Grande do Sul deveria Ser pensada. Schwantes (2008, p. 61) relata que "Orlando sugeriu Mato Grosso, um estado que não conhecíamos. Apesar disto, logo gostei da ideia e imediatamente passamos a elaborar um projeto de remembramento fundiário e de emigração para o excedente populacional".

A ideia para resolver a questão passava, portanto, pela venda das pequenas propriedades

[35] Orlando Roewer – foi o agrônomo que trabalha no projeto de desenvolvimento rural em Tenente Portela e posteriormente foi responsável pelos projetos da Coopercol, chegando a ser presidente dessa cooperativa.

para os vizinhos de forma a remembrar, aumentando o tamanho das propriedades, e as pessoas que venderam seus lotes de terra, teriam como destino à migração para Mato Grosso.

Mato Grosso, na década de 1960 até o final da década de 1970, correspondia ao que é hoje os estados de Mato Grosso e Mato Grosso do Sul[36], a divisão foi efetivada através da Lei Complementar nº 31, de 11 de outubro de 1977. Nesse sentido, segundo Schwantes (2008) a intenção era migrar para onde é hoje é o estado de Mato Grosso do Sul, porém, ele aponta como impedimento, o custo da terra nessas regiões, não era compatível com as disponibilidades de recursos dos candidatos à migração. Ele acompanhado por Orlando Roewer e Wolf Dieter Tomforde[37], viajaram a Mato Grosso para conhecer as terras. "De Dourados fomos a Maracaju. Terras mais bonitas ainda. De Maracaju a Campo Grande e, de lá para Barra do Garças" (SCHANTES, 2008, p. 64). Nessa viagem foram feitos relatórios com imagens para ser apresentados aos candidatos à migração, a equipe que esteve em Mato Grosso, estavam animados com a possibilidade de estabelecer o projeto de colonização em Barra do Garças. Schwantes (2008, p. 64) escreve em seu relato:

> O Município de Barra do Garças já era conhecido no Rio Grande do Sul por causa de um gaúcho – Alfredo Toneto – que ali, na década de 60, comprara um milhão de hectares com propósito de promover uma grande colonização com gente do Sul. Em 1969 e 1970 ele conseguiu levar para lá uma dúzia de famílias e com elas fundou Vau dos pioneiros.

Notamos por essa fala que o processo de chegada de sulistas com intuito de formar núcleo de colonização em Barra do Garças é anterior aos empreendimentos da COOPERCOL. Essa área que Toneto tentou viabilizar, esse projeto particular, ficou conhecido como Vau dos Gaúchos, hoje no município de Água Boa.

Após a definição da instalação de um núcleo de colonização em Barra do Garças, alguns problemas deviam ser resolvidos, o primeiro deles era definir a forma de organização desses agricultores e a compra das áreas para esse fim. Segundo Schwantes (2008) os integrantes da viagem "não tinham visto nenhuma colonizadora vendendo lotes em Mato Grosso" (SCHWANTES, 2008, p. 66), pesaram, então, em formar uma Associação de agricultores para assumir a tarefa de levar para a frente o projeto, no entanto, ao procurar o

[36] Foi no dia 11 de outubro de 1977 que o presidente Ernesto Geisel assinou a Lei Complementar nº 31, dividindo Mato Grosso e criando o estado de Mato Grosso do Sul.

[37] Wolf Dieter Tomforde – Agrônomo que trabalhou com Noberto Schwantes e Orlando Roewer, na busca por soluções para os problemas agrários de Tenente Portela-RS, fez viagens a Mato Grosso e ao estado do Pará, na busca por terras para a migração, se posicionou contra migração para Barra do Garças, ele considerava as terras muito fracas para agricultura, por isso deixou o projeto.

Incra, foram aconselhados a formar uma cooperativa, essa cooperativa coordenaria o processo de transferência de agricultores para as novas áreas em Mato Grosso.

Em março de 1971, foi fundada a cooperativa de colonização, nomeada COOPERCOL – Cooperativa de colonização 31 de Março Ltda. Schwantes (2008) relata esse momento e justifica a escolha do nome:

> Em fins de 1971, foi fundada, estavam prontos os estatutos e uma série de slides. Nos tempos bicudos da ditadura Médici, considerações políticas nos levaram a marcar a fundação da cooperativa para o dia 31 de março, aniversário do golpe militar [...]. Então, com 400 associados, fundamos a Cooperativa de Colonização 31 de Março LTDA (Coopercol) (SCHWANTES, 2008, 66).

Esse trecho do relato, aponta para as dificuldades em tratar as questões agrárias com a instalação da Ditadura Civil Militar, a partir de 1964, a cooperativa deveria ser aprovada, juntamente com o projeto no Incra.

A ata[38] de fundação da COOPERCOL deixa claro a amplitude de atuação da cooperativa:

> Ficando desse modo, composta a Mesa diretora dos trabalhos, declarou o Presidente que o objetivo da presente Assembleia, e de constituir uma cooperativa de responsabilidade limitada, com sede em Tenente Portela, Sobe a denominação de Cooperativa de Colonização Trinta e Um de Março Ltda., e com objetivo econômico de transferir agricultores para mato Grosso e, proceder todas as fases legais dessa aprovação, bem como, assistir os (erro) associados após transferência, criando para isso os serviços de assistência técnica e de comercialização (Ata de Fundação da Coopercol, disponível no acervo da Fundação Pró-Memória de Canarana).

O fragmento demostra a amplitude das ações que deviam ser relalizadas pela cooperativa, indo desde, a constituição legal, com a aprovação e registro, passsando pela compra da terra, e, por fim, assentir os associados no processo de trasferência e implantação do projeto. Não era uma tarefa facíl, as dificuldades burocraticas e a logística eram elementos a ser considerados, outra questão era a tecnologia para fazer agricultura no cerrado, no início da décda de 1970, as pesquisas em relação à modernização da agricultura, principalmente, em se tratando de produção agrícola nas terras do cerrado estavam se iniciando, a EMBRAPA[39]

[38] A ata de fundação encontra se o original no Prédio da Fundação Pró-Memória de Canarana, e uma cópia digitalizada conta nos anexos desse trabalho.

[39] EMBRAPA – A Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária, no *site* da empresa informa que "foi criada em 26 de abril de 1973 e é vinculada ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa). Desde a nossa criação, assumimos um desafio: desenvolver, em conjunto com nossos parceiros do Sistema Nacional de Pesquisa Agropecuária (SNPA), um modelo de agricultura e pecuária tropical genuinamente brasileiro, superando as barreiras que limitavam a produção de alimentos, fibras e energia no nosso País". MINISTÉRIO

(Empresa Brasileira de Pesquisa e Agropecuária) Segundo o *site* do Ministério da Agricultura, foi crianda em 1973. Segundo Matos (2011, p. 93):

> A EMBRAPA passou a coordenar e executar as pesquisas cientificas para a agropecuária em todo país. As pesquisas eram voltadas para o melhoramento da produção, na tentativa de corrigir as deficiencias do solo, previnir doenças, aumentar o rendimento por hectares, atender as exigências do mercado quanto a variendade produzida.

Portanto, as tecnologias para produção no cerrado eram muito restritas, quando da migração dos agricultores de Tenete Portela para Mato Grosso, a produção de grãos para atender o mercado, principalmete o mercado expotador, estava em processo de implantação, a soja que hoje é o principal produto produzido e demandado, ainda não era produzida nas terras do projeto. Segundo Schwantes (2008) o arroz foi o primeiro grão a ser cultivado. Considerando todos os objetivos que envolveram a criação da cooperativa, ela tinha, em sua responsabilidade, um grande desafio.

Durante a Assembleia de Fundação também foi feita a eleição da diretoria, após debate sobre a organização, a ata de fundação apresenta da seguinte forma a escolha:

> Foi apresentada 1 (uma) chapa. Procedida a eleição e feita a eleição, verificou-se unanimidade de votos, ficando o conselho de administração assim constituído: Presidente Siegfredo Roewer Vice-Presidente: Alevino Righi; Secretário: Luiz Paulo Franceschet; Tesoureiro: Arlindo Müller; conselheiros: Alvício Winck, Heiniz Ernest Kirshueis; Conselheiros Suplentes: Ladislau Kropikoviscki e Erico Schindler, Conselho Fiscal: Egon Eberhardt, Elio Nicaretta e Amandio Micolino; Suplentes: Armando Petz, Natanael Rigo e Florisvaldo João Larenzari. (Ata de Fundação da Coopercol, disponível no acervo da Fundação Pró-Memória de Canarana).

Todos os membros da diretoria eram agricultores de Tenente Portela, que, a princípio, estavam dispostos a migrar, no entanto, a gerência de todo o planejamento, desde a localização de terras e análise de viabilidade de implantação do projeto ficou a cargo de uma equipe técnica. Essa equipe técnica conforme a Ata de Fundação ficou organizada da seguinte forma:

> Após assumir a nova função o presidente da cooperativa [Siegfredo Roewer] convidou para a sua equipe de assessoramento, nomeando-os respectivamente, após aprovação da Assembelia Geral: Gerente Norberto Schwantes, assessor contábil José Amilcar de Souza, assessor Técnico, agrônomo Orlando Roewer e Delfino Dal Firmo e agrônomo Wolf Dieter Tomford e chefe de relações públicas Edemar Renz. (Ata de Fundação da Coopercol, disponível no acervo da Fundação Pró-Memória de

---

DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO (EMBRAPA). Quem Somos. Disponível em: https://www.embrapa.br/quem-somos. Acesso em: 1º mar. 2021.

> Canarana).

Nota-se que o planejamento e gestão da cooperativa ficou a cargo de uma equipe, a diretoria, ao que parece, apresentaria as alternativas propostas pela equipe técnica a assembleia para deliberação, os rumos da migração estavam, portanto, nas mãos dessa equipe técnica.

Quando aprovada a constituição da Cooperativa, bem como definida sua diretoria e equipe técnica, as ações para sua legalização e implementação do objetivo da sua criação eram os próximos passos, a base legal para a constituição da cooperativa estava definida, no Decreto nº 59.428, de 27 de outubro de 1966[40], no seu 5º Artigo § primeiro.

> § 1º A colonização em áreas prioritárias terá por objetivo promover o aproveitamento econômico da terra, preferencialmente pela sua divisão em propriedades familiares, congregados os parceleiros em cooperativas ou mediante à formação de cooperativas de colonização de tipo coletivo.

Com a fundação da cooperativa, havia a necessidade de regularizar a situação junto ao Incra. Schwantes (2008) relata: "ouvimos certo dia a notícia de que a cooperativa não seria aprovada pelo Incra, porque colonização, entendiam as autoridades, não era objetivo de cooperativismo" (SCHWANTES, 2008, p. 67). É possível notar na fala de Schwantes (2008), uma dissonância no que estabelecia a regulamentação do artigo 5° do Decreto 59.428 de 27 de outubro de 1966, tanto é que a cooperativa foi aprovada e o projeto deu sequência.

No mesmo período que estavam em plena ação o processo de criação da Coopercol, estava também em ação os programas de integração desenvolvidos pelos militares após o golpe e a instalação da ditatura no Brasil, tratava-se do PIN – Programa de Integração Nacional, conforme Moreno (2007).

> O Programa de Integração Nacional - PIN – Decreto-Lei nº. 1.106 de 16/7/70 - (Brasil. Legislação..., 1970) - foi o grande instrumento de ação engendrado no Governo do Gen. Médici para colocar em prática o processo de integração da Amazônia às demais regiões do país. A primeira etapa do Programa previa a construção imediata das rodovias Transamazônica- ligando o Nordeste e a Belém-Brasília à Amazônia ocidental, e a Cuiabá-Santarém - ligando Mato Grosso, que já estava ligado ao centro-sul do país pela BR-163 (Campo Grande-Cuiabá), ao porto de Santarém no rio Amazonas. A segunda etapa previa a implantação de um programa de "colonização e reforma agrária", numa faixa de 10km de cada lado das rodovias implantadas (MORENO, 2007, p. 158).

[40] Regulamenta os Capítulos I e II do Título II, o Capítulo II do Título III, e os arts. 81 - 82 - 83 - 91 - 109 - 111 - 114 - 115 e 126 da Lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1964, o art. 22 do Decreto-lei nº 22.239, de 19 de dezembro de 1932, e os arts. 9 - 10 - 11 - 12 - 22 e 23 da Lei nº 4.947, de 6 de abril de 1966. A lei 4.504 trata se do ESTATUTO DA TERRA, já a lei 4.947, Fixa Normas de Direito Agrário, dispõe sobre o Sistema de Organização e Funcionamento do Instituto Brasileiro de Reforma Agrária, e dá outras Providências.

O PIN, além da construção de rodovias, previa um programa de colonização as margens das rodovias abertas em meio a região amazônica, o governo federal tinha intenção de atrair para essa região o excedente populacional das outras regiões do Brasil, com intuito de aliviar as tensões no campo. Nesse sentido, Schwantes (2008) relata que, ao procurar o presidente do Incra que estava em "Porto Alegre para propagandear a colonização na Transamazônica" (SCHWANTES, 2008, p. 67), com intuito de buscar apoio para a regularização da situação da cooperativa, o mesmo ficou muito entusiasmando, "quando ele soube que tínhamos inscritos mais de 400 agricultores dispostos a imigrar para Mato Grosso, ficou eufórico. – Vamos levar todos eles para Altamira – disse Cavalcante[41]" (SCHWANTES, 2008, p. 67). Norberto Schwantes afirma, ainda, que concordaram com a proposição do presidente do Incra, nem todos tinham recursos para comprar terras em Mato Grosso. Nessa conversa a regularização da cooperativa ficou acertada, estavam aguardando esse processo, para dar andamento às ações de início da transferência de agricultores para Mato Grosso, também ficou firmado o compromisso de ajudar no processo de transferência de agricultores para os projetos do governo no estado do Pará.

Com a regularização da COOPERCOL, começam o planejamento das ações para a transferência de agricultores para Mato Grosso, não era qualquer pessoa que teria condições de participar do projeto. Moraes (2015, p. 80) escreve que,

> apesar do público alvo da cooperativa serem os agricultores de Tenente Portela/RS, havia uma "seleção" para a inserção da pessoa no quadro de associados da cooperativa, pois este deveria investir uma quantia referente a mais de 10 (dez) salários mínimos para ser inserido no quadro de associados da COOPERCOL. Por mais que não seja uma quantia exorbitante, o fato mostra a preferência, por parte dos mentores do projeto, por agricultores minimamente capitalizados.

A princípio não era possível para as pessoas descapitalizadas participarem desse projeto, os que não tinha esses recursos, uma alternativa seria participar do programa do Governo Federal que pretendia levar agricultores para a região da Transamazônica no estado do Pará, na Ata nº 3[42] da COOPERCOL, isso fica evidente:

> Colocou em discussão todo o plano de implementação do projeto de colonização, as famílias com poucas possiblidades para essa colonização, poderão ir para a

[41] Cavalcanti – Tratava-se de José Francisco de Moura Cavalcanti que era o presidente o Incra.

[42] A ata Nº 3, encontra se o original no Livro de Atas da Coopercol, localizado no prédio da Fundação Pró-Memória de Canarana, e uma cópia digitalizada conta nos anexos desse trabalho.

> Transamazônica, os que tiverem mais de 20.000,00 (vinte mil) cruzeiros poderão adquirir até 500 ha. E aqueles acima desse capital poderão adquirir até 1000 ha. no Mato Grosso. [...] Dr. Orlando e Norberto Schwantes colocaram três listas para sócios assinarem: a 1ª para quem queiram ir para Mato Grosso, a 2ª para a Transamazônica e a 3ª os que queriam desisti. (Ata de Fundação da Coopercol, disponível no acervo da Fundação Pró-Memória de Canarana).

As listas que os gerentes da cooperativa colocaram à disposição para assinaturas, bem como os valores que cada associado deveria dispor, demostram o caráter seletivo desse projeto. É preciso ressaltar que, o fato de ser uma cooperativa, no que diz respeito à seleção dos participantes, a princípio não foi diferente das empresas de colonização, que implantaram projetos em Mato Grosso, como observado por Souza (2013).

As ações de transferência de agricultores por parte da COOPERCOL, não era caso único, várias empresas particulares se formaram com o apoio do governo federal, com intuito de promover colonização na região amazônica, dentre elas podemos citar as colonizadoras SINOP, INDECO, CANAGRO[43], COOPERCANA etc., elas também buscavam um tipo específico de agricultor.

Souza (2013, p. 13) escreve sobre esse tema quando trata da colonização particular:

> A colonização particular realizada na Amazônia a partir de 1974, incentivado pelo governo federal, através de seus órgãos e programas como INCRA, SUDAM, BASA[44], POLOAMAZÔNIA, FUNAI e Associação dos Empresários da Amazônia, priorizava pequenos e médios agricultores do Sul do País, que, segundo essas empresas, possuíam tradição agrícola, e que detinham um certo valor monetário necessário para adquirir terras das empresas privadas de colonização.

O perfil de agricultor requerido nesse processo de colonização, podia ser encontrado na região Sul do Brasil. Barroso (2014, p. 152) afirma que "estas empresas e cooperativas de colonização foram buscar o 'colono ideal' nas áreas de minifúndio do sul do Brasil".

Os objetivos das empresas particulares eram claros: conseguir agricultores que pudessem pagar pela terra e, com isso, obter lucros com a venda, muitas delas adquiridas através do longo processo histórico de apropriação das terras devolutas do Estado. Os projetos da cooperativa também precisavam de agricultores possuidores de um mínimo de recursos,

[43] CANAGRO - Colonização e Consultoria Agrária LTDA. – Empresa criada por Norberto Schwantes, com objetivo de formular e implantar projetos de colonização.

[44] BASA – Banco da Amazônia – Surgiu a partir do Acordo de Washington, firmado entre Brasil e Estados Unidos, através do Decreto-Lei nº 4.451, de 9 de julho de 1942, durante a Segunda Guerra Mundial, com nome Banco de Crédito da Borracha, o objetivo era incentivar a produção de borracha destinada aos aliados. Nas décadas seguintes ocorreram mudanças na estrutura de funcionamento, durante o Regime Civil Militar, atuou no financiamento da expansão da fronteira agrícola, a sigla de identificação Basa foi usada de 1950 até 2002, quando passou a identificar apenas como Banco da Amazônia, em 2019 o Banco voltou a utilizar a sigla Basa. As informações foram consultadas no *site* do banco. BANCO DA AMAZONIA. História e marca. Disponível em: https://www.bancoamazonia.com.br/index.php/sobre-o-banco/historia-marca. Acesso em: 23 fev. 2021.

mesmo não visando lucro, as despesas de aquisição e implantação do projeto tinham que ser pagas.

A ideia inicial de remembramento foi levada a cabo e, segundo (Barroso 2014, p. 154), "a cooperativa impunha como condição aos candidatos selecionados a exigência de vender o lote para o vizinho, possibilitando, desta forma, o remembramento fundiário". Aos trabalhadores que não dispunham de recursos suficientes para participar do projeto, havia uma outra saída. Barroso (2014, p. 154) afirma que, "os colonos que não tinham condições financeiras para comprar a terra, poderiam comprar com financiamento do PROTERRA".

Os empréstimos para empresas e pessoas era uma estratégia de ocupação da Amazônia, segundo Moreno (2008, p. 158):

> A concessão de incentivos fiscais e financeiros via Sudam, Proterra e outros programas completava a estratégia de ocupação/exploração da Amazônia, engendrada pelos Governos militares. Essas medidas visavam abrir espaço para o grande capital, consoante à política econômica dos governos militares.

A ação do governo federal foi extremamente fundamental para o processo de ocupação da Amazônia, e pela instalação dos projetos de colonização, entre eles, o projeto Canarana I, que deu origem ao município de Canarana-MT.

Definidos o processo de organização da cooperativa, com perfil de agricultor migrante, bem como, as necessidades econômicas e os meios para viabilizar o projeto, começa a etapa de implantação. Schwantes (2008) relata que a proposta inicial era realizar o projeto em Dourados onde hoje é Mato Grosso do Sul, no entanto, com os preços das terras em alta a gerência da cooperativa opta por Barra do Garças, como a região faz parte da Amazônia Legal[45], poderiam acessar os financiamentos de incentivos a colonização do governo federal. Schwantes (2008, p. 79) relata os motivos par a escolha da região: "para obter os financiamentos do Proterra, só nos restava aquela região, que estava relativamente próxima do asfalto (700 quilômetros: para quem estava disposto a ir para a Amazônia até que era bem perto) e de um grande centro, que era Goiânia". No entanto, para os associados essa proposta não foi bem recebida, como relata Schwantes (2008, p. 79):

[45] A Amazônia Legal corresponde à área de atuação da Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia - SUDAM delimitada no Art. 2o da Lei Complementar n. 124, de 03.01.2007. A região é composta por 52 municípios de Rondônia, 22 municípios do Acre, 62 do Amazonas, 15 de Roraima, 144 do Pará, 16 do Amapá, 139 do Tocantins, 141 do Mato Grosso, bem como, por 181 Municípios do Estado do Maranhão situados ao oeste do Meridiano 44º, dos quais, 21 deles, estão parcialmente integrados à Amazônia Legal. Possui uma superfície aproximada de 5.015.067,749 km², correspondente a cerca de 58,9% do território brasileiro. Fonte IBGE. https://www.ibge.gov.br/geociencias/cartas-e-mapas/mapas-regionais/15819-amazonia-legal.html, consultado em 06/07/2020.

> A mudança dos rumos da colonização, de Dourados para Barra do garças, causou uma debandada dos associados da Coopercol. Dos 400 inscritos para o projeto de emigração, restaram menos de 70, o que mais desanimou o pessoal foi o péssimo diagnóstico que nosso agrônomo Tomforde fez a respeito das terras de Barra do Garças.

O agrônomo Tomdorfe deixou a cooperativa, juntamente com a maioria dos associados, cabia, então, à gerência da cooperativa organizar a transferências dos associados. Na Ata de nº 5[46] do dia 29 de marco de 1972, os sócios aprovam pela implantação do projeto como pode ser observado no fragmento a seguir:

> A seguir o Sr. Preidente Seigfied Roewer a palavra ao gerente Sr. Norberto Schwantes que expôs amplamente a possibilidade da realizaçãode um projeto de colonização no município de Barra do Garças no Mato Grosso numa Gleba a ser adquirida do Sr. Olmeri Barcellos de Carvalho e outros. Após explanação de detalhes técnicos de um tal projeto pelo agronômo Dr. Orlando Roewer, a assembléia votou favoravelmente, com unanimidadde, no sentido da realização imediata de um tal projeto concedento ao Sr. Gerente Norberto Schwantes amplos poderes providenciar em tudo que for necessária (Ata de Fundação da Coopercol, disponível no acervo da Fundação Pró-Memória de Canarana).

A gerência da cooperativa dá seguimento ao projeto, na Ata nº 06[47] de 25 de julho de 1972 e ocorre a autorização para a aquisição das áreas de terra para o início da implantação do projeto.

> O Sr. Gerente propôs à Assembleia Geral a aquisição pela cooperativa das seguintes Glebas de terras e respectivos preços: a) Uma gleba, constituída pelo lote "Campina do Sonho" com uma área de 9,999 ha 3387, de propriedade de Elpidio Osvaldo Ottoboni, pelo preço de Cr$ 400.000,00 (quatrocentos mil cruzeiros) b) uma gleba, constituída pelos lotes "Santa Lúcia I", "Santa Genoveva" e "Santa Lúcia II, com uma área total de 22.898 ha. 4333, oferecida à cooperativa pelo [ilegível] comprador Sr. Olmeri Barcellos de Carvalho, pelo preço de 1.200.000.00 (um milhão e duzentos mil cruzeiros) (Ata de Fundação da Coopercol, disponível no acervo da Fundação Pró-Memória de Canarana).

Os trabalhos para a implantação do projeto em Barra do Garças dá início com a aquisição das áreas, conforme relata a Ata nº 6 de 1972, no entanto, segundo análises feitas pela gerência, era necessário um número maior de agricultores para que o projeto tivesse viabilidade, como muitos haviam desistido, quando definiu pela implantação em Barra do

[46] A ata Nº 5, encontra se o original no Livro de Atas da Coopercol, localizado no prédio da Fundação Pró-Memória de Canarana e uma cópia digitalizada conta nos anexos desse trabalho.

[47] A ata Nº 6, encontra se o original no Livro de Atas da Coopercol, localizado no prédio da Fundação Pró-Memória de Canarana e uma cópia digitalizada conta nos anexos desse trabalho.

Garças, a gerência da cooperativa teve que dar um jeito para conseguir núnero sificiente de interressados. Schwantes (2008, p. 80) apontava a necessidade de mais 20 famílias: “para resolver esse problema só nos restou o que Orlando Chamou de ‘pegar voluntários a laço’. Para estes não houve qualquer tipo de seleção, nem mesmo a obrigação de pagar a quota de capital da coopertativa”.

Com as famílias de agricultores selecionadas, as ações práticas para a concretização e a instalação do projeto deram início, uma equipe, segundo Schwantes (2008) viajou para a área do projeto para abrir uma estrada de acesso, a área do projeto ficava a uma distância de 40 quilômetros da BR 158. Norberto Schwantes se mudou para Barra do Garças. Os trabalhos continuaram até a conclusão da estrada. segundo Schwantes (2008, p. 88) “avisadas de que a estrada de acesso ao projeto estava sendo concluída, começaram a chegar as primeiras famílias [...] a de Bruno Geib era uma delas [...], por fim, no dia 5 de setembro de 1972, chegaram onze”.

A chegada dos sulistas na região do Araguaia Mato-Grossense, e, com a instalação do projeto de colonização levado para frente pela COOPERCOL, intensificou-se a ocupação oficial dessa região e, com isso, o avanço nas atividades econômicas integradas, diretamente ao modelo capitalista de produção.

Temos, até o momento definido, que o processo que levou à migração de sulistas para a região, está associado aos problemas fundiários que se apresentam com maior profundidade a partir da década de 1940 e culminaram na década de 1960, principalmente, após a instalação da Ditadura Civil Militar, com os projetos de transferências de agricultores para a Amazônia, na década de 1970, essas ações foram destinadas a particulares, que encontraram nesse modelo, uma excelente forma de ganhar dinheiro.

A região do Araguaia Mato-grossense, no início da década de 1970, encontrava-se povoada por sujeitos extremamente distintos de origem: o povo Xavante, que nesse período encontra-se em processo de confinamento territorial; posseiros que por motivo de venda de terras que a muito eram ocupadas por eles, estavam sendo desalojados e; os agricultores sulistas, que chegavam com um sonho de recomeçar a vida em uma região nova.

Diante desse cenário, como se deram as relações entre esses grupos? Qual o significado desse território para cada um deles? O surgimento do município teve quais impactos sobre essas pessoas? São algumas perguntas que precisamos responder para compreender melhor a formação do município de Canarana-MT. Para isso trataremos da formação do município na próxima sessão.

3 TERRITÓRIOS EM DISPUTA: A FORMAÇÃO DO MUNICÍPIO DE CANARANA-MT

Nesse capítulo analisamos o processo de formação do Município de Canarana-MT, buscamos reconhecer os sujeitos que compuseram esse processo, em especial atenção aos indivíduos dos grupos selecionados por essa pesquisa, sejam eles posseiros, índios da etnia Xavante e "pioneiros sulistas". Para essa tarefa foi utilizado um vasto espectro documental composto por documentos oficiais dos governos do estado de Mato Grosso e do Governo Federal, reportagens de jornal, relatos em livros de memória, depoimentos de sujeitos registrados em documentários e entrevistas, em especial, as registradas pela Fundação Pró-Memória de Canarana, entre outros que serão referenciados ao longo do texto. Todo esse exercício de análise nos dá a compreensão da formação de um município na região da fronteira.

No decorrer da escrita do presente capítulo serão usados documentos provenientes de entrevistas, algumas considerações sobre esses documentos devem ser feitas, a primeira delas diz respeito à produção dessas entrevistas que foram produzidas pelo Senhor Domingos[48] Finato que trabalha como voluntário na Fundação Pró-Memória de Canarana e também trabalhou em uma emissora de Rádio Comunitária, chamada "Vida Nova", onde apresentou um programa que se dedicava à Fundação Pró-Memória, nesse programa entrevistava sujeitos que chegaram em Canarana no início do projeto de colonização, o objetivo das entrevistas era apresentar a história de vida dos sujeitos, dando ênfase no processo de migração. Os relatos gravados estão hoje sob a guarda do senhor Domingos, o mesmo disponibilizou um arquivo para ser analisando, no mesmo, entre áudios diversos sobre festividades e datas comemorativas, encontram-se 29 entrevistas, dessas, a maioria foi concedida pelos migrantes sulistas, foi localizado apenas três de sujeitos de outras origens e, com relação aos indígenas, não foi localizado.

Os documentos selecionados possibilitaram refletir sobre a história da formação do município de Canarana-MT na fronteira, que, de forma ampliada, discutida por Martins (2018), apresenta uma realidade conflituosa. Segundo o autor, "a história do recente

[48] Domingos Finato nasceu no Rio Grande do sul em 1957, se mudou para o município de Canarana-MT em 1992, em Canarana trabalhou como professor da rede pública e particular, assessor de imprensa da prefeitura municipal, além de diversos trabalhos voluntários, dentre eles o de colaborador da Fundação Pró-Memória de Canarana, da qual muitos documentos que aparecem nessa pesquisa foram conseguidos. Atualmente, trabalha com a família na TV Cidade Interativa, a primeira emissora de TV digital de Canarana. Administra um canal no *Youtube* com mais de 500 vídeos, a maioria tratando da de fatos históricos de Canarana, uma página do *Fecebook* e um *Blog* da Fundação Pró-memória com o endereço: http://promemoriacanarana.blogspot.com/.

deslocamento da fronteira é uma história de destruição. Mas é também uma história de resistência e de revolta, de protesto, de sonho e de esperança" (MARTINS, 2018, p. 132). A realidade, portanto, apesar de ser marcada pela violência, é permeada, também, pela vontade dos sujeitos, que a sua medida, busca garantir o seu modo de viver, mesmo que isso entre em conflito com o outro, com a vivência do outro.

A categoria fronteira, nos permite interpretar e compreender esse processo de ocupação e formação dos municípios nas regiões de colonização recente em Mato Grosso. A fronteira é dinâmica, o movimento que se estabelece pelo avanço da frente de expansão e da frente pioneira é intenso, em alguns momentos acelera ao ponto que em uma se sobrepõe a outra, esse movimento colocou os sujeitos que participam desse processo cara a cara, suas diferenças são ressaltadas e o processo de disputa pela posse da terra se estabelece de forma mais intensa.

O trabalho, a partir desse momento, passa a trabalhar os conflitos quando a frente de expansão e frente pioneira se sobrepõe uma à outra. Para analisar as relações conflituosas na formação do município de Canarana-MT, precisamos levar em consideração outros dois conceitos que estão ligadas à realidade da fronteira que são fatores chave para os conflitos e formação do município, são eles: a migração e a colonização.

Analisando o processo de ocupação da Região Norte de Mato Grosso, Custódio (2014, p. 16) discute a colonização:

> Considero "Colonização" uma categoria historicamente construída na e pelas representações que dizem sobre ela. Assim, seu significado circunscreve-se à especificidade de cada situação (lugar e momento específicos sobre o qual se fala) e em consonância com os interesses de grupos que dela fazem uso.

Nessa reflexão aponta um aspecto importante quando tratamos de colonização, ao longo dos séculos dependendo dos interesses e do local os significados mudam, portanto, os objetivos e significados do uso dessa categoria ao si referir ao século XVI, é diferente dos empregados no século XX.

Souza (2013, p. 40) ao tratar o conceito de colonização no contexto de ocupação de Mato Grosso, a partir da década de 1970, aponta que

> a colonização do Norte do Mato Grosso fez parte de uma política de ocupação de áreas da Amazônia Brasileira na qual o Estado brasileiro agiu mais ativamente em benefício das empresas colonizadoras. Os colonos tiveram o papel de proporcionar os maiores lucros e o "sucesso" dos projetos aos empregadores desse negócio.

A reflexão aponta para o conceito de colonização, que deve ser analisado em uma perspectiva de interesses mútuos, empresas, governos, mesmo o migrante que tem um papel de proporcionar lucros, ao adquirir a terra, também é motivado pelo interesse decorrente de sua situação de vivência.

Ao falar de colonização, outro conceito deve ser pensado, o conceito de migração. Nesse sentido, Souza (2013, p. 63) escreve que "a migração aparece como uma estratégia, no que se refere à reprodução social vinculada à ideologia da terra e à constante ameaça de proletarização (rural ou urbana), decorrente da crise agrária e do padrão modernizador da agricultura".

Portanto, a colonização proposta por governos e empresas, a partir da década de 1970, em Mato Grosso, está associada, de forma muito grande, ao processo migratório, como já analisamos nesse trabalho, os conflitos no campo nessa época estavam latentes.

Colonização e migração são conceitos praticamente indissociáveis quando as tratamos na pesquisa sobre a ocupação de Mato Grosso, a partir de 1970. Ainda, tratando da migração, Rocha (2010, p. 64)) afirma que "a migração enquanto fenômeno é, concomitantemente, por um lado, um processo concreto de mudança, calculado, planejado e intencionado pelo indivíduo; por outro lado, carrega consigo toda uma carga de imaterialidade, de imprevisibilidade".

Considerando a "carga de imaterialidade e de imprevisibilidade", que o sujeito migrante carrega e encontra, respectivamente, temos aqui uma indicação do caráter de estranhamento e de violência ao encontrar o outro. A mesma autora aponta, ainda, que, "migração e fronteiras são conceitos que se entrecruzam e podem ser analisados como fenômenos indissociáveis em determinados contextos" (ROCHA, 2010, p. 31). As ocupações que deram origem ao município de que Canarana-MT, parece ser um desse contextos.

O avanço da fronteira, a colonização e a migração trazem consigo uma ideia de modernização, o moderno se sobrepõe ao arcaico, a ideia de progresso não considera ou respeita o outro. Sobre essa discussão Rocha (2010) aponta para a construção de um discurso que reforça o papel da migração com elemento propulsor do progresso.

> A migração aparece como um dado natural cuja caminhada e percurso está marcado, de um lado, por desafios e desencontros, de outro lado, pela união e êxito. Embora as trajetórias sejam marcadas por especificidades, o discurso em torno do pioneirismo como fonte do desenvolvimento da região alimenta, notadamente, as redes que informam e dão significado às narrativas (ROCHA, 2010, p. 104).

No processo de formação do município e, principalmente, a partir da sua consolidação,

ocorre um movimento, conduzido pelos grupos que assumem o comando político e econômico, no sentido de construir uma narrativa oficial, uma narrativa que, até certo ponto, tenta produzir um discurso homogêneo, suavizando um processo que se dá em meio à violência e à imposição das vontades de uns em detrimento das vontades de outros. A pesquisa busca nesse capítulo elementos que possam ampliar a compreensão, rompendo com o discurso homogeneizador sobre a formação do município de Canarana-MT.

Para avançamos, é preciso, considerar que formação de um munícipio está associada ao processo de organização administrativa do país e dos estados, essa necessidade se apresenta, geralmente, a partir do momento que um território, um espaço, começa a ser ocupado com fins de produção de mercadorias para anteder ao mercado, seja ele regional, nacional e internacional. O processo de emancipações políticas de municípios nas áreas de colonização recente demostra isso. Nesse sentido, vamos analisar, a partir desse momento, através dos documentos selecionados, um pouco dessa realidade.

No primeiro capítulo mostramos os processos históricos que culminaram com a ocupação oficial e espontânea da região do Araguaia Mato-Grossense, constatamos movimentos de ocupação por sujeitos de origem distinta ao longo de mais de dois séculos. Esse processo foi permeado por muitos encontros e conflitos, os quais são intensificados pela ação dos sujeitos, mas, principalmente, pela ação do Estado, quanto toma para si o controle de espaço e os destinam a sua incorporação, no processo de produção capitalista. Essa situação conflituosa fez nascer cidades, redefinir territórios, esse é o caso que analisaremos a partir desse momento, desse conflito, encontros e desencontros, nasce o município de Canarana-MT.

Pesquisar a história da formação de um município, principalmente, nas chamadas áreas de colonização recente, ajuda a compreender a realidade desse espaço, dos fatos históricos desenrolados nessa subdivisão administrativa e, ao mesmo tempo, as formas que se deu a ocupação da terra no Brasil, bem as relações conflituosas entre os grupos envolvidos nesse processo. As fontes para a análise dessa temática são vastas; acervos documentais em arquivos públicos e privados possibilitam acessar e conhecer o movimento histórico que deu origem ao município de Canarana-MT.

Esse processo de formação passa por algumas características, a primeira delas está associada ao processo de ocupação de um território por um grupo de indivíduos que propõe o uso dos espaço, isso pode ocorrer de forma espontânea, como ocorreu com grupos indígenas e posseiros e de forma oficial, essa última tenta integrá-lo ao sistema jurídico e econômico de uma estado e do país, as divisões, territorializações que constituem esse processo, em grande

parte, são direcionadas pela ação do Estado e pela ação do desenvolvimento capitalista, materializado na exploração da terra e dos recursos que nela existe.

Uma segunda característica provém da primeira, trata-se da construção de uma infraestrutura mínima, esse processo ocorre pela ação de interesses econômicos e pela ação do Estado, é importante salientar que por essa lógica do estado e da economia, nem todos os indivíduos têm o mesmo papel de importância.

Chegamos, então, à última característica analisada nesse texto: a formação de um grupo de indivíduos que lideram, do ponto de vista político, o processo de formação e estabelecimento de um município e definem quais elementos são os fundamentais para a caraterização histórica desse processo, deixando outros de lado, relegados ao esquecimento. Esse grupo acaba por impor uma memória coletiva oficial, materializando nas comemorações cívicas, nos monumentos e, até nas práticas educativas, no entanto, as resistências, estão sempre aparecendo para desorganizar a narrativa oficial.

3.1 De Barra do Garças a Canarana: a Formação de um Município da Região de Fronteira

Nesse ponto passaremos a analisar a colonização e formação do município de Canarana na Fronteira. A fronteira é um espaço dinâmico, está em constante movimentação, pelas pessoas, pelas relações entre os indivíduos, o território está em constante reconfiguração.

A colonização e formação do Município de Canarana-MT, faz parte de um processo de expansão da fronteira e ocupação dos chamados “espaços vazios”, esse movimento, como já analisamos, tem início no âmbito nacional, na década de 1940, com as ações do governo Getúlio Vargas que visava integrar o Sul/Sudeste ao Norte/Nordeste, um dos instrumentos usados para essa missão foi a FBC, criada em 1943, que desenvolveu ações das mais diversas naturezas.

Maia (2012, p. 70) colabora em sua pesquisa sobre a FBC para compreendermos essas diversas frentes de ação da mesma.

> Chamo atenção para a extensão da área de atuação da FBC – Brasil Central e Oriental – entidades que não existiam de forma clara na divisão regional brasileira – e para a imprecisão de suas atribuições específicas. A escritura menciona “desbravamento e colonização”, mas, no decorrer da sua vida a Fundação ia construir cidades, organizar campos de pouso, abrir estradas, estabelecer entrepostos comerciais, administrar ferrovias e gerir processos de mobilização e colonização de trabalhadores.

A FBC, teve, portanto, uma ação muito vasta, impactando o processo de ocupação e formação de cidades, fomentou a presença do Estado, representado pelas suas instituições, bem como, a presença de empresas que adquiriram terras com incentivos, caracterizando uma estratégia para a integração desses territórios a economia capitalista.

A presença da FBC em Mato Grosso promoveu a integração de povos indígenas, o crescimento populacional, e alguns núcleos urbanos a uma condição estratégica, um desses núcleos urbanos foi Barra do Garças, mesmo não sendo uma das bases da Fundação, recebeu os reflexos da presença da mesma, que estava instalada na cidade vizinha Aragarças. Essa denominação, segundo Varjão[49] (1989), foi feita pelo Ministro João Alberto, presidente da Fundação e, a antiga Vila de Barra Goiana, passa a se chamar Aragarças.

Barra do Garças surge na década de 1920, com o impulso do garimpo nos rios Araguaia e Garças, era uma vila de apoio aos garimpos da região. A emancipação política de Barra do Garças ocorre no ano de 1948, logo após a chegada da FBC.

Nesse sentido, Varjão (1992, p. 61) aponta esse período como o mais importante no

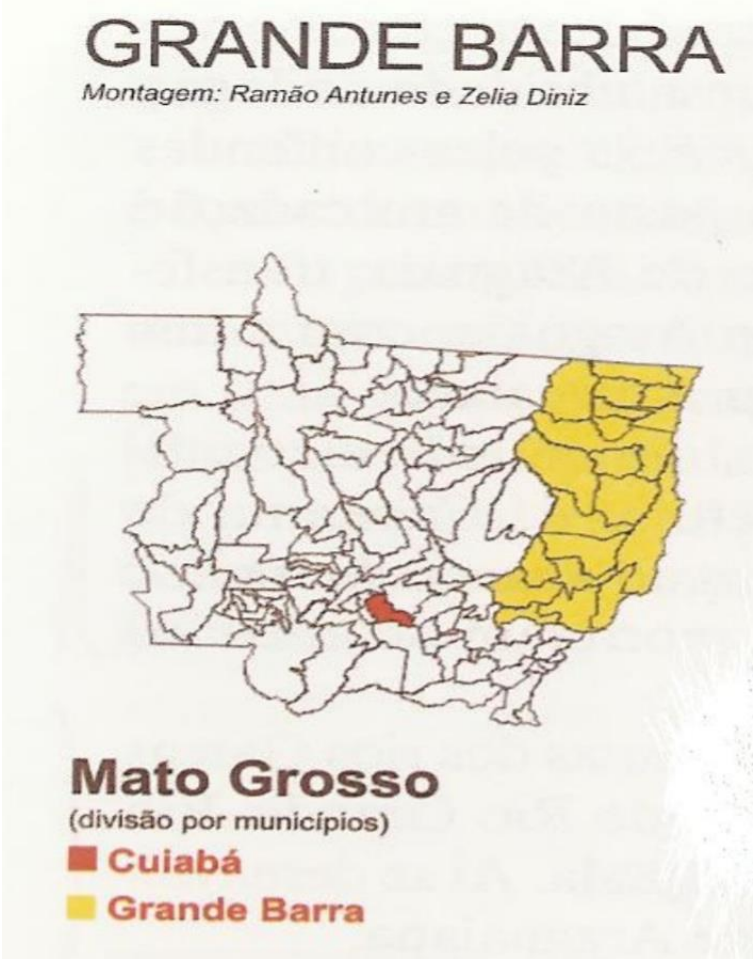
[49] Valdon Varjão nasceu em Cariús (CE) no dia 15 de dezembro de 1923, filho de Manuel Cardoso Varjão e de Maria Olímpia Varjão. Bacharelou-se em direito em 1978 pela Universidade Federal Fluminense (UFF). Tabelião, empresário e pecuarista, com o fim do Estado Novo e a redemocratização do país em 1945, foi fundador e secretário do diretório do Partido Social Democrata (PSD) de Barra do Garças (MT). No ano de 1950, tornou-se membro do diretório regional do PSD mato-grossense e elegeu-se, ainda em 1950, vereador por esse partido, reelegendo-se em 1954. Em 1958, elegeu-se prefeito de Barra do Garças. Empossado no início do ano seguinte, cumpriu todo o período previsto para o exercício do cargo, deixando a prefeitura no início de 1963. Nesse período, em outubro de 1962, disputou uma vaga, sempre pelo PDS, na Assembléia Legislativa de Mato Grosso, sendo bem-sucedido. Empossado no começo de 1963, com a extinção dos partidos políticos pelo Ato Institucional nº 2 (27/10/1965) e a posterior instauração do bipartidarismo, filiou-se à Aliança Renovadora Nacional (Arena), partido de sustentação ao regime militar instaurado no país em abril de 1964. No começo de 1967, ao final da legislatura, concluiu o mandato de deputado estadual. No pleito de novembro de 1972 elegeu-se novamente prefeito de Barra do Garças na legenda arenista. Empossado em março seguinte, ocupou a presidência do consórcio internacional dos municípios de Barra do Garças, Aragarças, Torixoréu, órgão subordinado à Superintendência do Desenvolvimento do Centro-Oeste (Sudeco). Deixou, tanto a prefeitura quanto o consórcio em 1976. Nas eleições federais de 1978, integrou, na condição de suplente, a chapa da Arena encabeçada por Gastão Müller ao Senado, que conseguiu eleger-se. Com o fim do bipartidarismo em novembro de 1979 e a consequente reformulação partidária. Valdon Varjão foi um dos fundadores do Partido Popular (PP). Com o afastamento do titular em maio de 1980, assumiu sua vaga, tendo permanecido no Senado até setembro desse ano. Em novembro de 1981, por ocasião de outra licença do titular, tomou posse do mandato no qual permaneceu até fevereiro de 1983. Um ano antes, por discordar da orientação dos líderes do seu partido, que articulavam a incorporação do PP ao Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB), filiou-se ao Partido Democrático Social (PDS), de orientação governista. No pleito de novembro de 1982 disputou uma vaga para a Câmara dos Deputados na legenda pedessista obtendo a primeira suplência. No mês de julho de 1985 assumiu a vaga de Jonas Pinheiro, permanecendo no exercício do mandato até março de 1986, no lugar do titular. Em 1987 ocupou o cargo de secretário de estado. Filiado ao Partido da Frente Liberal (PFL), elegeu-se vereador em Barra do Garças em dois pleitos consecutivos, exercendo o mandato nas legislaturas 1993-1996 e 1997-2000. Tornou-se membro, entre outras entidades, da Academia Mato-Grossense de Letras, da Academia Paulista de História, do Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso e do Instituto Histórico e Geográfico de Goiás. Publicou várias obras de literatura, entre as quais *como e por que trabalham os pedreiros livres*, livro maçônico (s.d.); *Avante filhos da viúva* (s.d.); *Barra do Garças* (s.d.). Faleceu em Cuiabá, no dia 3 de fevereiro de 2008. Fonte CPDOC, Fundação Getúlio Vargas- http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/varjao-valdon

processo de formação do município:

> Foi a fase mais lembrada e até saudosa que Barra do Garças viveu, pois conseguiu suplantar grandes municípios que lideravam a economia regional, ultrapassando Baliza, Lajeado, Rio Bonito, Iporá e outros que eram considerados como centros polarizadores de ensino e economia. Foi nesse período que efetivou-se a transferência da sede do município de Araguaiana para Barra do Garças, em 15 de setembro de 1948.

Com o deslocamento da sede municipal para Barra do Garças, com sua emancipação política fez surgir a Grande Barra. O mapa a seguir demostra a área territorial ocupado pelo município até a década de 1970. Era um vasto território, o contato entre um extremo e outro do município era feito pela BR 158, num total aproximado de 800 Km.

Figura 13: Mapa de Barra do Garças no final da década de 1960



Fonte: Caron (2010, p. 111).

A área territorial ocupada pelo município de Barra do Garças em 1970, deu origem a

25 municípios atuais [50] do Estado de Mato Grosso, entre eles o Município de Canarana-MT, por esse motivo é importante compreender a territorialização, bem como os processos que desencadeiam a formação de municípios.

Com a chegada dos militares ao poder, com o Golpe Civil Militar de 1964, as atenções do governo federal se voltaram, mais uma vez, para a região central do Brasil. A doutrina de Segurança Nacional, apontava para ações, no sentido de promover segurança e desenvolvimento na região amazônica.

> Essa política de ocupação da Amazônia pós 1970, foi pensada e gerada a partir da "Doutrina de Segurança Nacional", que pensava o espaço amazônico num contexto internacional, dentro de um contexto da geopolítica. Naquele momento as políticas dos governos militares utilizam o espaço físico da Amazônia com uma finalidade prática, aproveitando a grandeza do território, e o baixo índice demográfico, aliando essa nova ocupação para a manutenção da segurança, interna e externa. Os militares aproveitavam os aspectos positivos do espaço, e neutralizavam os negativos (BORGES, 2003, p. 26).

A ação do governo militar na Amazônia servia aos planos de manutenção no poder dos militares, os projetos implementados, buscavam legitimar essa manutenção. Por um lado, tentava mostrar à população nacional a preocupação em manter a integridade do território, e por outro, neutralizavam o que consideravam aspectos negativos, um desses aspectos era as vastas áreas de terras sob o controle de povos indígenas, que poderiam ser usadas para transferir agricultores de outras regiões. Santana (2009) escreve que:

> Um dos fatores determinantes para entendermos as medidas tomadas pelos governos militares para a ocupação dos "vazios" amazônicos, foi a segurança interna. A Amazônia foi utilizada como "portão de escape", através dos projetos de colonização, para o esvaziamento dos conflitos no campo, tanto no Nordeste, quanto no Sul e Sudeste (SANTANA, 2009, p. 3 e 4).

Pesando a partir dos princípios da DSN, que associava segurança e desenvolvimento, o município de Barra do Garças que era na década de 1960 e 1980 um vasto território, ocupado de forma não oficial por posseiros e índios, com um modo de vida não integrado ao sistema de desenvolvimento capitalista, entrava, de forma mais intensa, no radar do governo federal e estadual, isso pode ser observado no capítulo anterior, quando tratamos dos empreendimentos agropecuários, constituídos a partir dos incentivos da SUDAM.

[50] Municípios oriundos da fragmentação de Barra do Garças: Barra do Graças, General Carneiro, Novo São Joaquim, Araguaiana, Nova Xavantina, Campinapólis, Água Boa, Cocalinho, Nova Nazaré, Canarana, Ribeirão Cascalheira, Querência, Bom Jesus do Araguaia, Serra Nova Dourada, Novo Santo Antônio, São Felix do Araguaia, Luciara, Santa Terezinha, Canabrava do Norte, Porto Alegre do Norte, Alto Boa Vista, Confresa, Vila Rica, São Jose do Xingu e Santa Cruz do Xingu.

Moreno (2007) apresenta os mecanismos legais que o estado de Mato Grosso desenvolveu e que possibilitou a apropriação de vastas extensões de terras por parte de empresários e pessoas ligadas ao círculo político estadual, sendo assim, as terras do município de Barra do Garças constituíam-se basicamente de latifúndios, áreas indígenas em processo de demarcação e terras devolutas, que, para os governos, não foram incluídas nas áreas indígenas e não havia documentos de propriedade.

Atrair migração de áreas em conflitos agrários era essencial para tentar postergar os problemas da concentração de terras no Brasil, nesse sentido, os projetos agropecuários foram instalados e, com eles, muitas pessoas foram atraídas para trabalhar e para migrar, adquirindo lotes. No entanto, os conflitos que se desenvolviam em outras regiões, de forma intensa, migraram junto com as pessoas. Com a chegada de sujeitos vindos de outras regiões do Brasil em Barra do Garças, o conflito local estava sendo gestado, assim, índios, posseiros, peões, empreendimentos agropecuários e migrantes de projetos de colonização se viam em um ambiente de disputa pela terra, e, em vários momentos, essa disputa ficou mais acirrada.

Nesse contexto de ações de integração da terra à produção nacional capitalista, gerava um clima de esperança para os que deixavam uma vida de dificuldades e procuravam um destino melhor em Mato Grosso, e, para outros, um clima de temor pela perda de terras que, tradicionalmente, já eram ocupadas há séculos ou mesmo os que as ocupavam a poucas gerações. Nesse cenário se estabeleceu o projeto de colonização que deu origem ao que é hoje o município de Canarana -MT no, até então, município de Barra do Garças.

A chegada de sulistas ao Município de Barra do Garças ocorreu no final da década de 1960, início da década de 1970 A primeira ação conjunta, no sentido de promover uma colonização, foi realizada, segundo Schwantes (2008) por Alfredo Toneto, ele comprou uma área de terras e tentou trazer famílias do Rio Grande do Sul, algumas vieram, o local ficou conhecido como Val dos Gaúchos.

A chegada dos sulistas em Barra do Garças, de uma forma mais organizada, ocorreu em 1972. Após constituir uma cooperativa de colonização, a COOPERCOL, esta foi responsável por adquirir e lotear áreas de terras e vendê-las a seus sócios. Os sulistas que migraram para o Projeto Canarana apresentavam características comuns, em relação ao uso da terra, todos viviam em pequenas porções de terra, que não possibilitava almejar muita coisa, do ponto de vista econômico, as falas das entrevistas, utilizadas nessa pesquisa, apontam esse cenário.

A realidade dos agricultores que migraram para o Centro-Oeste, especificamente para a o município de Barra do Garças, onde, após desmembramento na década de 1970, deu origem ao Munícipio de Canarana- MT, não era muito boa, tinham alguns recursos, mas eram

insuficientes, o trabalho com a terra tinha, como princípio, melhorar economicamente as condições de vida da família.

Vejamos o relato do senhor Amandio Micolilo[51,52]. Ele nasceu no município de Sobradinho, Rio Grande do Sul, no dia 5 de setembro do ano de 1932, se mudou com a família para o município de Tenente Portela, Rio Grande do Sul, aos 12 anos de idade, compôs como membro uma das vagas do conselho fiscal da primeira diretoria da COOPERCOL, no ano de 1973 migrou para o projeto Canarana I, no então município de Barra do Garças, faleceu em 24 de setembro de 2020.

> O negócio lá em Tenente Portela era o seguinte: tinha muita gente, então lá não sabe nem como fazer para diminuir que tava apertado demais, então não sabia como fazer, e o Norberto teve essa ideia, vamo tirar gente, vamos tirar esses piquenos vende para pro que tem mais tera e os piquenos nos vamo dá um jeito de arrumar tera pra fora, aí foram pensando, pensando aí surgiu Mato Grosso. Era Mato Grosso porque Paraná já não tinha mais vaga pra nada, então era Mato Grosso, então expandiu a ideia de Mato Grosso e o pessoal falar em Mato Grosso, falar em tera do gover... do do 500 hetares, 1000 hetare o pessoal enlouquecia, poque lá se tinha cinco, dez, vinte era essa, era essa base e lá com 5 hetare 10 hetare o pessoal antigamente vivia bem, porque dava de tudo, lá não precisava comprar semente, não precisava comprar adubo, é é tudo se guardava e se plantava e se coía, tudo feito a muque, então não tinha despesa nenhuma, se vivia, ai foi apertando, a tera foi emagrecendo, quando começou a ter que botar calcário, adubo, ai não deu, não dava pra comer. Então a intenção era tirar o pessoal... po pra formar uma coperativa, um sociedade e comprar uma área e ai saiu o daquele que ia siar o programa Protera, um financiamento pá, só pra comprar tera, então saiu, surgiu de a ideia de com... formar a coperativa, foi onde que nóis formemos essa coperativa, depois todas as reuniãos, o pessoal já sabia o que que a gente queria, ah, e quando surgiu de té que se pudia ser feito isso ali, o pessoal caiu em massa, o que tinha pouca tera, arendatários, pobres, tudo entrou, entrou na coperativa né? Mas, aí foi formado, e foi formada a diretoria pá dipois começar a fazer os negócios né? (Sic)[53].

No relato, o entrevistado relata a situação em que muitos agricultores se encontravam, viviam em lotes de terra pequenos, e precisavam de uma alternativa, nesse sentido, ele fala das ações feitas por Norbeto Schwantes e pela cooperativa, no intuito de resolver essa questão agrária. O senhor Siegfried Bruno Gaib relata uma situação semelhante, em relação ao uso da

---

[51] Entrevista concedida ao senhor Domingos Finato, no programa de rádio da Fundação Pró-Memória de Canarana no dia 29 de março de 2008.

[52] Em uma reportagem publicado no site do ISA, com o título "Morre Amandio Micolino, plantador de florestas no Araguaia Xingu de 7 de outubro de 2020, os representantes do instituto chamam a atenção para as ações de Amandio em favor da recuperação das áreas degradas pela ação do desmatamento para a abertura das terras para o plantio e para a criação de gado. Mais informações consultar: ISA, Instituto Socioambiental. Morre Amandio Micolino, pantador de florestas no Araguaia Xingu. Disponível em: https://www.socioambiental.org/pt-br/blog/blog-do-xingu/morre-amandio-micolino-plantador-de-florestas-no-xingu-e-araguaia. Acesso em 02 de mar. 2021.

[53] A entrevista foi concedida a Domingos Finato em 29 de março de 2008 e a transcrição foi realizada direto do arquivo em *pen drive* concedido por ele.

terra e seus limites. Siegfried Bruno Gaib nasceu no dia no dia 18 de maio de 1928, no município de Taquari, Rio Grande do Sul, quando tinha dois anos de idade, a família mudou-se para o município de Sarandi, também no Rio Grande do Sul, após o processo de subdivisão do município, ao longo das décadas seguintes, a região em que morava emancipou-se, formando o município de Tenente Portela, ele e sua família migraram para o projeto Canarana I no ano de 1972, fez parte do primeiro grupo a chegar ao projeto, faleceu em 3 de abril de 2007.

> Aí, então, a minha tera lá era uma tera muito braba, ô tinha a comprado junto com o munho que o munho era do pai, mas aí como eu tinha a criação de porco, tinha minha apicultura, e daí isso não era suficiente, porque o munhero, quando diz que o munhero ele enriquece ele rouba, pra mim era bem o contrário eu pobreci, o dinheiro que eu perdi lá dentro daquela region dava pra eu ter comprado o Canarana I, pago cum dinheiro, o dinheiro que perdi lá, mas me lembrei anssim, que dinheiro que eu perdi, eu não perdi, porque esse tá na mão do tesoro celestial, e este é o dinheiro que tem valor, o resto é vaidade. Aí, então, em mil novecentos e, tive lá com aquela tera, tinha pouco tera, era muito peral e ladeira e difil, tinha um, um.. uma passagem também bom, mar era piquinininha, aí construí um valo que tinha quinhentos metro de comprimento e tinha seis metro de fundura, onde tinha cinco metro de rocha, pra fura a pedra, bom, trabaiei muitos ano, ele tinha a largura que dava para passar de caro, um caminhão mercedes passava no meio dele, de, de largura, desviei o rio num leito de muitos hectares de tera onde ele fazia uma ila, pra poder aproveitar a água pessa indústria, que essa indústria foi tocada a turbina (Sic)[54].

As falas dos dois depoentes nos ajudam compreender a realidade vivida pelos pequenos agricultores do Município de Tenente Portela, no final da década de 1960, ao relatar sobre o cotidiano, acabam por expressar dificuldades de se manter nas áreas de terras.

Barroso (2014) em artigo com o título, *A colonização em Mato Grosso como "portão de escape"* para a crise agrária no Rio Grande do Sul" colabora com as falas dos depoentes. Na discussão que faz sobre o tema, aponta as dificuldades enfrentados pelos agricultores da região sul do Brasil, onde predominava o minifúndio.

A decisão de vir para Mato Grosso e ter a oportunidade de adquirir um pedaço de terra, várias vezes maior do que tinham no Rio Grande do Sul entusiasmava os agricultores, o depoimento de Amamdio Micolino demostra isso. Esse foi um fator motivador para a migração.

Além da possibilidade de ter um espaço maior de terra, outro motivo para a saída de agricultores do Rio Grande do Sul, especificamente do município de Tenente Portela, para o Centro-Oeste, foram os conflitos relacionados à ocupação para a produção agrícola em terras

[54] A entrevista foi concedida a Domingos Finato em 29 de março de 2008 e a transcrição foi realizada direto do arquivo em *pen drive* concedido por ele.

indígenas, no caso de Tenente Portela. Os agricultores ocupavam a TI Guarita[55], os depoentes falam dos problemas relacionados a essa prática, Siegfried Bruno Gaib, relata sobre fatos relacionados à prática de agricultura em terras indígenas:

> Aí, entã,o eu fiz um arrendamento na área indígena, e esse arrendamento tinha uma porcentagem no que tinha de pagar no posto, esse posto era dominado pelo, pela Curitiba, e ele, então, sempre, cada ano, tinha de fazer a contribuição pá fazer o pagamento, a colheita até cadastro, tem até hoje o cadastro daquelas, daquelas áreas, um cadastramento muito grande, e aí, então, quando viram que pá minha pessoa era muito e hoje sou ecologista, eu sou contrário dessa pessoa que usa violência na, na, na natureza, e lá então os outros não gostaram disso, e foram me denunciar que eu tava de, de, destruindo a natureza e fazendo caçada. Nunca em minha vida eu fez uma caçada, não matei um veado, nem aqui em Canarana, nunca matei um bichinho nenhum, tudo, tá tudo vivo ainda por mim. Aí, então, o que fizeram? Isso era os brigadianos do, do, da brigada militar, eles eram o chefe, eles eram três irmãos, esses três irmãos eles tinham assim, o poder, como poder de autoridade, como era antigamente com o inspetor, eles começaram a me perseguir, aí então perdi praticamente tudo, aquele serviço e tudo que tinha lá, escapei só com a minha vida lá, abandonei tudo, daí, então, como tava tudo desgostoso e sempre tive sonhando pra sair de lá pro Mato Grosso (Sic)[56].

Em um livro de relato de memórias da Família Dunck, com o título “Diamantes”, Augusto Dunck, relata também, em relação às condições de produção e conflitos relacionados às terras indignas. Augusto Dunck nasceu no dia 12 de março de 1934 em Charrua Alta, município de Tapejara - RS, migrou para o Projeto Canarana I de 1973.

> [...] certo dia, usando uma trilhadeira nas terras do meu vizinho, chamado Brum, chegou o chefe do posto indígena no local. Brum foi conversar com ele, mas ele logo voltou para me dizer que na verdade ele queria conversar era comigo. Foi nesse momento que acabei explicando ao chefe do posto indígena que, além dos cinco alqueires, eu arrendava outros cinco do meu vizinho (como já expliquei anteriormente). Porém, do nada sem explicação, ele me disse que estava embargando a minha plantação. Ele nem tentou conversa,r mesmo eu explicando que meu pagamento estava em dia (DUNCK, 2014, p 30).

Norberto Schwantes (2008) também relata as questões de conflitos relacionados às terras indígenas no Rio Grande do Sul, em um trecho de um livro onde conta sua história de vida e sua trajetória à frente dos projetos de colonização:

> Apesar das vastas e excelentes terras da reserva, os índios viviam na mais completa miséria e ignorância. Bem, só vivia o chefe do posto do SPI que arrendava toda a

[55] Sobre a TI Gurita, mais informações podem ser consultadas em: LUCKMANN, Sandro. **Educação Escolar Indígena na Terra Indígena Guarita**: Um olhar sobre a trajetória missionária indigenista da IECLB e COMIN. Dissertação de Mestrado (Mestrado em Educação Nas Ciências) Universidade do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul, Ijuí-RS, 2011.

[56] A entrevista foi concedida a Domingos Finato em 29 de março de 2008 e a transcrição foi realizada direto do arquivo em *pen drive* concedido por ele.

> terra desmatada da reserva aos colonos mais fortes e espertos da região. Os colonos pobres não conseguiam plantar na reserva, porque não tinham recursos para "agrados" ao chefe do posto. Apesar disso, muitos pobres viviam e trabalhavam na reserva, como empregados e posseiros (SCHWANTES, 2008, p. 33).

Portanto, as condições de conflitos relacionados à terra, à situação de empobrecimento da população, foram fatores que motivaram para a migração de sulistas para Mato Grosso, no início da década de 1970.

A chegada dos sulistas, através do projeto de colonização Canarana I, promoveu um movimento acelerado de mudanças na parte central do, então, município de Barra do Garças. Nesse município haviam várias áreas de terras documentadas, através de escritura pública em cartório, porém, com poucas atividades econômicas efetivamente em funcionamento, apresentava também a presença de terras indígenas, ainda em processo de demarcação, uma delas a reserva indígena da etnia Xavante. Com a chegada dos sulistas, essas áreas começam a entrar no foco do processo de colonização, principalmente, a colonização decorrente das políticas de incentivo a ocupação da Amazônia Legal, implantadas durante a Ditadura Civil Militar.

Os primeiros sulistas que migraram para o município de Barra do Garças, chegaram, como já tratamos, no início da década de 1970, foram motivados por dificuldades encontradas para se manter nos pequenos lotes de terra no Rio Grande do Sul e pela inciativa da fundação da COOPERCOL. Buscavam novas áreas para explorar a agricultura. Como boa parte dos primeiros agricultores não dispunham de muitos recursos, a cooperativa tinha o papel de coordenar e garantir o que os migrantes necessitavam para a transferência do Sul do país para o Centro-Oeste.

Com o início da transferência dos agricultores para Mato Grosso, a sede da cooperativa também foi transferida, passou a ser no município de Barra do Garças, a intenção era preparar a área adquirida para a instalação dos novos moradores. Esse processo ocorreu em 1972, no Livro de Atas da COOPERCOL, mais precisamente na Ata e número 07[57], que trata dessa transferência e os motivos:

> Norberto Schwantes, gerente da cooperativa, que, inicialmente, abordou a necessidade de mudança da sede e foro da cooperativa, por tratar-se de uma questão legal, prevista em Estatuto, no artigo 53, uma vez que seus associados transferirão residência para o município de Barra do Garças, estado do Mato Grosso. A assembléia, considerando o assunto como da máxima importância para a vida da cooperativa, aprovou unanimemente a transferência da sede e fôro da cooperativa

[57] A Ata Nº 7, encontra se o original no Livro de Atas da Coopercol, localizado no prédio da Fundação Pró-Memória de Canarana, e uma cópia digitalizada conta nos anexos desse trabalho.

> para Barra do Garças, estado de Mato Grosso (Ata de Fundação da Coopercol, disponível no acervo da Fundação Pró-Memória de Canarana)

A transferência da cooperativa ocorreu ao mesmo tempo em que as primeiras famílias de agricultores começam a se instalar no local do projeto, as motivações atendiam ao fato da necessidade de tomar as providências para a chegada dos migrantes, entre essas providências, uma delas era construir uma estrada de acesso.

O primeiro núcleo colonizador gerenciado pela COOPERCOOL, foi o Projeto Canarana I. Para a implantação desse projeto foram adquiridos uma área de terras de quarenta mil hectares, a intenção era de assentar 81 famílias de agricultores, dividindo em lotes de 480 hectares, logo na sequência da instalação do projeto Canarana I, foram instalados os projetos Canarana II e Canarana III. Ao todo, a COOPERCOL implementou sete projetos de colonização durante sua existência, adquiriu áreas de terras que foram loteadas em quase 400 lotes, e vendidas aos agricultores.

A tabela seguir descreve esses empreendimentos:

Tabela 2: Projetos desenvolvidos pela COOPERCOL

Nome do Projeto	Área Ocupada (ha)	Número de Lotes	Data de Implantação
CANARANA I	39.852	80	11.07.1972
CANARANA II	9.613	47	27.11.1975
ÁGUA BOA I	24.300	60	20.06.1975
ÁGUA BOA II	14.538	36	27.11.1975
ÁGUA BOA III	28.775	71	04.12.1975
GARAPU I	9.697	47	31.12.1975
V.S. AZUL	16.166	52	17.03.1976
TOTAL	**142.941**	**393**	

Fonte: Adaptado de Moraes (2013, p. 91).

Pelos dados da tabela é possível afirmar que a atuação da COOPERCOL, obteve sucesso, levando em consideração o seu objetivo inicial, o qual era transferir para o Mato Grosso, agricultores do Rio Grande do Sul.

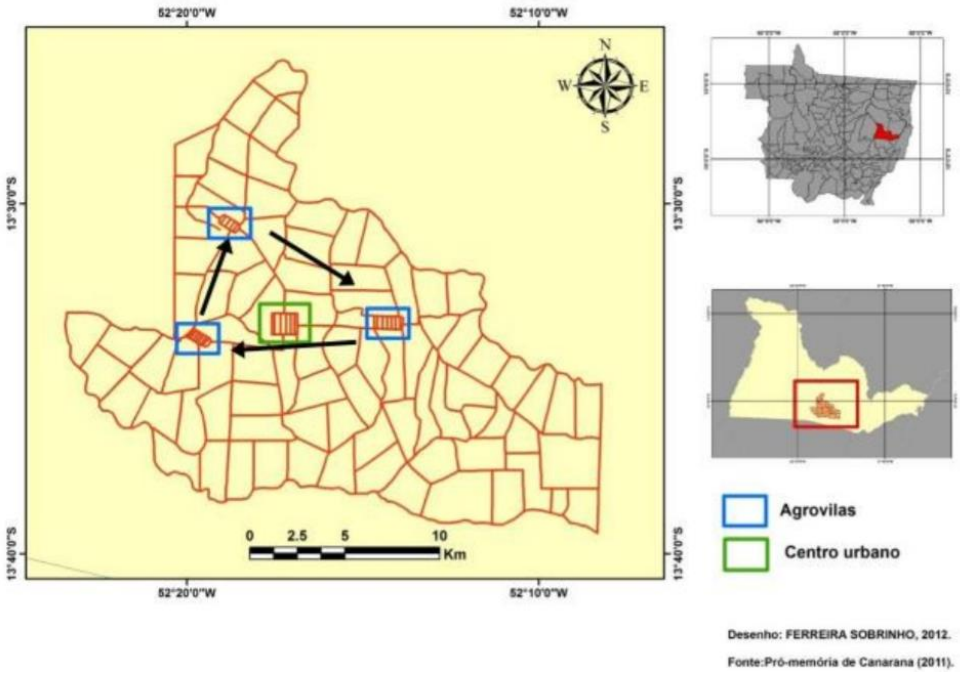
Formado, então, o projeto Canarana I, o primeiro projeto de colonização particular, sob a responsabilidade da COOPERCOL, no município de Barra do Garças, a cooperativa colonizadora deu seguimento, estabelecendo de seis projeto a mais na região próxima ao projeto Canarana I. Essa ação colonizadora particular, através de uma cooperativa de colonização foi coordenada por Norberto Schwantes que era gerente da cooperativa e pela equipe técnica liderada pelo Agrônomo Orlando Rower.

O primeiro projeto implantado, o Canarana I, previa a divisão das áreas de terras adquiridas em 81 lotes de 480 hectares, e mais uma área de 2 hectares em uma das três

agrovilas que constavam no projeto. As agrovilas tinham como intuito dar suporte aos agricultores, era um ponto comum de onde poderiam seguir em direção aos lotes de terra, poderiam abrir o cerrado e preparar a terra para o plantio.

O mapa a seguir mostra a disposição dos lotes de terras, em relação ao mapa do que hoje é o município de Canarana MT, bem como da disposição das três agrovilas.

Figura 14: Mapa do Projeto Canarana I em contraste com o mapa do município de Canarana e o Estado de Mato Grosso



Fonte: Moraes (2013, p. 92).

O núcleo urbano não estava entre as prioridades do projeto, no entanto, problemas de natureza organizacional começaram a surgir entre os migrantes, principalmente, em relação à infraestrutura comum, sendo assim, a construção do núcleo urbano teve como objetivo resolver as disputas em torno da implantação da infraestrutura mínima para atendimento das necessidades dos agricultores recém-chegados, essa infraestrutura, estava relacionada ao armazém, à escola, às igrejas e demais atendimentos.

Siegfried Bruno Gaib relata como a situação era tensa em torno dessa questão:

> Aí então de noite o Norberto perguntou: Seu Gaib, o que que tem de novidade? Eu disse: O Norberto tem uma coisa muito grave aí, que tá aparecendo um ouriço muito espinhado, má o qu? Óia, quando a gente tá no meio do povo, a gente fica escutando o que tem, isso tá preste até de sair uma revolução e nós temos que impedir isso, o máximo possível, nós temos de afastar esse male, porque? Disse, ói, eles querem, a Primeira Agrovila quer tudo, todas as instituições as de, de que, que, consta no projeto, armazém, mercado, hospitale, farmácia e igreja, cada quale quer, e nóis não temos condições de realizar uma! Nós somos fracos, nós semo, não temos dinheiro e

> como é que agora vai ser? Digo vai, é uma divergência que tem que ser solucionado, aí ele Norberto perguntou: Gaib o que será seu tem, seu pensamento? Eu digo, seu Norberto é o seguinte, o senhor é presidente sugiria que a gente tem convivido muito, e a gente já tem conhecimento de que é dificuldade e tamém cumo, a gente tem que ser um pacificador, aí fez a proposta pra ele, eu digo Norberto, eu sugiria ali onde entra das três estradas, parte Primeira Agrovila, Segunda Agrovila, Terceira Agrovila, onde forma o ípsilon, ali é um centro, ponto estratégico, vamo lá medir um quadro do, dos oito, dez, vinte, trinta, cinquenta hetare de tera, que vamo fazer tudo naquele lugar, então, não é difícil, vim da Primeira, a mesma distância, não é difícil da Segunda, a mesma distância da Terceira, a mesma distância, então vamo fazer anssim, ele disse: Ô, Gaib isso é uma sugestão muito boa, eu não esperei de chegar nesse plano pra poder evitar essa, essa encrenca que ia surgir uma, uma complicação muito desastrosa, então ele convocou uma, aqueles elementos que eram os membros da comunidade, os, os, as da diretoria, eles moraram tudo aí junto, no mesmo bloco, não era difícil, de noite dava um grito e tava tudo junto, então ele realizou uma reinion de noite, com todo o conselho da coperativa e chegaram à conclusão que tem que urgentemente fazer um loteamento urbano, pra de evitar o que podia acontecer (Sic)[58].

Chegando, portanto, à conclusão da necessidade de um ponto comum para atendimento dos moradores das três agrovilas, a direção da cooperativa aprovou essa iniciativa.

O núcleo urbano, aos poucos, foi ganhando suas primeiras construções, e, à medida que os anos da década de 1970 foram passando, foi tomando forma, a cidade que deu origem ao município de Canarana-MT.

Na fotografia a seguir é possível visualiza as construções existentes no ano de 1979, o ano em que houve a emancipação política.

[58] A entrevista foi concedida a Domingos Finato em 29 de março de 2008 e a transcrição foi realizada direto do arquivo em *pen drive* concedido por ele.

Figura 15: Foto da cidade de Canarana no ano de 1979



Fonte: Arquivo da Fundação Pró-Memória de Canarana.

É possível notar, na fotografia, o traçado grandioso das ruas e avenidas, os dois últimos traçados da imagem mostram a Avenida Rio Grande do Sul. As avenidas, em especial, apresentam características singulares, com suas ruas, com mais de 20 metros de largura, o que nas regras atuais de distribuição de faixas consegue destinar 3 faixas de rolamento e estacionamentos de ambos os lados, e o canteiro central com mais de 20 metros de largura, definindo, portanto, seis faixas de rolamento. Ao que parece essa grandiosidade estava muito ligado ao clima de ufanismo e de grandiosidade, que a propaganda oficial dos governos militares desenvolveu, principalmente na década de 1970.

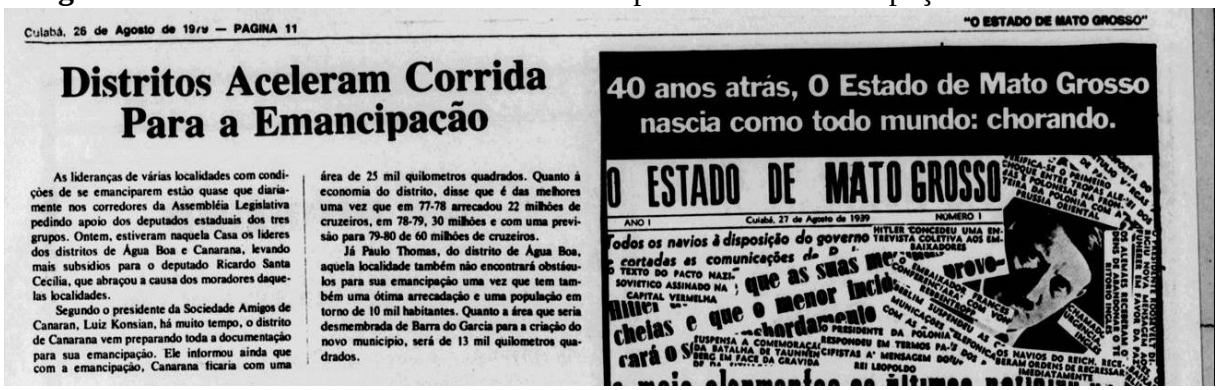
A emancipação política do município de Canarana-MT, ocorreu no ano de 1979, através da Lei Estadual nº 4.165, de 26 de dezembro de 1979[59]. A lei elevava o distrito de Canarana, criado pela Lei 3.762, de 29 de junho de 1976, ligado à Barra do Garças, a um município autônomo, no entanto, determina a instalação do município, apenas em 31 de janeiro de 1981. Ficando, portanto, ligado à Barra do Garças até a instalação.

A emancipação foi fruto da articulação política das novas lideranças que surgiram nos quase dez anos de implantação do projeto de colonização. Em Canarana formou-se um grupo Chamado "Sociedade Amigos de Canarana", esse grupo tinha como objetivo discutir os problemas da comunidade. Em dezembro de 1978, resolveram criar a "Comissão Pró

[59] A lei pode ser consultada nos anexos desse trabalho.

Emancipação", composta pelos seguintes membros: Luíz Cancian[60], Elói Ernesto Rabuske, Luíz Palma, Guido Afonso Rauber, Mário Mazureck e Nilvo Vicente Colling. Buscaram apoio político estadual para a emancipação, os jornais da época noticiam as ações em prol da emancipação. Essa busca não era exclusiva de Canarana-MT, na edição de 29 de agosto de 1979, o jornal "O Estado de Mato Grosso" traz uma reportagem falando da corrida dos distritos em busca da emancipação, conforme pode ser observado no recorte.

Figura 16: Recorde de Jornal tratando sobre o processo de Emancipação de Canarana-MT



Cuiabá, 26 de Agosto de 1979 — PAGINA 11

"O ESTADO DE MATO GROSSO"

Distritos Aceleram Corrida Para a Emancipação

As lideranças de várias localidades com condições de se emanciparem estão quase que diariamente nos corredores da Assembléia Legislativa pedindo apoio dos deputados estaduais dos tres grupos. Ontem, estiveram naquela Casa os lideres dos distritos de Água Boa e Canarana, levando mais subsidios para o deputado Ricardo Santa Cecilia, que abraçou a causa dos moradores daquelas localidades.

Segundo o presidente da Sociedade Amigos de Canarana, Luiz Konsian, há muito tempo, o distrito de Canarana vem preparando toda a documentação para sua emancipação. Ele informou ainda que com a emancipação, Canarana ficaria com uma área de 25 mil quilometros quadrados. Quanto à economia do distrito, disse que é das melhores uma vez que em 77-78 arrecadou 22 milhões de cruzeiros, em 78-79, 30 milhões e com uma previsão para 79-80 de 60 milhões de cruzeiros.

Já Paulo Thomas, do distrito de Água Boa, aquela localidade também não encontrará obstáculos para sua emancipação uma vez que tem também uma ótima arrecadação e uma população em torno de 10 mil habitantes. Quanto a área que seria desmembrada de Barra do Garcia para a criação do novo municipio, será de 13 mil quilometros quadrados.

40 anos atrás, O Estado de Mato Grosso nascia como todo mundo: chorando.

O ESTADO DE MATO GROSSO

ANO I — Cuiabá, 27 de Agosto de 1939 — NUMERO 1

Fonte: Jornal O Estado de Mato Grosso, Edição de 26 de agosto de 1979.

A reportagem dá destaque à visita de representantes desses municípios, a Assembleia Legislativa do Estado em busca de apoio, cita os distritos de Água Boa e Canarana. Sobre Canarana, escreve "Segundo o presidente da Sociedade "Amigos de Canarana", Luiz Konsian[61], há muito tempo, o distrito de Canarana vem preparando toda a documentação para a emancipação". Notamos nessa notícia a ação da comissão na busca pela autonomia administrativa.

É importante ressaltar que a criação de uma subdivisão no território nacional é decidida através de plebiscito, toda a articulação política de Canarana e de vários outros distritos, fez com que o governo de Mato Grosso convocasse um plebiscito no dia 15 de novembro 1979. O plebiscito definiria pela emancipação ou não dos distritos. Foi um evento estadual, na mesma data outros 15 distritos votaram pela sua emaciação.

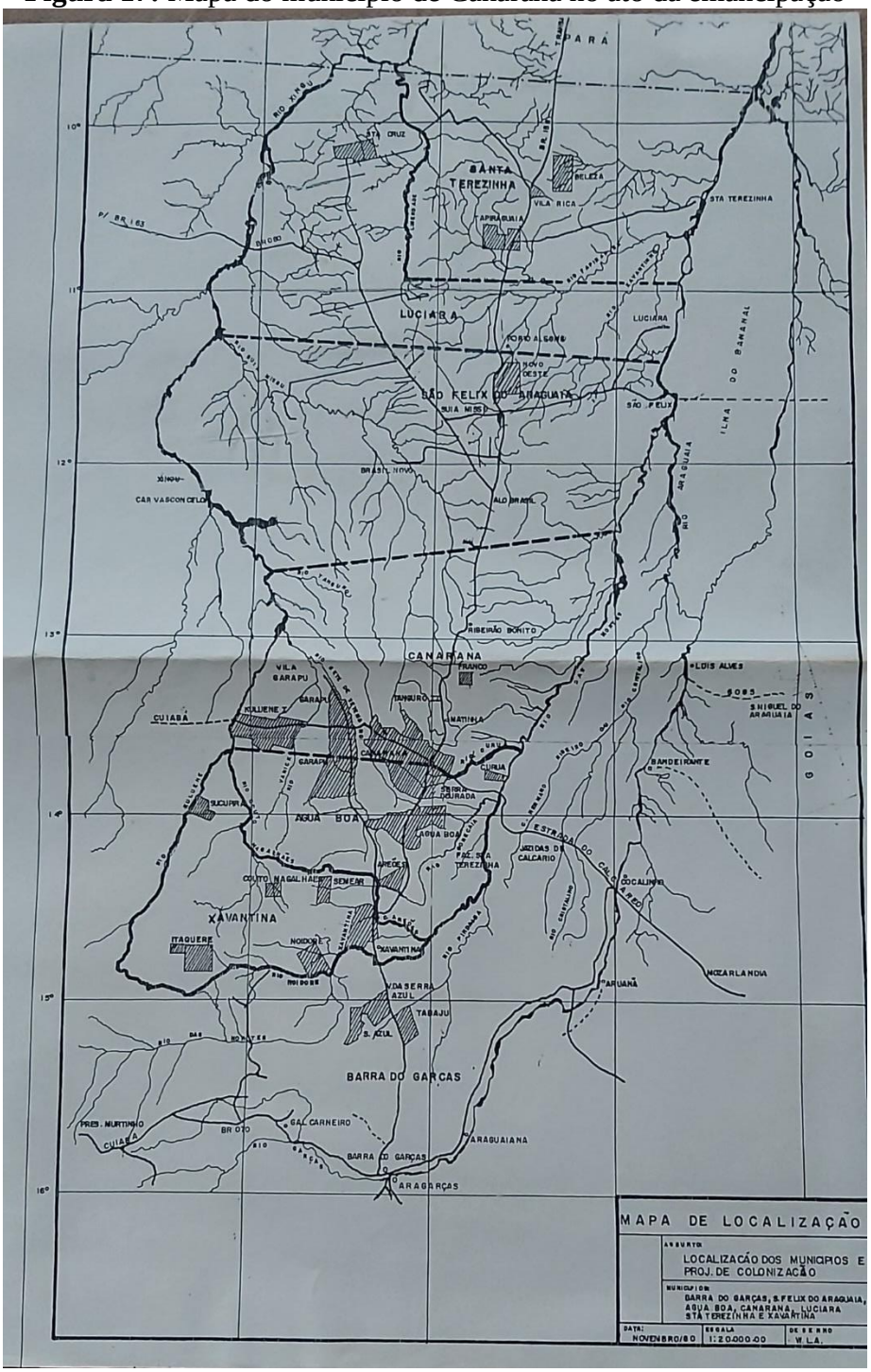
O território administrativo definidos na lei que emancipou Canarana MT, era igualmente muito grande, mais que o dobro dos atuais 10.855,181 km², que consta no *site* do

[60] Luiz Cancian, foi o motorista do caminhão no início do projeto, ele trouxe as duas primeiras famílias de migrantes de Tenente Portela em seu caminhão, posteriormente, se estabeleceu em Canarana com representante de empresas de Máquinas e implementos agrícolas, quando da emancipação, foi nomeado o primeiro administrador até que ocorreu as eleições, se elegeu prefeito de Canarana-MT nas eleições de 1992.

[61] O repórter do jornal escreveu errado, o Correto é Luiz Cancian.

IBGE (2010), fazia parte do munícipio as partes do que hoje é o Município de Ribeirão Cascalheira e Querência. O mapa a seguir representa esse território administrativo.

Figura 17: Mapa do município de Canarana no ato da emancipação



Fonte: Arquivo da Fundação Pró-Memória de Canarana.

O mapa traz, além da área administrativa do recém-criado município de Canarana-MT, a localização dos projetos de colonização que antes ficavam localizados no município de Barra do Garças e, com a emancipação, ficaram distribuídos nos municípios recém-criados,

podemos afirmar que a implantação desses projetos foi um fator impulsionador para as emancipações.

As primeiras eleições para os cargos de prefeito, vice e vereador ocorreu no ano de 1982. Esse fato, penso, ser significativo de relatar, ele demonstra o caráter de disputa e até de conflitos entre os sujeitos de origens diferentes que habitavam o recém-criado município.

As eleições de 1982, foram importantes, era um período de abertura política no Brasil, a Ditadura Civil Militar estava caminhando para o final, nessas eleições foram eleitos, prefeitos vice-prefeitos vereadores, deputados estaduais, deputados federais, senadores, governadores e vice-governadores, não teve eleições para presidente, essa ainda era uma marca da Ditadura nas eleições de 1982.

Em Canarana-MT, era a primeira eleição. A disputa pelos cargos ocorreu obedecendo o ordenamento jurídico da época, chamo a atenção para o Decreto-lei[62] nº 1.541, de 14 de abril de 1977, que instituiu sublegendas para as eleições de senador e prefeito e a Lei[63] nº 6.978, de 19 de janeiro de 1982 que estabeleceu as normas para a realização de eleições em 1982. Tanto o decreto quanto a lei tratavam da possibilidade de inscrição de mais de um candidato do mesmo partido para concorrer a prefeito, era o instrumento chamado Sublegenda, o artigo primeiro e segundo do Decreto-lei nº 1.541, de 14 de abril de 1977, disciplinava o funcionamento desse instrumento:

> Art. 1º Os partidos políticos poderão instituir até três sublegendas nas eleições diretas para senador e prefeito.
>
> Parágrafo único. Sublegendas são listas autônomas de candidatos concorrendo a um mesmo cargo em eleição, dentro do partido político a que são filiados.
>
> Art. 2º Os votos do partido serão a soma dos votos atribuídos aos candidatos das sublegendas.
>
> § 1º Considerar-se-á eleito o mais votado dentre eles.
>
> § 2º Havendo empate na votação entre candidatos do mesmo partido, será considerado eleito o mais idoso.

Em Canarana-MT, ocorreu essa divisão em sublegendas dentro de um dos partidos que concorreram as eleições, o MDB, pois ele lançou três candidatos. Não foi possível verificar se foi por divisão interna ou por estratégia, ao que parece, foi pelos dois motivos, três candidatos em um mesmo partido tinham chances maiores de o partido eleger um prefeito, no entanto,

---

[62] O Decreto-Lei pode ser consultado na integra no site do Palácio do Planalto no endereço eletrônico http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Decreto-Lei/1965-1988/Del1541impressao.htm.

[63] A Lei pode ser consultada na integra no Site da Câmara Federal no endereço eletrônico: https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1980-1987/lei-6978-19-janeiro-1982-356689-normaatualizada-pl.html.

teve uma candidatura em Ribeirão Cascalheira, distrito de Canarana-MT, esse distrito não estava ligado ao movimento migratório do Sul do país, a população, na sua maioria, estava ligada aos fluxos migratórios mais antigos, os que começaram no início do século XX, vindos do sul do Pará, de Goiás e da Região Nordeste.

O clima de rivalidade entre as populações da sede do município e do distrito, evidenciado dentro da própria legenda do partido MDB. Os relatos de Norberto Schwantes, que, nessas eleições de 1982, foi candidato a deputado federal, durante uma viagem de campanha dão conta das condições das relações:

> Nesta viagem, pelo nordeste de Mato Grosso, percebi que meus votos por ali não seriam muitos. O pessoal nordestino tinha raiva de gaúcho e o pessoal, ligado ao Bispo Dom Pedro Casaldáliga, jamais me daria apoio, pois já estavam comprometidos com Dante de Oliveira (SCHWANTES, 2008, p. 186).

A percepção de Norberto a respeito do desempenho eleitoral junto à população que ele define como "nordestino", não era favorável a um candidato gaúcho, portanto, a definição das eleições poderia trazer surpresas para os sulistas, que esperavam eleger o primeiro prefeito, fato que ocorreu.

A divisão da candidatura do PMDB, em três sublegendas, e a divisão da candidatura do PDS, em duas sublegendas, fortaleceu a candidatura de Francisco de Assis dos Santos, conhecido como "Diá", ele representava o Distrito de Ribeirão Cascalheira e estava ligado aos movimentos sociais de luta pela terra. Apoiados pela Prelazia de São Felix do Araguaia, ele representava uma ameaça, segundo o Governo Ditatorial do Brasil. Em um relatório do SNI, classificado, na época, como confidencial, chamava a atenção com a seguinte redação: "Os principais líderes da Prelazia que trabalham em CASCALHEIRA são FRANCISCO DE ASSIS DOS SANTOS, vulgo "Diá", ele candidatou-se a Prefeito Municipal de CANARANA, pelo MDB. Francisco é elemento radical" (Informação 001/15/ACG/83).

Portanto, Francisco de Assis não era candidato preferido pelos eleitores da sede do município, nem pelos padrões estabelecidos pela Ditadura Civil Militar. Norberto relata sobre a situação da reta final da campanha para prefeito de Canarana em 1982:

> Em Canarana a luta acirrou, nos trouxe muitos desgostos e no final estava claro que o MDB ganharia. O que não estava claro era se venceria o professor Diá, de Cascalheira, ou Gertrudes. Se ganhasse Diá, temia que Canarana nos culpasse. Por isso, no último dia de campanha política, mandamos distribuir de casa em casa uma pequena carta na qual dizíamos que estava absolutamente claro que o MDB ganharia as eleições e que dependeria da população de Canarana a vitória de Gertrudes ou do professor Diá. A escolha era da população de Canarana. Não nos culpassem depois. Esta carta foi muito importante porque quem ganhou foi o Diá, com 120 votos sobre

> Gertrudes, e não era nada disso que a população de Canarana queria. Aceitavam a Gertrudes, mas o Diá jamais.
>
> Nós estávamos satisfeitos, tínhamos certeza que Diá faria uma boa administração e que com isso contribuiria para a integração social entre gaúchos e nordestinos. Na chegada da caravana da Vitória, em Serra Dourada, vinda de Barra do Garças preparamos para Diá uma enorme recepção que ele aparentemente não esperava.
>
> O primeiro sinal, de que a administração de Diá não seria nada daquilo que esperávamos, eu percebi na hora da saída da caravana rumo a Cascalheira. Um colaborador íntimo de Diá, já na camionete, fez um sinal obsceno para quem ali batia palmas e disse: "Gauchada, agora ó pra vocês". Foi um balde de água fria na cara de todo mundo, mas foi uma linguagem clara para o que haveria de acontecer nos próximos seis anos que duraria o mandato de Francisco de Assis Filho, o cearense Diá (SCHWANTES, 2008, p. 187).

Com isso, as impressões que Norberto Schwantes teve durante a viagem feita pela Região do Araguaia se confirmaram, ele não obteve os votos necessários para se eleger a deputado federal, da mesma forma, os candidatos a prefeito, da sede do município, também não conseguiram os votos necessários. A Tabela a seguir apresenta os resultados.

Tabela 3: Resultado das eleições municipais para Prefeito de Canarana-MT/1982

Resultado das Eleições Municipais Para Prefeito de Canarana-MT/ ano de 1982					
Candidatos pelo PMDB			candidatos pelo PDS		
Prefeito	Vice-Prefeito	votos	Prefeito	Vice-Prefeito	votos
Francisco de Assis dos santos	**Joventino Tonial**	**792**	Elói Ernesto Rabuske	Augusto Dunck	1.139
Gertrudes Schwantes	Juventino Tonial	689	Ernesto Garcia Neves Junior	Elmo José Lehnen	394
Adi Colossi	Odila Bandeira	133			
Total de Votos MDB	1.614		Total de votos PDS	1.533	
Candidato eleito **Francisco de Assis Santos**, candidato mais votado do PMDB, partido com maior número de votos gerais.					

Fonte: Adaptado de TRE/MT (1982)

Foi eleito, portanto, Francisco de Assis dos Santos, representante do distrito de Ribeirão Cascalheira. Nesse sentido, os conflitos entre os diferentes, que se estabeleceram no processo de ocupação do território, não amenizaram quando da consolidação. As feridas abertas durante os processos de ocupação, e, ao mesmo tempo de expulsão, estavam presentes nas eleições de 1982. O desfecho foi um pouco diferente do esperado pelos migrantes, o primeiro prefeito do município representava, de origem, muitos grupos que foram oprimidos nesse processo histórico.

É importante relatar, por fim, a total ausências dos indígenas, em relação ao processo eleitoral, isso devia-se ao fato de que apenas com a Constituição de 1988, foi ampliado o direito do voto, até então, os não alfabetizados não tinham o direto ao voto, nesse caso, a maioria dos indígenas que se quer falavam a língua portuguesa ficavam à margem desse

processo.

Implantado o projeto, bem como o núcleo urbano instalado, como os sujeitos que, por origem, eram diferentes, se sentiram em relação a formação do município?

3.2 A Fronteira do Humano: Índios Xavantes, Posseiros e Pioneiros Sulistas em um mesmo território

A ocupação e integração de áreas do Centro-Oeste e, em especial, da área que hoje corresponde ao município de Canarana-MT, ao processo de produção de mercado ocorrido, principalmente, a partir da década de 1960, colocou em um mesmo local, sujeitos com formas de interprestar o uso da terra muito diferentes, a terra e seu uso, passa a ser elemento definidor de mudanças aceleradas, que, em certa medida promovem a reconfiguração de modos de vida, de formas de lidar com a terra, de modificação e reconfiguração do território, buscaremos apresentar, nesse texto, como se deu esse processo, no local que hoje corresponde ao município de Canarana-MT.

Martins (1997) quando trata da fronteira, a compreende de forma ampliada, sendo assim, os aspectos específicos, relacionados à fronteira se entrecruzam, os limites que em um ambiente social já integrado ao processo produtivo são melhor definidos, em uma região de fronteira não existem.

A fronteira vai sendo definida a partir do conflito e do uso do território, nesse sentido, os aspectos definidores é o humano, à medida que os interesses divergentes entram em choque, a definição da fronteira, a sua estabilização ou, ainda, superação "é sobretudo, fronteira do humano." (MARTINS, 1997, p. 13). Esse movimento que promove encontros, ao mesmo tempo, promove conflitos e a reconfiguração do território é, consequentemente, da própria fronteira.

Passaremos a compreender esses conflitos e reconfiguração da fronteira ocorrido com a criação do município de Canarana-MT, como parte do desmembramento do, até então, município de Barra do Garças. Nessa sessão do texto, retomaremos à discussão da migração, para compreendermos os desafios impostos aos migrantes sulistas, bem como as relações estabelecidas com a implantação do Projeto de Colonização e, posteriormente, à constituição do núcleo urbano e sua posterior emancipação.

A saída de agricultores da região Sul do Brasil com destino a Mato Grosso, foi motivada por dificuldades relacionadas ao acesso à terra, os projetos levados a cabo por colonizadoras particulares e, no caso de Canarana-MT, por uma cooperativa de colonização,

estimulou a migração. A possibilidade de aquisição de uma parcela de terras maior, onde poderiam plantar e, com isso, garantir prosperidade financeira, chamava muito a atenção. Um outro elemento usado pelas colonizadoras foi a propaganda. Moraes (2015, p. 59) escreve que:

> Empresas investiam em fortes campanhas publicitárias, com o intuito de atrair pequenos produtores do Sul do país para esta região. As empresas divulgavam locais já estruturados, com terras a perder de vistas, com imagens brilhantes da vida selvagem que encantava os agricultores, devido à fartura na caça e na pesca, além, é claro, do discurso de que se vendessem os 10 ou 15 hectares que possuíam conseguiriam comprar 100, 200 hectares nesta nova região (MORAES, 2015, p. 59).

No entanto, a realidade não era a das propagandas, a quantidades de terra até eram possíveis de ser adquiridas, porém, a terra em si, não era garantia de prosperidade financeira, coisa que os migrantes buscavam. Havia a necessidade de uma infraestrutura para atender as necessidades de viver e produzir nesses locais de projetos idealizados pelas colonizadoras e, no caso de Canarana-MT, da cooperativa. Era preciso garantir a sobrevivência dos agricultores até que pudessem, de fato, trabalhar nas suas próprias terras.

A COOPERCOL, por ser uma cooperativa, dependia dos recursos das cotas que os sócios desembolsavam para fazer parte do quadro, sendo assim, não teve grandes campanhas publicitárias para estimular a adesão dos associados. Schwantes (2008) relatou que os principais instrumentos de divulgação era a Rádio Municipal de Tenente Portela e o Jornal da Terra, inclusive o Jornal da Terra foi editado e publicado por Norberto Schwantes na sede de um dos projetos de colonização, o “Serra Dourada”.

Os agricultores convencidos de que um futuro melhor estava em Mato Grosso, venderam seus pequenos lotes de terra e se transferiam para Barra do Garças, deixando para trás uma situação de muitas dificuldades, de conflitos, envolvendo a questão de terras, principalmente em relação ao plantio de arredamento em áreas indígenas, com a esperança de tempos melhores.

Já na viagem para Mato Grosso os agricultores perceberam que as dificuldades seriam grandes, pois as rodovias que davam acesso a Mato Grosso, em sua maioria, não eram pavimentadas. Na década de 1970, as condições das estradas de chão eram muito ruins, principalmente no período das chuvas, que vai do mês de outubro até o mês de abril do ano seguinte, os depoimentos dos agricultores e notícias de jornais dão conta desses problemas.

Amandio Micolino já tratava dessas dificuldades na viagem que a diretoria da COOPERCOL fez para conhecer as terras as quais ia implantar o primeiro projeto:

> Chegamos em Xavantina, posemos, no outro dia cedo, dia 19, saímo, passemos o areões, onde era um lugar chamado, depois era o bar das pretas, tinha um atoleiro, tinha uns vinte caminhão, parado naquele baral e o ônibus parou fora, já tinha mais uns caminhão fora, tava, tava ali né? Como é que faiz como é que não faiz? Aí chegou um dá, dá da Chapecó aqui, com um esteira em cima, num, num toco, ele falou assim: Não, eu desço e puxo tudo pra lá (Sic).

Esses problemas com estradas de acesso acompanhou os agricultores por toda a década de 1970 e 1980. Norberto Schwantes relatou em seu livro alguns trechos do jornal, intitulado de Jornal da Terra, que trata da situação das pontes que impediam o transporte da produção agrícola que se estabeleceu com a implantação dos projetos. Na edição de 11 de março de 1978, o jornal traz uma reportagem com o título *Ponte do Areões Cai e Prejudica a Safra,* na descrição da reportagem são apontados diversas consequências e o descaso dos governos em relação ao tema.

> O desabamento de um vão da com mais de 10 metros da ponte sobre o Rio Areões interrompeu esta semana o tráfego na BR 158, causando incalculáveis prejuízos aos agricultores que dependem da estrada pra receber combustível usado em caminhões, colheitadeira e secadores [...]. Apesar da recuperação da ponte exigir a máxima urgência, a Residência do DERMAT[64] em Barra do garças recebeu a comunicação do desabamento na segunda-feira e, até quinta-feira do expediente, ainda aguardava de Cuiabá o envio de 20 mil cruzeiros necessários ao reparo e mais uma carreta para transportar as vigas de madeira para recompor o vão que desabou. Quando a Coopercana ficou sabendo que o reparo da ponte dependia de tão pouco, adiantou o dinheiro necessário e arranjou um caminhão para transportar as vigas (SCHWANTES, 2008, p. 125 e 126).

O Rio Areões, atualmente, faz divisa entre os municípios de Água Boa e Nova Xavantina e a ponte sobre esse rio, na BR 158[65], é a principal rota de passagem de veículos da região do Araguaia Mato-Grossense, a única com pavimentação asfáltica. A Rodovia BR 158, teve, portanto, um papel muito importante para o avanço dos projetos de colonização no município de Barra do Garças.

---

[64] DERMAT – Departamento de Estradas e Rodagem de Mato Grosso – foi criando em 7 de setembro de 1966, com a extinção da CER-MT (Comissão de Estradas e Rodagem de Mato Grosso), a função dessa autarquia era planejar e executar obras públicas de engenharia, passou por várias adequações e mudanças na sua estrutura ao longo das décadas seguintes. Em 1992 o órgão foi extinto, suas funções passaram para o DVOP (Departamento de Viação e Obras Públicas. Atualmente, as funções de que restaram da estrutura inicialmente criada, estão concentradas na SINFRA (Secretaria de Estado de Infraestrutura e Logística). SECRETARIA DE ESTADO DE INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA. SINFRA: 70 anos de história de trabalho por Mato Grosso. Disponível em: http://www.sinfra.mt.gov.br/historia. Acesso em: 24 fev. 2021.

[65] A BR 158, é uma rodovia que corta o Brasil de sul a Norte, a rodovia corta a Região do Araguaia, em total de 800 KM de extensão, é a única rodovia pavimentada que liga a região à capital e a ouros estados da Região Centro-Oeste. A sua abertura teve início com as ações da FBC, na atualidade ainda não está toda pavimentada, restam ainda definir o trajeto dela em relação à TI Maraiwatsede, os indígenas reivindicam que seja feito o contorno da reserva para evitar ações de grileiros as margens da rodovia.

A chegada das primeiras famílias ao projeto Canarana, os fez reencontrar problemas que haviam vivenciado na região sul, como o caso de áreas de reservas indígenas, e uma nova situação, a presença de posseiros nas áreas de terras que haviam sido adquiridas pela cooperativa.

Tratamos no primeiro capítulo desse trabalho, a respeito da reserva indígena Pimentel Barbosa, sobre o processe histórico que levou a definição legal desse território na década de 1970. A reserva Pimentel Barbosa foi sendo reconfigurado à medida que os interesses econômicos nacionais e regionais foram se voltando para o município de Barra do Garças, isso, a partir, principalmente, da década de 1960. As relações que se estabeleceram entre os posseiros e os indígenas foram as mais diversas, desde a violência até a colaboração. Passaremos, nesse ponto da pesquisa, buscar compreender esse processo.

Os contatos entre indígenas da etnia Xavante e agricultores migrantes do Rio Grande do Sul, teve momentos de grande tensão. Já na viagem do primeiro grupo, das três primeiras famílias a chegar no projeto Canarana I, Bruno Gaib relata um pouco da realidade que encontrou durante o percurso entre a sede do município de Barra do Graças até a área do Projeto Canarana I, quando encontrou com um grupo de militares que faziam patrulhamento na região.

> Abrimo lá tudo e fazemo a comida tudo, antes nos passou o exército, com a camione, um gipom carregado de exército, e eles se admiraram muito que a nossa camionte tava no chom, arrastando de tanto peso, e aquela lonas verde em cima, suspeito de alguma coisa, armamento, revolucionário, aí então o meu cumpadre diz anssim, ele tinha um 38 na cintura, ele diz , eles oiaram pro meu 38, digo nom isso nom façom conta, se tivesse interesse eles tinham te tomado. Aí ele disse anssim, daqui a pouco eles vorta, quando falei que eles vorta, eles já tavam de vorta, aí eles param, aí ele se apresentou como comandante do, do quartel da divisa de Mato Grosso do Sul com aaa, com São Paulo, Três aaa, a um nome anssim mais ou meno, Três Maria, ou como é que foi, Tre, Três Lagoas do lado de lá, aí ele nos observou, ele viu que nóis era uma família de mudança, que nóis tava fazendo comida e tudo, ele ficou bem amoderado, bem bom, aí ele nós avisou, ele disse, olha vocês vão se mudar pra lá, você tem que tomar muito cuidado ele disse, aqui a pouco dias ele disse, houve muita esculhanbação aqui, vocês vão encontra muitas queimadas ainda, todos esses moradores que tava morando na beira dessa BR aqui os índios queimaram todas as casas deles, e cortaram todas as cercas, vocês vão ver, e de fato isso nóis vimos, ele disse oia se vocês entra em conflito com algum compromisso, com um acontecimento vocês dirigem se diretamente pra nóis, nóis vem dar assistência pra vocês (Sic)[66].

O depoimento de Bruno Gaib, apresenta uma hostilidade dos indígenas, em relação aos ocupantes de terras que ficavam nos limites dos territórios demarcados naquele momento.

[66] A entrevista foi concedida a Domingos Finato em 29 de março de 2008 e a transcrição foi realizada direto do arquivo em *pen drive* concedido por ele.

É importante buscarmos elementos que contribuem para compreender essa hostilidade em relação aos ocupantes de terras nos limites das áreas de reserva.

No primeiro capítulo demostramos o processo de confinamento em que os indígenas Xavantes foram submetidos, sem contar as intensas ocupações de áreas de reserva por fazendeiros. É possível afirmar que, com base nos documentos analisados durante essa pesquisa, que a percepção de ocupação do território por parte dos Xavantes se intensificou na década de 1970, coincidindo dessa forma, com a implantação de projetos de colonização, e abertura de novas fazendas, voltadas para a produção agropecuária. A abertura de estradas e a derrubada do cerrado para a implantação de lavouras ficaram mais intensas a partir dessa década.

O depoimento traz, ainda, outros elementos importantes para refletirmos sobre a questão indígena e a atuação das forças armadas nos conflitos estabelecidos entre fazendeiros posseiros e indígenas. No diálogo com Bruno Gaib, o comandante se coloca à disposição para atuar na mediação Bruno Relata, "ele disse, óia se vocês entram em conflito com algum compromisso, com um acontecimento vocês dirigem se diretamente pra nóis, nóis vem dar assistência pra vocês" (Sic)[67].

Existe uma vasta documentação e muitas pesquisa que tratam das ações das forças armadas junto às populações indígenas durante a Ditatura Civil Militar, vamos analisar alguns desses documentos que colaboram para compreendermos o papel de vigilância e as restrições impostas aos povos indígenas durante esse período, essa discussão nos ajuda a compreender a ação repressiva das forças armadas e a imposição forçada dos interesses nacionais do governo, em detrimento dos interesses dos indígenas, inclusive nas questões de conflito.

Sobre as ações das Forças Armadas, em relação aos povos indígenas, o Relatório da Comissão **N**acional da Verdade[68] demostra uma ação coordenada que levou à violação de direitos humanos, inclusive ceifando a vida de mais de oito mil indígenas. Na conclusão do relatório, após apontar, com base em farta documentação, diversas dessas violações, a comissão aponta qual era a intenção do documento:

---

[67] A entrevista foi concedida a Domingos Finato em 05 de outubro de 2005 e a transcrição foi realizada direto do arquivo em *pen drive* concedido por ele.

[68] CNV – Comissão Nacional da Verdade – A Comissão Nacional da Verdade foi criada pela Lei 12528/2011 e instituída em 16 de maio de 2012. A CNV tem por finalidade apurar graves violações de Direitos Humanos ocorridas entre 18 de setembro de 1946 e 5 de outubro de 1988. Em dezembro de 2013, o mandato da CNV foi prorrogado até dezembro de 2014 pela medida provisória nº 632. CNV-MEMÓRIAS REVELADAS. Comissão Nacional da Verdade. Disponível em: http://cnv.memoriasreveladas.gov.br/institucional-acesso-informacao/a-cnv.html. Acesso em: 30 jan.2021.

> Ao início deste texto, dizíamos que as graves violações de direitos humanos promovidas pelo Estado brasileiro contra os povos indígenas durante o período de investigação da CNV eram sistêmicas. Ao final, pretendemos ter demonstrado que elas se articulavam em torno de um objetivo comum. Claro, está, que os indígenas foram vistos pelo Estado como seus opositores, pecha que se estendeu também a diversos defensores dos direitos indígenas. Documentos oficiais de diversos períodos demonstram isso: desde correspondências do SPI que testemunham a caracterização de índios enquanto "comunistas" em disputa pelo poder local nos postos 159 até as "fichas" da ASI da Funai, que retratam com o mesmo epíteto uma série de lideranças indígenas e indigenistas. Não é fortuito, ainda, que tenha sido exatamente nessa época, mais especialmente, no período conhecido como "milagre econômico", que tenha se consolidado a imagem dos povos indígenas enquanto "empecilho para o desenvolvimento do país" (RELATÓRIO CNV, 2014, p. 251).

De fato, o relatório da CNV consegue demostrar as ações do Estado brasileiro, em relação à questão indígena, vistos como um atraso ao progresso, e, para superar esse "atraso", foi usado de políticas oficiais para transpor esse "obstáculo", como as ações de assimilação, controle, através da militarização. Foi também usada uma política não oficial que associava ao índio caraterísticas tais como a preguiça, a violência e o exotismo, esse movimento busca desmoralizar e deslegitimar os direitos dos indígenas em relação a seus territórios.

O relato de Bruno Gaib bem como o relatório, apontam para uma postura de proteção e favorecimento aos não indígena por parte dos militares. As denúncias de violações de direitos humanos e das violências cometidas pelo Estado brasileiro contra os indígenas se multiplicavam nas décadas de 1970. Em uma publicação do CIMI[69] do ano de 2012, denominada Povos Indígenas: aqueles que devem viver – Manifesto contra os decretos de extermínio, faz referência a uma outra publicação do ano de 1973:

> [...] já em 1973, o Cimi publica o "Y-juca-Pirama: o Índio aquele que "deve morrer" documento que denuncia a política genocida do governo brasileiro contra os povos indígenas do país. A consistência das informações e análises apresentadas causou tão grande impacto junto à opinião pública nacional e internacional a ponto de ofuscar a publicação da Lei 6001/73 (Estatuto do Índio) que os militares pretendiam utilizar como propaganda para amenizar os efeitos das denúncias sobre o extermínio de indígenas brasileiros, frequentemente denunciados no exterior (KRÄUTLER, 2012, p. 11).

É possível notar o distanciamento entre o discurso oficial do Governo Militar e suas ações práticas, em relação ao tema, ao mesmo tempo que buscava uma aparente situação de

[69] CIMI – Conselho Indigenista Missionário – "O Cimi é um organismo vinculado à CNBB (Conferência Nacional dos Bispos do Brasil) que, em sua atuação missionária, conferiu um novo sentido ao trabalho da igreja católica junto aos povos indígenas. Criado em 1972, no auge da Ditadura Militar, quando o Estado brasileiro adotava como centrais os grandes projetos de infraestrutura e assumia abertamente a integração dos povos indígenas à sociedade majoritária como perspectiva única, o Cimi procurou favorecer a articulação entre aldeias e povos, promovendo as grandes assembleias indígenas, onde se desenharam os primeiros contornos da luta pela garantia do direito à diversidade cultural." CIMI. Conselho Indigenista Missionário. Disponível em: https://cimi.org.br/o-cimi/. Acesso em: 23 fev. 2021.

garantias, em relação aos povos indígenas, empreendia políticas e programas, como foi o caso do PROTERRA, que facilitavam o acesso à terra por meio de financiamento e ainda apresentava uma postura de tolerância, em relação às ocupações de terras, essas últimas causando uma situação de conflito intensa nessas regiões de fronteira.

As ações do Estado promoviam o favorecimento à entrada do capital, inserindo vastas áreas que, até então, faziam parte de territórios indígenas, na proposta de ampliação da produção agrícola e integração econômica nacional.

Com relação aos Xavantes, as ações do Estado, obviamente, não seriam diferentes, principalmente pelo fato de seus territórios tradicionais estarem localizados em uma área de grande interesse econômico, no âmbito das políticas nacionais de desenvolvimento. Na década de 1970, no auge das restrições impostas pela Ditadura Civil militar, já se escrevia sobre os conflitos e as ações de governo junto às comunidades indígenas, um desses documentos trata-se de uma publicação com o título *A Política de Genocídio dos Índios do Brasil* que foi publicado em Portugal pela Associação de Ex-Presos antifascistas[70], sem a autoria do texto.

Nesse período havia um grande temor devido às perseguições do Regime Militar Brasileiro, assim, a publicação apenas cita que foi escrito por sociólogos que acompanhavam as políticas e ações implementadas pelo governo militar, um trecho desse documento trata dos Xavantes:

> A região tradicional dos Xavantes fica a sudoeste da Ilha do Bananal, estendendo-se do vale do Rio das Mortes e Couto de Magalhães até o Rio Suiá Missu, incluindo os contrafortes da serra do Roncador, no Mato Grosso, essa grande tribo guerreira conteve durante muitos anos à frente de expansão na margem goiana do rio Araguaia, "Pacificada" em 1945, sofreu todas as consequências, a mortandade, a desorganização tribal. Membros da tribo viraram até palhaços de circo e engraxates nas grandes cidades. Seu Território foi sendo ocupado e a tribo se desagregou em vários grupos. Na década de 60, um grupo que ficara no rio Suiá Missu foi retirado de sua terra em avião, por ordem de Orlando Ometto, industrial de açúcar em São Paulo. Ali foi implantado a fazenda Suiá Missu, imenso latifúndio de 680 mil hectares, em sociedade com a Liquigás. Então, os Xavantes ficaram todos – cerca de 2000 mil índios – mais ao sul, na região do rio Couto de Magalhães e nas cabeceiras do rio das Mortes, cercados por fazendas de gado. Com os campos de caça invadidos pelo gado, os índios morriam à míngua. Nos últimos anos, cresceram os seus

[70] ASSOCIAÇÃO DE EX-PRESOS POLÍTICOS ANTIFASCISTAS (AEPPA). A política de genocídio contra os índios do Brasil. 16 de março de 1974, Arquivo Nacional. "O livro em forma de protesto, política de genocídio contra os índios do Brasil, datado de 1974 é de autoria desconhecida, atribuída a um grupo de antropólogos brasileiros, que não quiseram revelar suas identidades, temendo a reação do governo em função das denúncias que lançavam contra a política indigenista, adotada durante o regime militar. O livro é publicado somente em 1976 pela editora AEPPA (Associação de ex-presos políticos antifascistas) com sede em Portugal. Segundo Flamarion Maués, a "Associação foi fundada em junho de 1974. Politicamente próxima a setores maoístas que se reuniriam, a partir de dezembro de 1974, na UDP (União Democrática Nacional), e que posteriormente formariam o PCP (R) – Partido Comunista Português (Reconstruído)" (OLIVEIRA, 2015, p. 01).

> protestos. Em 1969, o governo fez-lhes uma primeira concessão, criando uma reserva que correspondia a um décimo do território que exigiam de volta. O general Costa Cavalcanti, ministro do Interior, na época, comentou: "Os xavantes não precisam de tanta terra".
>
> Mas os índios não estavam de acordo. Não respeitavam os limites impostos, deslocavam-se por toda a região que, justamente, consideravam sua. Como o gado espantou a caça, matavam gado para comer. Bloqueavam as estradas, cobravam pedágio pela passagem de caminhões. O governo e os fazendeiros tentaram várias manobras para enganar os Xavantes, mas eles já tinham aprendido o suficiente, não se deixavam mais enganar. Jagunços atacavam os índios e eles reagiam, de acordo com sua tradição guerreira. Afinal em 1972, o governo cedeu novamente, reconhecendo num decreto o direito dos índios, a seu território. Então foram os fazendeiros que alegavam morar ali há muitos anos, se recusaram a sair. Tentaram sabotar a demarcação de terras ameaçando topógrafos. Os Xavantes lhes deram proteção e exigiram a continuação da demarcação. Um chefe xavante declarou que já não confiava mais nem na FUNAI e nem no governo.
>
> Um porta voz dos fazendeiros, o deputado Gastão Muller, anunciou, em Brasília, em meados de 1973, que os fazendeiros estavam chegando ao fim de sua paciência e que passariam ao extermínio dos índios, tarefa, a seu ver, muito fácil. De facto, em outubro, noticiou-se que três xavantes teriam sido mortos (naturalmente, a FUNAI não confirma). A Polícia Federal, chamada a intervir no conflito, encontrou dois pequenos caminhões numa fazenda, preparados para atacar os índios. Procurou, então, o governo uma nova solução, oferecendo aos latifundiários uma indenização à qual, a rigor, não tinha direito, para deixar as terras. Mesmo assim, o impasse permanece. Embora seus direitos sejam amplamente reconhecidos em todos os níveis, os Xavantes ainda não puderam reaver todas as suas terras. Em março de 1974 os fazendeiros ainda teimavam em lá ficar (BRASIL, 1974, p 13e 14).

O trecho do documento relata a situação dos indígenas Xavantes no início da década de 1970, é possível notar nessa publicação a condição de conflito que se impôs mediante às invasões de terras e ao processo de confinamento. Essas invasões que ocorreram com formação de fazendas nas áreas de reserva, somadas à migração e formação de núcleos populacionais, provocou uma reação dos indígenas Xavantes, eles buscaram, através de intensa mobilização, reaver pelo menos parte de seus territórios.

O processo de ocupação dessas áreas teve a conivência de autoridades, um arquivo do SNI sobre esse conflito traz informações que colaboram com os escritos no documento *A Política de Genocídio dos Índios do Brasil*, citado anteriormente, passaremos analisar um arquivo com documentos sobre o processo de demarcação da Reserva Pimentel Barbosa, esses documentos estão disponíveis no Arquivo Nacional em versão digitalizada, disponíveis para consulta no *site* do Arquivo Nacional. Os documentos vão ajudar a compreender esse cenário de conflito e, por sua vez, dar uma noção das relações entre indígenas fazendeiros e os recém chegados agricultores migrantes que ocupavam áreas de terras no mesmo território que os indígenas.

O arquivo trata de um dossiê produzido pelo SNI, relacionado ao processo de demarcação da Reserva Pimentel Barbosa, trata-se de uma série de correspondências entre as

autoridades da FUNAI, MITTER, Presidência da República, Ministério da Justiça e seções hierárquicas dessas autarquias e órgãos de governo. Consta, também, relatórios de uma comissão que foi instaurada para averiguar todo o processo de conflito e de demarcação.

A comissão foi instaurada, através da Portaria GM/N942 de 16 de fevereiro de 1978, durante o governo de Gaisel, ela analisou a situação da Reserva Pimentel Barbosa, desde o final da década de 1960 e durante a década de 1970, após quase uma década de invasões e luta dos índios Xavantes da reserva Pimentel Barbosa, o governo federal se viu em uma situação em que teria que tomar providências, principalmente, diante da escala de violência e as promessas de revide dos indígenas. As publicações de jornais da época, mesmo com o intenso controle da censura, já davam conta do problema dos conflitos que ocorria na região do Araguaia.

O jornal *O Globo* Publicou uma matéria com título *Xavantes Preparam Ataque em Mato Grosso*, na matéria relatam a situação conflituosa e dão destaque aos ataques de fazendas por parte dos indígenas:

> Desde os conflitos do final do ano passado, quando os índios atacaram quatro fazendas, o clima na região é de intranquilidade: fazendeiros e trabalhadores de fazendas temem uma nova invasão, os funcionários da Funai do posto de Pimentel Barbosa e da Ajudância do Órgão, em Barra do Garças confessam-se incapazes de controlar os índios por mais tempo, e no povoado de Matinha[71], a cerca de 60 quilômetros da aldeia indígena, onde se refugiaram trabalhadores das fazendas atingidas pelas invasões de 29 de dezembro, todos parecem ter um objetivo único: - mudar-se, o mais rápido possível, para bem longe da reserva Xavante (GLOBO, 28/01/1979, p. 8).

A matéria aponta o clima de insegurança na região, as autoridades e fazendeiros não conseguiam mais aplacar a revolta dos indígenas, as áreas que eles reivindicavam fazia parte do território onde ficavam a antiga aldeia, como a reportagem relata, na fala de Arodi, filho do falecido Cacique Apoena[72], que lutou por muito tempo pela demarcação da Reserva. Ele relata que Apoena, "disse que os Xavantes deveriam brigar primeiro nas fazendas Canoas, Real, Caçula e no 'Acererê' (uma pequena fazenda onde se localizava a antiga aldeia da tribo). Foram essas que nós atacamos no dia 29" (GLOBO, 28/01/1979, p.8). A reportagem, na íntegra, pode ser lida nos anexos.

Todo esse cenário de conflito foi motivado pela instalação de fazendas dentro e ao

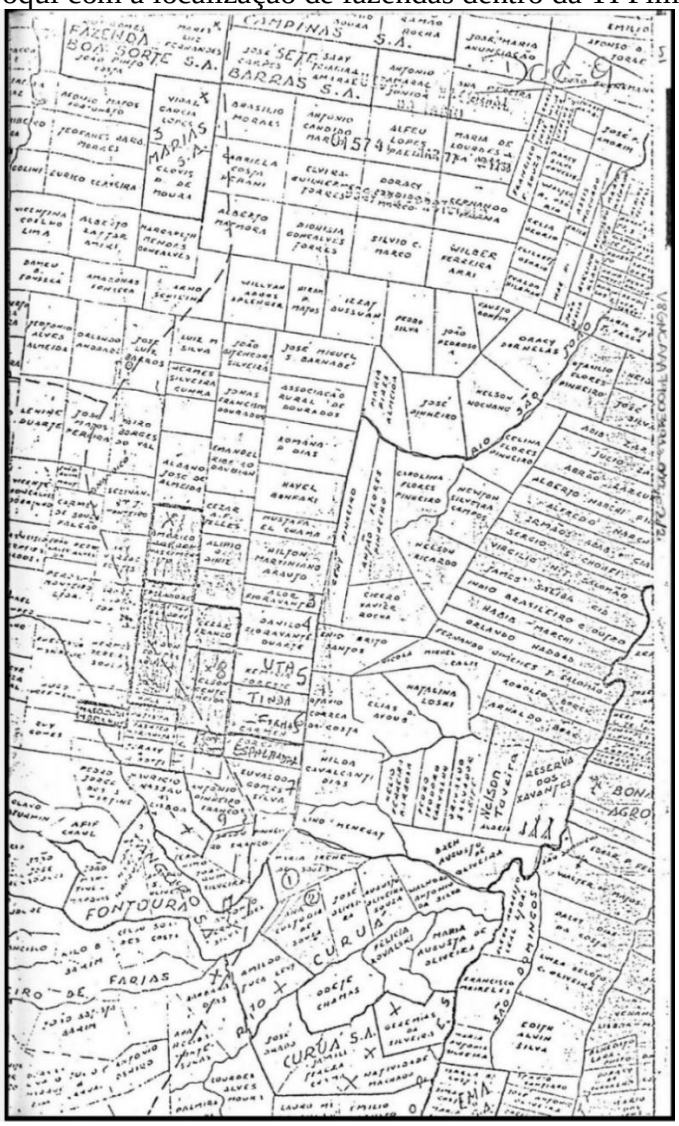
[71] Matinha é uma vila que faz parte do município de Canarana, fica as margens da BR 158, próxima à Terra Indígena Pimentel Barbosa.

[72] O Cacique Apoena foi quem fez o primeiro contato com o sertanista Francisco Meireles, isso ocorreu no ano de 1945.

entorno das áreas de reserva. É bom lembrar que o Decreto nº 65.212, de 25 de setembro de 1969; n° 65.405, de 13 de outubro de 1969; 75.426, de 27 de fevereiro de 1975 e; Portaria Interministerial n°. 1. 1041-72 – MINTER, já tinha, como princípio, a redução do território e a promoção do confinamento dos Xavantes de Pimentel Barbosa. Não satisfeitos, autoridades e empresários instalaram fazendas dentro da área já demarcada, tudo isso foi feito com a mediação fraudulenta de funcionários dos órgãos de governo em uma década de descaso.

A figura a seguir é um croqui que costa nos anexos do relatório que a Comissão de Investigação produziu, nele estão relacionadas a Reserva Indígena, e as fazendas que estava dentro da área ou que ficavam no entorno.

Figura 18: Croqui com a localização de fazendas dentro da TI Pimentel Barbosa



Fonte: Arquivo Nacional Digital, 1979, Código de localização (BR_DFANBSB_V8_MIC_GNC_AAA_79003191_an_22_d0001de0001.pdf - 784.625 Kb)

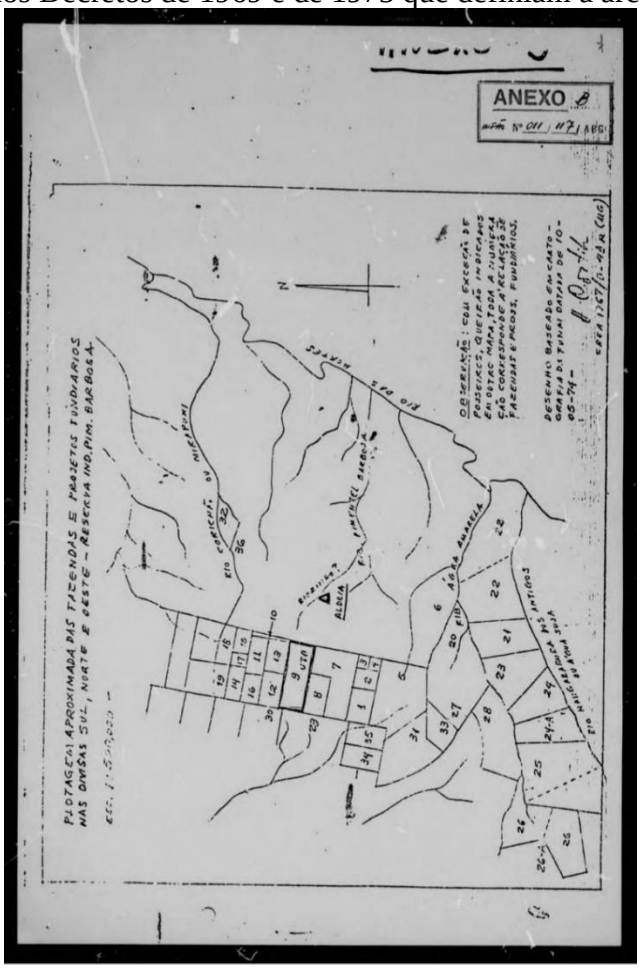
Analisando esse documento é possível perceber que a legalização das terras se deu

sem, ao menos, os proprietários terem pisado nelas, são muitas linhas retas, traçadas. O interessante é que essas áreas que têm divisas em linhas retas, em sua maioria, ficavam dentro da área reivindicada pelos indígenas, a maior parte dessas fazendas contavam com escritura e declaração da FUNAI que atestava a inexistência de indígenas nas áreas.

Analisando essa documentação, percebe-se que a situação de conflito, foi fomentada pelos órgãos de Estado e pelo interesse de fazendeiros, pois ações criminosas foram cometidas por funcionários do governo e por autoridades designadas pelo governo.

A imagem a seguir é um croqui apresentado nos anexos de um relatório do SNI identificado como "INFORMAÇÃO Nº 011/117/ AGG/80", ele aponta as fazendas e projetos de assentamentos particulares que foram estabelecidos dentro dos limites estabelecidos nos Decretos de 1969 e de 1975 que definiam a área dos Xavantes.

Figura 19: Croqui fazendas e projetos de assentamentos particulares, dentro dos limites estabelecidos nos Decretos de 1969 e de 1975 que definiam a área dos Xavantes



Fonte: Arquivo Nacional Digital, 1980, código do documento (BR_DFANBSB_V8_MIC_GNC_MMM_80000447_d0001de0001.pdf - 3339.34 Kb).

Os documentos do Arquivo nacional, referente à Sindicância, feita em 1979, para

analisar a demarcação da TI Pimentel Barbosa apontam que eram 36 lotes dentro da reserva que contavam com escritura, tudo isso foi possível graças à ação de funcionários da FUNAI, consta no relatório que durante o processo de demarcação e estabelecimento de limites da Reserva, estabelecido pelos Decretos de 1969 e 1975, foi alterado o nome de um dos rios que definiam os limites. Ao Sul o limite era o Rio Água Suja ou Curuá, no entanto, na hora da demarcação, o limite foi definido no Rio Água Amarela. O Rio Água Amarela passou a se chamar Água Suja ou Curuá, com isso uma área de, aproximadamente, 100 mil hectares definidas em decreto, na prática, ficou fora da reserva, o croqui anterior mostra as fazendas instaladas a partir dessa falsificação.

A ocupação da área da reserva se estendeu por toda a década de 1970. Com a instalação de algumas infraestruturas nas fazendas, deu-se início à produção agrícola e à criação de gado, inclusive com financiamentos de bancos. Alguns desses lotes foram desmembrados, dando origem a fazendas menores. O mesmo relatório do SNI, lista as 36 propriedades documentadas e uma outra lista com 34 posses.

É importante listar essas propriedades e posses para se ter a dimensão do ataque à TI Pimentel Barbosa, e, ao mesmo tempo, confirmar o conflito que se fez presente nas relações entre os sujeitos que povoaram essa região, e que depois, por um ato de governo, foi transformada em município com o nome de Canarana.

Tabela 4: Relação de Proprietários de Projetos Fundiários e Fazendas, na área do Decreto nº 83.262 de 09 março de 1979

Relação de Proprietários de Projetos Fundiários e Fazendas, na área do Decreto Nº 83.262 de 09 março de 1979 (levantamento feito pelo C.T. FUNAI/INCRA			
Nº	NOME FAZENDA / PROJ. FUNDIÁRIO	PROPRIETÁRIO	ÁREA TOTAL
01	Fazenda Espalhador	Geraldo Lopes Viriato	2.420 há
02	Fazenda São João	Walter Moreira	1.736 há
03	Fazenda Lisboa	Jose Segiorato Lisboa	420 há
04	Fazenda São João (Jose?)	João Alcides Miranda	420 há
05	Fazenda São Sepe	Jose Valdencia Lopes Viriato e outros	9.996 há
06	Fazenda Porteira dos Pampas	Paulo Leme dos Santos	9.600 há
07	Fazenda Furnas	Gervásio Azevedo e Antônio Resplante da Paz	6.672 há
08	Fazenda Tinda	Walter Moreira e Lindalvo Rodrigues Moreira	2.577 há
09	Fazenda UTA	UTA União Taxi Aéreo LTDA	5.495 há
10	Fazenda Policarpo	Júlio Pereira Policarpo	29 há
11 e 14	Fazenda Paranhos	Waldomiro Soares de Fária	1.210 há
12	Fazenda Abdala	Abdala Inácio Ferreira	3.000 há
13	Fazenda Tita	Geraldo Martins do Carmo e Lázaro Guimarães	3.291 há
15	Faz. Estrela ou Melíço	Guilherme João Jeclent	1.331 há
16	Fazenda Santa Marta	Jerônimo Ferro de Morais e outros	1.122 há
17	az. Sete Lagoas (ligada à Faz.	Valdomiro Soares de	130 há

	Paranhos nº 11)	Faria	
18	Fazenda Santa Ana		6.500 há
19	Fazenda Uberaba	Pedro Alves da Silva	
20	Fazenda Real	Severino Laian	9.894 há
21	Fazenda Canoas	Henrique Stefani	7.349 há
22	Fazenda Sulina /Faz.Unesul	Avelino Angelo Andre	16.000 há
23	Fazenda Proteira dos Pampas	Paulo Lemos dos Santos	9.718 há
24	Projeto Jaraguá (DF)	Diversos	5.040 há
24 A	A Fazenda Rima	Domingos Fernandes Blanco Voga	4.998 há
25	Faz. Bela Vista (Proj.SUDAM aprovado em 1969)	Francisco Garcia Filho	36.125 há
26	Projeto Colônia Serra Dourada – CONAGRO	Diversos	5.200 há
26.1	Lote nº 01	Hermes Pooz	400 há
26.2	Lote nº 02	Valdomiro Pooz	400 há
26.3	Lote nº 03	Luiz Smaniotto	400 há
26.4	Lote nº 04	João Carlos Artmann	400 há
26.5	Lote nº 05	Armando Shimioder	400 há
26.6	Lote nº 06	Teimo Steffenoa	400 há
26.7	Lote nº 07	Eloar Pilger	400 há
26.8	Lote nº 08	Reinaldo W.Becker	400 há
26.9	Lote nº 09	Verno B. artmann	400 há
26.10	Lote nº 10	Valdecir Dá.vila	400 há
26.11	Lote nº 11	Gene G.Galla	400 há
26.12	Lote nº 12	Osmar A.Ferraz	400 há
26.13	Lote nº 13	Arnaldo B. de Oliveira	400 há
26 A	Colonização e Consultoria Agrária - CONAGRO - SC LTDA (Projeto Serra Dourada)	Sérgio Ludoviva Bertoni e Moema Gavioli Vertoni e Edio Schwantes	2.698 há
27	Fazenda Induaba	Induaba SA.Construção e Exportação	9.811 há
28	Fazenda Tanguro	Arnaldo Abdala	9.000 há
29	Projete Fundiário	Original da Gleba de Nelson Vicente de Almeida	9.606 há
30	Projeto Fundiário	Originado da Gleba de César Franco	5.135 há
30.I	Lote nº 09	José Leite Lima	395 há
31	Fazenda Recanto do Amor	Diogo Correia Nunca	5.600 há
32	Faz. Sta. Vitória	Pedro Damian e Luiz Toffoli	19.772 há
33	Fazenda Cabana	Lírio Zimermann	
34	Fazenda de João (?)		
35	Fazenda Princésa	Angelino Bresciano	1.500 há
36	Fazenda Aruanã		

Fonte: Arquivo Nacional Digital, 1980, código do documento (BR_DFANBSB_V8_MIC_GNC_MMM_80000447_d0001de0001.pdf - 3339.34 Kb)

A Tabela foi produzida com os dados dos documentos da sindicância que constavam nos arquivos do SNI, algumas informações ficaram em branco pelo fato de não as ter no relatório. A numeração que aparece na tabela corresponde à numeração de localização dos lotes no croqui da Figura 19. O documento traz ainda algumas observações que ampliam a compreensão da quantidade de pessoas que estavam ocupando a área da Reserva, lotes maiores já haviam sido desmembrados em propriedades menores, vejamos:

I - O projeto (item 112 24) é constituído de 12 lotes de 420 ha cada.

> II - O projeto (item n2 29) é constituído de aproximada mente 22 lotes de 420 ha, sendo atingidos aproximadamente 06 lotes.
>
> III- O projeto (item n2 30) terá aproximadamente 03 lotes atingidos (BRASIL ARQUIVO NACIONAL DIGITAL, 1980, p. 9).

A maior prova da conivência das autoridades federais e estaduais é o fato de todos esses lotes e suas subdivisões estarem legalizados com escritura pública registrada em cartório. No entanto, a situação ia além das terras documentadas, havia ainda muitas posses, terras ocupadas e não documentadas, que estavam dentro dos limites da reserva.

A tabela a seguir foi feita com base nos dados do documento do SNI, identificado como "INFORMAÇÃO Nº 011/117/ AGG/80", que identificou 34 posses.

Tabela 5: Relação de Posseiros na área da Res. Ind. Pimentel Barbosa (Levantamento feito pelo G.T. FUNAI/INCRA

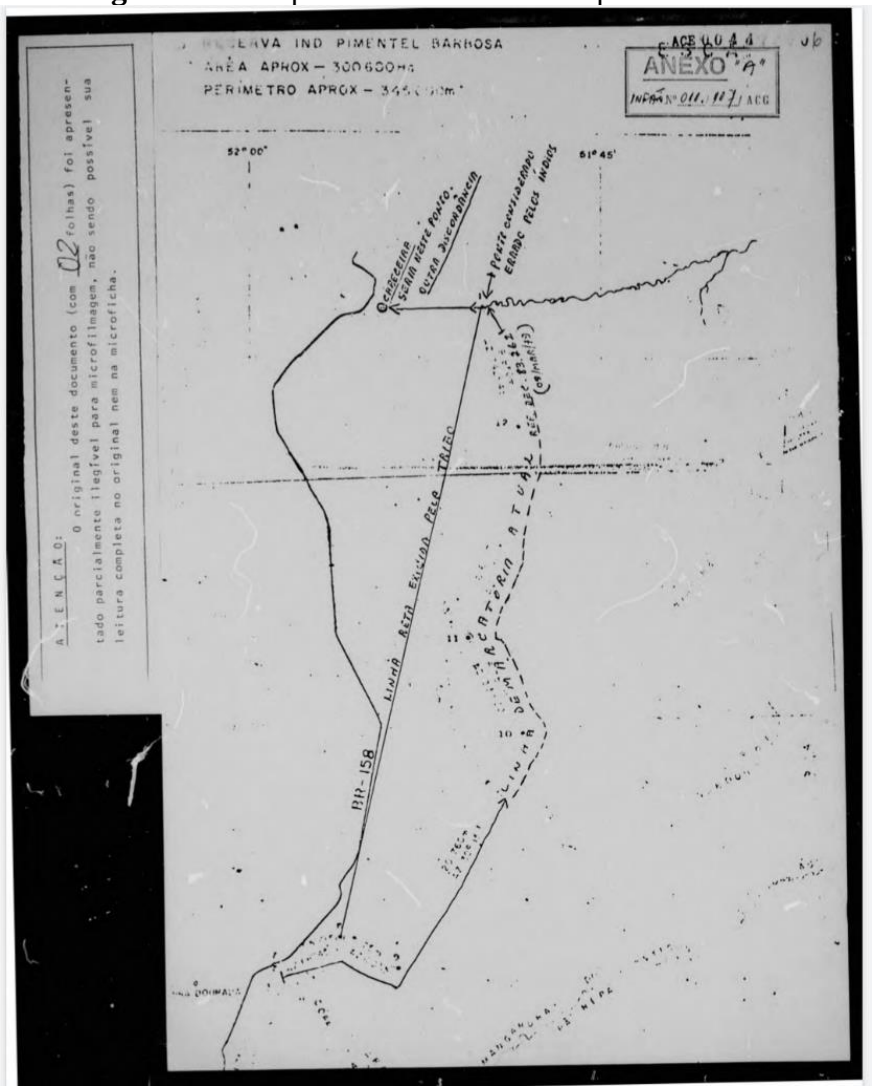
Relação de Posseiros na área da Res. Ind. Pimentel Barbosa (Levantamento feito pelo G.T. FUNAI/INCRA			
Nº	Nome da Posse	POSSEIRO	ÁREA TOTAL
01	Posse Taboquinha Rio das Mortes	Sebastião Gomes Parrião	210 há
02	Posse Da Cruz Rio das Mortes e Riozinho	José Lopes da Silva	150 há
03	Posse Riozinho—Córrego Riozinho	Carlos Gomes Parrião	1.500 há
04	Posse N.S.da Guia Rio das Mortes e Riozinho	Alcides Coelho de Souza	2.900 há
06	Posse São José-Rio das Mortes e Córrego Riozinho	Menoel Dias Santana	290 há
07	Posse Cachoeirinha Rio das Mortes	Antônio Dias dos Santos	1.940 há
08	Posse Santa Luzia Rio das Mortes e Córrego Riozinho	João Ferreira de Souza	500 há
09	Posse Buriti Seco Rio das Mortes	Goavindo Carvalho do Carmo	290 há
10	Posse Porto Alegre Rio das Mortes e Córrego Riozinho	Antônio Ferreira de Souza	1.450 há
11	Posse Buriti Alegre — Rio das Mortes e Córrego Riozinho	Agenor Pires Fernandes	960 há
12	Posse Barreirinha Córrego Riozinho	Benicio Martins dos Santos	500 há
13	Posse Sto Antonio- Córrego Riozinho	Pedro Martins dos Santos	500 há
14	Posse Corichão – Rio Corichão ou Mirapuxi	Arcangelo Sudário Guimarães	730 há
15	Posse Mata Verde Rio Corichão	*José* da Costa Fumeiro	600 há
16	Posse Rio Corichão	Edevi Pereira Brito	500 há
17	Posse Sta.Luzia Rio Corichão	Expedito Nunes	250 há
18	Posse Bela Vista Rio Corichão	Selvino Martins Ribeiro	250 há
19	Posse São Jose Rio Corichão	Francisco Jorge Diniz	500 há
20	Posse Sto Antônio Rio Corichão	Darcy Pereira de Souza	500 há
21	Posse Corichão Rio Corichão	Domingos Alves da Silva	500 há
22	Posse Rio Corichão	Salviano de Souza Monteio	726 há
23	Posse Rio Corichão	Juarez Monteio de Souza Cavalcanti	250 há
24	Posse Brejo Bonito Rio Corichão	Dionísio Soares	250 há
25	Posse Beijui -RIA. Corichão	Jose Moreira Parias	250 há
26	Posse Corichão – Rio Corichão	Jose Alves Moreira	500 há
27	Posse – Carichão	Fabiano Alves Moreira	250 há
28	Posse Corichão Corichão	Camilo Pereira dos Santos	750 há
29	Posse Bacaba - Rio Corichão	João Bezerra dos Santos	250 há
30	Posse Rio Corichão	João Dias Pereira	730 há
31	Posse Sta. Nazaré Rio Corichão	Antônio Barbosa Brito	500 há

32	Posse Rio Mangarura dos Antigos ou *Água* Suja	José Moreira Lima	100 há
33	Posse Rio Mangarupa dos Antigos ou Água Suja	Antônio Alonso	100 há
34	Posse Rio Mangarupa dos Antigos ou Água Suja	Élcio Galdioli	700 há

Fonte: Arquivo Nacional Digital, 1979, código do documento (BR_DFANBSB_V8_MIC_GNC_MMM_80000447_d0001de0001.pdf - 3339.34 Kb)

A situação, portanto, como atestamos, ficou muito tensa, os indígenas exigiam a retirada dos posseiros e de fazendeiros. O croqui, a seguir, mostra as áreas reivindicadas, pelos indígenas, a área que estava total ou parcialmente ocupada pelas fazendas e posses que foram listadas.

Figura 20: Croqui da área reivindicada pelos Xavantes



Fonte: Arquivo Nacional Digital, 1980, código do documento (BR_DFANBSB_V8_MIC_GNC_MMM_80000447_d0001de0001.pdf - 3339.34 Kb)

A primeira linha, da direita para a esquerda, mostra a área limite da reserva, e a

segunda linha as reivindicações dos indígenas. Esse território reivindicado pelos indígenas, não se tratava de áreas novas, já estavam dentro da demarcação estabelecida. Toda essa área da reserva entre as duas linhas estava ocupada por posseiros e fazendeiros, como pode ser observado no croqui e nas tabelas.

O clima de conflito e tensão envolvia os três grupos de sujeitos que essa pesquisa propôs estudar, no litígio relacionado às terras da Reserva Pimentel Barbosa, fazendeiros, posseiros, indígenas e migrantes dos projetos de colonização se viram em uma disputa pela posse da terra, terra essa que tinha significados diferentes para cada grupo ali presentes.

Quero ressaltar, nesse ponto, com base na lista de propriedades, o item vinte e seis, trata-se de uma propriedade de mais de 5 mil hectares que foi dividida em 13 lotes, onde estava assentados migrantes dos projetos de colonização liderados por Norberto Schwantes, fazia parte do Projeto Serra Dourada. Na vila de Serra Dourada a situação de atritos entre os indígenas e os moradores eram cotidianas e se prologaram pela década de 1980.

Em um laudo antropológico feito pelo perito Eugênio Gervásio Wenzel, nomeado como Perito nos Autos da Ação Ordinária, Processo nº 96.3034-0, Justiça Federal, 2ª Vara. Seção Judiciária do Estado de Mato Grosso, ele relata as insatisfações:

> As queixas registradas em outro processo (5045-8), referente a um documento dirigido pelos moradores de Serra Dourada (em 10.12.88) solicitando "medidas enérgicas" contra os Xavante, que estariam invadindo suas residências para saqueá-las, que estariam furtando galinhas, "dissimulando apanhar mangas", ... confirma que os Xavante continuam a ocupação de suas terras tradicionais (incluindo a área "sub-judice") (JUSTIÇA FEDERAL 1998, p. 19 e 20).

O clima conflituoso foi amenizado, no caso de Pimentel Barbosa, quando os fazendeiros posseiros e assentados foram retirados da reserva, no entanto, essa retirada não saiu barato para o governo, conforme aponta o perito no laudo citando Marta Lopes: "Os fazendeiros só se tranquilizaram quando a FUNAI enviou o Coronel Anael Lemos, em meados de 1980, para avisá-los que o Senado votaria uma legislação indenizatória aos fazendeiros" (PINHO, 1998, p. 23). Essa prática de indenizar invasores de terras indígenas era muito comum. O jornal "O Estado de Mato Grosso" em sua edição de 23 de junho de 1975, em uma matéria com o título "FUNAI: 15 Milhões de Indenização a Fazendeiros", trata das indenizações a fazendeiros de uma outra reserva Xavante, no munícipio de Barra do Garças, a TI São Marcos.

Com relação aos assentados de projetos de colonização, a solução foi a transferência para outras áreas. Sobre isso, o jornal *O Estado de Mato Grosso* de 1º de julho de 1979

escreve uma reportagem com o título, “Colonos de Pimentel Barbosa Irão Para Terranova”.

> A Fundação Nacional do Índio, o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária e a Superintendência Para o Desenvolvimento do Centro-Oeste estudam a transferência dos colonos mato-grossenses que deverão desocupar a Reserva Indígena de Pimentel Barbosa, no município de Barra do Garças.
>
> São aproximadamente 50 famílias, 18 das quais filiadas à Cooperativa Canarana, que executa o Projeto Terranova, no KM 630 da rodovia Cuiabá-Santarém, área para a qual deverão ser transferidos até o final do ano, juntamente com outras 300 famílias de colonos da região de Tenente Portela - Rio Grande do Sul.
>
> Os colonos de Pimentel Barbosa vão conhecer Terranova, antes da transferência, e terão lotes maiores, para compensar a perda de benfeitorias por eles realizados naquela reserva Xavante, segundo informa o Diretor de Recursos Humanos da COOPERCANA, Coronel José Meirelles (ESTADO DE MATO GROSSO, Edição de 1º de julho de 1979).

Na reportem apontam o Projeto Terra Nova no traçado da BR 163, como solução para a transferência, além de indenizar os agricultores. As soluções encontradas, a princípio, beneficiaram a todos os que tinham propriedades dentro da Reserva de Pimentel Barbosa.

Em relação às reivindicações dos indígenas, os mesmos saíram perdendo, pois foram atendidas apenas em parte com a definição e homologação da reserva, através do Decreto 93.147 de 20,08.86.

A situação de conflito, envolvendo índios, posseiros e migrantes de projetos de colonização, não ocorreu apenas nas áreas da Terra Indígena Pimentel Barbosa. Depoimentos e documentos analisandos nessa pesquisa dão conta de problemas relacionados à presença de posseiros dentro das áreas dos projetos que deram origem à cidade de Canarana-MT e, posteriormente, o município.

O primeiro documento analisado para tentar elucidar essas relações, foi de um arquivo do SNI, disponível no Arquivo Nacional na versão digitalizada, trata-se de um documento com a nominação “W/VT2/000042/130/B4N/85”. Ele relaciona os vários focos de tensão no campo em Mato grosso. Vamos observar com maior atenção na região onde se formou os projetos de assentamentos das colonizadoras que deram impulso na formação e emancipação do município de Canarana-MT, o Relatório aponta para pelo menos cinco pontos de tensão.

> 12 - MILAGROSA (GLEBA MILAGROSA), município de CANARANA, localidade denominada MILAGROSA/MT, caracterizada como latifúndio por exploração. - Extensão: 500 hectares, todo em litígio. - Invadida por cerca de 43 famílias, o PF NORTE DE MATO GROSSO está analisando a situação jurídica da Gleba.
>
> 13 - FAZENDA DO TURVO (RANCHO ALEGRE), município de CANARANA, localidade denominada CÓRREGO DO TURVO/MT, caracterizada como latifúndio por exploração. - Extensão: 6.500 hectares, sendo 1.500 litigiosos. - Proprietário:

> UBIRATANIO LOPES MENDONÇA, registrada em 16 JUL 84, matrículas nº 1266 /1267. Livro 02, no Cartório do 1º Ofício de SÃO FÉLIX DO ARAGUAIA/MT. - Existe nessa área um pequeno foco de tensão, envolvendo 16 famílias. Das ocupações nessa região, 10 delas variam de 03 a 16 anos, ao passe que 04 ocupantes possuem de posse apenas um ano de posse, e 02 outros invasores. Os ocupantes que são mais antigos, têm a liderança de ANTENOR PEREIRA BRINQUEDO, que mantem forte influência sobre os demais. Em ABR 85, CARLOS COMES PARRIÃO (um dos ocupantes da área) assassinou a JOÃO NÓBREGA (vulgo "JOÃO DO FUMO"), representante do proprietário da FAZENDA DO TURVO. O Sindicato dos Trabalhadores Rurais (STR) de CANARANA está envolvido no conflito.
>
> 14 - FAZENDA MARRUA, município de CANARANA, localidade denominada RIO DAS MORTES/MT, caracterizada como latifúndio por dimensão. - Extensão: 37.071,97.2 hectares, sendo 20.000 em litígio. - Proprietários: VARGA S/A PARTICIPAÇÕES e outros, registrada em 09 MAR 83, sob nº 723, livro 02, no Cartório do 1º Ofício de SÃO FÉLIX DO ARAGUAIA/MT. - A FAZENDA MARRUA é propriedade particular legítima, composta de 06 títulos definitivos. A área começou a ser invadida no ano de 1966 por 14 famílias. Tal invasão foi e é comandada por políticos e pelo clero, onde é estampada em todos os jornais do Estado a situação de violência contra os posseiros da região. Além desses, estão envolvidos no conflito a CONFEDERAÇÃO DOS TRABALHADORES NA AGRICULTURA (CONTAG) e o STR de CANARANA. Saliente-se que a área ria Fazenda está encravada na GLEBA CORRENTINO, cujo processo piloto da discriminatória já se encontra na Diretoria Regional do INCRA/MT para fins de análise e prosseguimento. O PF NORTE DE MATO GROSSO não conhece a situação dominial da Gleba, porem será objeto de análise no decorrer da discriminatória. Novas invasões estão, atualmente, ocorrendo e a situação e de tensão.
>
> 15 - REGIÃO CÓRREGO PIABANHA (GLEBA CORRENTINHO), município de CANARNNA/MT, localidade denominada PIABANHA, caracterizada como latifúndio por dimensão. - Extensão: 20.000 hectares, toda em litígio. - Esta região engloba as áreas PIABANHA I e II, e Córrego MATA DA BANANA. Existem aproximadamente 90 ocupações em tais áreas, não tendo sido analisada pela Diretoria Regional do INCRA suas situações jurídicas. A região, entretanto, está dentro do perímetro da GLEBA CORRENTINHO, a ser discriminada no decorrer de 1985. A situação na área e de calma.
>
> 16 - ÁREA FUNDAÇÃO BRASIL CENTRAL, município de CANARANA/MT, localidade denominada FUNDAÇÃO caracterizada como latifúndio por exploração. - Extensão: 400 hectares. - Nesta área existem cerca de 24 ocupações, variando entre 15 e 20 anos. É identificada pelos ocupantes como "área da Fundação", recebe também o nome de GARAPU-VELHO. Encontra-se dentro do perímetro da GLEBA MILAGROSA, que está sendo proposta, para ser discriminada. A situação jurídica da área não foi analisada, entretanto presume-se que as ocupações abarcaram parte das áreas de ATILA MORAES JARDIM e de FUDEKO YAMADA. Porém, isto só se confirmará após análises no decorrer da discriminatória. A situação é de calma. (BRASIL ARQUIVO NACIONAL, 1985, p. 06, 07 e 8).

Esse documento amplia a percepção sobre os problemas agrários no município de Canarana-MT, como esse documento é de 1980, já havia ocorrido a emancipação política, que ocorreu em dezembro de 1979, por meio da Lei nº 4.165, de 26 de dezembro de 1979.

A quantidade de ocupações apontadas nesse documento é de 187, provavelmente esse número era bem maior no início da década de 1970, pois as tensões e disputas pela terra se intensificaram durante as décadas de 1970 e 1980, resultando, em boa parte dos casos, na

expulsão dos posseiros.

Quando os primeiros migrantes dos Projeto Canarana I chegaram em Mato Grosso já se depararam com essa situação de presença de posseiros e conflitos. Bruno Gaib relata que esse fato durante a viagem, quando já estava próximo a chegar no local do projeto.

> Oia nós viajemo, viajemo, viajemo e chegou anoitecer quando cheguemos aqui onde hoje, é..., os primeiros, é a, armazém que era do Cecatto, aqui pra cá tem uma plantinha de eucalipto, lá tinha um posseiro, e esse posseiro tinha um ranchinho piquinininho de capim, e ele vendia café, e vendia tudo anssim, só por uma medida, não por quilo por quantia nada, e lá nós cheguemos tomemos um cafezinho, aí nos se informemos, aí ele disse, não, má é logo aí, mais adiante vocês pode ir, vocês entra naquela placa, e nós fomo, fomo, fomo, fomo, não encontremo aquela placa, voltemos de novo lá, ele disse, ainda não arcançaram, mas eu disse, escuta compadre eu disse a ele, que quantos quilômetros senhor disse que tem, agora fizemos tudo esse retorno e não achemo a placa, ele disse volta de novo, aí, Então, eu perguntei, tem algum mercado ali na frente, ainda? Que a gente pode fazer, que a gente nom tem um quilo de aroz, um quilo de açúcar, um quilo de sal, não temos um quilo de nada, nada, nada, nada, nem o... nós vamos descarregar a mudança sem nada, porque dentro da nossa mudança é só baguia e não tem alimento, e como é que nós vamo viver? Aaa, ele disse, compadre isso aqui é difícil, eu não posso vender, aqui eu vendo o aroz ele disse, é um litro, aqueles, aqueles copo de azeite, media uma medida, de feijão é uma medida, e, anssim, açúcar é uma medida, não era por quilo nada, ele disse, eu perguntei, mas porque não vende tudo? Ele disse aaaa, existe mais gente que percisa, por isso achei muito humano o sistema desse povo aqui, eles eram muito cordial, muito ééé educado, eles não repar, eles repartia pra cada um ter um pouco de vida, não só vender pra um que tinha dinheiro, o que que aconteceu com os primeiros, os primeiros moradores ali, eles tinha fartura e, muitas vezes, o vizinho do lado deles não se interessava (Sic)[73].

Nesse depoimento o agricultor migrante dá conta de uma situação que encontrariam nos lotes de terra que a cooperativa havia comprado, a presença de posseiros, muitos deles vivendo há muito tempo. Uma outra observação é a relação de solidariedade por parte do posseiro, isso foi observado no depoimento, quando o mesmo vendia um pouco de mercadoria para cada pessoa, isso era feito para que todos pudessem ter. A relação de solidariedade aparece em outros depoimentos.

Marta Dunck, em um livro de memórias de família, relata:

> As pessoas que aqui já moravam (antes da chegada das famílias oriundas do sul do Brasil) foram muito importantes, pois nos vendiam ou faziam doação e vários produtos, como: maracujá, banana, moranga, abóbora, milho, batata-doce, maxixe, cana-de-açúcar, rapadura, farinha de mandioca, carne suína, carne bovina, peixe, frango e tanto outros. Me lembro de alguns deles: Luiza Maduro, Odilon (enfermeiro dos índios), Militão e Maurição. Outros tantos tiveram sua participação, mas não me lembro mais do nome deles (DUNK, p. 57 e 58, 2014).

[73]A entrevista foi concedida a Domingos Finato em 05 de outubro de 2005 e a transcrição foi realizada direto do arquivo em *pen drive* concedido por ele.

A mesma percepção de colaboração que Bruno Gaib apontou, no seu relato Marta também apresenta, a presença de posseiros ajudou as famílias que chegavam, elas conseguiram ter um suporte de abastecimento de itens de alimentação que não dispunham.

Amandio Micolino, em depoimento, quando perguntado sobre a presença de posseiros nas áreas adquiridas e loteadas pela Coopercol, responde: "Tinha os Maduro, os Maduro era que tavam aí, alí em baixo tinha o Superiano, tinha o Dilão, tinha uns quanto posseiro" (Sic)[74].

Essa presença não promoveu somente relações de cooperação, enquanto os lotes foram sendo definidos, medidas para a retirada dos posseiros da área foram sendo tomadas. Marta Dunck escrevendo sobre as relações com os posseiros relata sobre um episódio que a marcou:

> Certo dia passava em frente a nossa residência o seu Maurício e duas crianças, montados num cavalo. No ombro uma vara com porungos enormes cheios de mantimentos e outras traias dependurada no cavalo. Atrás, vinha sua esposa, também montada a cavalo, com mais duas ou três crianças e mais traias também dependuradas no cavalo.
>
> Passando alguns dias, lá vinha seu Militão com seu carro de boi, com rodas de madeira, carregando sua mudança. Antes de se despedir da nossa família, me presenteou com batata-cará de mais ou menos dois quilos. [...]. Essas e outras famílias foram indenizadas, tendo de sair de suas terras, porque tinham sido adquiridas pelos colonizadores, vindos dos estados do Rio Grande do Sul e Santa Catarina (DUNCK, 2014, p. 58).

A saída dos posseiros, das terras que ocupavam, se deu por força das pressões, depoimentos de alguns posseiros que foram colhidos e publicados em uma obra cujo nome é "História e Memória: Múltiplas experiências de pesquisas históricas sobre o portal da Amazônia e do Xingu" que foi organizada por Castrillon (2008). Na qual consta artigos de pesquisas realizados por estudantes do curso de Licenciatura Plena em História da Universidade de Cuiabá de Mato Grosso (UNIC-MT) e que dão conta das relações e de como se deu esse processo.

A senhora Alzira de Moura[75] disse que:

> Quando abriu Canarana que daí foram aparecendo os donos das fazendas e aí acertaram com aqueles e as pessoas saiam né, quando nóis chegamos era tudo mato não tinha nada, não tinha demarcação de nada era terra virgem como diz né, depois que esses homens falaram que eram os donos e acertaram o serviço que as pessoas tinham feito e a gente saiu, eles não apresentavam documentos eles falavam que a

[74] A entrevista foi concedida a Domingos Finato em 05 de outubro de 2005 e a transcrição foi realizada direto do arquivo em *pen drive* concedido por ele.

[75] A senhora Alzira foi entrevistada pelas autoras, na obra citada, cujo artigo foi intitulado "Migrantes na região do Xingu".

> gente achava que era dono mesmo (Sic) (MOURA et al., 2008 p. 59).

As indenizações que trata o depoimento da senhora Marta, ao que parece, estavam relacionadas apenas aos trabalhos e benfeitorias que os posseiros haviam realizado. O controle sobre áreas de terras e os estabelecimentos de divisas entre as fazendas documentadas, porém sem posse efetiva, eram precárias, davam margem para que grandes fazendeiros acabassem por tomar para si grades áreas que pertenciam à União, as chamadas terras devolutas. Quando observarmos o depoimento da senhora Alzira, notamos na fala, a inexistência de infraestruturas de muitas fazendas documentadas.

A área que era reconhecida da Fundação Brasil Central, demostra a falta de controle por parte da União e do estado de Mato Grosso, sobre a posse das terras. Em entrevista na publicação da UNIC, o senhor Feitosa Lima[76], fala sobre as terras da Fundação:

> A fundação nunca tinha mandado medir, nunca legalizou as terras, os fazendeiro mesmo não entraram, tinham que aquela terra era da fundação, despois que todo mundo saiu eu fiquei só e o povo começou a entrar, eu fui duas vezes para Brasília falar que o povo tava invadindo, falou que a empresa não vai mexer mais, tira um pedaço para você, foi onde consegui minha terra, depois o Batista tinha a escritura daquela terra e ele nunca tinha mexido porque a fundação tava lá e ele não queria mexer (BECKMANN et al., 2008, p. 44).

A discussão, a partir dos documentos, apontam para um total descontrole do Estado sobre as terras públicas, demostra, ainda, um descaso em reação aos povos indígenas, porém, apontam para o favorecimento da instituição do latifúndio, como política voltada para a agricultura, incentivando a ação de empresas em detrimento de posseiros e indígenas, encarados como um obstáculo ao progresso.

Finalizando essa sessão do trabalho, acreditamos que os conflitos e as relações conflituosas que são características da região de fronteira ficaram evidenciadas, cabe a pesquisa buscar responder na próxima sessão, desse momento turbulento em que os territórios estavam em movimento, se formando e se configurando, conforme os interesses capitalistas e a capacidade dos grupos de resistir. Qual a História Oficial que se estabeleceu com a formação do município de Canarana-MT?

[76] O senhor Francisco Feitosa Lima foi entrevistado pelos autores na obra citada, cujo artigo foi nomeado de "Notícias sobre o Vale do Araguaia".

3.3 A História Oficial da Formação de Canarana MT

Evidenciado o processo acelerado da ocupação do território que hoje corresponde ao município de Canarana-MT, buscaremos identificar as disputas pelas memórias entre os sujeitos distintos que vivenciaram o processo, como esse movimento, e, até o embate de forças entre esses sujeitos, promoveram a construção da História Oficial, que é a história contada pelos grupos que conquistaram a hegemonia na condução do destino das áreas de terras e de seus usos.

Com a consolidação da organização político administrativo, a partir da criação de uma cidade, confirmada por um ato legal, que dá autonomia aos sujeitos que vivem nesse novo território para gerir, e, ao mesmo tempo, definir os traços que caracterizam esse novo território, que, por sua vez, foi construído sobre outros territórios, que, segundo os sujeitos dos grupos diferentes que o habitava, tinham significados e definições distinta. As narrativas entram em disputa nesse processo, determinados grupos ganham ou perdem espaço, nesse sentido, é importante analisar qual história é contada sobre a formação do Município de Canarana-MT.

A formação de um município na região de fronteira ocorre em um ambiente de conflitos e violência, no entanto, passando esse momento de expansão da fronteira, com o avanço da frente pioneira, impulsionada pelo capital, ocorre uma redefinição de relações e o estabelecimento de uma História Oficial, a construção dessa história conduzida pelos grupos que tomam a frente no processo de organização burocrático, que assume a governança, a partir da autonomia administrativa alcançada, definem os rumos do que é contado ou não sobre todo esse processo.

É preciso refletir sobre a história que é contada desse processo conflituoso da formação do município no contexto da fronteira. Para essa análise, passamos a compreender o que seria a História Oficial. O historiador norte americano Richard Kagan faz a seguinte definição da História oficial:

> História oficial é a historiografia produzida visando a defesa dos interesses, tanto de um governante quanto de uma autoridade religiosa, de uma corporação urbana etc. Para o autor, esse tipo de historiografia é um instrumento que visa divulgar uma imagem positiva daqueles nela interessados – do mesmo modo, ela também pode ser escrita para contradizer uma narrativa previamente formada (KAGAN, 2009, p. 3).

Silveira (2011) cita em um artigo intitulado *Qual o lugar da História Oficial na história da historiografia?* “Seu caráter agonístico, portanto, tornou o número de narrativas e

contra narrativas produzidas por cronistas, historiógrafos e outras personagens protegidas por um ou outro mecenas" (SILVEIRA, 2011, p. 339).

Portanto, a História Oficial segundo o autor é construída a partir de interesses de grupos ou de pessoas que detém o poder, que controlam os aparatos administrativos, financeiros e culturais de uma sociedade, isso ocorre nas mais variadas repartições em que se estabelecem esse aparato, inclusive quando da formação de uma subdivisão administrativa, como é o caso dos municípios. Contribuindo com essa reflexão Anita Leocadia Prestes (2010, p. 94) escreve sobre a História Oficial,

> entendo que ela é construída pelos donos do poder (as classes dominantes), ou, segundo A. Gramsci, pelos seus *intelectuais orgânicos*. Em outras palavras, a História Oficial é expressão da ideologia dominante, ou seja, dos interesses das classes dominantes numa determinada sociedade dividida em classes antagônicas.

A mesma autora continua sua análise, apontando para os problemas em relação à produção dessa História Oficial, que, em certa medida, considerando a história da formação dos municípios na região de fronteira é produzida por pessoas que não têm formação em História, como é o caso dos memorialistas.

> Por isso mesmo, a História Oficial, frequentemente, não atende ao compromisso do historiador com *a evidência*. Nas palavras de E. Hobsbawm, ao criticar o irracionalismo "pós-moderno": "[...] é essencial que os historiadores defendam o fundamento de sua disciplina: a supremacia da *evidência* [...]. Se a história é uma arte imaginativa, é uma arte que não inventa, mas organiza objetos encontrados" (HOBSBAWM, 1998, p. 286-287, grifo nosso) (PRESTES 2010, p. 94).

A autora chama a atenção para o papel do historiador, do compromisso na construção da pesquisa histórica. A História Oficial está, portanto, ligada aos interesses de grupos, e, nesse caso, pode ser construída para atender as necessidades desses grupos. Temos, então, uma história dos vencedores, os que têm visibilidade, está associada ao grupo que detém a hegemonia que se dá de forma muito profunda, ao ponto de silenciar e determinar o que de todo processo histórico deve ser lembrado.

Com relação ao termo hegemonia, Souza (2013), em um estudo sobre o poder na fronteira, refletindo em relação às formulações de Gramsci, escreve:

> O termo hegemonia tem uma conotação de enquanto uma direção imprimida por um dado grupo ou fração de classe a toda a sociedade e, por isso mesmo, ligada à dimensão unificadora e organizadora dos atores sociais em permanente estado de disputa explicita ou latente, que é a cultura (SOUZA, 2013, p. 25).

A hegemonia de um grupo social no processo de formação das cidades na fronteira não é algo que se constrói ou se consolida de imediato, até porque a fronteira se caracteriza pelo conflito, à medida que as relações de poder se estabelecem de forma mais intensa, a disputa pelo que do processo histórico será lembrado se manifesta, o grupo que consolida a hegemonia busca produzir uma História Oficial, e construir ou definir os símbolos que terão a tarefa de reforçar uma determinada versão.

A respeito do poder dos símbolos, Bourdieu (1989, p. 11) escreve:

> É enquanto instrumentos estruturados e estruturantes de comunicação e de conhecimento que os "sistemas simbólicos" cumprem a função política de instrumentos de imposição ou de legitimação da dominação, que contribuem para assegurar a dominação de uma classe sobre outra (violência simbólica), dando o reforço a sua própria força às relações de força que as fundamentam e contribuindo assim, segundo a expressão de Weber, para a "domesticação dos dominados".

O controle ou a imposição do que é contado a respeito de um processo histórico, portanto, serve ao reforço do controle e do estabelecimento de silenciamentos na formação de uma cidade, na forma como as pessoas enxergam ou se veem, nesse processo. Ainda sobre o poder simbólico e o processo de tentativa de controle que se impõe através dele, Souza (2013) citando Mendonça (1996) esclarece e reforça o caráter de dominação nas relações.

> Sonia Mendonça lembrando as reflexões desenvolvidas por Bourdieu afirma que o poder simbólico é aquele que consegue transformar relações de dominação/submissão, em reações afetivas e que, quanto maior o sentimento mobilizado, maior o ocultamento das diferenças, sem que se evidencie a violência perpetrada (SOUZA, 2013, p. 33).

Percebe-se pela fala da autora que o controle e a dominação se dão de forma que os grupos que ficam à margem das estâncias de decisão, no caso da História Oficial, ficam silenciados, acabam por se submeter a esse processo.

Definidos o caminho da análise passamos, então, a verificar qual história prevaleceu em relação à formação do município de Canarana-MT.

A História Oficial tem como preceito contar os acontecimentos, a partir da perspectiva de um grupo, esse grupo, geralmente, é detentor do poder político e econômico, portanto, a análise partiu dos canais oficiais, das estruturas administrativas e do processo de manifestações culturais. Do ponto de vista da escrita da História, com a preocupação com método e teoria, as produções a respeito da constituição do município de Canarana-MT, são limitadas, como já tratamos no decorrer desse trabalho, no entanto, esse processo histórico é contado na página da *internet* oficial da prefeitura do município e em páginas oficiais de

órgãos governamentais como por exemplo a do IBGE. Também encontramos páginas de particulares, em especial a do Senhor Domingos Finato, com uma vasta quantidade de vídeos produzidos e editados por ele mesmo, também uma página de uma instituição, a Fundação Pró-Memória de Canarana. Os textos publicados contribuem para fomentar as indagações de uma pesquisa histórica, não são pesquisa histórica, elas apresentam apenas uma sequência de dados e informações.

Todos esses canais de informação sobre a história de Canarana, propõe uma visão unilateral sobre o processo histórico, apresentam a formação do município em função, apenas, da chegada de migrantes sulistas. Obviamente, não é possível deixar de lado os reflexos da implantação do projeto Cananara I para a formação do município, no entanto, durante a presente pesquisa, evidenciamos que muitos atores participaram, muitos conflitos foram desencadeados, no entanto, isso não aparece nas descrições históricas sobre o município de Canarana-MT. Vejamos um trecho dessa descrição:

> Canarana surgiu em função dos problemas fundiários do Sul do país. Em 1970 viviam em Tenente Portela 4.077 famílias de agricultores em uma área de apenas 34.000 hectares. Mais da metade dessas famílias não tinham terra suficiente para viver e criar seus filhos. Cada ano se formavam cerca de 450 novas famílias. Muitas acabavam indo para as favelas das cidades da região. O trabalho que deu origem ao projeto Canarana iniciou com a criação da Rádio Municipal de Tenente Portela, inaugurada no dia 11 de outubro de 1970. Além do trabalho da equipe da emissora, liderada pelo então Pastor Norberto Schwantes, foram feitas reuniões onde o problema de falta de terra era diretamente debatido com os agricultores, porque falar abertamente sobre problemas fundiários era visto como subversão, pois, na época, estava vigente o regime militar em nosso país. Segundo Norberto Schwantes, a meta inicial era viabilizar uma lavoura com maior produtividade, à exemplo da agricultura centro-europeia, mas logo foi constatado que esse projeto era insuficiente. O agrônomo Orlando Roewer apresentou uma idéia que já era tradicional, a emigração para outros lugares do país. Três membros da Rádio Municipal foram ver o Mato Grosso e voltaram entusiasmados. Descobriram um imenso vazio demográfico com muita terra boa e barata. Para os agricultores dispostos a emigrar a equipe sugeriu a criação de uma cooperativa e para os que queriam ficar um programa de remembramento minifundiário.
>
> A Coopercol, Cooperativa de Colonização 31 de Março Ltda, teve sua assembléia de criação no dia 31 de março de 1971. Ela entrou para a história como a primeira cooperativa colonizadora do país. O sonho dos agricultores era ir para Dourados, Mato Grosso do Sul, mas lá as terras já estavam inflacionadas. A diretoria da cooperativa, em 15 de fevereiro de 1972, viajou para o Mato Grosso a fim de ver as terras no então Município de Barra do Garças. Na altura da localidade conhecida como Váu, o ônibus atolou e muitos queriam voltar atrás. Os persistentes levaram a viagem até o fim, mas ao voltarem para Tenente Portela o agrônomo alemão Diter Tomford pintou um quadro muito negativo das terras do Mato Grosso causando uma debandada: dos 400 sócios iniciais restaram apenas 36. A esse grupo juntaram-se mais 44 totalizando 80 famílias. Foi então que a Coopercol adquiriu uma área de 39.981 hectares, que era da viúva Fontoura, proprietária do Laboratório fabricante do Biotônico Fontoura.
>
> No dia 14 de julho de 1972 começaram chegar na região as primeiras das 80 famílias de pioneiros dando início ao Projeto Canarana I. As primeiras duas famílias

> foram trazidas por Luiz Cancian e foram as de Siegfried Bruno Geib e Ervino Teixeira Berft. Inicialmente se alojaram num acampamento conhecido como "Vila Sucuri". Cada pioneiro recebeu um lote de 480 hectares, ficando uma parte como área de reserva e instalações urbanas. Antes do surgimento da cidade foram criadas três agrovilas, cada uma numa distância de seis quilômetros do perímetro urbano.
>
> O nome "Canarana" foi escolhido a partir de uma pesquisa feita pelo Agrônomo Orlando Roewer. Entre as espécies de fauna e flora existentes na região, chamou a atenção o nome de um capim chamado de Canarana. Norberto Schwantes e seus companheiros de trabalho optaram por esse nome por ser bonito e por ser semelhante a Canaã, a terra prometida aos hebreus cuja história lemos no Antigo Testamento da Bíblia.
>
> Depois do projeto Canarana I, uma série de outros projetos de colonização foram sendo implantados, dando origem ao atual município de Canarana: Projeto Canarana II, Canarana III, Projeto Garapu I, Garapu II, Garapu III, Projeto Serra Dourada, Projeto Tanguro I, Tanguro II e Projeto Kuluene. Se somaram aos projetos diversas fazendas que já tinham sido adquiridas por particulares. Além da Coopercol-Cooperativa de Colonização 31 de Março Ltda, foi criada a Coopercana-Cooperativa Agropecuária Mista Canarana Ltda, em 05 de julho de 1975, que durante 18 anos atuou na região, dando suporte à produção, assistência técnica, comercialização e melhorias na infraestrutura. No início as famílias viveram uma experiência de lavouras comunitárias e de uso comunitário das máquinas agrícolas. Com a vinda do financiamento do Banco do Brasil, cada família passou a ter a sua própria plantação. O povoado de Canarana, que desde o início se firmou como núcleo central dos projetos de colonização foi inaugurado em 1º de maio de 1975. Canarana tornou-se distrito de Barra do Garças pela Lei Estadual 3.762 de 29 de junho de 1976 abrangendo as áreas dos atuais municípios de Água Boa, Ribeirão Cascalheira e Querência. O Sr. Marino Schaeffer foi o primeiro sub-prefeito nomeado pelo então Prefeito Wilmar Peres de Farias.
>
> Em 30 de dezembro de l978 foi constituída a Comissão Pró-Emancipação tendo como membros: Luiz Cancian, Elói Ernesto Rabuske, Luiz Palma, Guido Afonso Rauber, Mário Mazureck e Nilvo Vicente Colling, de saudosa memória. O plebiscito foi realizado dia 11 de novembro de 1979 e Canarana tornou-se município, através da Lei nº 4.165, de 26 de dezembro de 1979. O projeto foi de autoria do deputado Ricardo Corrêa e sancionado pelo Governador Frederico Campos. A instalação do município ocorreu em 15 de fevereiro de 1981 com a nomeação do Sr. Luiz Cancian como primeiro dirigente municipal. O primeiro prefeito eleito foi o Sr. Francisco de Assis dos Santos e seu vice foi Eugênio Juventino Tonia. (PREFEITURA MUNICIPAL DE CANARANA-MT).

O texto e um pouco longo, porém, penso ser importante analisá-lo, ele é a referência para quem busca, através dos meios digitais, conhecer sobre a formação do município de Canarana-MT. Como já mencionado, os órgãos oficiais usam esse texto para tratar da história de Canarana, pequenas variações ocorrem de um para o outro, ele traz muitas informações importantes para o pesquisador que se coloca na condição de investigar, porém traz também uma visão unilateral do processo, prioriza as informações referente ao papel dos migrantes.

O texto não foi produzido por um historiador de ofício, por isso não é condenável, aliás, como dito, contribui com pistas para análise mais aprofundado do ponto de vista historiográfico, justifica-se o teor, dado o fato do texto ter sido produzido no âmbito da página da Fundação Pró-memória de Canarana, instituição voltada a reunir documentos sobre a presença dos migrantes sulistas no processo de ocupação das áreas de terras no que hoje é o

município de Canarana-MT, logo não houve uma preocupação em ir além disso.

Para além das características já mencionadas temos, ainda, reproduzida a forma de pesar em relação às áreas de terra do Centro-Oeste e norte do Brasil, a ideia dos "vazios demográficos" e das ações de governo para ocupar. No entanto, essa pesquisa aponta para a presença de diversos sujeitos nesses chamados "vazios", é papel, portanto, do historiador problematizar e buscar elementos que tornem possível enxergar outros sujeitos.

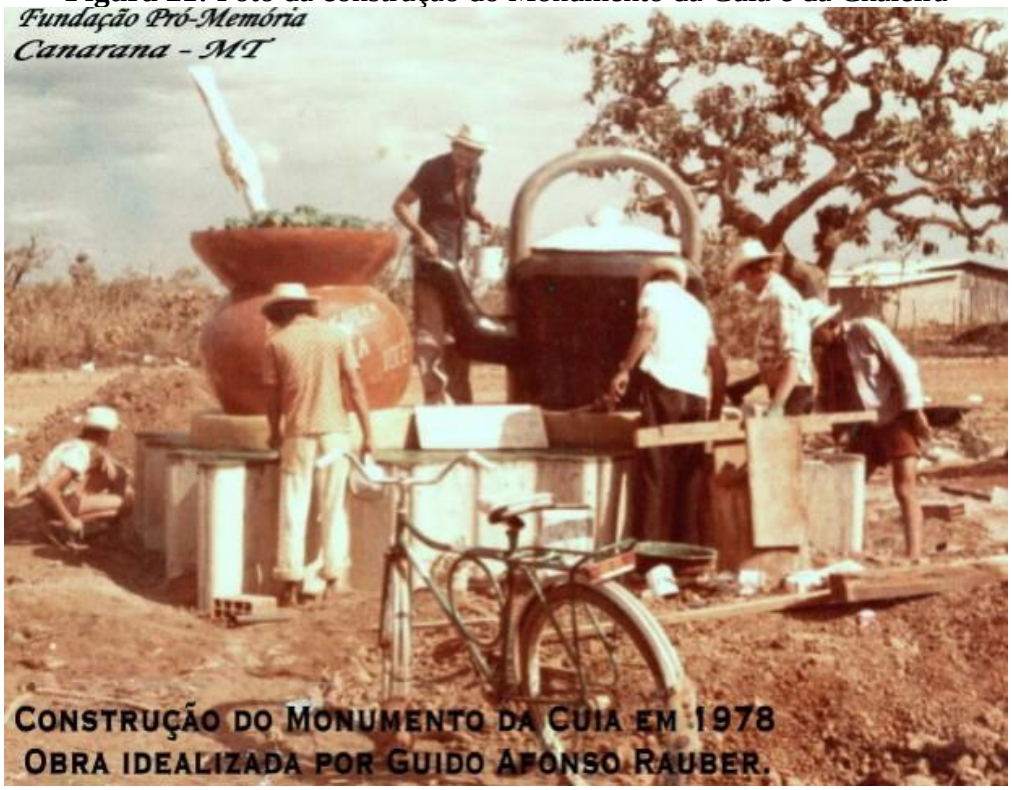
Buscando elementos para compreender como essa História Oficial ou como a memória coletiva é moldada, na formação do Município, optamos por uma análise dos símbolos que foram eleitos para caracterizar a cidade. Os monumentos podem trazem um pouco das ideias e visões que pretendem reforçar, eles ajudam a contar a história de um local de uma comunidade, reforçando a memória.

Em Canarana-MT, existem monumentos, inclusive protegidos por lei, que reforçam a presença do migrante, no entanto, não existe nenhuma referência a qualquer outro grupo, mesmo estando o município encravado em meio a terras indígenas e com o histórico de presença de posseiros e conflitos de terra.

Escolhemos para essa análise os monumentos protegidos por lei, dado o fato de que não poderão ser destruídos ou modificados. A imagem que segue é do monumento da Cuia[77].

[77] A inscrição "Em Homenagem a Você" deverá ser perpetuada e destinada a todos aqueles que visitarem o monumento. Para definir o formato da chaleira o autor se inspirou numa chaleira da sua casa paterna. Seu pai falava que aquela chaleira, na qual se inspirou, tinha mais de 100 anos. A cuia e a bomba também foram inspiradas nos modelos existentes na infância na casa dos pais. Segundo o autor, este Monumento da Cuia e Chaleira de Canarana não tem similar. É criação própria do autor e hoje a fotografia deste monumento está espalhada pelo Brasil e pelo mundo. O Monumento da Cuia e Chaleira foi inaugurado em 25 de julho de 1979, dia do Colono e do Motorista, muito comemorado e festejado no sul. Esta data tem sua origem na chegada ao Brasil dos primeiros imigrantes alemães e italianos, acontecida no dia 25 de julho de 1875.

Figura 21: Foto da construção do Monumento da Cuia e da Chaleira



Fonte: Acervo da Fundação Pró-Memória de Canarana.

Conforme a descrição, foi construído no ano de 1978, idealizado por Guido Afonso Rauber[78] no contexto da organização para a emancipação política, tinha como objetivo valorizar a presença dos migrantes sulistas.

Na página da Fundação Pró-memória tem o seguinte relato:

> Dentro deste sentimento algo deveria ser feito para marcar e cultivar estes sentimentos. Foi então que numa reunião da Sociedade Amigos de Canarana – SAC, foi proposta a idéia de se construir um monumento ou algo que fizesse memória do esforço e sacrifício dos pioneiros, que, sem auxílio de verbas do governo, só no esforço e na fé de vencer, construíram Canarana. Foi aí que Guido Afonso Rauber, na época gerente da Cooperativa de Colonização 31 de Março Ltda – Coopercol, se colocou à disposição para elaborar um projeto para construção do monumento da Cuia e da Chaleira.

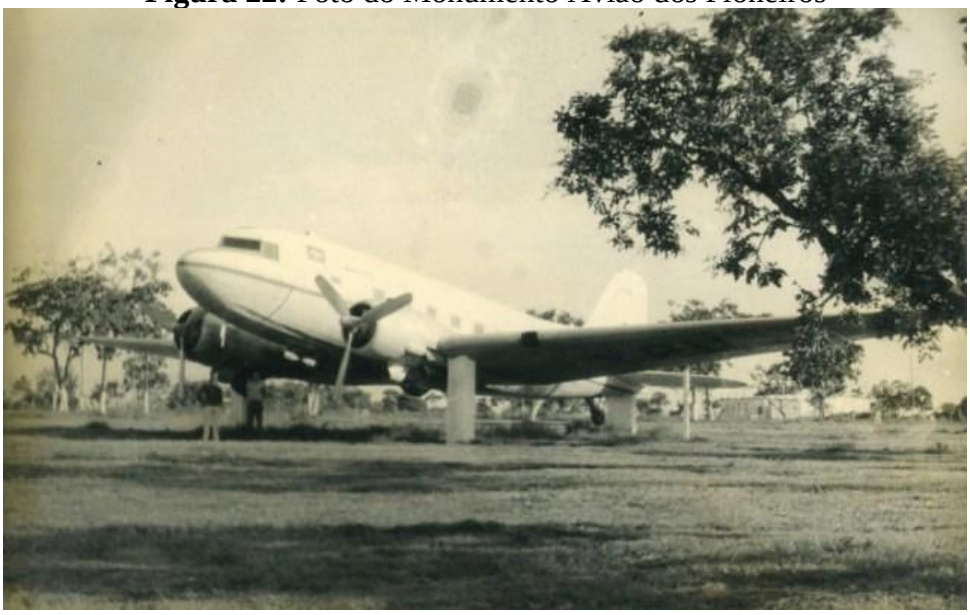
O monumento, se tornaria um marco da colonização, identificando a origens dos migrantes, isso estava no fato do monumento representar a prática de tomar o chimarrão,

[78] Guido nasceu em Santa Rosa-RS, no dia 20 de junho de 1938. Trabalhou como professor durante 15 anos, durante 10 anos a família de Guido residiu em Mondai-SC, onde foi professor, gerente de cooperativa e em 1970 elegeu-se prefeito. No início de 1975, após o mandato de prefeito, mudou-se para Canarana-MT. gerente da Cooperativa de Colonização 31 de Março Ltda – Coopercol, Guido participou da Sociedade Amigos de Canarana e integrou a Comissão de Emancipação do Município. Em 1988 elegeu-se vice-prefeito por Canaran-MT.

bebida muito consumida na região Sul do Brasil, de onde os migrantes eram originários.

Um outro monumento que serve bem para retratar e reforçar a presença dos migrantes trata se do Monumento do Avião[79].

Figura 22: Foto do Monumento Avião dos Pioneiros



Fonte: Acervo da Fundação Pró-Memória de Canarana.

O avião, fica na praça central de Canarana-MT, foi utilizado durante muito tempo para o transporte de passageiros e de mercadorias diversas para os migrantes que ocuparam as terras nos projetos de colonização que deram origem ao município.

A História Oficial de Canarana-MT transita por esses caminhos, apresentando uma um conjunto de símbolos que contribuem para o reforço de uma determinada posição, em relação aos acontecimentos históricos, essa posição, ofusca ou, ainda, silencia muitos sujeitos.

A produção historiográfica é bastante restrita à ação dos "pioneiros". Não existe

[79] O avião é do tipo Douglas C-47-5-DK, conforme especificações da época, com número de série 12.303. Em 11 de janeiro de 1944, durante a Segunda Guerra Mundial, com prefixo 42-92496, foi entregue para a USAAF (United States Air Force – Força Aérea dos Estados Unidos). Em 05 de fevereiro de 1944, com o prefixo FZ 697 foi transferido à RAF (Royal Air Force – Força Aérea da Grã-Bretanha). A partir de 16 de maio de 1944 ficou baseado em Leicester East na 107ª Unidade de Treinamento Operacional. Em 01 de março de 1945 foi transferido para a 1333ª Unidade de Transporte em Leicester East, unidade essa transferida em 25 de outubro de 1945, após a guerra, para Syerston. O avião foi desativado e em 17 de julho de 1946 adquirido pela Canadian Ltd. de Montreal, no Canadá. Em 13 de dezembro de 1946, foi vendido e entregue para a Linhas Aéreas Natal, RN, com o prefixo PP-JAB. A Linhas Aéreas Natal foi absorvida pela Real Transportes Aéreos em dezembro de 1950 e a aeronave foi re-registrada como PP-YPU. Em agosto de 1961 a Real Transportes Aéreos foi adquirida pela Varig e o avião permaneceu com a matrícula (prefixo) PP-YPU. Em 1969 foi vendido pela Varig para a Caraíba Metais S.A., uma empresa do Grupo Baby (Francisco) Pignatari e registrado em 21 de março de 1972. Em 21 de maio de 1976 foi definitivamente entregue à Cooperativa de Colonização 31 de Março Ltda – COOPERCOOL – com sede em Barra do Garças-MT, após ter sido anteriormente registrado na Conagro S.C. Ltda. O Avião parou de voar em 1980 e desde 1981 encontra-se em exposição estática em Canarana – MT. Fonte Fundação Pró-Memória de Canarana (promemoriacanarana.blogspot.com) consultado em 18/02/2021.

produção didática, logo as consultas para trabalhar no ensino com o tema da colonização se baseiam nos escritos dos *sites* de informação, não que eles apontem para uma realidade fantasiosa, nada disso, apresentam, na verdade, fatos que ocorreram a partir de uma certa perspectiva, não existe nessa produção uma problematização que possa ampliar a compreensão da realidade, logo, são importantes enquanto documentação de fatos que nos possibilita investigar e problematizar, contribuir para o pesquisador e professor, problematizar e construir a narrativa historiografia de forma mais democrática.

A pesquisa realizada e documentada nesse texto nos traz a uma questão que pensamos ser essencial: Como fica o Ensino e História nos municípios da fronteira? A História Local pode contribuir para tornar o ensino mais democrático? Trataremos dessas questões no capítulo que segue.

4 A HISTÓRIA EM DISPUTA: HISTÓRIA LOCAL COMO CONTRAPONTO À HISTÓRIA OFICIAL

Pesquisar o processo de constituição do município de Canarana-MT na região de fronteira, possibilitou levantar uma vasta quantidade de elementos para podermos refletir sobre as possibilidades do Ensino de História.

A produção historiográfica, em certa medida, tem como finalidade, fundamentar o trabalho com o ensino. A produção e o ensino, não podem tomar rumos distintos, ao contrário, devem andar juntos na prática. Desta forma, a produção historiográfica e a produção sobre ensino dão suporte ao que é ensinado, da mesma forma, o que é ensinado demanda a produção historiográfica e a compreensão sobre o ensino.

Assim, no presente capítulo buscamos relacionar o ensino da História Local e a história da formação do município de Canarana-MT, a partir da ocupação do território, procurando evidenciar as contribuições da História Local para a democratização do ensino de História, contrapondo a História Oficial.

A pesquisa, até o momento, buscou analisar a formação do município de Canarana, a partir da categoria de análise fronteira, essa categoria em diálogo com os conceitos de ocupação, território, colonização, migração, nos possibilitou evidenciar um cenário de intenso conflito e a ação de diversos sujeitos, ao mesmo tempo, possibilitou verificar, através do conceito de História Oficial, a ocultação dos elementos conflitivos e dos próprios sujeitos. Nesse sentido, a produção e o ensino da História Local pode ser uma alternativa, no sentido de democratizar o ensino, lançando outros sujeitos no cenário.

Os trabalhos sobre o ensino de História têm crescido nas últimas décadas, pois muitos pesquisadores, entre eles Monteiro (2007) e Schmidt (2004) têm se debruçado em pesquisas que objetivam compreender melhor como ocorre o ensino de História, buscando aproximar a pesquisa e o ensino. Nesse sentido, a produção sobre a didática do ensino, sobre currículo e metodologia de ensino, tem alcançado resultados importantes. A própria proposta da criação do ProfHistória, curso de mestrado o qual essa dissertação está sendo apresentada, demostra os avanços desse campo de estudos, um desses avanços é o fato de considerar a formação de professores como ponto estratégico na aproximação estre pesquisa e ensino.

A análise realizada nesse capítulo levou em consideração as discussões relacionadas à História Local, voltadas, principalmente, para o ensino de História, contrastando com a produção realizada nos dois primeiros capítulos desse trabalho, e questionado a validade da

História Local na construção de uma proposta de ensino mais democrática.

Para trabalhar essa proposta de análise foi tomando como referencial as discussões feitas sobre o ensino de História, de Fonseca (1993), Guimarães (2012) e (2012) e Bittencourt (1990), (2017) e (2018), ente outros. A partir dessa análise, buscamos compreender nas discussões dessas autoras como a disputa pela história a ser contada ocorreu e ocorre no Brasil.

A História tem um papel importante na constituição de uma sociedade, os diversos povos, desde a pré-história tentam deixar registros que possam contribuir de certa forma, para perpetuar determinados acontecimentos que destacam a formação e desenvolvimento do grupo, as pinturas rupestres as tradições orais são exemplos. Nesse sentido, o que vai ser registrado, geralmente, tem como objetivo de reforçar a importância das ações dos sujeitos que controlam as sociedades, a História Oficial tem esse papel, buscar a gênese de uma sociedade, através de um relato que é construído e reconstruído durante e depois dos acontecimentos, esses relatos tendem a passar as impressões dos acontecimentos, a partir dos objetivos dos grupos dominantes.

A História Oficial tem o poder de legitimar e construir uma memória histórica homogênea e, para isso, certos fatos e sujeitos ficam à margem, esquecidos. Do ponto de vista da produção historiográfica, essa posição de construção de uma História Oficial legitimadora de grupos dominantes na sociedade, vem sendo superada, pois houve uma ampliação da compreensão da produção histórica, principalmente ao longo do século XX, um momento de destaque nesse processo, que podemos citar, foi a criação da Revista dos Annales em 1929, tendo como fundadores Lucien Febvre e Marc Bloch, que posteriormente agregou pesquisadores de outros campos das Ciências Socias e até com posições divergentes, ficando conhecida como Escola dos Anneles ou “movimento dos Annales” como afirma (Burke 1991).

Zanirato (2011, p. 83), ao tratar do movimento dos Annales, escreve que “suas reflexões foram norteadas pela necessidade de pensar a História em termos sociais mais amplos do que fazia a História Tradicional das elites políticas”. Esse movimento trouxe consigo a ampliação das fontes, dos documentos utilizados pelo historiador no seu ofício, Bourdé e Martin (2018, p. 209) escrevem que “Bloch afirma que o ‘estoque de documentos’ de que a História dispõe não é limitado: sugere não utilizar exclusivamente documentos escritos”. As contribuições dessas reflexões, ao longo das décadas seguintes, fizeram com que, no processo de produção historiográfica, fosse se elevando as possibilidades de os sujeitos, antes marginalizados, tomarem os espaços que lhes eram devidos no decorrer dos acontecimentos.

Quando tratamos do ensino de História, mesmo com essa ampliação da compreensão da produção histórica, notamos uma forte ação dos governos estabelecidos, em legitimar suas ações e dos grupos os quais representam, em buscar um passado conciliatório que consiga apagar as contradições e, no caso estudado nessa pesquisa, os conflitos e a diversidade, tentam usar a História como instrumento. Essas ações ocorrem em muitos momentos, porém, o currículo é um dos campos de maior embate.

Assim, Bittencourt (1990) ao tratar da organização curricular da educação no Brasil do início do século XX, escreve que:

> Os conteúdos de História do Brasil não possuíam modelos estrangeiros para que fossem adaptados, a não ser o lugar onde a História se engendrava, ou seja, o espaço político constituído pelos grupos no poder, desejosos de institucionalizar uma História que lhes desse legitimação. Os temas controversos giravam exatamente em torno dos "fatos históricos" e dos respectivos personagens que fossem capazes de promover essa legitimidade e assegurar a aceitação em nível nacional, uma vez que a homogeneização do ensino pretendia anular os conflitos (BITTENCOURT, 1990, p. 83).

Bittencourt (1990) demostra em sua produção a dependência dos modelos estrangeiros e destaca que, apesar de não existir "modelos de conteúdos de História do Brasil" para as devidas adaptações como eram feitos em relação a outras disciplinas, o modelo desenvolvido aqui alinhava-se com os europeus, quando se tratava da construção da legitimação dos grupos que ocupavam os espaços de poder apontando o caráter homogeneizador. Portanto, a História em disputa pode acabar se tornando um instrumento de promoção de desigualdades e de ocultação de sujeitos e realidades, principalmente quando a sua produção se rende aos interesses de grupos.

Como tratamos no decorrer dessa sessão, a História além de ser produzida, também é ensinada, a produção da História, mesmo na atualidade com uma lei[80]tratamento desse tema, não é produzida apenas por historiadores. *Sites* na *internet* se multiplicam, falam de todos os temas, inclusive de História, dos que tratam da história de formação de cidades e municípios, são constituídos de uma produção mais ligada à informação e relatos de acontecimentos desprovidos de análise, a grande maioria ligados à estrutura administrativa, como *sites* de prefeituras e câmara de vereadores. A produção dessas informações, em sua grande maioria, não é feita por historiadores, nesse sentido, não segue a metodologia da produção histórica, ficando restrita à narração de alguns fatos isolados e selecionados. Com relação ao ensino, os

[80] LEI Nº 14.038, DE 17 DE AGOSTO DE 2020 Dispõe sobre a regulamentação da profissão de Historiador e dá outras providências.

primeiros contatos dos estudantes com a disciplina de História ocorrem através dos estudos de temas da história do município, nesse sentido, esses *sites* podem se tornar fonte de pesquisa para o ensino, pensando nisso, é importante analisarmos a produção da História Local.

Em relação à História Local, ela pode ser um caminho para ampliar o processo de visibilidade desses sujeitos marginalizados, a discussão feita em torno da História Local, focando o ensino de História, foi realizada por diversos historiadores, entre ele, Schmidt e Cainelli (2004), Fernandes (1995), Cainelli e Santos (2014,) entre outros, esses autores vão subsidiar a compreensão sobre História Local. Para além disso, é importante, também, analisar como os documentos oficiais abordam a História Local, isso será feito durante as reflexões feitas nesse capítulo.

A construção feita nos dois primeiros capítulos desse trabalho teve como objetivo levantar elementos para que pudéssemos analisar as potencialidades da escrita da História Local, bem como do seu ensino, pensando, principalmente, no combate a tentativas de produção e ensino que tentam produzir um caráter homogeneizador do passado, criando uma versão selecionada que esconde os sujeitos históricos, que não fazem parte do grupo dos "vencedores".

Essa discussão se faz necessário, compreendendo que a história tem poder legitimador muito grande, principalmente a história ensinada. Desta maneira, segundo Ferro (1983, p. 11):

> Não nos enganemos à imagem que fazemos de outros povos, e de nós mesmos, está associada à história que nos ensinaram quando éramos crianças. Ela nos marca para o resto da vida. Sobre essa representação, que é para cada um de nós uma descoberta do mundo e do passado das sociedades, enxertam-se depois opiniões, idéias fugazes ou duradouras, como um amor...mas permanecem indeléveis as marcas das nossas primeiras curiosidades, das nossas primeiras emoções.

Ferro (1983) chama a atenção para a grande responsabilidade que os educadores que ensinam História têm, quanto mais democrático for esse ensino, quanto mais sujeitos forem colocados em realce, a compreensão sobre a sociedade será ampliada, com isso, uma melhor condição de análise da realidade em que os estudantes e suas famílias vivem pode ser alcançada, podendo promover os sujeitos a uma condição de autonomia e de participação democrática.

Na próxima sessão, trataremos do ensino de História em meio às disputas pelo poder, buscaremos demostrar a importância do ensino de História, bem como os usos que são feitos, na tentativa de legitimar e construir um passado adequado aos interesses de grupos que geralmente controlam o poder político e econômico.

4.1 O Ensino de História em meio às disputas pelo poder

Nessa sessão do texto, vamos apresentar alguns aspectos que, em certa medida, colocam a História em disputa pela narrativa, por qual olhar a História é ensinada, e, em consequência, quais elementos vão se tornar representantes e caracterizadores de uma sociedade nas suas mais diversas circunscrições e subdivisões, passando do espaço territorial geográfico e político que define o munícipio até a junção de todos os territórios, no que diz respeito a sua organização administrativa, formando o país, no caso o Brasil. Para compreender esse cenário de disputa, temos que compreender sobre o Ensino de História.

O Ensino de História tem uma relevância muito grande no processo de formação dos sujeitos. Bittencourt (2017, p. 20) escreve que:

> O ensino de História deve contribuir para libertar o indivíduo do tempo presente e da imobilidade diante dos acontecimentos, para que possa entender que cidadania não se constrói em direitos concedidos pelo poder instituído, mas tem sido obtida em lutas constantes e em suas diversas dimensões.

A autora acima, chama a atenção para um dos aspectos essenciais em que o ensino de História tem um papel preponderante, que é a formação para cidadania, aponta, ainda, que a cidadania não se constrói a partir da concessão do poder instituído, é fruto de luta. Assim, aponta para uma responsabilidade muito grande para quem produz e ensina a História.

O ensino, de forma geral, contribui para a formação cidadã, no entanto, as ciências humanas, em especial, a História, tem um destaque, devido a sua ação educativa de lidar com presente e passado, proporcionado a quem aprende fazer análise do vivido e do que se vive, fazendo isso, a possibilidade dos sujeitos de conhecer as contradições das vivências em sociedade é muito grande, de posse dessa análise, o sujeito pode decidir atuar frente aos acontecimentos que, de certa forma, os oprime ou mesmo lhe traz desvantagens nas relações entre os grupos que compõem a sociedade.

Ao longo da História do Brasil, a educação vem sendo negligenciada a muitos grupos de indivíduos, boa parte dos esforços em educar, estavam direcionados aos grupos de indivíduos que detinham o poder econômico, a ampliação de matrículas aos grupos menos favorecidos economicamente esteve ligado à necessidade que os primeiros tinham, principalmente na formação para o trabalho. Fonseca (1993, p. 136) chama a atenção para a ação do Estado em relação à escola, no sentido de que “o Estado capitalista em todas as partes do mundo ocupa-se em repensar continuamente o papel da escola, bem como o da produção e difusão do conhecimento, de forma a atender os seus interesses e também interesses do capital

privado".

Portanto, o papel da escola e do ensino, e no caso discutido nesse trabalho do ensino de História, quase sempre andou a reboque dos interesses econômicos, assim, a formação para a cidadania, não esteve como meta principal na maioria dos planos de ensino desenvolvidos pelo Estado. Tratando especificamente do ensino de História Bittencourt (1990), pesquisando sobre os programas voltados para essa disciplina na primeira metade do século XX, já chamava a atenção para o uso do ensino da História por parte Estado, esse uso ultrapassava o limite das salas de aula.

> O ensino de História não se limitou apenas ao espaço da sala de aula. A memória histórica, veiculada pelo poder governamental, fez parte dos diversos programas de ensino para a escola primária e secundária sem que esse instrumento fosse, entretanto, considerado como suficiente e único para introjetar a visão de passado desejável (BITTENCOURT, 1990, p. 163).

Nessa pesquisa a autora aponta para a construção de uma memória histórica nacional a partir do ensino de História, essa ação transcendia as salas de aula e se materializa também em comemorações cívicas, que, em boa medida, eram fomentadas na escola, todas essas ações buscavam a construção de uma narrativa histórica que pudesse dar conta de um passado aceitável para os representantes dos grupos que ocupavam o poder, buscava-se a construção de um passado sem contradições. A mesma autora aponta que, nesse período, a História da Pátria era quem tinha esse papel.

> A história da Pátria deveria exercer, nas "escolas populares", a função específica de criar a imagem de um único passado, capaz de esclarecer quem eram as autoridades que no presente e no passado eram responsáveis pelo destino da nação. A construção desse passado, com seus heróis e tradições homogeneizadoras, foi disputada entre os grupos políticos que se revezavam no poder (BITTENCOURT, 1990, p. 200).

Os que ocupam o poder, têm condições de definir e traçar caminhos, nesse sentido, em diversos momentos da História do Brasil os movimentos políticos que se estabelecem, através da conjuntura interna, e, em certos momentos, até por intervenção externa, buscou e buscam controlar o que deveria e/ou que deve ser ensinado.

Os que estão no controle do Estado mobilizam todos os instrumentos possíveis para a construção de uma memória que justifique as ações, a presença deles em tais posições e até a ausência de outros lugares de poder.

Dessa forma, Oriá (2017, p. 136) reconhece essa ação nas seguintes palavras:

> A memória histórica constitui uma das formas mais sutis da dominação e da legitimação do poder. Neste sentido, os grupos dominantes vencedores da História tentam impor sua visão e a perpetuação de uma memória da dominação. Aos vencidos, restam apenas o esquecimento e a exclusão da História e da política preservacionista.

A memória histórica construída não se estabelece apenas na formação a partir dos programas de ensino de História.

Bittencourt (1990) deixa claro que as ações extrapolam as salas de aulas, pois, na atualidade, com as tecnologias de informação, principalmente com o acesso à *internet*, coloca-se os indivíduos diante de muitas informações que contribuem para a formação da memória histórica, no entanto, a pressão para a construção de uma memória única que apara as arestas, que esconde o conflito, parece ser um ponto comum aos que controlam a educação, principalmente através do poder econômico. No Brasil, um país com uma diversidade cultural tão grande, parece ser impossível construir um passado homogêneo, no entanto, durante muito tempo, parece que foi essa a meta, principalmente, até o final da Ditadura Civil Militar.

Segundo Oriá (2017, p. 131), até esse momento, a construção dessa narrativa era orientada pela,

> ideia de uma memória unívoca de um passado homogêneo e de uma História sem conflitos e contradições sociais. A concepção predominante era de se forjar uma identidade nacional única para o país, excluindo as diferenças e a pluralidade étnico-cultural da nossa formação histórica.

Todo esse empenho em harmonizar, em buscar construir uma memória do passado sem conflitos, permeados de heróis, que nos momentos de conflito ou tensão surgiam e harmonizavam, tinha como objetivo manter privilégios para uns e negar direitos para outros. A título de exemplo, a ideia de libertação dos escravos, por parte da princesa Isabel e da Lei Aurea, é uma forma de criar um herói e, ao mesmo tempo, negar a luta dos abolicionistas, bem como as resistências dos escravizados, com fugas e formações de quilombos.

Definir e controlar o que é ensinado na escola é uma das estratégias para alcançar o objetivo de criar uma memória harmônica, assim, no ensino, o campo do currículo e da formação de professores, tem um papel fundamental para alcançar esse objetivo.

Sobre isso, Bittencourt (2018, p. 92) afirma que os

> conteúdos e métodos escolares, portanto, situam-se em um terreno de disputas políticas acirradas que ultrapassam a problemática epistemológica, e pela dimensão das questões envolvidas têm se estendido para outros setores educacionais, em especial, nos cursos universitários em geral e, particularmente, nos cursos de licenciatura de pedagogia que tem se encarregado da formação docente e das

> pesquisas educacionais por todo o país.

A disputa política em torno do currículo e das formas de ensinar, portanto, permeiam o processo de formação de professores, muitas são as ações de empresas privadas em torno da formação de professores, tanto da formação inicial quanto da formação continuada, muitas fundações ligadas a empresas, trabalham projetos de formação de professores, nesses projetos buscam inserir as propostas em disputa, alguns exemplos que podemos citar, no âmbito nacional, são os casos da Fundação Bradesco e da Fundação Lemann. Em Mato Grosso temos a atuação, em alguns municípios, da Fundação Sicredi, todas essas fundações ligadas ao capital buscam empreender programas de formação de professores, com isso, a visão educacional mais voltada à formação para o trabalho, para o empreendedorismo, ganha terreno, em detrimento de propostas de educação voltadas para a cidadania.

Em relação ao currículo, a definição dos conteúdos também se enquadra nessa disputa, pois entre um ensino de História mais plural, mais democrático, e o ensino mais homogeneizador. Guimarães (2018) escrevendo sobre o ensino fundamental, reconhece que:

> A História ocupa um lugar estratégico no currículo do ensino fundamental, pois, como conhecimento e prática social, pressupõe movimento, contradição, um processo permanente de (re)construção, um campo de lutas. Um currículo de História é sempre processo e produto de concepções, visões, interpretações, escolhas, de alguém ou de algum grupo em determinados lugares, tempos, circunstâncias. Assim, os conteúdos, os temas e os problemas de ensino de História – sejam aqueles selecionados por formuladores das políticas públicas, pesquisadores, autores de livros e materiais da indústria editorial, sejam os construídos pelos professores na experiência cotidiana da sala de aula – expressam opções, revelam tensões, conflitos, acordos, consensos, aproximações e distanciamentos, enfim relações de poder (GUIMARÃES, 2018, p. 61).

Essas relações de poder, acabam por definir o que vai ser ensinado, podendo contribuir para a uma formação mais plural, democrática, ou, pelo contrário, restringir e homogeneizar, suavizar o caráter conflitivo das relações sociais. No processo de disputa, o professor, ainda, tem um papel fundamental, a liberdade que o docente tem em trabalhar o currículo, propor metodologias, garante a ele escolher pelo caminho mais democrático ou menos democrático, em relação ao ensino de História. Guimarães (2018, p. 69) reconhece isso quando fala que

> o professor de História não opera no vazio. Os saberes históricos escolares, os valores culturais e políticos são ensinados na escola a sujeitos que trazem consigo um conjunto de crenças, significados, valores, atitudes e comportamentos adquiridos nos outros espaços educativos. Isso implica a necessidade de nós, professores, incorporarmos no processo de ensino e aprendizagem variadas fontes, linguagens, suportes e estratégias de ensino. O professor, ao diversificar as fontes e dinamizar a prática de ensino, democratiza o acesso ao saber, possibilita o confronto e o debate

> de diferentes visões, estimula a incorporação e o estudo da complexidade da cultura e da experiência histórica.

A formação de professores assume, portanto, um papel fundamental, quando o professor se apropria de um processo formativo que lhe permite o uso de metodologias de ensino mais variadas, que consiga trabalhar o currículo, a partir de fontes variadas, considerando a realidade dos estudantes, pode dar a possibilidade de romper com as propostas que buscam homogeneizar a interpretação do passado, pode colocar em evidência sujeitos que, na disputa por lugar no ensino de História, acabaram ficando escondidos, silenciados.

Chamo a atenção, mais uma vez, para a importância do Programa de Mestrado Profissional ProfHistória, do qual esse trabalho é um dos seus requisitos, ele tem conseguido avançar na formação dos professores de História, buscando refletir sobre o ensino de História.

A disputa em torno da produção da História, da versão que prevalecerá na memória da nação, da comunidade, passa necessariamente pelo ensino de História, como já mencionamos não é apenas o que é ensinado na escola que contribui para a formação da memória histórica, são muitos os outros elementos que contribuem para isso, no entanto, na escola esses conhecimentos são organizados no processo de ensino e aprendizagem. Nesse sentido, é importante compreender nesse contexto de disputas por legitimações, o papel dos materiais que dão suporte ao ensino, a produção desses materiais são alvo das disputas do poder.

Fonseca (1993, p. 139) chama a tenção para o livro didático, quando fala que "o livro didático torna- se uma das mercadorias mais vendidas no campo da indústria editorial. Daí a preocupação do Estado e das editoras em publicar os livros que tivessem em perfeita sintonia com os programas curriculares de História.

O livro didático é um dos principais materiais usados por professores, o PNLD[81] (Programa nacional do Livro Didático) distribui, a cada ano, milhões deles que são entregues aos estudantes e aos professores. Esse material se torna um manual, sendo acrescentado a ele propostas de como trabalhar os conteúdos selecionadas pelos autores. O livro didático se tornou uma mercadoria muito importante para as editoras, pois um país como o Brasil com mais de 210 milhões de habitantes, logicamente, demanda um número muito grande de exemplares.

Para se ter uma ideia do volume de exemplares e do valor investido na aquisição desses materiais, apresentamos um quadro com os dados do ano de 2020.

[81] PNLD – Programa Nacional do Livro Didático é um programa do Governo Feral que fica sob a responsabilidade do Fundo Nacional para o Desenvolvimento da Educação FNDE. O objetivo do programa é analisar e adquirir livros, principalmente, os livros didáticos, que são distribuídos para os estudantes e professores de todo o território nacional.

Figura 23: Volume e valores investidos nos materiais didáticos escolares no ano de 2020

Etapa de Ensino	Escolas Beneficiadas	Alunos Beneficiados	Total de Exemplares	Valor de Aquisição
Educação Infantil	17.069	3.204.748	28.407	R$ 749.606,65
Anos Iniciais do Ensino Fundamental	88.674	12.337.614	71.816.715	R$ 458.638.563,27
Anos Finais do Ensino Fundamental	48.213	10.197.262	80.528.321	R$ 696.671.408,86
Ensino Médio	19.249	6.270.469	20.198.488	R$ 234.141.456,77
Total Geral	**123.342**	**32.010.093**	**172.571.931**	**R$ 1.390.201.035,55**

Fonte: (*site* FNDE, 2020).

O quadro com os dados do ano de 2020, traz um número total de 172.571. 913 exemplares e um valor investido de R$ 1.390.201.035,55, representando, portanto, números muito expressivos. Nos anos anteriores ocorre variações de números de exemplares e de valor investido, porém, ultrapassa a cifra de 1 bilhão de Reais ao ano.

No contexto de disputas que estamos tratando, dois aspectos são importantes de serem ressaltados: o primeiro é o controle que os governos impuseram em relação à produção desses livros, esse controle se deve às propostas curriculares oficiais; o segundo aspecto é a dependência das editoras das compras governamentais, o governo é o maior comprador desses exemplares, logo, controla o que será estudado.

Portanto, o controle por parte do Estado, em relação à produção dos livros didáticos é muito forte. Tanto é, que Fonseca (1993, p. 142) afirma que:

> Não é por outro motivo que a história do livro didático é, basicamente, a História Política Institucional. “os grandes fatos que marcaram a vida da sociedade” são consumidos e consagrados como História. Entretanto, estas representações transmitidas simplificadamente trazem consigo a marca da exclusão. O processo de exclusão inicia-se no social, onde “alguns atos” são escolhidos e “outros” não, de acordo com os critérios políticos.

Refletindo sobre a afirmação da autora, podemos dizer que a pressão sobre os professores para a adoção do livro didático como um manual de trabalho, sem a utilização de outras fontes, outros documentos, pode causar um grande prejuízo em relação ao processo de democratização do ensino, na ampliação da compreensão sobre os fatos históricos, ajudando, inclusive, a reforçar o discurso oficial que em muitos momentos tentam habilitar uma

narrativa que nega direitos, que silencia os conflitos, que legitima os grupos que controlam o poder.

Os interesses políticos e econômicos têm forçado o direcionamento do que é ensinado, tentando se impor, através da definição do currículo e da produção de material pedagógico.

Assim, Fonseca (1993, p. 149-150) define que "os agentes da Indústria Cultural se tornaram, nas últimas décadas, agentes poderosos na definição de o que ensinar em História e como ensiná-la na escola fundamental".

Esses agentes, dos quais a autora trata, estão intimamente ligados aos que governam, os interesses, em sua maioria, convergem para um objetivo comum, que seria a manutenção e legitimação do modelo excludente de desenvolvimento que temos no Brasil.

A disputa em torno do que é ensinado, em especial do que é ensinado em História, acompanha os movimentos do poder. Durante a Ditadura Civil Militar, Guimarães (2018) analisa o uso do ensino de História como legitimador do período de exceção e escreve que:

> No período ditatorial, sobretudo após 1968, o ensino de História afirmou-se como instrumento de poder, de dominação, estratégia política do Estado. Esse fato não era inédito nem algo característico do nosso país. A História, como disciplina formativa, pode manipular fatos, acontecimentos, histórias, dados que são variáveis importantes na correlação de forças. A História e o seu ensino podem propiciar uma intervenção direta no social, por meio do trabalho com a memória coletiva. Nesse sentido, o ensino na educação escolar básica, que forma crianças e jovens, esteve submetido à lógica política do governo (GUIMARÃES, 2018, p. 30).

Reconhecendo a importância do ensino de História para a formação da memória coletiva, e, indicando o seu uso para difundir os princípios defendidos pelos governos que se apossaram do poder através do golpe de Estado, Fonseca (1993) exemplifica com a citação do Decreto de nº 65.814/69:

> Editou uma "convenção sobre o ensino de História" firmada entre as nações latino-americanas no início dos anos de 1930. Essa lei previa em seu artigo 1º, "efetuar a revisão dos textos adotados para o ensino em seus respectivos países, a fim de depurá-los de tudo quanto possa excitar, no ânimo desprevenido da juventude, a aversão a qualquer povo americano (...) (FONSECA, 1993, p. 43).

Portanto, a ação do Estado em definir o que se estudava ou não, foi grande nesse período, não que isso não tenha ocorrido antes, no entanto, merece destacar que a instrumentalização do ensino em regimes de exceção, como é o caso da Ditadura Civil Militar, é algo bem comum.

Com o processo de redemocratização no início da década de 1980, as disputas em

torno da nova Constituição 1988 se intensificaram, vozes provenientes da diversidade cultural e política brasileira, que durante o período da ditadura foram abafados, ecoaram nesse momento. A Constituição em disputa, foi aprovada em 1988, trazendo muitos avanços nos reconhecimentos de direitos e da diversidade que permeiam a composição da sociedade brasileira.

Em relação à educação, logicamente, essa disputa ocorreu no momento das discussões e da construção do texto constitucional, no entanto, trouxe avanços no Artigo 205 reconhece a universalidade da educação como direito.

> Art. 205. A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

Como já mencionado, o texto constitucional reconhece a educação como direito, e traz conforme o Artigo 205 a responsabilidade de pensar uma educação que possa dar conta de preparar para o trabalho e para o "exercício da cidadania", esse posicionamento da lei, foi muito importante para as disciplinas do campo das ciências humanas, tendo em vista que essas, além de preparar para o trabalho, tem o papel fundamental de preparar para o exercício da cidadania, uma vitória muito importante para as disciplinas desse campo, em especial para a de História.

Aprovada a Constituição, muitas definições contidas na mesma teriam que ser regulamentadas, isso se deu na década seguinte com a aprovação da LDB (Lei de diretrizes e Bases da Educação), Lei nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996 e com a elaboração dos PCNs (Parâmetros Curriculares Nacionais).

A disputa em torno do ensino de História se deu também no contexto de elaboração e aprovação da LDB e dos PCNs. Sobre a LDB Guimarães (2018, p. 33) acrescenta que:

> As lutas e disputas em torno de políticas educacionais e da nova LDB produziram alguns resultados, dentre eles: a consolidação do processo de substituição de Estudos Sociais por História e Geografia nos anos iniciais e finais do ensino fundamental; a extinção legal, no território nacional, das disciplinas Educação Moral e Cívica, Organização Social e Política do Brasil e Estudos dos Problemas Brasileiros, durante o governo do então presidente da República, Itamar Franco; a extinção dos cursos de formação de professores de História em licenciaturas de curta duração em Estudos Sociais; o aperfeiçoamento da política pública de livros didáticos por meio do Programa Nacional do Livro Didático (PNLD) e das Avaliações dos Livros Didáticos.

Na fala da autora notamos que alguns avanços na disputa pelo ensino da disciplina de

História mais democrático se deram na organização curricular, com a extinção de disciplinas que estavam ligadas ao interesse de manutenção do poder pela força autoritária, como é o caso da Educação Moral e Cívica, ao mesmo tempo, avançou nas definições em relação à formação de professores, apontando para uma formação mais específica e com mais amplitude, ao mesmo tempo, isso se deu com o fim das licenciaturas curtas de Estudos Socias para a formação de professores de História.

Com relação aos PCNs, sua aprovação trouxe algumas mudanças em relação às propostas vigentes até então. Segundo Bittencourt (2018, p. 82), "os currículos prescritos da década de 1990, incluindo as propostas dos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs), centraram-se na relação entre o ensino e aprendizagem, e não exclusivamente no ensino, como anteriormente.

Houve, portanto, um apontamento para as relações de aprendizagem entre professor e estudante, as reponsabilidades pelo sucesso escolar, não mais está restrita à capacidade de aprendizagem do estudante, mas da relação entre a forma como se ensina e aprende, exige, portanto, uma relação entre os dois polos.

Em relação ao que ensinar, Guimarães (2018, p. 62) afirma que:

> Os conteúdos (o que ensinar), os saberes históricos selecionados e sugeridos pelos PCNs, implantados a partir de 1997, apontam uma organização curricular por eixos temáticos, desdobrados em subtemas. [...] Essa organização dos currículos de História por temas e problemas é fruto do intenso debate curricular ocorrido no Brasil, nos anos 1980, em diálogo com experiências europeias. É exemplar, nesse movimento, o debate ocorrido em torno da Proposta Curricular da Secretaria de Estado da Educação/Coordenadoria de Estudos e Normas Pedagógicas (SEE/Cenp) no estado de São Paulo. Tal proposição constituía uma busca, uma resposta às críticas à estrutura curricular tradicional, que privilegiava a organização cronológica linear, por meio de fatos, marcos da história europeia integrados, quando possível, aos fatos/marcos da história da nação brasileira. Era, assim, uma resposta crítica ao "quadri-partismo francês", ao eurocentrismo tão bem-analisado pelo historiador.

Nesse ponto da discussão podemos identificar uma postura mais voltada para o conhecimento da realidade em que os estudantes estavam inseridos na proposta dos PCNs. A busca pela inserção dos estudos da História do Brasil vem se contrapor ao modelo linear, que pela organização, acabava por privilegiar estudos voltados para temas da história europeia, o estudo por eixos temáticos possibilitava maior liberdade para propor as atividades de aprendizagem, bem como dos conteúdos por parte dos professores.

Um avanço que merece destaque, em relação à discussão curricular, na direção da construção de um ensino mais democrático, que ocorreu a partir das definições construídas pela LDB e pelos PCNs, foi a aprovação da Lei 11.645, de 10 de março de 2010, essa lei

tornou obrigatória a inclusão, no currículo das redes de ensino, a temática "História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena", nesse sentido, a discussão feita na presente pesquisa, evidencia a necessidade de pesquisas e, ao mesmo tempo, de fomentar a discussão nos ambientes escolares. Quando abordamos a formação do município de Canarana-MT, avançando para além da compreensão, proposta pela História Oficial, incluída de forma qualificada a participação de sujeitos silenciados, entre eles os povos indígenas, a lei é colocada em prática.

Um outro momento importante na definição de como e do que deve ser ensinado em História, foi durante a regulamentação da LDB, em especial o seu Artigo 26.

> Art. 26. Os currículos da educação infantil, do ensino fundamental e do ensino médio devem ter base nacional comum, a ser complementada, em cada sistema de ensino e em cada estabelecimento escolar, por uma parte diversificada, exigida pelas características regionais e locais da sociedade, da cultura, da economia e dos educandos.

O Artigo 26 da LDB, previa a construção de uma Base Nacional Comum Curricular, a BNCC, o objetivo, como está definido no artigo, era construir um documento de orientação curricular em âmbito nacional, porém, exigia considerar a realidade social em que os estudantes estão inseridos.

A construção da BNCC iniciou-se em um momento de grande instabilidade política, no ano de 2014. Para Bittencourt (2018, p. 81), a crise política "possibilitou o retorno ao poder executivo de políticos alinhados a interesses internacionalistas, tem como tendência uma organização sob a concepção de *currículo avaliado*". Por essa perspectiva, para atender as avaliações padronizadas, os aspectos de diversidade de respeito às especificidades podem ficar prejudicados. Ainda, segundo autora,

> o documento curricular vem sendo produzido sob a orientação do MEC, mas com a participação de novos interlocutores, como a Fundação Vanzolini e, especialmente, de gestores empresariais cujos princípios se fundamentam nas premissas do Banco Mundial. Na atual Proposta, um dos principais organizadores da BNCC é a Fundação Lemann que, com um grupo "plural e suprapartidário" integra o movimento pela Base Comum Curricular (BITTENCOURT, 2018, p. 81).

Os atores não governamentais evolvidos nos levam a crer que o tensionamento em torno de um documento voltado mais para os interesses mercadológicos era o objetivo principal do próprio governo. A parte da BNCC, que corresponde às Etapas da Educação Infantil e Ensino Fundamental foi homologada, através da Portaria nº 1.570, de 20 de

dezembro de 2017[82], sob forte influência desses atores não governamentais.

Portanto, o período que vai da redemocratização do Estado brasileiro até a primeira década do Século XXI, as disputas em torno do ensino de História ocorreram de forma intensa, no entanto, por ser um período em que as liberdades democráticas estavam estabelecidas, o silenciamento pela violência do Estado não ocorreu. Entretanto, surgiram muitas propostas que, mais que legitimar o poder político, buscavam legitimar o poder econômico. Para essa questão, Bittencourt (2018, p. 76) chama a atenção:

> Ao acompanhar os diversos projetos curriculares deste período, é possível identificar que estamos diante de uma verdadeira disputa pelas "narrativas curriculares". Nas primeiras décadas do século XXI, tem sido elaborada uma variedade de propostas que almejam proporcionar um ensino de História mais significativo para a geração do mundo tecnológico, com seus ritmos diversos de apreensão do presente e seu intenso consumismo, o qual desenvolve, no público escolar, expectativas utilitárias muito acentuadas. Mas, ao lado de propostas tecnicistas, têm sido produzidos outros projetos curriculares que retomam o sentido humanístico do conhecimento escolar, nos quais a História se situa no centro dos debates.

Em meio a essas disputas, em torno do que deve ser ensinado e de como a História deve ser ensinada, algumas propostas buscam uma educação histórica voltada para a compreensão da sociedade em que os sujeitos estão envolvidos. As contradições, conflitos e a diversidade, são colocados em debate no processo de ensino e aprendizagem, no entanto, grupos políticos conservadores, tem buscado, principalmente, a partir da segunda metade da segunda década do século XXI, amordaçar professores e reduzir o processo de ensino e aprendizagem a uma condição técnica, sem o debate em torno das questões políticas e sociais.

Esse movimento, segundo Bitencourt (2018, p. 88) está ligado a uma proposta de,

> contraposição a essa concepção de educação escolar integrada, setores políticos do País têm elaborado projetos denominados "Escola sem Partido". Trata-se de propostas com uma estratégia organizada por intermédio de Projetos de Lei (PLs), que têm tramitado pelo Congresso Nacional, nas Assembleias Estaduais e Câmaras Municipais do País. Os projetos, cujo teor propositivo fere a LDB de 1996 a Constituição de 1988, assim como a convenção Internacional da Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948), da qual o Brasil é signatário, visam a submissão da escola pública aos valores exclusivos de determinados setores da sociedade, sendo seus proponentes representantes de partidos políticos das elites e/ou declaradamente de posições políticas conservadoras.

A proposição, mesmo sendo inconstitucional, como aponta a autora, tem ganhado adeptos entre os setores conservadores, que tem acionado seus representantes no legislativo

[82] A portaria trata da homologação da BNCC, Etapas da Educação Infantil e Ensino Fundamental, pode ser consultada no seguinte endereço Eletrônico: http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/historico/PORTARIA1570DE22DEDEZEMBRODE2017.pdf

para empunhar essa bandeira. Com as eleições de 2018, que elegeu Jair Bolsonaro de tendência política voltada à extrema direita, para Presidente da República, esse tipo de proposição ganhou força dentro do executivo, tendo em vista que muitos membros do governo e, inclusive o próprio presidente, é saudoso da Ditadura Civil Militar, bem como dos seus métodos.

Nesse cenário de disputa em torno da História, é importante reforçar, mais uma vez, a importância do professor. Assim, Guimarães (2018) reconhece essa possibilidade de ação do professor, mesmo em um cenário de intensos ataques à ciência e, em consequência, à História e sua forma de ensinar.

> A meu ver, ensinar e aprender História demanda de nós, professores de História, a reflexão sobre o papel formativo do ensino de História. Devemos pensar sobre a possibilidade educativa da História, ou seja, a História como saber disciplinar que tem um papel fundamental na formação da consciência histórica do homem, sujeito de uma sociedade marcada por diferenças e desigualdades múltiplas. Requer assumir o ofício de professor de História como uma forma de luta política e cultural. As relações entre ensino e aprendizagem podem ser, a um só tempo (por que não?), um convite e um desafio para alunos e professores cruzarem ou mesmo subverterem as fronteiras impostas entre as diferentes culturas e grupos sociais, entre a teoria e a prática, a política e o cotidiano, a História e a vida (GUIMARÃES, 2018, p. 70).

Finalizando essa sessão, notamos que a análise nos conduziu à compreensão de que as disputas em torno da História vão além do que é ensinado em sala de aula, existe todo um movimento que busca legitimar o modelo de desenvolvimento, pois, os grupos que detêm o poder procuram justificar a realidade como ela se manifesta, tentando naturalizar as desigualdades, as negações de direitos, promovendo o silenciamento das vozes dissonantes.

Mesmo compreendendo que o movimento para a construção de um discurso homogeneizador que esconde os sujeitos indesejáveis, por parte de quem tem o poder, vai além do ensino, temos que considerar que o ensino de História tem o papel de buscar romper com o discurso oficial, de oportunizar a abertura dos horizontes da compreensão da organização da sociedade. Nesse sentido, buscaremos analisar na próxima sessão desse texto, sobre a História Local e sua inserção nas propostas curriculares.

4.2 A História Local e as propostas curriculares

O Papel da História na formação para o exercício da cidadania é de fundamental importância para a construção de uma sociedade mais democrática, a democracia é um dos fundamentos que está presente nas constituições da maioria dos países, no Brasil, esse

fundamento foi restaurado com os movimentos sociais e políticos que derrubaram a Ditadura Civil Militar que perdurou por 21 anos de 1964 a 1985.

Para garantir uma proposta de educação que promova a cidadania e que consiga impulsionar a formação da consciência histórica, é preciso pensar no que vai ser ensinado e como isso será feito. Refletimos na sessão anterior desse trabalho, em relação às disputas em torno do poder de definir sobre currículos e metodologias em História, passaremos a analisar as possibilidades de construção de proposta que oportunize uma formação mais plural e cidadã.

Em um país como o Brasil, com uma diversidade cultural tão grande, as tendências homogeneizadoras em torno da produção histórica e do ensino de História, ligadas, principalmente, à tentativa de promover uma História Oficial, não dão conta de construir um ensino democrático e inclusivo. Nesse sentido, cabe aos professores e pesquisadores buscar formas de romper com essas tendências. Portanto, vamos analisar a contribuição e possibilidades da História Local em relação ao ensino de História.

Para iniciarmos nossa análise é interessante refletirmos sobre a História Local. Ela tem sido muito discutida nas duas últimas décadas, principalmente, entre os pesquisadores do ensino de História, entre eles, Bittencout (2018) Guimarães (2018) Cainelli e Schmidt (2004) Reznik (2002) entre outros. Esses pesquisadores têm buscado compreender melhor a discussão em torno do ensino da História Local. Esse interesse se relaciona a uma demanda que tem aparecido nos documentos curriculares que orientam a educação no Brasil. Vejamos inicialmente as discussões que os autores fazem em torno da História Local, e posteriormente sobre a discussão feita nos documentos curriculares.

A discussão em torno da História Local não é recente, elas se desenrolam na busca da definição enquanto categoria de análise para a produção histórica, e, em relação ao ensino, uma abordagem metodológica.

Uma das primeiras definições foi feita pelo pesquisador francês Pierre Goubert, em 1972, assim o autor define a História Local.

> Denominaremos História Local aquela que diga respeito a uma ou poucas aldeias, a uma cidade pequena ou média (um grande porto ou uma capital estão além do âmbito local), ou a uma área geográfica que não seja maior do que a unidade provincial comum (como um *county* inglês, um *contado* italiano, uma *Land* alemã, uma *bailiwick* ou *pays* francês). Praticada há tempos atrás com cuidado, zelo, e até orgulho, a História Local foi mais tarde desprezada — principalmente nos séculos XIX e primeira metade do XX — pelos partidários da história geral. A partir, porém, da metade desse século, a História Local ressurgiu e adquiriu novo significado; na verdade, alguns chegam a afirmar que somente a História Local pode ser autêntica e fundamentada (GOUBER, 1988, p. 70).

O autor define a História Local como a história produzida, a partir de um recorte geográfico reduzido, a referência que ele apresenta são as subdivisões que ocorrem nas estruturas administrativas dos países europeus, no nosso caso, no Brasil, seria como a definição do recorte espacial reduzido a um Estado da Federação ou a um município, aponta, da mesma forma, que essa tendência de produção historiográfica, depois de passar por período de abandono por parte dos pesquisadores, voltou a ganhar destaque a partir das últimas décadas do século XX.

O entusiasmo de parte de historiadores, em relação à História Local, como Goubert cita, foi visto com alguma desconfiança e cheio de ressalvas por outros, muitas advertências são feitas em relação à supervalorização da História Local como possibilidade de explicação histórica.

Bittencourt (2018, p. 147) em se tratando da História Local, argumenta: "Tem sido elaborada por historiadores de diferentes tipos. Políticos ou intelectuais de diversas proveniências têm-se dedicado a escrever histórias locais com objetivos distintos, e tais autores geralmente são criadores de memórias mais do que efetivamente de história".

A autora se preocupa com as produções de História Local que atendem a interesses, geralmente, ligados a grupos que controlam o poder, como já tratamos antes, buscam construir uma História Oficial, por pessoas que se interessam pelo tema, porém, que não dispõem de qualificação para a produção historiográfica.

Em sentido próximo à compreensão de Bitencourt sobre a História Local, Guimarães (2018, p. 240) discute a produção historiográfica:

> As dificuldades no tratamento da história local e regional são também recorrentes na pesquisa historiográfica. Apesar da beleza, da proximidade, das tentativas e dos esforços, a história local continua, como nos diz Samuel (1989, p. 222), "circunscrita a um grupo de entusiastas" e, "embora escrita como um trabalho de amor, é repetitiva e sem vida". Isso se deve à natureza dos documentos e também à própria noção de história local/regional como uma entidade distinta e separada, fenômeno único, como um conjunto cultural com periodização própria.

A historiadora chama atenção para as dificuldades, em relação à produção da História Local, ela usa nesse trecho uma citação de Samuel (1989) que reforça a sua posição em relação às compreensões da História Local como algo em "separado", como se existisse por si, sem relações com outras dimensões espaciais.

Por outro lado, temos a compreensão de Mattosso (1997, p. 169) que amplia a compreensão sobre a discussão sobre a História Local, vejamos:

> Creio, efetivamente, que a história local e regional deve partir de um estudo da relação entre homem e o espaço habitado que o rodeia. Necessitando subsistir num território. Juntamente com outros habitantes que aí buscam também a subsistência, integra se num grupo, e este, por sua vez, associa-se a outros grupos, que constitui um conjunto mais vasto. Os círculos que o homem se situa vão-se assim alargando até atingirem as fronteiras daqueles que se consideram inimigos ou totalmente desconhecidos.

Mattosso (1997) busca refletir sobre a História Local a partir do território, ao que parece aproxima-se da compreensão de "território usado", formulado por Milton Santos (2007), demostrando que os limites da definição do local não se restringem às fronteiras geográficas físicas ou administrativas, mas também as fronteiras das relações humanas. Nesse sentido, podemos crer que o local, faz parte de uma construção cultural. Em se tratando de pesquisa histórica, a questão do local, da delimitação do espaço a ser pesquisado é feita pelo pesquisador. Barros (2009, p. 6) compreende que, "Toda 'região' ou 'localidade' é necessariamente uma construção do próprio historiador. Se ela vir a coincidir com uma outra construção que já existe ao nível administrativo ou político, isso será apenas uma circunstância".

Portanto, as compreensões em torno da História Local, encontram se, em um momento de grande debate. Em busca pela compreensão das possibilidades do uso para produção historiográfica, Reznik (2002, p. 3) afirma:

> Refletir sobre história local, no momento atual das produções e discussões historiográficas, nos remete necessariamente a uma interseção com a micro-história. Os historiadores que se filiam a essa prática historiográfica pretendem construir narrativas que tem buscado uma "descrição mais realista do comportamento humano". Por um estilo realista compreendem tanto um recorte que privilegia as histórias particulares de indivíduos, vilarejos e grupos específicos, como uma abordagem que compreende a "ação social como o resultado de uma constante negociação, manipulação, escolhas e decisões individuais".

A aproximação ou o cruzamento entre a produção da História Local e a Micro-história[83], é reconhecida por Reznik (2002). Nesse sentido, a História Local busca aproximar das interpretações a partir dos indivíduos das comunidades. O autor ainda chama a atenção para a não existência de uma oposição entre o local e o nacional, afirmando:

> Não podemos, contudo, conceituar o que é o local pela mera oposição com o nacional. No nosso entender, mais do que uma oposição, existe uma relação,

[83] Formulação feita pelos historiadores italianos, Carlo Ginzburg e Giovani Levi, para maior compreensão consultar LEVI, Giovani. **Sobre a Micro-História**. **In** Peter Burke (org). **A Escrita da História.** São Paulo, Editora Unesp, 2011.

> discernível a partir das escalas de observação e recortes temáticos que informam o olhar do historiador. O local configura-se então como um recorte temático eleito pelo historiador a partir de uma escala igualmente construída por este (REZNIK, 2002, p. 3).

Essa interpretação busca reforçar a ideia de que a História Local não pode ser capaz de uma explicação por si, reforça, ainda, a compreensão de que o espaço é uma escala, o local é uma construção feita pelo historiador quando esse o define, ao planejar a pesquisa.

Ainda, sobre a aproximação entre a História Local e outras abordagens históricas, Correa (2002, p. 28) observa uma maior amplitude, na seguinte análise:

> O lugar que a historiografia reserva à história local pode mudar com a profissionalização desta. O recorte espacial do local se ajusta, geralmente, aos estudos de caso. Porém certas abordagens historiográficas enfatizam o particular e se recusam até mesmo às generalizações. A história local pode, portanto, continuar sendo o micro de uma macro-história, como também reivindicar pretensiosamente ser uma história única, singular. Historiadores mais moderados tendem a se afastar dos extremos, isto é, da escrita de uma história universal e de uma história local. Contudo, o local é histórico e continua sendo mesmo em época de globalização. As abordagens e as diferentes perspectivas historiográficas permitem reconstruir o passado local de forma nova, e isso não tem nada de paradoxal. Micro-história, Ecohistória e História das Paisagens foram algumas possibilidades interpretativas sugeridas para a construção do conhecimento histórico de uma comunidade local.

A História Local, portanto, encontra-se em uma condição de se estabelecer, pois, segundo autor, muitas possibilidades poderão se fundamentar à medida que os debates, em torno da sua constituição e dos seus limes, estão sendo realizados.

Contudo, mesmo após mais de três décadas de debates em torno da questão da História Local, muitas ainda são as divergências e preocupações em torno do uso da mesma na produção historiográfica, no entanto, existe um consenso entre os historiadores, principalmente os que pesquisam o ensino de História, de que a História Local, enquanto abordagem e metodologia de ensino, tem um papel muito importante na construção de um conhecimento histórico mais plural, menos voltado para os matérias didáticos padronizados.

Schmidt e Cainelli (2004, p. 113) afirmam que:

> O estudo da localidade ou da história regional contribui para uma compreensão múltipla da História, pelo menos em dois sentidos: na possibilidade de se ver mais de um eixo histórico na história local e na possibilidade da análise de micro-histórias, pertencentes a alguma outra história que englobe e, ao mesmo tempo, reconheça suas particularidades.

A História Local e o ensino de História vêm construindo um diálogo muito grande e produtivo nas últimas décadas, as pesquisas voltadas para essas questões têm se avolumado e,

com isso, a busca por formas de abordar a História acompanha as pesquisas.

Retomaremos para a discussão da História Local e do ensino de História na próxima sessão desse texto, antes penso ser importante analisar a presença da História Local nos documentos curriculares.

O tema da História Local, além de ser motivador de grande debate no campo da historiografia, fez parte, também, das discussões em torno das propostas curriculares no Brasil. Schmidt (2012, p. 88) chama a atenção de que o tema nas propostas curriculares brasileiras aparece desde as primeiras décadas do século XX. Segundo a autora "a História Local esteve presente, desde a década de 1930, nas Referências Curriculares e Instruções Metodológicas que compunham a referida legislação". Portanto, não é uma discussão recente em termos de currículo e metodologia. Para fim de análise, vamos tratar a questão da História Local nas propostas curriculares que foram elaboradas a partir da redemocratização do Brasil com a Constituição Federal de 1988.

Após a aprovação da Constituição de 1988, coube aos governos, eleitos democraticamente, conduzir o processo de regulamentação no que se referia à educação. Essa discussão sobre a regulamentação se estendeu pela década de 1990 em um cenário de muitas disputas em torno da proposta. Em um ambiente democrático, mesmo recém recuperado, não é muito fácil o controle e condução do processo por parte dos grupos que controlam o poder político e o poder econômico. Nesse sentido, a LDB foi aprovada no ano de 1996 e, em seguida, foram homologados os PCNs, no ano de 1998.

Os PCNs orientavam a construção das propostas curriculares de estados e municípios e até o fim da primeira década do século XXI, eram eles os norteadores curriculares nacionais. No início da segunda década do século XXI, iniciam-se as discussões em torno da construção da BNCC, sua formulação ganhou corpo e, ao final da década, no ano de 2017, parte dessas discussões e elaborações, que correspondem à Educação Infantil e ao Ensino Fundamental foi homologada, já no ano de 2018, a parte referente ao Ensino Médio também foi homologada.

O primeiro documento que vamos analisar em relação à História Local será os PCNs, ele foi o primeiro documento de referência curricular construído após a redemocratização do Brasil, nesse documento existe uma forte orientação para que as atividades educativas pudessem ajudar a superar o controle exercido, em relação à população brasileira, durante a Ditadura Civil Militar, que oportunizasse aos professores e estudantes um ensino e aprendizagem que pudesse romper com as tendências históricas totalizantes e homogeneizadores, nesse sentido, na apresentação do documento, em especial o Volume 6, que trata do currículo de História, isso fica bem claro. Vejamos o que diz o referido

documento:

> Os Parâmetros Curriculares Nacionais reconhecem a realidade brasileira como diversa, e as problemáticas educacionais das escolas, das localidades e das regiões como múltiplas. É no dia-a-dia das escolas e das salas de aula, a partir das condições, contradições e recursos inerentes à realidade local e educacional, que são construídos os currículos reais. São grupos de professores e alunos, de pais e educadores, em contextos sociais e educacionais concretos e peculiares, que formulam e colocam em prática as propostas de ensino. Estes parâmetros oferecem mais um instrumento de trabalho para o cotidiano escolar (BRASIL, 1998, p. 15).

O documento, ao reconhecer a diversidade cultural, bem como as realidades educacionais, chama a atenção para o currículo real, ou seja, aquele que, de fato, é trabalhado, com todas as adaptações e adequações necessárias para atender às diversidades de um país com caraterísticas plurais, como é o caso do Brasil.

Reconhecer as especificidades locais, na implementação do currículo, é uma condição reforçada em todo o documento, ele busca reconduzir o ensino e, no caso do currículo de História, para o caminho da formação humana, nos termos da Constituição, garantindo a formação para o trabalho bem como para exercer os direitos e deveres conferidos aos brasileiros. Assim, o documento traz, em seu primeiro objetivo fundamental, o seguinte texto: "Compreender a cidadania como participação social e política, assim como exercício de direitos e deveres políticos, civis e sociais, adotando, no dia-a-dia, atitudes de solidariedade, cooperação e repúdio às injustiças, respeitando o outro e exigindo para si o mesmo respeito" (BRASIL, 1998, p. 7).

A construção do documento curricular da disciplina de História buscava contribuir na implementação dos direitos constitucionais, dando possibilidades aos estudantes, durante a sua formação, de avançar para além da formação para o trabalho. Silva e Guimarães (2012, p. 61) afirmam que:

> Ao ensino de História cabe o papel educativo, formativo, cultural e político, e sua relação e sua relação com a construção da cidadania perpassa os diferentes períodos políticos da história da sociedade brasileira. Desse modo, nos PCNs, fica evidente a preocupação de localizar no campo da história, questões que remetam ao tempo que vivemos, como a identificação da heterogeneidade, a distinção das particularidades da cidadania cultural, a política da convivência e da tolerância em relação ao diferente.

Para avançar em relação à construção de uma aprendizagem histórica cidadã, nos termos do documento citado, os propositores buscaram enfatizar, em diversas partes do mesmo, a importância de trabalhar com o local, porém, afirma que o local deve estar

articulado com o regional, o nacional e o global quando isso for possível, essa concepção de ensinar a História Local se alinha às concepções de que a História Local, não se explica por si, mas em interrelação com outras escalas de espacialidades.

A discussão da História Local volta a ser valorizada na construção da BNCC, a partir do ano de 2014, na resolução do Conselho Nacional de Educação (CNE/CP Nº 2, de 22 de dezembro de 2017)[84], que institui e orienta a implantação da Base Nacional Comum Curricular, propondo, no seu Art. 7°, a observância das realidades locais, como pode ser visto a seguir.

> Art. 7º Os currículos escolares relativos a todas as etapas e modalidades da Educação Básica devem ter a BNCC como referência obrigatória e incluir uma parte diversificada, definida pelas instituições ou redes escolares de acordo com a LDB, as diretrizes curriculares nacionais e o atendimento das características regionais e locais, segundo normas complementares estabelecidas pelos órgãos normativos dos respectivos Sistemas de Ensino.

Observar as realidades locais implica em considerar o ensino da História Local, mas não apenas isso, em todo o documento aparecem menções na articulação do local, nacional e global, isso, em todos os componentes curriculares de todas as disciplinas. E se tratando das competências gerais da Educação Básica, a de nº 7 demostra a indicação de articulação, entre as escalas espaciais:

> 7. Argumentar com base em fatos, dados e informações confiáveis, para formular, negociar e defender ideias, pontos de vista e decisões comuns que respeitem e promovam os direitos humanos, a consciência socioambiental e o consumo responsável em âmbito local, regional e global, com posicionamento ético em relação ao cuidado de si mesmo, dos outros e do planeta (BRASIL, 2018, p. 7).

O local e o ensino têm, portanto, uma relação muito próxima, e, nesse contexto, o ensino de História, também tem que ser pensado e articulado nas escalas espaciais.

Como a presente pesquisa trata da História Local e do ensino de História da ocupação do Araguaia Mato-Grossense e da colonização de Canarana-MT, vamos também analisar as propostas curriculares de Mato Grosso, para compreender a formulação em torno da História Local.

Em Mato Grosso, a trajetória de formulação de propostas curriculares ganhou força na primeira década do século XXI, pois, no ano de 2010, foi publicado pela Secretaria de Estado

[84] BRASIL. Resolução CNE/CP Nº 2, de 22 de dezembro de 2017 institui e orienta a implantação da Base Nacional Comum Curricular, a ser respeitada obrigatoriamente ao longo das etapas e respectivas modalidades no âmbito da Educação Básica, Diário Oficial [da República Federativa do Brasil], Brasília, 22 de dezembro de 2017, Seção 1, pp. 41 a 44.

de Educação SEDUC-MT as Orientações Curriculares do Estado de Mato Grosso OCs-MT, documento buscava orientar os professores no planejamento didático do ensino de História.

A organização do documento ocorreu por área de conhecimento e a proposta buscava uma abordagem interdisciplinar. O documento afirma que "a atenção aos pontos de contato entre as diversas disciplinas de uma área ou das áreas entre si tem por objetivo promover uma prática interdisciplinar no currículo" (MATO GROSSO, 2012, p.7). Nesse sentido, as ações educativas deveriam focar em uma aprendizagem articulada entre as disciplinas.

Em relação à disciplina de História, em especial, à História Local, Oliveira (2014, p. 93) analisa:

> As histórias local e regional propostas nas orientações vêm ao encontro dos debates atuais do ensino de história que apontam a possibilidade de estabelecer relações entre as questões das trajetórias locais/regionais com processos históricos mais amplos, possibilitando ao professor novas formas de condução do estudo da história, que foge as aulas centradas em temporalidades remotas, de espaços distantes e de memórias que não são identificadas pelos alunos das escolas brasileiras.

A proposta, portanto, buscava articular a História Local com outras escalas espaciais, uma articulação no ensino entre o local, regional, nacional e global.

As OCs ampararam os profissionais, em matéria de currículo, até aprovação do Documento Referência Curricular para Mato Grosso -DRC-MT, esse último foi construído após a aprovação da BNCC e definia que estados e municípios tinham que adequar as suas propostas curriculares.

Sobre a História Local e Regional, o DRC-MT [85] elucida:

> Ensinar História Local e Regional permite ao aluno possibilidades de conhecer o seu em torno, pois trata das especificidades, consolidando sua referência de um mundo em constante movimento, indo do micro para o macro e também do macro para o micro, situando-o numa visão ampla, crítica e reflexiva que objetiva constituir uma identidade do local para o global (MATO GROSSO, 2018, p. 251).

O ensino da História Local aparece no documento como uma proposta metodológica de trabalho, ele orienta, ainda, que os estudos devem ser feitos do local para o nacional ou global, compreendendo que a aproximação do conhecimento histórico à realidade dos estudantes, fomenta o interesse.

É importante analisar o que o documento trata sobre o papel do professor de história no contexto da História Local como metodologia. Nesse aspecto, o DCR-MT define:

[85] MATO GROSSO. Documento Referência Curricular Para Mato Grosso, Cuiabá, 2018. p. 251.

> O profissional docente de História precisa ser um professor pesquisador, que indaga, analisa e compreende os significados de diferentes objetos, lugares, circunstâncias, temporalidades e saberes, pois nem sempre a História local está contemplada na historiografia oficial ou até mesmo nas produções acadêmicas da própria região. Assim, pretende-se que o professor, juntamente com os estudantes, seja capaz de produzir a História local a partir das fontes e /ou documentos disponíveis em sua região (MATO GROSSO, 2018, p. 251).

Nesse trecho do documento, o perfil de professor para trabalhar com a História Local é o "professor pesquisador", o próprio professor deve construir o material didático referente ao currículo regional e local, no fazer do dia a dia, nesse sentido, a formação de professores é essencial para que os resultados sejam positivos, para que o processo de construção do conhecimento histórico se efetive.

Chamo a atenção para um trecho da citação, quando diz que "nem sempre a História Local está contemplada na Historiografia Oficial ou, até mesmo, nas produções acadêmicas da própria região" (MATO GROSSO, 2018. p. 251). Analisando essa fala podemos afirmar que o ensino depende da produção, da pesquisa, os acontecimentos que são específicos de uma localidade, como é o caso do município de Canarana-MT, podem estar interligados a uma teia de acontecimentos muito mais amplo, a História Local não pode ser vista como um apêndice da História do Estado de Mato Grosso ou do Brasil, quando tratamos da História Local, do município de Canarana estamos tratando de História do Brasil.

Quando o texto trata de Historiografia Oficial, não deixa claro o que é isso, nesse sentido penso que é importante salientar que a História Oficial está ligada a uma tendência autoritária, que busca homogeneizar e selecionar os acontecimentos que favorecem à legitimação de grupos ligados ao poder político e econômico.

Algumas observações, em relação à BNCC e ao DRC/MT, devem ser feitas e apesar de trazerem referências em relação ao ensino da História Local, como possibilidade de ampliação da compreensão histórica, na sua implementação demostra indícios de que pode ter efeito contrário. O DRC/MT, aponta para uma aplicação do currículo, incorporando as temáticas locais, no entanto, na prática, as ações de governo caminham em sentido contrário, principalmente com as adesões à aquisição de materiais pedagógicos padronizados, implantando o sistema conhecido como apostilamento. A notícia[86] no *site* da Seduc-MT, do dia 15 de março de 2021, dá conta de uma audiência pública que busca discutir contratação de

[86] A notícia pode ser consultada na integra no *Site* da Seduc -MT no seguinte *Link*: http://www3.seduc.mt.gov.br/-/16687754-seduc-realiza-audiencia-publica-para-contratacao-do-sistema-estruturado-de-ensino

empresas privadas para o fornecimento de um sistema estruturado de ensino, que, além da adesão ao apostilamento, busca entregar à iniciativa privada a formação de professores. Essa medida tem impacto em relação à democratização do ensino, ao padronizar e estabelecer o material a ser utilizado pelo professor, corre-se o risco de os temas locais serem colocados em segundo plano, ou mesmo, podem ser eliminados.

Em relação a essa proposta é importante salientar que o Sindicato que representa os profissionais de educação de Mato Grosso, o SINTEP-MT, tem feito duras críticas a esse modelo, se contrapondo, em reportagem[87] publicada no *site* da entidade, no dia 29 de março de 2021. Nessa reportagem o seu presidente Valdeir Pereira, aponta a tentativa de implantação desse modelo, por parte da Seduc-MT, de forma autoritária, sem discussão, sem considerar as vozes que estão no chão da escola.

Em relação à BNCC, as mudanças ocorridas na fase final de elaboração e aprovação, trouxeram mudanças que podem impactar na oferta de um ensino mais democrático, o alinhamento da proposta, com os interesses mercadológicos, ficou nítido, o currículo passa uma condição de restrição, os impactos dessas mudanças são mais sentidos no ensino médio, principalmente com a reforma dessa fase, feita através da Lei[88] nº 13.415, de 16 de fevereiro de 2017, a lei retira a obrigatoriedade do currículo de História na formação dos estudantes, tornando-o optativo. Nesse sentido, o processo de formação fica prejudicado, principalmente quando tratamos dos silenciamentos promovidos pela História Oficial.

Considerando as reflexões feita sobre a História Local, bem como a forma com a qual é tratada nos documentos de referência curricular, podemos constatar que é muito relevante pesquisar e compreender as suas possibilidades relacionadas ao ensino, principalmente no momento que vivemos, em que a disciplina de História é, mais uma vez, atacada por quem governa o Brasil.

Na última sessão desse capítulo buscaremos evidenciar que História Local pode contribuir para ampliar a compreensão dos estudantes, promovendo um processo de ensino e aprendizagem histórico mais democrático, contribuindo para desmascarar a História Oficial, mostrando aspectos da História do Brasil que são negligenciados pelo distanciamento imposto pelas tendências homogeneizadores.

---

[87] A integra da reportagem pode ser consultada no site da entidade, no seguinte link: https://sintep2.org.br/sintep/exibir.php?exibir=1&id_l=8034

[88] A lei pode ser acessada no *link* que segue: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/l13415.htm

4.3 A História Local como alternativa a História Oficial

A proposta dessa sessão do texto é analisar a abordagem da História Local como metodologia para o ensino de História, como uma possiblidade de contrapor a História Oficial homogeneizadora que é construída por grupos políticos e econômicos que tentam legitimar suas trajetórias.

Retomarmos à discussão sobre a História Local e sobre a História Oficial, analisando as pesquisas que trabalham nessa perspectiva e, ao mesmo tempo, a construção que fizemos nos dois primeiros capítulos do presente estudo, quando analisamos a ocupação do Araguaia mato-grossense e o processo de colonização que deu origem ao município de Canarana-MT.

Para avançarmos na análise das possibilidades do uso da História Local, como metodologia de ensino, vamos retomar à discussão sobre a História Local que começamos a fazer na sessão anterior, como uma possibilidade de abordagem histórica ou como uma metodologia de produção da História ou, ainda, uma estratégia metodológica para o ensino de História que vem sendo debatida há um bom tempo, com ênfase a partir do período da segunda metade do século XX.

O debate, levou a uma série de advertências em relação à possibilidade da produção historiográfica. A partir dessa perspectiva, historiadores como Guimarães (2018) e Bittencout (2018) chamavam a atenção para a construção de uma História voltada para si e pelo fato de muitas produções serem feitas por pessoas alheias à profissão de historiador. Essas preocupações são legítimas se tomarmos a produção da História Local como a produção da História de uma comunidade, de um município, sem considerar que esse espaço construído, faz parte de uma teia de relações que se estabelecem em diversos níveis de reconfigurações espaciais, porém, há de se reconhecer que é no local que os acontecimentos se revelam, nesse sentido, construir a História Local, não implica em ignorar as relações das manifestações desse espaço com as que ocorrem fora, pelo contrário, deve-se buscar, nesse espaço, a construção de uma História mais próxima às diversidades dos sujeitos.

Colaborando nessa reflexão, Macedo (2017, p. 70) escreve:

> Proceder a um estudo de História Local não significa dizer que estamos dando total atenção, apenas, ao que aconteceu nos processos históricos locais. Pelo Contrário: se a delimitação foi feita em função de um recorte espacial determinado, estando o lugar no centro da análise, tal operação historiográfica necessita que sejam estabelecidos diálogos, também, com uma história global ou com campo de visão mais macro. Isto quer dizer que a História produzida sobre o lugar não está desconectada daquela que versa sobre uma realidade global, tampouco dela se exclui. Estão conectadas, e as linhas de força dessas conexões podem nos dizer

> muito, também, sobre quem as produz.

Considerando ainda a discussão sobre a História Local, Reznik (2002) analisa a abordagem da História Local na mesma perspectiva, quando escreve:

> Em particular, consideramos a abordagem sob o recorte da história local um campo privilegiado de investigação para os diversos níveis em que se trançam e constituem as relações de poder entre indivíduos, grupos e instituições. Acreditamos também que é no traçado local dessas redes e efeitos de poder que conseguimos construir outras interpretações para os complexos processos de sedimentação de identidades sociais (REZNIK, 2003, p.4).

Ele chama a atenção para um aspecto importante em relação a essa abordagem, a investigação das relações de poder, como já analisamos, as relações de poder, e aqui tratamos do poder político e econômico, se organizam a partir do local, os mecanismos construídos para legitimação tem suas bases nas localidades, a construção da História Oficial se estabelece a partir do local, as pessoas vivem no local. Rodrigues (2003, p. 43) colabora com essas reflexões quando afirma que,

> [...] o cidadão, embora pertencendo à Nação, tem no município suas raízes. É nela que ele nasce, cria seus filhos, trabalha; a relação fundamental da vida do cidadão ocorre, portanto, no município. Então, comecemos por ensinar nossos alunos a acompanhar os administradores municipais, em sua atuação política; comecemos por ensiná-los a conviver com a realidade concreta dos municípios, pelo conhecimento da vida política, administrativa, cultural e social de onde ele vive. Será através desse conhecimento que o cidadão poderá dimensionar sua real parcela de influência na transformação da realidade vivida. Tal envolvimento o levará à compreensão de sua importância e papel na transformação dos rumos da nação.

O pesquisador chama a atenção para a discussão sobre o local, reforçando o aspecto de que os sujeitos vivem no local, portanto, é a partir dele que as possibilidades de compreensão da realidade, de forma a perceber todas as contradições e conflitos, podem se manifestar.

A construção da História Local, passa pelas conexões, pelas relações que o lugar em que o historiador foca sua análise se estabelece com os outros lugares, nas suas diversas possibilidades de configuração e reconfiguração, bem como, da capacidade de articular as espacialidades por parte do historiador.

Retomamos essa discussão para podermos avançar na compreensão que temos que construir sobre o ensino da História Local, pensando nas reflexões que fizemos até o momento. Podemos concluir que toda construção histórica parte da delimitação de um espaço de um local, esse local pode ser macro ou micro, é uma opção do pesquisador. Nesse sentido, a produção da História Local é possível, desde que sejam consideradas todas as advertências

já mencionadas ao logo desse trabalho, que o local não se feche em si, mas pelo contrário, é um ponto de partida para compreender os processos históricos, que, por sua vez, não ocorrem de forma isolada.

Quanto à questão da História Local se relacionar com o ensino, os pesquisadores apontam que é muito relevante para o processo de construção do conhecimento histórico. Bittencourt (2018, p. 146) afirma:

> A História Local tem sido indicada como necessária para o ensino por possibilitar a compreensão do entorno do aluno, identificando o passado sempre presente nos vários espaços de convivência – escola, casa, comunidade, trabalho e lazer –, e igualmente por situar os problemas significativos da história do presente.

Um dos objetivos do conhecimento histórico é analisar o passado, buscando explicar os rumos que as sociedades tomaram, a partir de eventos e possibilitar de perceber as continuidades e descontinuidades. Com isso, o cidadão, pode avaliar e agir em sua vivência em sociedade, ela serve a reflexão dos problemas do presente. Como afirma a autora acima, as percepções dos problemas ocorrem com maior facilidade no local, onde as pessoas vivem, seja em uma rua, um bairro ou em uma cidade, isso não significa que não existe essa percepção a nível macro, principalmente com as tecnologias de comunicação que dispomos na atualidade, no entanto, todo essas informações se transforam em conhecimento organizado na escola, é nesse espaço que o local e o global podem ser mediados.

Refletindo, ainda, a respeito da História Local e o ensino de História Cainelli e Santos (2004m p. 167) afirmam que

> o trabalho com a história local pode ser instrumento para a construção de uma história mais plural, menos homogênea, que não silencie a multiplicidade de vozes dos diferentes sujeitos da história. Portanto, colabora para um processo de reflexão sobre a realidade se trabalhada numa perspectiva exploratória das possibilidades de compreensão dos acontecimentos do passado a partir da realidade local.

A discussão feita pelos pesquisadores traz um elemento de reflexão, em relação à História Local, muito importante que é a possibilidade de um ensino de História mais plural. Essa possiblidade vem em combate às posições relacionadas à História Oficial que busca construir uma narrativa conciliatória e homogeneizadora. Nesse sentido, Silveira (2011, p. 339), ao tratar da História Oficial afirma que “esse tipo de historiografia é um instrumento que visa divulgar uma imagem positiva daqueles nela interessados – do mesmo modo, ela também pode ser escrita para contradizer uma narrativa previamente formada”.

Refletindo sobre a História Local como um contraponto à História Oficial, é

importante compreender que é uma possiblidade real, porém, é importante também considerar que trabalhada de forma equivocada, seja do ponto de vista da pesquisa ou do ensino, sem levar em conta as diversas advertências que mencionamos nesse texto, pode gerar um efeito contrário. Bittencourt (2018, p. 147) chama a atenção para isso, no seguinte contexto:

> A História Local pode simplesmente reproduzir a história do poder local e das classes dominantes, caso se limite a fazer os alunos conhecerem nomes de personagens políticos de outras épocas, destacando a vida e obra de antigos prefeitos e demais autoridades. Para evitar tais riscos, é preciso identificar o enfoque e a abordagem de uma história local que crie vínculos com a memória familiar, do trabalho, da migração, das festas.

A historiadora local, construída ou ensinada sem cuidados, pode caminhar no sentido da construção de uma História Oficial do local, reproduzindo o discurso oficial sobre os papeis de alguns personagens, em detrimento de outros, pode caminhar, portanto, no sentido de produção de visão única do passado, e de um passado local desarticulado dos processos históricos mais ampliados, ao invés de democratizar de trazer a diversidades dos sujeitos, pode silenciar e homogeneizar.

Barbosa (2006) trata disso ao discutir os poucos materiais didáticos disponíveis sobre o local, principalmente quando se trata do processo de formação dos municípios:

> Não é incomum nos municípios a apresentação de material didático sobre a História Local - em geral apostilas, com um viés muitas vezes bairrista, no qual se menospreza o que não é do local, superestima-se a história oficial que destaca cidadãos ilustres e que aborda a cultura circunscrita à folclorização exacerbada expressa com datas comemorativas e, cuja concepção de local se expressa como um espaço desarticulado de quaisquer outros (BARBOSA, 2006, p. 65).

O ensino de História Local deve, portanto, buscar romper justamente com essa visão de passado oficial estanque, que serve para reproduzir um processo de controle sobre a memória histórica, a partir de figuras ilustres. Os demais sujeitos que, da mesma forma, participaram do processo histórico ficam à margem ou esquecidos. Nesse sentido, a pesquisa para a construção de material didático, deve ser realizada, para isso, o professor de História deve, nesse contexto buscar a formação e o protagonismo em relação ao tema, do contrário, pode contribuir para reforçar a História Oficial antidemocrática.

A questão da pesquisa do ensino, em relação ao tema do ensino da História Local, é uma preocupação, tendo em vista que, aparece nas propostas curriculares, e sem uma boa base, tanto do ponto de vista do debate historiográfico quanto do ensino, pode tomar um rumo contrário ao da ampliação do espectro de compreensão sobre a formação do local e suas

relações com outros espaços.

Nesse sentido, ao justificar trabalhar o tema Cainelli e Santos (2014) reforçam a necessidade de avançar nesse debate.

> A opção pelo tema leva em conta as limitações que o ensino de história local proporciona aos professores dos anos finais do ensino fundamental e no ensino médio, tendo em vista que os materiais sejam eles livros didáticos ou outros meios utilizados pelo professor não dão conta do assunto, criando, nesse sentido, um vácuo no que tange o estudo das histórias locais (CAINELLI, 2014, 159).

A produção de pesquisa que abordam temas locais voltados para ao ensino de História, tem buscado superar o que os autores chamam de "vácuo" em relação aos estudos de História Local. Muitas pesquisas têm sido realizadas nos últimos anos em relação a História Local, tem sido tema recorrente nas dissertações[89] de mestrado dos professores que fazem parte do programa de mestrado em rede ProfHistória como Soares (2018), Silva (2020), Nunes (2020), Moura (2020), entre outros. A preocupação dos professores que pesquisam o ensino de História parece ser a mesma dos professores que ensinam e que, agora com a formação, estão se envolvendo com mais afinco e profissionalismo na pesquisa.

O Ensino da História Local pode, portanto, contrapor as construções de histórias oficias, sejam essas histórias construídas intencionalmente ou não, chega-se a essa conclusão, pelo fato de que em boa parte dos municípios não existe produções em relação os processo que levou a sua constituição, quando muito, tem uma produção que, na realidade, é um apanhado de fatos isolados escolhidos para caracterizar essa comunidade, e que, na verdade, acaba por não aprofundar na análise desses fatos, boa parte dos textos são construídos, em alguns casos, de boa vontade por memorialistas, ou são encomendados pelas gestões administrativas com intuito de promover, de fazer propaganda, de legitimar as ações de grupos políticos e econômicos, o foco dessas produções estão na escolha de datas e fatos, considerados determinantes e notáveis, lista com nomes de administradores e suas realizações.

Retomaremos alguns aspectos que foram discutidos na última sessão do segundo capítulo que trata sobre a História Oficial de Canarana-MT, faremos isso, para refletirmos as possibilidades da utilização da História Local como metodologia capaz de proporcionar um ensino de História mais democrático.

Quando refletimos um pouco sobre a construção da História Oficial de Canarana-MT, observamos que é focada na chegada dos migrantes sulistas, dá a entender que a imagem de

[89] As dissertações podem ser consultadas no banco de dissertações do Programa de Mestrado ProHistória no seguinte endereço eletrônico: https://profhistoria.ufrj.br/banco_tese .

“espaços vazios”, construída desde o início do século XX, era real, que antes disso, não existia nada além do cerrado a ser desbravado e incorporado ao sistema produtivo nacional, constituiu o mito fundador da origem, da chegada.

A informação que consta na página oficial da Prefeitura Municipal aponta que ,“no dia 14 de julho de 1972 começaram chegar na região as primeiras das 80 famílias de pioneiros, dando início ao Projeto Canarana I” (PREFEITURA MUNICIPAL DE CANARANA-MT).

Obviamente não podemos negar a importância desse acontecimento para a construção da memória histórica do município, no entanto, esse fato não pode prevalecer sobre os demais, considerando que, em uma situação dessas, outros acontecimentos importantes e outros sujeitos que participaram desse processo, que sofreram impacto ficaram esquecidos.

Portanto, é inegável que o projeto Canarana I teve papel fundamental para a formação do núcleo urbano, porém, Canarana não foi constituída apenas dos projetos de colonização. O que dizer dos vários grupos de posseiros que viviam nas áreas que correspondiam ao município por ocasião de sua emancipação política e na atualidade? E os povos indígenas? Onde esses sujeitos entram na história de Canarana-MT? Será que a história da região do Araguaia e da formação do município de Canarana-MT começa com os fatos narrados anteriormente? Essas perguntas precisam que ser feitas, semelhante com o que acontece com a História do Brasil, que durante centenas de anos foi ensinada como tendo ponto de partida a chegada dos portugueses em 1500.

A resposta a essas perguntas, obviamente, é negativa, no entanto, o ensino de História tem a obrigação de buscar alternativas para ampliar a compreensão sobre a História, sobre os acontecimentos, de forma a escapar da armadilha de ensinar a História apenas por um único viés. Não se trata de desvalorizar o que está escrito na História Oficial, até porque, os relatos da migração da ocupação das terras para a agricultura, as dificuldades dos agricultores são reais, trata-se, na verdade, de ampliar os elementos de análise para incluir outros sujeitos, construir uma História mais plural, em que os sujeitos, homens, mulheres e crianças da comunidade possam se ver como partícipes.

Considerando essa discussão, é preciso, portanto, analisar metodologias que possam ajudar a ensinar a História de forma a incluir as realidades das comunidades dos municípios. Não pode ser um ensino voltado apenas para si, tem que consideram a comunidade os municípios, em um cenário mais ampliado, em diálogo constante com acontecimentos exteriores e com espacialidades diversas.

Nesse sentido, conforme abordamos no decorrer desse texto, a História Local é uma abordagem metodológica possível. Nesse sentido, Barros (2013, p. 3) expõe:

> Com a abordagem da História Local os alunos passam gradativamente a observar e perceber o significado de outras matérias construídas no passado; a compreender que as realidades históricas de determinada localidade e de seus habitantes no tempo não se dão isoladas do mundo, mas como parte do processo histórico em que populações locais constroem suas identidades culturais e sociais; que estas identidades são diversas, mas todas merecem respeito.

O autor chama a atenção para um aspecto muito relevante, quando se trata da História da formação do município de Canarana-MT, que é a diversidade. Quando analisamos no primeiro e segundo capítulo desse trabalho a ocupação da região do Araguaia e a colonização de Canarana-MT, utilizando a categoria de análise fronteira, foi possível realçar a diversidade de sujeitos envolvidos no processo histórico, portanto, não é possível reduzir a um único grupo de sujeitos como representantes da formação do munícipio, mesmo que tratássemos apenas dos projetos de colonização da Coopercol, mesmo nesse espaço um pouco mais reduzido, a pesquisa mostrou a presença de outros sujeitos além dos migrantes sulistas, os relatos e documentos demostraram a presença de posseiros nas áreas dos projetos, bem como, a constituição de parte dos projetos dentro de áreas indígenas.

Ainda, em relação à ocupação do Araguaia mato-grossense e à colonização do município de Canarana-MT, analisamos que a construção da História Oficial é reforçada, através dos monumentos erguidos. Essa análise foi realizada na última sessão do segundo capítulo desse trabalho. Apontamos, naquele momento, para análise, os monumentos sob proteção da legislação estadual, que trata da conservação do patrimônio histórico artístico e cultural, que, por sinal, foi atualizada recentemente, através da Lei Nº 11.323[90] de 23 de março de 2021. Na análise destacamos os dois que gozam dessa proteção: o Monumento da Cuia e da Chaleira e o Monumento do Avião dos Pioneiros, e, como ficou evidente, não retratam a diversidade construtiva do município.

Um outro elemento que foi apontado na pesquisa e que não aparece nos textos oficiais sobre o processo de colonização de Canarana-MT foi o caráter conflitivo desse processo. Da mesma forma, demostramos, através dos documentos e de bibliografias analisados, a partir da compreensão da categoria fronteira, que foi muito recorrente as disputas por terra, tanto na região do Araguaia quanto onde hoje é o município de Canarana-MT. Nesse ponto, o caráter conciliatório com o passado se expressa na construção da História Oficial.

Quando refletimos sobre a História Oficial e apontamos para a História Local como

[90] Para conhecer mais sobre a lei que dispõe sobre a proteção do Patrimônio Histórico, Artístico e Cultural do Estado de Mato Grosso, acesse o *site* da Secretaria de Estado de Cultura ou o *link* que segue: https://www.iomat.mt.gov.br/portal/visualizacoes/html/16257/#e:16257/#m:1233290 .

uma metodologia que faz frete a essa tendência, precisamos responder a uma questão importante: Como a metodologia de ensino da História Local pode dar conta de evidenciar essa diversidade de acontecimentos e sujeitos de forma articulada, não caindo na armadilha de focar o local e fechar em si? Para trabalhar essa questão, mais uma vez, vamos recorrer às reflexões de Schmidt e Cainelli (2004), como pode ser visto a seguir:

> O trabalho com a história local no ensino da História facilita, também, a construção de problematizações, a apreensão de várias histórias lidas com base em distintos sujeitos da história, bem como de histórias que foram silenciadas, isto é, que não foram institucionalizadas sob forma de conhecimento histórico, ademais, esse trabalho pode favorecer a recuperação de experiências individuais e coletivas do aluno, fazendo-o vê-las como constitutivas de uma realidade histórica mais ampla produzindo um conhecimento que, ao ser analisado e trabalhado, contribui para a construção de consciência histórica (SCHMIDT; CAINELLI, 2004, p. 114).

As autoras tratam da questão, apontando para a as possibilidades de ampliar as problematizações, que, por sua vez, podem avançar na construção do conhecimento histórico próximo aos estudantes, abrindo a possibilidade a análise de acontecimentos da história que foram silenciados, isso se faz necessário. A primeira coisa que deve ser observado, quando se ensina História, é apresentar um sentido ao que é proposto, quanto mais distante do estudante, mais difícil é de lhe mostrar o sentido de estudar, portanto, o estudante tem que perceber que a realidade que ele está inserido faz parte das discussões históricas que, em muitos momentos, ocorrem de forma tão ampliada que parece tratar de uma realidade de outro mundo. É preciso, assim, pensar na articulação ente o local e os temas mais gerais. Barbosa (2006, p. 63) chama a atenção para isso:

> A reação dos alunos à história nas salas de aula, que se apresenta na forma de aversão ou de apatia frente ao que é ensinado, quando afirmam que não sabem para que estudam isso ou que a história não tem função ou sentido, demonstra que até o presente há um considerável emprego da ideia de história como fatos isolados e não como processo, como matéria decorativa e não interpretativa (BARBOSA, 2006, p. 63).

Nesse sentido, caso o debate histórico construído em sala de aula, não possibilite ao estudante se reconhecer, a tendência é uma valorização menor ao que foi proposto, isso pode ocorrer de duas formas: a primeira, através de temas distantes e não articulas, de forma a se aproximar da realidade do estudante; a segunda, quando propõe a aproximação com a metodologia da História Local. Porém, a proposta caminha mais no sentido de construção de uma História Oficial do local, reproduz as fórmulas de criação do mito fundador e dos heróis a nível local.

Nesse sentido, Barbosa (2006) propõe a História Local articulando o local com outras escalas de espacialidades reconhecendo as potencialidades.

> O ensino de História Local ganha significado e importância no ensino fundamental, exatamente pela possibilidade de introduzir e de prenunciar a formação de um raciocínio histórico que contemple não só o indivíduo, mas a coletividade, apreendendo as relações sociais que ali se estabelecem, na realidade mais próxima. Apresenta-se a abordagem da história cotidiana e dos fatos presentes introduzindo a possibilidade de resgatar o passado, através de variadas formas, entre elas, o uso de fontes disponíveis na própria localidade - quando existirem: os livros, a literatura de cordel, músicas e poesias, as fotografias, o patrimônio histórico material e imaterial, os documentos dos arquivos, bem como, descobrindo e explorando as fontes vivas através de depoimentos orais (BARBOSA, 2006, p. 66-67).

Quando questionamos como a História Local poderia contribuir para a democratização do ensino e trazer a discussão sujeitos e acontecimentos, que, por força da História Oficial foram silenciados, a autora nos dá uma indicação importante, ela fala do uso de fontes locais, essas fontes são importantes na construção historiográfica, no entanto, abre também, grandes possibilidades para o ensino e aprendizagem a partir do local.

Analisemos, portanto, as formas como a História Local pode ser um instrumento para contrapor à versão oficial, desmitificando-a, possibilitando trazer para o centro da discussão, sujeitos negligenciados por essa versão.

A História Oficial de Canarana-MT, caminha no sentido de construção, uma versão do passado, que restringe o protagonismo dos sujeitos, ela dá ênfase ao grupo de migrantes vindos da região Sul do Brasil, ao qual são chamados de “pioneiros”, essa versão da História é retratada, no pouco que foi produzida, de pesquisas historiográficas, como nos trabalhos de Morais (2015) e Ribeiro (2013) e nos textos produzidos e divulgados nos *sites* oficiais das instituições do município, do estado e federal, além, é claro, de estar reproduzida nos monumentos, nos nomes das ruas e avenidas.

A versão oficial do surgimento de Canarana-MT está associada a um vazio demográfico como escrito no *site* da prefeitura municipal: “Três membros da Rádio Municipal foram ver o Mato Grosso e voltaram entusiasmados. Descobriram um imenso vazio demográfico com muita terra boa e barata”. Essa versão nega a presença de indígenas e de muitos posseiros que viviam nessas terras, nesse ponto, podemos trazer, como elemento de contraposição, os inúmeros conflitos entre indígenas, posseiros, migrantes e fazendeiros.

Em se tratando de ensino de História Local, Barbosa (2006) aponta os documentos como uma possibilidade de conhecer, com maior profundidade, a História Local, por isso vamos trazer nesse momento, para a análise, uma reportagem do Jornal do Brasil, na sua

edição de 13 de agosto de 1972, que, enquanto documento, ajuda a ampliar a compreensão trazida pela versão oficial. O título da referida reportagem é: "Índios Armados Exigem Demarcação de sua Reserva"[91]. A reportagem traz relatos de sujeitos envolvidos nesse conflito, vamos analisar essas falas, e as possibilidades de as mesmas contribuírem para uma aprendizagem mais democrática.

Um dos relatos da reportagem é do agricultor Sulista de nome Francisco Aloisio Beckmann que havia adquirido uma área da fazenda de Alfredo Tonetto e estava em conflito com os indígenas que alegavam que ele estava sobre seus territórios. O agricultor relatou na reportagem:

> Comprei a fazenda – que mede 2 mil hectares – do latifundiário Alfredo Tonetto. Recebi a documentação legal e pensei iniciar minhas plantações e criar gado. Pois bem, no dia 24 de agosto do ano passado, exatamente a 16 dias após minha chegada, recebi um grupo de 10 Xavantes que me pediram fumo e comida [...]. Tratamos os índios muito bem, dando-lhes o que haviam pedido [...] na tarde seguinte, dia 25, no mesmo local que se achavam acampados, chegaram nada menos que 28 índios armados, exigindo que eles abandonassem a fazenda imediatamente.

A fala do agricultor aponta para um clima de tensão entre os indígenas e os proprietários de fazendas que foram estabelecidas sobre seu território, portanto, os espaços vazios não correspondiam com a realidade. O relato de autoridades locais apresentava uma postura de neutralidade, que, na prática, não resolvia o conflito e, em alguma medida, dava sustentação à situação de ocupação dos territórios indígenas. Vejamos a fala do comandante do destacamento da Aeronáutica local, suboficial Olmo Guedes, confirmando isso, ele diz:

> Quero dizer que não pretendo me envolver nesse conflito e nem ouso dizer com quem está a razão. O fazendeiro comprou sua terra e a tem legalizada. O índio por sua vez, nasceu aqui. Enfim, no caso de briga coloco o rádio do destacamento à disposição dos interessados para alertar as autoridades competentes.

As autoridades competentes, para lidar com essa situação, segundo o oficial, não era ele, provavelmente as autoridades competentes, as que ele se refere, deveriam ser os funcionários da Funai, no entanto, as ações desse órgão, nesse período, trabalharam no sentido de buscar a aculturação dos indígenas e garantir, através dos de seus laudos, que afirmavam a inexistência de indígenas em suas próprias terras, favorecendo a implementação dos projetos agropecuários na região.

A reportagem do jornal também aponta para a presença de posseiros nas terras consideradas vazias:

[91] A reportagem na integra pode ser consultada nos anexos dessa pesquisa.

> Na BR-158, uma estrada intransitável em qualquer época do ano, o casal Romão e Cândida da Silva montou um pequeno bar ao mesmo tempo que cultivava uma minúscula roça. Eles sabem para que lado está torcendo:
>
> – Estamos com os índios, não tem nem dúvida, pois foram eles que nos ajudaram deixando a gente ocupar o terreno e plantar a rocinha. Se não fosse assim nós não estaríamos aqui.

Esses moradores posseiros não só viviam nessas terras, como também apresentam um ponto de vista sobre a situação conflitosa. Para Romão e Cândida, se colocando ao lado dos indígenas, a presença na terra e a garantia da subsistência estavam garantidas, coisa que provavelmente não ocorreria, caso o interesse do fazendeiro fosse garantido.

Com relação aos indígenas as falas reproduzidas na reportagem são marcantes, o Cacique Saamrê diz:

> Papel de terra não vale nada para nós, a terra é nossa, muito antes de Meireles nos encontrar – o desabafo é do cacique que não parece assustar-se diante da perspectiva de voltar aos velhos tempos de luta. [...]. É preferível morrer lutando do que mendigar em suas próprias terras.

O líder indígena demostra em sua fala o processo de ocupação das terras indígenas, sem levar em consideração à presença deles, ao mesmo tempo, aponta para as diferenças culturais, quando diz que papel não vale nada, afirma a posse efetiva por parte dos indígenas sobre o território, inclusive com a disposição em enfrentar um conflito armado para garantir essa posse, sua vez, o posicionamento dos indígenas entra em choque com a posse oficial e documentada do fazendeiro.

A reportagem demostra a presença de outros sujeitos, bem como dos conflitos, é um documento que contribui, no sentido de contrapor à História Oficial, como documento, está sendo usado para a construção historiográfica do município, como recurso didático para o ensino, pode ser usado para proposição de atividades de análise da formação do município, demostrando que muitos sujeitos de diferentes origens participaram desse processo.

Um outro documento que ajuda a perceber o silenciamento em relação a alguns sujeitos que fizeram parte do processo de formação do município de Canarana-MT, é o "Hino do Município de Canarana Terra Esperança", ele é executado nos momentos comemorativos como data de aniversário de emancipação política, foi criado através da Lei Municipal nº 950/2010[92] de 5 de novembro de 2010, a letra foi composta pelo artista Algacyr Costa, vejamos a letra, com a interpretação que consta na lei Municipal:

INTERPRETAÇÃO POPULAR DA LETRA DO TERRA ESPERANÇA

[92] A integra da lei pode ser consultada no endereço eletrônico: http://canarana.mt.gov.br/novoportal/sic.html, abrindo a aba "legislação" e, em seguida, a aba "leis municipais".

> **Virgem brotastes das entranhas do cerrado** – Canarana foi uma colonização pioneira que nasceu em meio o cerrado virgem, ou seja, desabitado ou inexplorado.
>
> **Num firme brado de trabalho e suor** – os trabalhadores desdobravam essa terra com trabalho e esforço.
>
> **Heróis pioneiros morando em tetos de** lona – sua primeira moradia foi num acampamento feito com barracos de lona.
>
> **Mãos de cordeona a semear vida melhor**. – Com as mãos ágeis os desbravadores construíram aqui uma nova vida
>
> **Iluminados pela força imigrante –** o exemplo dos antepassados, que também foram imigrantes, iluminou os desbravadores.
>
> **Em teu semblante refulgem raios de sóis –** no rosto deles brilham muitas luzes.
>
> **Dias e noites, na constância que promove –** os habitantes de Canarana são perseverantes na luta 24 horas por dia.
>
> **Fé que comove, a fisgar mil arrebóis. –** Sua fé contagia e aponta para novos horizontes de vida e felicidade.
>
> **Rico eldorado, verde selva, linda gente –** terra rica como ouro, com natureza exuberante e habitada por pessoas lindas.
>
> **Traz ao presente, exemplo de força e paz.** – Nos dá lições de fortaleza e vida harmoniosa
>
> **És Canarana com Norberto e sua alma –** Canarana tem no seu íntimo o ser do colonizador Norberto Schwantes.
>
> **Ouvindo palmas de um povo viril, capaz. –** Que seu povo forte e inteligente vive aplaudindo.
>
> **Quanto trabalho, quanta luta, sofrimentos** – em sua história seu povo muito sofreu e batalhou.
>
> **Sem suprimentos para os filhos sustentar.** – muitas vezes carente até de alimentação.
>
> **Lembrando sempre na distância seus parentes** – sentindo falta dos familiares que ficaram longe.
>
> **Saudoso sente uma angústia a cabrestear**. – Procurando segurar ou controlar seus sentimentos.
>
> C**ravaste fundo nesta terra a esperança –** a certeza de um futuro melhor, está concretada bem fundo nesse chão.
>
> **Como uma fiança no futuro a esperar –** nos garantindo o futuro que sonhamos.
>
> **Calma velhice, paz, amor, fraternidade –** na velhice tranquila viveremos esses valores essenciais.
>
> **Felicidade a nós todos abraçar. –** e seremos contemplados com a verdadeira felicidade. (Texto conforme o original da Lei Municipal 950/2010).

A letra do hino claramente reforça a presença do migrante sulista, dando a sua trajetória uma visão heroica, no entanto, não aborda os outros sujeitos, quando trata do território aponta para a mesma visão de espaços vazios, descritos na História Oficial e no próprio discurso do período da Ditadura Civil Militar Brasileira.

Enquanto fonte de ensino, fazendo o comparativo entre a reportagem e a letra do hino e demais documentos que tratamos nesse texto, é possível contrapor à versão oficial, essa

contraposição não é no sentido de silenciar os grupos que hoje estão representados na História Oficial, mas, pelo contrário, trata de lançar novos sujeitos na condição de protagonistas, tornado o aprendizado mais democrático, mais representativo.

Trabalhar com o ensino da História Local, implica em analisar documentos e, como ficou evidenciado, esses documentos podem ser os mais variados possíveis, cabe ao professor, fazer essa busca, e, de posse dos documentos, analisar e propor atividades que façam os estudantes refletir sobre o passado e sobre o presente, oportunizando no processo de ensino e aprendizagem, a percepção por parte dos estudantes, das rupturas e permanências, dos silenciamentos impostos pela História Oficial, contribuindo, assim, para a formação cidadã.

No decorrer dessa pesquisa foi feita análise de fontes variadas, que, se utilizadas para a proposição de propostas de trabalho didáticas, podem dar conta de avançar para além do que as discussões que a História Oficial propõe.

A documentação levantada durante a presente pesquisa possibilita a produção de propostas de atividades que podem contrapor a alguns aspectos da História Oficial. Essa documentação foi localizada na própria sede do município, sob os cuidados da Fundação Pró-Memória de Canarana, no Arquivo Nacional de Brasília, em versão digitalizada, e, em pesquisas realizadas por pesquisadores da área das humanas. Portanto, o acesso a esses documentos não é muito difícil. Parte da documentação que foi levantada durante a presente pesquisa será utilizada na produção de um produto pedagógico, requisito para a aprovação da pesquisa e oportunidade para colocar em prática as discussões feitas durante a construção da dissertação.

A História Local não pode ser considerada a salvação em relação à construção de um ensino de História mais significativo mais democrático que faça frente à construção da História Oficial, no entanto, conforme analisado durante a presente pesquisa, configura-se como uma possibilidade promissora. Cabe aos professores de História buscar formação e aprofundar as reflexões para que, de fato, a História contribua para a concretização de um dos seus objetivos principais que é a formação para a cidadania.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao concluir a escrita do presente trabalho, buscamos fazer uma reflexão sobre o caminho percorrido, para podermos verificar em que conseguimos avançar. A pesquisa surgiu de uma preocupação, em relação ao ensino de História, essa preocupação se firmava em dois aspectos, o primeiro tinha a ver com a busca de uma forma de tornar o ensino de História mais democrático, uma das possibilidades pensadas, na minha prática como professor, me conduzia a uma proposta de aproximação das discussões históricas da realidade dos estudantes, para isso, era necessário pensar o contexto histórico, no qual a realidade dos estudantes estava mais próximo, ou seja, era preciso se ater a História Local.

A segunda preocupação derivava da primeira, em como aproximar a discussão histórica da realidade dos estudantes quando se percebia uma História Oficial, construída e manifesta na forma de memória oficial da comunidade, negligenciava ou afastava de cena diversas representações que compunham a realidade local e regional.

Refletindo sobre essa questão durante a preparação de aulas e, principalmente, quando ingressei no Curso de Mestrado Profissional em ensino de História, cheguei à conclusão de que era necessário pesquisar e analisar o que me preocupava, nesse sentido, durante a escrita da proposta de pesquisa defini, depois de reflexões e mudanças das quais já mencionei durante o texto o problema da pesquisa, que o problema a ser investigado seria: “Como o ensino de História Local pode contribuir para democratizar o ensino e contrapor a História Oficial da ocupação e colonização de Canarana-MT?”.

Para dar conta de fazer a reflexão sobre o problema definimos como objetivo principal da pesquisa, analisar a ocupação e colonização do território que deu origem ao município de Canarana-MT e produzir uma narrativa historiográfica, a partir de uma pesquisa documental e bibliográfica, abordando os grupos de sujeitos históricos distintos selecionados que compõem a população local (pioneiros sulistas, índios da etnia Xavante, posseiros e pequenos proprietários que já viviam na localidade). Ao fim dos trabalhos espera-se que possa contribuir para o ensino da História, principalmente, para a ampliação da visibilidade dos sujeitos, da mesma forma, espera-se que o produto pedagógico que surgirá dessa discussão possa auxiliar professores e alunos do município no processo de ensino e aprendizagem da História.

A construção do produto pedagógico é uma parte obrigatória do programa de mestrado e, ao mesmo tempo, é uma etapa importantíssima, pois é nela que as preocupações iniciais que motivaram a pesquisam começam a encontrar caminhos, quando pensamos o ensino de

História. Onde a pesquisa e as reflexões teóricas começam a ganhar forma na prática docente.

Definido, portanto, o objetivo geral, ao qual a pesquisa ia focar para refletir sobre o problema, coube, então, definir objetivos específicos que pudessem nortear, de forma mais explícita, por onde a pesquisa ia andar, nesse sentido foram pensados quatro objetivos específicos que derivaram do objetivo geral. O primeiro foi conhecer o processo migratório nos territórios de fronteira de expansão durante a colonização recente no estado de Mato Grosso e identificar as origens bem como as motivações que levaram os grupos alvo da pesquisa em se deslocar para o território que hoje compõe o município de Canarana-MT; o segundo foi identificar como se deram as relações entre esses grupos durante o processo de ocupação e colonização e analisar a formação da História Oficial; o terceiro foi analisar as possibilidades da História Local em contrapor a História Oficial e; por último, o quarto, foi produzir um material pedagógico para dar suporte a professores e alunos para o estudo da História Local de forma mais democrática.

As reflexões e estudos iniciais para a construção do projeto, nos levou a levantar a hipótese de que o processo de colonização e ocupação recente em Mato Grosso, principalmente, entre as décadas de 1960 a 1980, foi marcado por um intensa disputa pela terra, entre os mais diversos grupos que participam desse processo, nesse sentido, as disputas avançam no campo cultural e acabam por estabelecer uma visão hegemônica, alguns grupos que comunga de traços culturais semelhantes acabam se impondo pela forca econômica e política e encampam para si a memória da ocupação e colonização, deixando outras vozes silenciadas nesse processo. Pensando que em Canarana-MT ocorreu um processo semelhante, podemos questionar: Quando se trata do ensino de História, a História Local construída, a partir a partir de análise da presença dos diversos sujeitos que compõem essa realidade, podem contribuir para ampliar e fortalecer o ensino e aprendizagem dos estudantes e professores?

Refletindo sobre os questionamentos que motivaram a presente pesquisa é preciso fazer algumas considerações em relação aos resultados alcançados. O ponto de partida da pesquisa foi buscar elementos que caracterizam a presença dos grupos sujeitos selecionados, na região onde deu origem ao município de Canarana-MT, para isso, usamos como referência, para a investigação, as categorias de análise de Fronteira, a partir das reflexões de Martins (2018) e de Território, por meio de Santos (2007). A pesquisa bibliográfica e documental, nos conduziu a compreender que a ocupação da região do Araguaia Mato-Grossense, que deu origem ao município de Canarana-MT, ocorreu de duas formas: a ocupação espontânea e a ocupação oficial.

Com relação a ocupação espontânea foi possível identificar como ela se desenvolveu, foi possível compreender a partir de documento e pesquisas que ela ocorreu em momentos distintos, e está associada a dois grupos de sujeitos que foram selecionados na pesquisa: os indígenas da etnia Xavante e os posseiros.

A pesquisa deu conta de reconhecer a presença da migração dos Xavantes da então província de Goiás, ocorrida por volta da primeira metade do século XIX. A migração para a então província de Mato Grosso, deu origem a um grande território ocupado por esse povo e conhecido pelo governo brasileiro, principalmente, a partir década de 1940, com as ações da FBC e do SPI.

Penso que uma questão pode ser abordada em uma outra pesquisa ou em outra oportunidade de ampliação desta, sendo esta: Como se deu as relações entre xavantes e outros povos indígenas que também habitavam a região do Araguaia? Como a presente pesquisa optou por pesquisar a etnia com maior território na região do Araguaia, essa definição tem a ver com o foco em relação à formação do município de Canarana-MT, nesse sentido, não avançamos nas relações interétnicas.

Já a ocupação espontânea dos grupos que deram origem a posseiros na região do Araguaia Mato-Grossense, ocorreu com a migração, principalmente a partir do início do século XX, observamos que o Rio Araguaia foi a estrada de passagem desses grupos, eles vinham do então estado de Goiás e dos estados da região Norte e Nordeste do Brasil. Identificamos duas frentes de entrada na região: uma ao norte, formada por sujeitos que se dedicaram a uma produção de subsistência e venda de excedentes nas margens do Rio Araguaia e; outra ao sul da região, ligada aos garimpos. Nesse sentido, as duas frentes tinham, ao meio, o imenso território ocupado pelos indígenas da etnia Xavante.

Quando passamos a pesquisar sobre a ocupação oficial, encontramos nas bibliografias e documentos dois momentos importantes. O primeiro momento foi a chegada da FBC, em meados da década de 1940, essa ação oficial tinha como objetivo construir, abrir caminho para o que eles chamavam de integração do Centro-Oeste e da Amazônia, a “Sociedade Nacional”. Para isso, foram construídas estradas e os contatos com povos indígenas, que até então viviam isolados, foram estabelecidos, dentre eles os Xavantes. O segundo momento de destaque da ocupação oficial foi durante a década de 1960 e 1970, com o Golpe Civil Militar de 1964 e a implantação da ditadura. As ações do governo federal foi de retomar, de forma mais intensa, o que chamavam de integração. As terras que faziam parte do território dos Xavantes foram vendidas ou regularizadas, de forma que tinham donos, no entanto, esses donos, em muitas situações, nem as conheciam. Para além das empresas agrícolas que se

implantaram na região, uma nova forma de ocupação se fortaleceu na década de 1970, empresas incentivadas pelo governo. Na época, adquiriam terras, as loteavam e vendiam a pequenos agricultores de outras regiões, com isso, muitos agricultores migraram para a região do Araguaia que, na década de 1970, compreendia o município de Barra do Garças.

Esse processo de transferência de agricultores de outras regiões para Mato Grosso foi denominado de "colonização". Nesse contexto, foi formada no estado do Rio Grande do Sul a COOPERCOL, uma cooperativa de colonização, essa cooperativa foi responsável pela transferência de centenas de agricultores da região Sul do Brasil para a Região do Araguaia, o primeiro projeto foi o Canarana I, encravado no meio do que era o território indígena da etnia Xavante.

Analisada a ocupação da Região do Araguaia, passamos a buscar compreender, a partir da análise de uma documentação diversificada (relatos, fotografias mapas, arquivos oficiais da ditadura), o processo de formação do município, principalmente nas relações que se estabeleceram entre os sujeitos e os grupos alvo da pesquisa. Foi possível constatar que esse encontro, ao longo do tempo, foi marcado pela violência, a ocupação oficial avançou com muita rapidez sobre os que haviam realizado a ocupação espontânea. Nesse processo houve maior favorecimento aos que representavam a ocupação oficial, o conflito pela terra foi um dos elementos que vigorou e vigora na região do Araguaia. Posseiros foram retirados de áreas que viviam, outros resistiram e se mantiveram, já, os indígenas, foram, aos poucos, sendo confinados em territórios cada vez menores, e, nessas condições, a violência teve um grande destaque no processo.

No entanto, quando falamos, da memória construídas, a partir da formação do município, ela aponta para a uma memória oficial, e, em consequência, a tentativa de construir uma História Oficial que negligencia o conflito e que estabelece uma simbologia relacionada aos vencedores, aos que conseguiram a tão sonhada integração à Sociedade Nacional e ao sistema produtivo nacional, que vinha sendo buscados desde a década de 1940.

A pesquisa nos levou a consideram que a história da formação do município de Canarana-MT na região de fronteira é marcada pelo conflito e por diversos sujeitos e grupos de sujeitos distintos de origem e de cultura, no entanto, quando essa história é construída pelos grupos que consolidaram os objetivos de integração econômica que os governos brasileiros estabeleceram ao longo de várias décadas, percebemos, nessas produções, o negligenciamento da violência e dos outros sujeitos que também participaram desse processo. No entanto, essas características não são totalmente silenciadas, elas estão, na verdade, no dia a dia das pessoas, e sempre, em algum momento, vem à tona. Por isso, conhecer esse processo

histórico pode contribuir para realçar a presença dos sujeitos que não foram considerados, na visão da História Oficial estabelecida, como protagonistas. Para isso, passamos a analisar as possibilidades do ensino de História voltado para o ensino da História Local, como uma possibilidade de romper com as construções realizadas pela História Oficial.

Na análise feita percebemos, através da leitura de diversos pesquisadores, entre eles Schmidt e Cainelli (2004), Reznik (2002), Guimarães (2018) (Bittencourt 2018) e da construção feita nos dois primeiros capítulos desse trabalho, que a História Local é uma possibilidade real de tornar o ensino mais democrático, pois, tanto a pesquisa, a partir do tema local, quanto o ensino da História Local, como metodologia, são formas de trazer para a discussão os sujeitos silenciados. Outra questão que ficou muito clara, foi o fato de a História Local não finalizar em si, mas sim, estabelecer um diálogo com outras espacialidades e com diversas temáticas.

REFERÊNCIAS

BARROZO, João Carlos. A colonização em Mato Grosso como "portão de escape" para a crise agrária no Rio Grande do Sul in, clio – **Revista de Pesquisa Histórica** – nº 32.2 ISSN 0102-9487, Recife Pernambuco, 2014.

BARBOSA, Vilma de Lurdes. **Ensino de História:** Redescobrindo Sentidos. Saculum – **Revista de História** [15]; João Pessoa, jul./dez. 2006.

BARROS, José de D'Assumpção. O Lugar da História Local. Conferência para o I ENCONTRO DE HISTÓRIA LOCAL/ REGIONAL DA UNEB, realizado na cidade de Santo Antônio de Jesus, em novembro de 2009. Disponível em: https://www.google.com.br/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=&ved=2ahUKEwjt2ryjhfzvAhX5LLkGHSIrCd4QFjABegQIBBAD&url=https%3A%2F%2Fsigaa.ufrrj.br%2Fsigaa%2FverProducao%3FidProducao%3D2301715%26key%3D1ff4339179c116ddaece213dd5b443b1%23%3A~%3Atext%3DTal%2520como%2520j%25C3%25A1%2520foi%2520dito%2Cpreconizada%2520por%2520uma%2520Cartografia%2520oficial.&usg=AOvVaw0WKCwu5md0QeL5Lcz4yxw2. Acesso em: 13 abr. 2021.

BECKMANN, Ivo et al. **Notícias sobre o vale do Araguaias**. *In*: CASTRILLON, Maria de Lurdes Fanaia. **História e Memórias:** múltiplas experiências de pesquisas históricas sobre o portal da Amazônia e do Xingu/ Maria de Lurdes Fanaia, Cuiabá, MT: EDUNIC, 2008.

BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes. **Ensino de História:** Fundamentos e Métodos. 5ª Ed., São Paulo, Cortez, 2018.

BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes. **Pátria Civilização e Trabalho.** São Paulo: Edições Loyola, 1990.

BOAVENTURA**,** Deusa Maria Rodrigues. **Urbanização em Goiás no Século XVIII**. Tese de Doutorado (Doutorado em História e Fundamentos da Arquitetura e Urbanismo) Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.

BOURDÉ, Guy, MATIN Hervê. **As Escolas Históricas**. Trad. Fernando Scheibe. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2018.

BOURDIEU, Pierre. **O Poder Simbólico.** Rio de janeiro: Bertrand Brasil, 1989.

BURKE, Peter. A **Revolução Francesa da historiografia:** a Escola dos Annales 1929-1989; tradução Nilo Odália. São Paulo: Editora Universidade Estadual Paulista, 1991.

CAINELLI, Marlene, SANTOS, Flávio Batista dos. O Ensino de História Local na Formação da Consciência Histórica: Um estudo com alunos do Ensino Fundamental. **Cadernos de Pesquisa: Pensamento Educacional**, Curitiba, v. 9, n. 21, p.158-174 jan./abr. 2014.

CAMPOS, Marden Barbosa de. Características demográficas e a voluntariedade da migração. REMHU, **Rev. Interdiscip. Mobil. Hum**. vol.23 no.45 Brasília jul./dez. 2015. Disponível em: https://remhu.csem.org.br/index.php/remhu/article/view/448/436 . Acesso em: 20 jan. 2021.

CANUTO, Antônio. **Resistência e luta conquistam território no Araguaia Mato-Grossense**. São Paulo, Outras Expressões, 2019.

CARON**,** Marcos Macedo Fernandes. **A Esquerda de Tordesilhas:** Uma experiência democrática popular de educação no município de Barra do Garças-Mato Grosso. Tese de Doutorado (Doutorado em Educação) Faculdade de Educação, Universidade de Brasília, Brasília, 2010.

CASTRILLON, Maria de Lurdes Fanaia. **História e Memórias:** múltiplas experiências de pesquisas históricas sobre o portal da Amazônia e do Xingu/ Maria de Lurdes Fanaia, Cuiabá, MT: EDUNIC, 2008.

CAVALCANTI, Luciana Araújo. **A História Local no currículo escolar**. Dissertação de Mestrado (Mestrado em Educação), Centro de Educação, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2007.

CORREA, S. M. S. **História local e seu devir historiográfico**. Revista Metis: história & cultura - v. 2, n. 2, p. 11-32, jul./dez. 2002. Disponível em: http://www.ucs.br/etc/revistas/index.php/metis/article/view/1084. Acesso em: 28/10/2019.

CUSTÓDIO, Regiane Cristina. **Memórias da Migração, Memórias da Profissão:** Narrativa de Professoras sobre suas vivências nas décadas de 1960 a 1980 (Tangará da Serra – MT). Tese de Doutorado (Doutorado em Educação), Faculdade de Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre – RS, 2014.

CHAUÍ, Marilena de Souza. **Brasil:** mito fundador e sociedade autoritária. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2000.

DELUCI, Luciana Akeme Sawasaki Manzano. **Ti'a roptsimani'õ**: os A'uwẽ Marãiwatsédé tecem saberes para a construção de uma proposta curricular intercultural. Dissertação de Mestrado (Mestrado em Desenvolvimento Sustentável) – Centro de Desenvolvimento Sustentável, Universidade de Brasília, Brasília, 2013.

DE PAULA, Luís Roberto. **Travessias**: Um estudo sobre a dinâmica sócio-espacial Xavante. Tese de Doutorado (Doutorado em Antropologia Social) – Faculdade de Filosofia, Letras e ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.

DOLZAN, Nina Teresa de Oliveira. **Tecnologia e Arte**: Prerrogativas da Evolução Humana. Dissertação (mestrado Profissionalizante em Gestão do Patrimônio Cultural) Arqueologia, Universidade Católica de Goiás, Goiânia, 2006

DUNCK, Augusto (org.). **Diamantes**. Canarana-MT: CEGRAF, 2014.

ESTERCI, Neide. **Conflito no Araguaia**: Peões e posseiros contra a grande empresa. Petrópolis, Vozes, 1987.

FRAGA, Fabyola de Souza. **Acervo fotográfico da EMATER/RS-ASCAR:** Um estudo de caso sobre difusão em arquivos. Monografia (Bacharel em Arquivologia) – Faculdade de

Biblioteconomia e Comunicação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2014.

FREIRE, José Rodrigues. **Relação da conquista do gentio Xavante conseguida pelo senhor Tristão da Cunha Menezes, governador e capital general da capitania de Goiás**. Lisboa, Typografia Nunesiana, 1890.

FONSECA, Sylvio da. **Frente a Frente Com os Xavantes**, Irmãos Poguetti, Rio de Janeiro, 1948.

FONSECA, Selva Guimarães. **Caminhos da História Ensinada**. Papirus, Campinas-SP, 1993.

GALVÃO**,** Maria Eduarda Capanema Guerra. **A Expedição Roncador-Xingu e a tarefa de ocupar, civilizar e urbanizar o Brasil Central**. Dissertação de mestrado (Mestrado em História, Política e Bens Culturais) Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil- CPDOC, Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro, 2014.

GOMIDE**,** Maria Lúcia Cereda. **Marãnã Bödödi** – A territorialidade Xavante nos caminhos do Ró. Tese de doutorado (Doutorado em Geografia) Departamento de Geografia - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008.

GOUBERT, Pierre. **História Local**. Revista Arrabaldes. Ano l, n° 1, maio/agosto 1988

GUIMARÃES NETO, Regina Beatriz. **Grupiaras e Monções**: Garimpos e cidades na história do povoamento do leste de Mato Grosso – primeira metade do século vinte. Tese de Doutorado (Doutorado em História) Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas-SP, 1996.

GUIMARÃES, Selva. **Didática e Prática de Ensino de História**. 13ª Ed. 5ª Reimpressão, Papirus, Campinas -SP, 2018.

GUIMARÃES, Selva, SILVA, Marcos. **Ensinar História no século XXI:** Em busca do tempo entendido. 4ª Ed., Papirus, Campinas-SP, 2012.

GUIMARÃES, SELVA. **Ensino de História e Cidadania**. *In*: GUIMARÃES Selva (org.). **Apresentação**. Papirus, Campinas-SP, 2016

IDIORIÊ-XAVANTE, Severiá Maria. **Línguas e educação intercultural na formação de professores A'UWẼ**. Dissertação de Mestrado (Mestrado em Educação) Instituto de Educação, Universidade Federal de Mato Grosso, Cuiabá, 2016.

IANNI, Octavio. **Colonização e Contra-Reforma Agrária na Amazônia**. Petrópolis, Vozes, 1979.

KRÄUTLER, Dom Erwin. **O índio: aquele que deve VIVER**. *In*: CONSELHO INDIGENISTA MISSIONÁRIO (CIM I). Povos indígenas aqueles que devem vier: Manifesto contra os decretos de extermínio.Brasília: Cimi, 2012, p. 11. Disponível em < http://www.cimi.org.br/pub/cimi40anos/0-%20Livro%20-%20Cimi%2040%20anos%20-%20Final%20%281%29.pdf>. Acesso em 31 jan. 2021

LACHNITT, Georg. **Do primeiro encontro com os Xavante à demarcação de suas reservas**: relatórios do Pe. Hipólito Chovelon. *Tellus*, Campo Grande, MS, ano 17, n. 32, p. 119-150, jan./abr. 2017

LE GOFF, Jacques. **História e Memória:** tradução Bernardo Leitão ... [et al.]. 7ª Ed, Revista Unicamp, Editora Unicamp, Campinas-SP, 2013.

LEVI, Giovani. **Sobre a Micro-História**. *In* Peter Burke (org). **A Escrita da História.** São Paulo, Editora Unesp, 2011.

LOPES DA SILVA, Aracy. **Dois séculos e meio de História Xavante**, *in*: Cunha Manoela Carneiro da (Org.) História dos Índios no Brasil. São Paulo, Secretaria Municipal de Cultura/Companhia das Letras/Fapesp,1992.

LUCKMANN, Sandro. **Educação Escolar Indígena na Terra Indígena Guarita**: Um olhar sobre a trajetória missionária indigenista da IECLB e COMIN. Dissertação de Mestrado (Mestrado em Educação Nas Ciências) Universidade do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul, Ijuí-RS, 2011.

MACEDO, Helder Alexandre Medeiros de. **De como se constrói uma História Local**: Aspectos da produção e da utilização no Ensino de História. In – ALVEAL, Carmen M. O.; FAFUNDES, J. E.; ROCHA, R. N. A. (org.). Reflexões sobre história local e produção de material didático, Natal-RN, EDUFRN, 2017.

MATOS, Patrícia Francisca de. **As tramas do agronegócio nas "terras" do sudoeste goiano**. Tese de Doutorado (Doutorado em Geografia) Instituto de Geografia/UFU, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia-MG, 2011.

MACIEL, Dulce Portilho, **Estado e território no Centro-Oeste brasileiro (1943-1967). Fundação Brasil Central (FBC)**: a instituição e inserção regional no contexto sócio-cultural e econômico nacional Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH • São Paulo, julho 2011.

MAGALHÃES, José Vieira Couto de. **Viagem ao Araguaya. Goyaz**, Typograpfia Provincial, 1863.

MAIA**,** João Marcelo Ehlert. **Estado território e imaginação espacial**: o caso da Fundação Brasil Central. Rio de Janeiro, Editora FGV, 2012.

MONTEIRO, Ana Maria F. C. **Professores de História:** Entre práticas e saberes. Rio de Janeiro, Mauad X, 2007.

MARTINS, José de Souza. **Fronteira a Degradação do Outro nos Confins do Humano**. 2ª ed., 3ª reimpressão – São Paulo: Contexto, 2018.

MARTINS, Fernanda Santa Roza Ayala. **O serviço de Proteção aos índios e localização dos trabalhadores nacionais e a política agrária na Primeira República**: grupos agrários, projetos e disputas no Maranhão (1910-1918). Dissertação de Mestrado (Mestrado em

História) Departamento de História – Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal Fluminense, Niterói, Rio de Janeiro, 2012.

MORAES, Adriano Knippelberg de. **"PROJETO CANARANA":** Trajetória de famílias em busca de terras em Mato Grosso (1972-1981). Cuiabá, 2015. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Ciências Humanas e Sociais. UFMT.

MORENO, Gislaine. **Terra e Poder em Mato Grosso**: Política e Mecanismos de Burla: 1892-1992, Cuiabá-MT, Entrelinhas EDUFMT, 2007.

MORENO**,** Gislaine**. O processo Histórico de acesso à terra em Mato Grosso**. Geosul, Florianópolis, v. 14, n.27, p. 67-90, jan./jun. 1999.

MOURA, Zilma Martins de. **O Ensino de História Local:** Imagens e relatos de Mulheres da Colônia de Rio Branco-MT (1960-1970). Dissertação (Mestrado em Ensino de História) Faculdade de Ciências Humanas, Universidade do Estado de Mato Grosso, Cáceres, 2020.

MOURA, Gabi R. de et al. **Migrantes da região do Xingu**. *In*: CASTRILLON, Maria de Lurdes Fanaia. **História e Memórias:** múltiplas experiências de pesquisas históricas sobre o portal da Amazônia e do Xingu/ Maria de Lurdes Fanaia, Cuiabá, MT: EDUNIC, 2008.

MATTOSO, José. **A escrita da História: Teoria e Métodos**. Editora Estampa, Lisboa,1997.

OLIVEIRA, Carlos Edinei. O ensino de história em Mato Grosso: Uma análise das Orientações Curriculares. História e Diversidade [recurso eletrônico] **/ Revista do Departamento de História.** Cáceres: UNEMAT Editora. Vol. 5, nº. 2, (2014).

NUNES, Francisca Neta. **A História Local como Metodologia de Ensino de História na Educação Básica:** Uma experiência a partir das memórias das mulheres da Colônia de Rio Branco-MT (1960-1970). Dissertação (Mestrado em Ensino de História) Faculdade de Ciências Humanas, Universidade do Estado de Mato Grosso, Cáceres, 2020.

OLIVIERA, Tatiane Gonçalves de. **Política de genocídio contra os índios do Brasil: memória e contestação contra a política indigenista adotada pelo regime militar (1970-1974).** *In*: XXVIII Simpósio Nacional de História. Florianópolis (SC). 2015 Anais... [...] Disponível em http://snh2015.anpuh.org/resources/anais/39/1434401679_ARQUIVO_artigoanpuhcompletodoc.pdf. Acesso em: 30 jan. 2021.

ORIÁ, José Ricardo F. Memória e Ensino de História. *In*. BITTENCOURT, Circe M. F. (Org.). **O saber histórico em sala de aula.** 12ª ed., 3ª reimpressão, São Paulo, Contexto, 2017.

PRESTES, Anita Leocadia. **O historiador perante a história oficial, Germinal**: Marxismo e Educação em Debate, Londrina, v. 1, n. 2, p. 91-96; jan. 2010

PROFHISTÓRIA UFRJ. **Linhas de pesquisa.** Disponível em: https://profhistoria.ufrj.br/sobre_curso. Acesso em: 24 set. 2020.

REZNIK, Luís. **Qual o lugar da História Local.** Disponível em: https://www.docsity.com/pt/qual-o-lugar-da-historia-local/4732208/ . Acesso em: 10 fev. 2021.

REZNIK, Luís. **História Local e Comunidade:** O Exercício da Memória e a Construção de identidades. Disponível em: http://www.historiadesaogoncalo.pro.br/txt-hsg-artigo-04.pdf. Acesso em: 14 abr. 2021.

RIBEIRO, Alexandro Rodrigues. **A Colonização promovida por empresas e famílias do centro-sul do Brasil na Amazônia Mato-Grossense.** Tese de Doutorado (Doutorado em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido) Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Universidade Federal do Pará, Belém, 2013.

ROCHA, Betty Nogueira. **A trama do drama: a trama das fronteiras e o drama dos migrantes nas configurações do desenvolvimento de Lucas do Rio Verde – MT.** Tese de doutorado (Doutorado em Ciências), Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2010.

ROCHA**,** Leonardo. **Da terra que se tira o pão também se constrói o território**: as transformações socioterritoriais sofridas pelo povo Xavante em decorrência do avanço do agronegócio na Terra Marãiwatsédé. Tese de Doutorado (Doutorado em Geografia) Instituto de Geografia, Universidade de Uberlândia, Uberlândia-MG, 2018.

RODRIGUES, Patrícia de Mendonça. Marâiwatsédé, uma tragédia anunciada. **Espaço Ameríndio**, Porto Alegre, v. 12, n. 2, p. 181-211, jul./dez. 2018.

RODRIGUES, Neidson. **Por uma nova escola:** o transitório e o permanente na educação. São Paulo: Cortez/ Autores Associados, 1992.

ROSA, Juliana Cristina da. **Sertão de fogo à espera do progresso anunciado**. As representações sobre o outro e as relações de poder no processo de apropriação do espaço e uso da natureza em Luciara, Mato Grosso. Tese de Doutorado (Doutorado em História) Instituto de Geografia, História e Documentação – IGHD, Universidade Federal de Mato Grosso, Cuiabá, 2020.

SANTOS**,** Milton et al. **Território, Territórios**: Ensaios sobre o ordenamento territorial. 3ª Ed., Rio de Janeiro: Lamparina, 2007.

SILVEIRA, Pedro Telles da. Qual o lugar da história oficial na história da historiografia? **História da historiografia**, Ouro Preto, n.7, p. 338-344, 2011.

SILVA, Simone Carneiro da. **De Lagoa das Conchas à Santa Rita do Trivelato**: Memórias, Narrativas e Ensino de História. Dissertação (Mestrado em Ensino de História) Faculdade de Ciências Humanas,Universidade do Estado de Mato Grosso, Cáceres, 2020.

SOARES, Luiz Antonio Barbosa. **Trilhas e caminhos**: povoamento não indígena no Vale do Araguaia-MT, na primeira metade do séc. XX. Dissertação (Mestrado em História) Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal de Mato Grosso, Cuiabá, 2004.

SOARES, Nelton Messias. **Uma Proposta Didática para o Ensino de História de Pontes e Lacerda-MT.** Dissertação (Mestrado em Ensino de História) Faculdade de Ciências Humanas, Universidade do Estado de Mato Grosso, Cáceres, 2018.

SEVERINO, Anônio Joaquim. **Metodologia do Trabalho Científico**. 24ª Ed., 3ª reimpressão, São Paulo, Cortez, 2016.

SOUZA, Maria Aparecida Martins. **Retalhos de Vida**: escravidão contemporânea nas agropecuárias do Araguaia (1970-2005). Dissertação de Mestrado (Mestrado em História) – Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal de Mato Grosso, Cuiabá, 2009.

SOUZA, Edison Antônio de. **O Poder na Fronteira: hegemonia**: conflitos e cultura no norte de Mato Grosso – Cuiabá: EDUFMT, 2013.

SANTANA, Arthur Bernady. **A BR-163: "ocupar para não entregar", a política da ditadura militar para a ocupação do "vazio"** Amazônico. ANPUH – XXV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA – Fortaleza, 2009.

SCHWANTES, Norberto. **Uma Cruz em Terra Nova.** 2 ª Ed. Brasília: Edição do Autor, 2008.

SCHMIDT, Maria Auxiliadora. **O ensino da história local e os desafios da consciência Histórica.** In: MONTEIRO, Ana Maria F. C.; GASPARELLO, Arlete M.; MAGALHÃES, Marcelo de Souza (org). Ensino de História: Sujeitos, saberes e práticas. 3ª ed., Rio de Janeiro, Mauad X: FAPERJ, 2012).

SCHMIDT, Maria Auxiliadora, CAINELLI, Marlene. **Ensinar História.** São Paulo, Scipione, 2004.

TAFNER JUNIOR, Armando Wilson. **Expansão da fronteira agropecuária do Oeste Paulista para a Amazônia**: A trajetória das famílias Ometto e da Riva e a colonização do Norte Mato-Grossense. Tese (Doutorado) –, Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido, Universidade Federal do Pará, Belém, 2015.

TSI'RUI'A**,** Aquilino Tsere'ubu'õ. **A sociedade Xavante e a educação**: um olhar sobre a escola a partir da pedagogia xavante. Dissertação de Mestrado (Mestrado em Educação) – Universidade Católica Dom Bosco, Campo Grande, 2012.

VILLAS BOAS, Orlando, VILLAS BOA, Cláudio. **A marcha para o oeste.** 4ª ed., São Paulo, Globo, 1994.

VARJÃO, Valdon. **Barra do Garças:** Do Passado o Presente. Brasília: Centro Gráfico do Senado Federal, 1992.

VARJÂO, Valdon. **Aragarças**: Portal da marcha para o oeste. Brasília, Senado Federal, Centro Gráfico, 1989.

WELCH, James et al. **Na primeira margem do rio**: território e ecologia do povo Xavante de Wedezé. Rio de Janeiro: Museu do Índio – FUNAI, 2013.

ZANIRATO, Silvia Helena. **Teorias da História I**. Maringá-PR: Eduem, 2011.

FONTES DOCUMENTAIS

BANCO DA AMAZONIA. **História e marca.** Disponível em: https://www.bancoamazonia.com.br/index.php/sobre-o-banco/historia-marca. Acesso em: 23 fev. 2021.

BRASIL. Comissão Nacional da Verdade. **Relatório: textos temáticos / Comissão Nacional da Verdade**. – Brasília: CNV, 2014. 416 p. – (Relatório da Comissão Nacional da Verdade; v. 2)

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidência da República. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 26 fev. 2021.

BRASIL, Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular.** Produção Editorial, Fundação Carlos Alberto Vanzolini, Brasília, 2018.

BRASIL, LDB: **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.** 4ª Edição, Brasília, DF, Senado Federal, Coordenação de Edições Técnicas,2020.

BRASIL. (RESOLUÇÃO CNE/CP Nº 2, DE 22 DE DEZEMBRO DE 2017). Institui e orienta a implantação da Base Nacional Comum Curricular, a ser respeitada obrigatoriamente ao longo das etapas e respectivas modalidades no âmbito da Educação Básica. Diário Oficial [da República Federativa do Brasil], Brasília, 22 de dezembro de 2017, Seção 1, pp. 41 a 44.

CASALDÁLIGA, Pedro. **[Carta Pastoral]** Uma Igreja da Amazônia em conflito com o latifúndio e a marginalização social. 1971. Disponível em: https://www.servicioskoinonia.org/Casaldaliga/cartas/1971CartaPastoral.pdf. Acesso em: 5 jul. 2021.

CIMI. Conselho Indigenista Missionário. Disponível em: https://cimi.org.br/o-cimi/. Acesso em: 23 fev. 2021.

CNV-MEMÓRIAS REVELADAS. Comissão Nacional da Verdade. Disponível em: http://cnv.memoriasreveladas.gov.br/institucional-acesso-informacao/a-cnv.html. Acesso em: 30 jan.2021.

DECRETO-LEI Nº 1.541, DE 14 DE ABRIL DE 1977. **Institui sublegendas para as eleições de senador e prefeito e dá outras previdências.** Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Decreto-Lei/1965-1988/Del1541impressao.htm. Acesso em: 05 abri. 2021.

DISTRITO FEDERAL, Arquivo Público do Distrito Federal. **Mapa dos Limites da Capitania de Goiás**. Arquivo digital. Disponível em: http://www.arpdf.df.gov.br/wp-content/uploads/2018/03/20_AHEx-1.png. Acesso em: 20 Jul 2020.

FGV - Fundação Getúlio Vargas. CPDOC. **Varjao, Valdon**. 2009 Disponível em: http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/varjao-valdon. Acesso em: 10 mai. 2020.

FNDE (Ministério da Educação, Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação). **Dados Estatísticos**. Disponível em: http://www.fnde.gov.br/index.php/programas/programas-do-livro/pnld/dados-estatisticos . Acesso em: 06 jul.2021.

IBGE. **Amazônia Legal. O que é.** 2019. Disponível em: https://www.ibge.gov.br/geociencias/cartas-e-mapas/mapas-regionais/15819-amazonia-legal.html. Acesso em: 06 jul. 2020.

IBGE. **Enciclopédia dos municípios brasileiros / [Conselho Nacional de Geografia e Conselho Nacional de Estatística].** 2021. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/dtbs/matogrosso/araguaiana.pdf. Acesso em: 06 jul. 2020.

IBGE. INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍTICA. **Cidades e Estados.** 2010. Disponível em: https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/mt/canarana.html. Acesso em: 10 abr. 2020.

ISTITUTO SOCIOAMBIENTAL**. Quem somos.** Disponível em: https://www.socioambiental.org/pt-br/o-isa. Acesso em: 22 fev. 2021.

ISTITUTO SOCIOAMBIENTAL. **Povos Indígenas no Mato Grosso**. Disponível em: Categoria: Povos indígenas no Mato Grosso - Povos Indígenas no Brasil (socioambiental.org). Acesso em: 14 mai. 2020.

INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL. **Morre Amandio Micolino, plantador de florestas no Xingu e Araguaia**. 2020. Disponível em: https://www.socioambiental.org/pt-br/blog/blog-do-xingu/morre-amandio-micolino-plantador-de-florestas-no-xingu-e-araguaia. Acesso em 02 mar. 2021.

LEI FEDERAL Nº 14.038, DE 17 DE AGOSTO DE 2020 **Dispõe sobre a regulamentação da profissão de Historiador e dá outras providências**. Disponível em: https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/lei-n-14.038-de-17-de-agosto-de-2020-272747785. Acesso em 02 de mar. 2021.

LEI FEDERAL Nº 11. 645 DE 10 DE MARÇO DE 2008. **Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, modificada pela Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena"**.

Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/l11645.htm . Acesso em: 06 jul. 2021.

LEI FEDERAL Nº 13.415, DE 16 DE FEVEREIRO DE 2017**. Altera as Leis n º 9.394, de 20 de dezembro de 1996 [...].** Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/l13415.htm . Acesso em 15 jul.2021.

LEI MUNICIPAL Nº 950/2010 DE 5 DE NOVEMBRO DE 2010**. Institui, como Hino Oficial do Município de Canarana, a composição de Algacyr Costa, e dá outras providências.** Disponível em: http://canarana.mt.gov.br/novoportal/sic.html. Acesso em: 16 jul. 2021.

PINHO, Joaquim Pereira de. Processo n. 96.3034-0 - Justiça Federal de Cuiabá - 2a. Vara. **Laudo Antropológico do Dr. Eugênio Gervásio Wenzel, abr./mai./98.** Disponível em: https://acervo.socioambiental.org/sites/default/files/documents/XVD00185.pdf. Acesso em: 18 fev. 2021.

MATO GROSSO, Secretária de Estado de Fazenda. **Regiões de planejamento de Mato Grosso**. Disponível em: (LEI 10340 - ANEXO V - Regi\365es de Planejamento-SUPLEMENTO.pdf) (sefaz.mt.gov.br). Acesso em: 09 jun. 2020.

MATO GROSSO. **Documento Referência Curricular Para Mato Grosso**. Cuiabá, 2018.

MATO GROSSO. Secretaria de Estado de Educação. **Orientações curriculares:** área de Ciências Humanas: Educação Básica. Cuiabá: Gráfica Print, 2012.

MATO GROSSO, Secretária de Estado de Educação. **Seduc realiza audiência pública para a contratação do Sistema Estruturado de Ensino.** Disponível em: http://www3.seduc.mt.gov.br/-/16687754-seduc-realiza-audiencia-publica-para-contratacao-do-sistema-estruturado-de-ensino. Acesso: 10 jul. 2021.

MINISTÉRIO DA JÚSTICA E SEGURANÇA PÚBLICA (Arquivo Nacional). **Fundação Brasil Central**. Disponível em: http://dibrarq.arquivonacional.gov.br/index.php/fundacao-brasil-central-1968.

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO (EMBRAPA). **Quem Somos.** Disponível em: https://www.embrapa.br/quem-somos. Acesso em: 1º mar. 2021.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CANARANA-MT Disponível em: http://canarana.mt.gov.br/novoportal/historia.html. Acesso em: 03 mar. 2021.

SECRETARIA DE ESTADO DE INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA. SINFRA: **70 anos de história de trabalho por Mato Grosso.** Disponível em: http://www.sinfra.mt.gov.br/historia. Acesso em: 24 fev. 2021.

SINTEP-MT. **"Não vejo necessidade de diálogo para implementar política pública", diz Amauri Monge**. Disponível em: https://sintep2.org.br/sintep/exibir.php?exibir=1&id_l=8034. Acesso em 10 jul. 2021.

ARQUIVOS DA FUNDAÇÃO PRÓ-MEMÓRIA DE CANARANA

LIVRO ATA DE FUNDAÇÃO DA COOPERCOL – Cooperativa de Colonização 31 de Março LTDA.

ACERVO FOTOGRÁFICO
Fotografia do Monumento da Cuia e da Chaleira

Fotografia do Monumento do Avião do Pioneiros

Fotografia aérea da cidade de Canarana-MT, ano de 1979

ARQUIVO DE ÁUDIO
Entrevista de Amandio Micolino: Entrevista concedida a Domingos Finato em 29 de março de 2008.

Entrevista de Siegrfried Bruno Gaib: Entrevista concedida a Domingos Finato em 05 de outubro de 2005.

ARQUIVO NACIONAL
BRASIL, Ministério da Justiça e Cidadania (Arquivo Nacional, SIAN Sistema de Informações do Arquivo Nacional). FUNDO: Serviço Nacional de Informações - BR DFANBSB V8 (**APLICAÇÃO DAS MEDIDAS DE EMERGENCIA. IN 1. 2**.). Código BR DFANBSB V8.MIC, GNC.MMM.83003247, Código do Documento (BR_DFANBSB_V8_MIC_GNC_MMM_83003247_d0001de0002.pdf - 1708.88 Kb), Arquivo Nacional Digital, (https://sian.an.gov.br/sianex/consulta/pagina_inicial.asp), 1º jan. 1983.

BRASIL, Ministério da Justiça e Cidadania (Arquivo Nacional, SIAN Sistema de Informações do Arquivo Nacional). FUNDO: Serviço Nacional de Informações BR DFANBSB N8 (**CONFLITO ENTRE INDIOS E FAZENDEIROS NO MUNICIPIO DE BARRA DO GARÇAS MATO GROSSO**). Código BR DFANBSB V8.MIC, GNC.AAA.79003191, Código do Documento (BR_DFANBSB_V8_MIC_GNC_AAA_79003191_an_22_d0001de0001.pdf - 784.625 Kb), Arquivo Nacional Digital, (https://sian.an.gov.br/sianex/consulta/pagina_inicial.asp), 19 mar. 1979.

BRASIL, Ministério da Justiça e Cidadania (Arquivo Nacional, SIAN Sistema de Informações do Arquivo Nacional). FUNDO: Serviço Nacional de Informações - BR DFANBSB V8 (**INCIDENTES NA RESERVA INDIGENA PIMENTEL BARBOSA FAZENDA UTA, MUNICIPIO DE BARRA DO GARÇAS MT**.). Código BR DFANBSB V8.MIC, GNC.MMM.80000447, Código do Documento (BR_DFANBSB_V8_MIC_GNC_MMM_80000447_d0001de0001.pdf - 3339.34 Kb), Arquivo Nacional Digital, (https://sian.an.gov.br/sianex/consulta/pagina_inicial.asp), 16 abr. 1980.

BRASIL, Ministério da Justiça e Cidadania (Arquivo Nacional, SIAN Sistema de Informações do Arquivo Nacional). FUNDO: Serviço Nacional de Informações - BR DFANBSB V8. (**PROBLEMAS FUNDIARIOS NA AREA RURAL**). Código BR

DFANBSB V8.MIC, GNC.MMM.85005512, Código do Documento (BR_DFANBSB_V8_MIC_GNC_MMM_85005512_d0001de0001.pdf - 3252.06 Kb), Arquivo Nacional, (https://sian.an.gov.br/sianex/consulta/pagina_inicial.asp), 04 jul. 1985.

BIBLIOTECA NACIONAL DIGITAL (http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/)

O Estado de Mato Grosso
Cuiabá 26 de agosto de 1979. P.11
Distritos Aceleram Corrida Para Emancipação.

O Estado de Mato Grosso
Cuiabá 26 de junho de 1975
FUNAI: 15 Milhões de Indenização a Fazendeiros

Estado de Mato Grosso
1º Cuiabá e julho de 1979
Colonos de Pimentel Barbosa Irão Para Terranova

Jornal da Terra
Serra Dourada-MT 11 de março de 1978
Ponte do Areões Cai e Prejudica a Safra

Jornal do Brasil
Rio de Janeiro 13 de agosto de 1972, p. 34
Índios Armados exigem demarcação de sua reserva

O Globo
Rio de Janeiro 27 de janeiro de 1979, p. 8
Xavantes preparam ataque em Mato Grosso

ANEXOS

ANEXO I – MAPA DE FRANCISCO TOSSI COLOMBINA






Francisco Tosi Bolognese

ANEXO II – REPORTAGEM DO JORNAL O GLOBO

BR DFANBSB V8.GNC.AAA.79003191.2m20,p.2

Globo 24/1/79 Fls. 8.



O cacique Arodi, entre os xavantes, já pintados e armados para o ataque

Xavantes preparam ataque em Mato Grosso

BARRA DO GARÇAS, MT (O GLOBO) — "Se a Funai não resolver o problema das nossas terras até sexta-feira, no sábado nós vamos atacar de novo as fazendas, como fizemos no dia 29 de dezembro". A afirmação é do índio Arodi, chefe dos xavantes da reserva de Pimentel Barbosa, no município de Barra do Garças, em Mato Grosso, que reivindicam cerca de 170 mil hectares de terras, que consideram suas, a oeste e ao sul dos atuais limites da reserva.

Pintados de urucum e carvão, armas de fogo, arcos e flechas bodoques preparadas, os xavantes já decidiram quais serão seus próximos alvos: as fazendas Ultra, do Gervázio, do Diogo e Princesa, todas perto da BR-158, estrada que liga Barra do Garças a São Félix.

Desde os conflitos do final do ano passado, quando os índios atacaram quatro fazendas, o clima na região é de intranqüilidade: fazendeiros e trabalhadores de fazendas temem uma nova invasão, os funcionários da Funai do posto de Pimentel Barbosa e da Ajudância do Órgão, em Barra do Garças confessam-se incapazes de controlar os índios por mais tempo, e no povoado de Matinha, a cerca de 60 quilômetros da aldeia indígena, onde se refugiaram trabalhadores das fazendas atingidas pelas invasões de 29 de dezembro, todos parecem ter um objetivo único: — mudar-se, o mais rápido possível, para bem longe da reserva xavante. Os 32 policiais militares encaminhados ao povoado pelo capitão Costa Neto, da Companhia Militar de Barra do Garças, "para uma operação preventiva", ao invés de tranqüilizar os habitantes, atemorizou-os ainda mais.

A ordem do velho cacique Apoena, que morreu em abril do ano passado, foi bem clara: expulsar os brancos de suas terras; e os xavantes estão dispostos a cumpri-la:

— Meu pai — lembra Arodi, filho de Apoena —, disse sempre que enquanto vivesse continuaria indo a Brasília, para conversar e resolver o problema. Falava que se não acertasse tudo antes de sua morte, os xavantes deveriam partir para a luta. Disse que os xavantes deveriam brigar primeiro nas fazendas Canoas, Real, Caçula e no "Acreverê" (uma pequena fazenda onde se localizava a antiga aldeia da tribo). Foram essas que nós atacamos no dia 29.

ACUSAÇÕES

Enquanto isso, os funcionários da Funai na região e os fazendeiros procuram uma solução pacífica para o problema. Os primeiros acusam os fazendeiros de terem participado, juntamente com funcionários do órgão, de manobras para reduzir a reserva indígena, por ocasião da demarcação, entre 1973 e 1974.

Os fazendeiros, por sua vez, mostram os documentos de posse da terra e acusam os funcionários da Funai naquela região, de estarem incitando os índios ao ataque, para criar tumulto e evitar que os dirigentes da Fundação descubram "a malversação das verbas destinadas à Ajudância em Barra dos Garças", como diz o fazendeiro e ex-funcionário do órgão, Valdênio Lopes.

ATRITO

Os funcionários da Funai aguardam uma solução, mas afirmam não terem condições de impedir o ataque dos índios que, segundo o chefe Arodi, "estão cansados de esperar e querem todas as suas terras". Ele informou também que os xavantes das reservas de São Marcos, Couto Magalhães, Areões e Mangueira já ofereceram apoio para a luta do grupo de Pimentel Barbosa contra os fazendeiros.

Índios lutam há dois anos pela posse da terra

Os conflitos entre índios e fazendeiros no município de Barra do Garças não são recentes, nem se limitam apenas à área da reserva de Pimentel Barbosa. No domingo, por exemplo, fazendeiros [illegible] ataques de

dor (limite oeste, próximo à BR-158) — No entanto, nessa época, a margem direita da estrada já estava tomada por fazendeiros ao norte, e a reserva seria limitada pelo Rio [illegible]

ANEXO III – DIÁRIO OFICIAL (PORTARIA TOMBAMENTO)

Página 42 **Diário Oficial** Terça Feira, 01 de Setembro de 2009

SEC

SECRETARIA DE ESTADO DE CULTURA

PORTARIA Nº 032SEC/2009

Dispõe sobre o Tombamento para o Patrimônio Histórico e Artístico Estadual do ***"CRUZEIRO"*** de Terra Nova do Norte. Estado de Mato Grosso.

O SECRETÁRIO DE ESTADO DE CULTURA DE MATO GROSSO, no uso das atribuições que lhe confere o Art.71, II, da Constituição Estadual, combinado com o art.5° da Lei n. 9.107, de 31 de março de 2009, e.

Considerando que os procedimentos referenciais técnicos constitutivos do Processo de Tombamento N° Processo Nº. 146701/2009/ SEC / MT em tramitação nesta Secretaria nos termos da Lei n° 9.107/2009 e estudos da Coordenadoria de Preservação do Patrimônio Histórico Cultural que concluem pela proteção de bens, logradouros, monumentos e paisagens inseridos na área a ser tutelada pelo poder público estadual;

Considerando que o bem cultural de natureza material, monumento histórico e paisagístico constituído pelo Cruzeiro, marco histórico de Terra Nova do Norte localizado no entroncamento da rodovia estadual MT – 208 com a BR 163 (Cuiabá/Santarém), medindo 5 m (cinco metros) de altura por 3 m (três metros) de cumprimento, distante aproximadamente 5 km da sede da cidade.

Considerando que o estudo do bem cultural a ser tombado concluiu ser o mesmo um marco importante da fixação das famílias em terras mato-grossenses; vindas dos estados do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina, pequenos agricultores expulsos da Reserva Indígena de Nonoai, sem terem para onde ir as famílias ficaram dependentes de ações governamentais. E, após, um acordo entre os governos Federal e do Rio Grande do Sul decide assentar as famílias em terras públicas da União no estado de Mato Grosso. Esse importante símbolo da religiosidade dos colonos foi construído aonde seria a entrada para a cidade, só que por definição, a delimitação da cidade ficou a beira da BR 163, porém o *Cruzeiro* continuou no mesmo local antes determinado e guarda nas suas estruturas os principais elementos que possibilitam sua salvaguarda.

RESOLVE:

Art. 1° Tombar para o Patrimônio Histórico e Artístico Cultural o bem de natureza material e histórico constituído pelo monumento ***"CRUZEIRO"*** com dimensão de 5 (cinco) metros de altura por 3 (três) metros de comprimento, localizado no entroncamento da rodovia MT 208 com a BR 163. Nas coordenadas geográficas Lat. 10°°37 59" S e Long. 55°°07'57", aproximadamente 648 km da capital e 5 km da entrada da cidade Terra Nova do Norte. Com uma área delimitada para tombamento e entorno de aproximadamente 10 m² (dez metros quadrados) para preservação conforme consta do processo de tombamento.

§ 1° A presente implica no tombamento do bem histórico inserido no perímetro acima citado e passam a ser tutelados pela proteção especial do Poder Público Estadual que velará para que os efeitos previstos em normas disciplinadoras sejam devidamente respeitados. Sujeitando-se ao prévio exame do órgão estadual-SEC, os projetos que visem modificar ou alterar o bem tombado para preservar e proteger sua visibilidade e ambiência.

Art. 2° Determinar que seja feita a inscrição no Livro do Tombo Histórico nos termos da Lei n°9. 107, de 31 de março de 2009, pela sua significação histórica para a comunidade local e à memória mato-grossense e demais atos para os fins previstos na Lei Estadual.

Registrada, Publicada, Cumpra-se. Cuiabá, 26 de Agosto 2009.

Paulo Pitaluga Costa e Silva
Secretário de Estado de Cultura

* Original assinado.

PORTARIA Nº 033/SEC/2009

Dispõe sobre o Tombamento para o Patrimônio Histórico e Artístico Estadual da ***"Igrejinha de Santa Bárbara"*** do município de Água Boa, Vale do Araguaia, Estado de Mato Grosso.

O SECRETÁRIO DE ESTADO DE CULTURA DE MATO GROSSO, no uso das atribuições que lhe confere o Art.71, II, da Constituição Estadual, combinado com o art.5° da Lei n. 9.107, de 31 de março de 2009, e.

Considerando que os procedimentos referenciais técnicos constitutivos do Processo de Tombamento N° Processo Nº. 94230/2009/ SEC / MT em tramitação nesta Secretaria nos termos da Lei n° 9.107/2009 e estudos da Coordenadoria de Preservação do Patrimônio Histórico Cultural que concluem pela proteção de bens, logradouros, monumentos e paisagens inseridos na área a ser tutelada pelo poder público estadual, conforme consta no processo;

Considerando que o bem cultural de natureza material, paisagístico e histórico constituído pela **"*Igrejinha de Santa Bárbara*"**, situada dentro da Fazenda Mata Verde, aproximadamente 120 km da cidade, na comunidade conhecida como *Igrejinha* de significação importante na fixação de dez famílias vindas de Minas Gerais e Mato Grosso do Sul que após estruturar a fazenda, o proprietário cedeu uma parte para que os trabalhadores erigissem suas casas, a por volta de 1974 o senhor José Avelino da Silva, conhecido como seu Juquinha, patriarca da comunidade, construiu a capelinha, buscando barro na beira do rio, e formando os tijolos com as próprias mãos. No ano de 1979, Água Boa, até então Distrito de Barra do Garças, é erigida à categoria de município. E a *Igrejinha*, do "seo Juquinha", se tornou histórica por ser a primeira do município dando nome àquela comunidade e servindo como um local de oração da população que mora nas vizinhanças.

Considerando o valor histórico e religioso do monumento como patrimônio cultural para os águaboenses, pois ainda, guardam nas suas estruturas os principais elementos que possibilitam sua preservação e salvaguarda. Ficando, igualmente, protegido de qualquer ação que lhe impeça ou reduza a visibilidade ou paisagem estética e ambiental;

RESOLVE:

Art. 1° Tombar para o Patrimônio Histórico e Artístico Cultural o bem de natureza material e histórico constituído pelo "***Igrejinha de Santa Bárbara*"**, na comunidade de Igrejinha, distante 120 km da sede da cidade de Água Boa, tendo como área delimitada de tombamento e entorno de aproximadamente 70 m² (setenta metros quadrados) para preservação e proteção ambiental conforme consta do processo de tombamento.

§ 1° A presente implica no tombamento do bem histórico inserido no perímetro acima citado e passa a ser tutelado pela proteção especial do Poder Público Estadual que velará para que os efeitos previstos em normas disciplinadoras sejam devidamente respeitados. Sujeitando-se ao prévio exame do órgão estadual-SEC, os projetos que visem modificar ou alterar o bem tombado para preservar e proteger sua visibilidade e ambiência.

Art. 2° Determinar que seja feita a inscrição no Livro do Tombo Histórico nos termos da Lei n°9. 107, de 31 de março de 2009, pela sua significação histórica para a comunidade local e à memória mato-grossense e demais atos para os fins previstos na Lei Estadual.

Registrada, Publicada, Cumpra-se. Cuiabá, 27 de Agosto de 2009.

Paulo Pitaluga Costa e Silva
Secretário de Estado de Cultura

* Original assinado.

PORTARIA Nº 034/SEC/2009

Dispõe sobre o Tombamento para o Patrimônio Histórico e Artístico Estadual do ***"Sitio Arqueológico de Santa Terezinha"*** de Terra Nova do Norte, Estado de Mato Grosso.

O SECRETÁRIO DE ESTADO DE CULTURA DE MATO GROSSO, no uso das atribuições que lhe confere o Art.71, II, da Constituição Estadual, combinado com o art.5° da Lei n. 9.107, de 31 de março de 2009, e.

Considerando que os procedimentos referenciais técnicos constitutivos do Processo de Tombamento N° Processo Nº. 146701/2009/ SEC / MT em tramitação nesta Secretaria nos termos da Lei n° 9.107/2009 e estudos da Coordenadoria de Preservação do Patrimônio Histórico Cultural que concluem pela proteção de bens, logradouros, monumentos e paisagens inseridos na área a ser tutelada pelo poder público estadual;

Considerando que o bem cultural de natureza material, monumento histórico e paisagístico constituído pelo **"Sitio Arqueológico de Santa Terezinha"**, localizado na Comunidade de Santa Terezinha – 8ª Agrovila, com uma distância média do núcleo urbano de Terra Nova do Norte de 30 (trinta) km, tendo como área de tombamento, preservação e entorno de aproximadamente 30 m² (trinta metros quadrados), preservando a visibilidade e ambiência.

Considerando que a pesquisa concluiu ser esse bem cultural um importante marco da passagem dos habitantes primitivos, um estudo preliminar datou as pinturas pictográficas de aproximadamente 10 a 15 mil anos atrás. Sendo as pinturas feitas em baixo relevo, bastante semelhantes às encontradas em outros locais de Mato Grosso. O estudo dessas marcas pode nos oferecer informações sobre nossa ancestralidade e transição desse homem nômade a sua fixação a terra. Locais como o das pedras sobrepostas, poderão nos dar idéia de como morava esse homem primitivo, e também nossos índios nativos, locais com símbolos religiosos e com características únicas servirão no futuro se bem preservadas de local de estudo arqueológico.

RESOLVE:

Art. 1° Tombar para o Patrimônio Histórico e Artístico Cultural o bem de natureza material, paisagístico, arqueológico e histórico constituído pelo **"Sitio Arqueológico de Santa Terezinha"**, localizado na Comunidade de Santa Terezinha – 8ª Agrovila, nas Coordenadas Geográficas: Lat. 10º45'07" e Long. 54º00'54", no sitio Recanto Feliz da Pedra Grande. Como este sítio se divide em I, II, III, IV, cada um com uma espacial idade diferente resolvemos delimitar cada área em separado. No **sitio I** o bloco de Granito e de 80X50, no **sitio II** sendo um conjunto de pedras sobrepostas chegando a aproximadamente 50 metros do chão com uma largura de 100 metros de comprimento, no **sitio III** chamado de Pedra do Poço, com aproximadamente 2 metros de diâmetro e no **sitio IV** uma laje de aproximadamente 100X35 metros, como área de tombamento, de preservação e de entorno de aproximadamente 30 m² (trinta metros quadrados), preservando a visibilidade e ambiência conforme consta do processo de tombamento.

§ 1° A presente implica no tombamento do bem histórico inserido no perímetro acima citado e passam a ser tutelados pela proteção especial do Poder Público Estadual que velará para que os efeitos previstos em normas disciplinadoras sejam devidamente respeitados. Sujeitando-se ao prévio exame do órgão estadual-SEC, os projetos que visem modificar ou alterar o bem tombado para preservar e proteger sua visibilidade e ambiência.

Art. 2° Determinar que seja feita a inscrição no Livro do Tombo Histórico nos termos da Lei n°9. 107, de 31 de março de 2009, pela sua significação histórica para a comunidade local e à memória mato-grossense e demais atos para os fins previstos na Lei Estadual.

Registrada, Publicada, Cumpra-se. Cuiabá, 31 de Agosto 2009.

Paulo Pitaluga Costa e Silva
Secretário de Estado de Cultura

PORTARIA Nº 035/SEC/2009

Dispõe sobre o Tombamento para o Patrimônio Histórico e Artístico Estadual do **"Avião dos Pioneiros - VACA"** de município de Canarana, Mato Grosso.

O SECRETÁRIO DE ESTADO DE CULTURA DE MATO GROSSO, no uso das atribuições que lhe confere o Art.71, II, da Constituição Estadual, combinado com o art.5° da Lei n. 9.107, de 31 de março de 2009, e.

Considerando que os procedimentos referenciais técnicos constitutivos do Processo de Tombamento N° Processo Nº. 708132/2008/ SEC / MT em tramitação nesta Secretaria nos termos da Lei n° 9.107/2009 e estudos da Coordenadoria de Preservação do Patrimônio Histórico Cultural que concluem pela proteção de bens, logradouros, monumentos e paisagens inseridos na área a ser tutelada pelo poder público estadual;

Considerando que o bem cultural de natureza material, monumento histórico constituído pelo ***"Avião dos Pioneiros - VACA"***, um avião Douglas DC – 3, da Viação Aérea Canarana – VACA, localizada na Praça Siegfried Roewer, na área central da cidade.

Considerando que a pesquisa concluiu ser esse bem cultural portador de uma parte importante da história da constituição do município de Canarana, pois, com a criação da Cooperativa Coopercol – Cooperativa de Colonização 31 de março Ltda. a primeira do país como cooperativa colonizadora, teve na sua formação 400 famílias, porém depois de uma primeira visita de três sócios as terras mato-grossenses houve uma debandada e só restaram 46 (quarenta e seis) famílias, com o intuito de mudarem para Mato Grosso.Num segundo momento outras 44 (quarenta e quatro) famílias se juntaram na empreitada da mudança, totalizando 80 (oitenta) famílias da cidade de Tenente Portela no Rio Grande do Sul, que concordaram em se mudar para os 39.981 hectares de terra adquirida pelos pioneiros, no local antes conhecido como Vão, terras que pertenciam a viúva Fontoura, fabricante do Biotônico Fontoura.

Considerando que o bem analisado o *"Avião dos Pioneiros - VACA"* representa um importante elemento de ligação da história iniciada no estado do Rio Grande do Sul e firmada em terras Mato-grossenses, pois Canarana tem marcas fortes dos dois estados e o ***Avião*** um elemento importante nessa transição, considerado pela população, como um símbolo da ocupação e d as dificuldades pelas quais passaram as famílias dos pioneiros.

RESOLVE:

Art. 1° Tombar para o Patrimônio Histórico e Artístico Cultural o bem de natureza material, paisagístico, e histórico constituído pelo **"Avião dos Pioneiros - VACA"**, um Avião Douglas DC – 3, da Viação Aérea Canarana – VACA, localizada na Praça Siegfried Roewer, na área central da cidade, tendo como delimitação de tombamento uma área total de 100x100 m² (cem metros quadrados) e como área de entorno em volta da referida Praça de 10 m² (dez metros quadrados) para preservação.

§ 1° A presente implica no tombamento do bem histórico inserido no perímetro acima citado e passam a ser tutelados pela proteção especial do Poder Público Estadual que velará para que os efeitos previstos em normas disciplinadoras sejam devidamente respeitados. Sujeitando-se ao prévio exame do órgão estadual-SEC, os projetos que visem modificar ou alterar o bem tombado para preservar e proteger sua visibilidade e ambiência.

Art. 2° Determinar que seja feita a inscrição no Livro do Tombo Histórico nos termos da Lei n°9. 107, de 31 de março de 2009, pela sua significação histórica para a comunidade local e à memória mato-grossense e demais atos para os fins previstos na Lei Estadual.

Registrada, Publicada, Cumpra-se. Cuiabá, 31 de Agosto 2009.

Paulo Pitaluga Costa e Silva
Secretário de Estado de Cultura

*Original assinado.

PORTARIA Nº 036/SEC/2009

Dispõe sobre o Tombamento para o Patrimônio Histórico e Artístico Estadual do ***"Monumento da Cuia e da Chaleira"*** do município de Canarana, Mato Grosso.

O SECRETÁRIO DE ESTADO DE CULTURA DE MATO GROSSO, no uso das atribuições que lhe confere o Art.71, II, da Constituição Estadual, combinado com o art.5° da Lei n. 9.107, de 31 de março de 2009, e.

Considerando que os procedimentos referenciais técnicos constitutivos do Processo de Tombamento N° Processo Nº. 708132/2008/ SEC / MT em tramitação nesta Secretaria nos termos da Lei n° 9.107/2009 e estudos da Coordenadoria de Preservação do Patrimônio Histórico Cultural que concluem pela proteção de bens, logradouros, monumentos e paisagens inseridos na área a ser tutelada pelo poder público estadual;

Considerando que o bem cultural de natureza material, histórico e paisagístico constituído pelo **"*Monumento da Cuia e da Chaleira*"** na entrada da cidade, distante da capital 838 km, sua construção veio de uma reunião da Sociedade Amigos de Canarana - SAC sendo inaugurado no dia 25 de julho de 1979 e representa um importante elemento de ligação da história antes iniciada no estado do Rio Grande do Sul, e hoje firmada como espaço ocupado em terras Mato-grossenses, pois o município tem marcas fortes dos dois estados e a *Cuia* e a *Chaleira* são símbolos importantes dessa ligação. Com a inscrição "Em Homenagem a Você", demonstra a receptividade dos moradores para com os visitantes, abrindo os braços aqueles que procuram a cidade.

Considerando que a pesquisa concluiu ser esse bem cultural portador de uma parte importante da história dos moradores de Canarana, verdadeiros bandeirantes do século XX, que desbravaram uma faixa de terra que era um imenso vazio, e nela criaram uma cidade prospera. Devendo ser preservada sua visibilidade e ambiência.

RESOLVE:

Art. 1° Tombar para o Patrimônio Histórico e Artístico Cultural o bem de natureza material, paisagístico, e histórico constituído pelo **"*Monumento da Cuia e da Chaleira*"** na entrada da cidade de Canarana e inaugurado no dia 25 de julho de 1979 representa um importante elemento de ligação da história antes iniciada no estado do Rio Grande do Sul, e hoje firmada como espaço ocupado em terras Mato-grossenses, pois o município tem marcas fortes dos dois estados e a *Cuia* e a *Chaleira* são símbolos importantes dessa ligação. Com a inscrição "Em Homenagem a Você", demonstra a receptividade dos moradores para com os visitantes.

§ 1° A presente implica no tombamento do bem histórico inserido no perímetro acima citado e passam a ser tutelados pela proteção especial do Poder Público Estadual que velará para que os efeitos previstos em normas disciplinadoras sejam devidamente respeitados. Sujeitando-se ao prévio exame do órgão estadual-SEC, os projetos que visem modificar ou alterar o bem tombado para preservar e proteger sua visibilidade e ambiência.

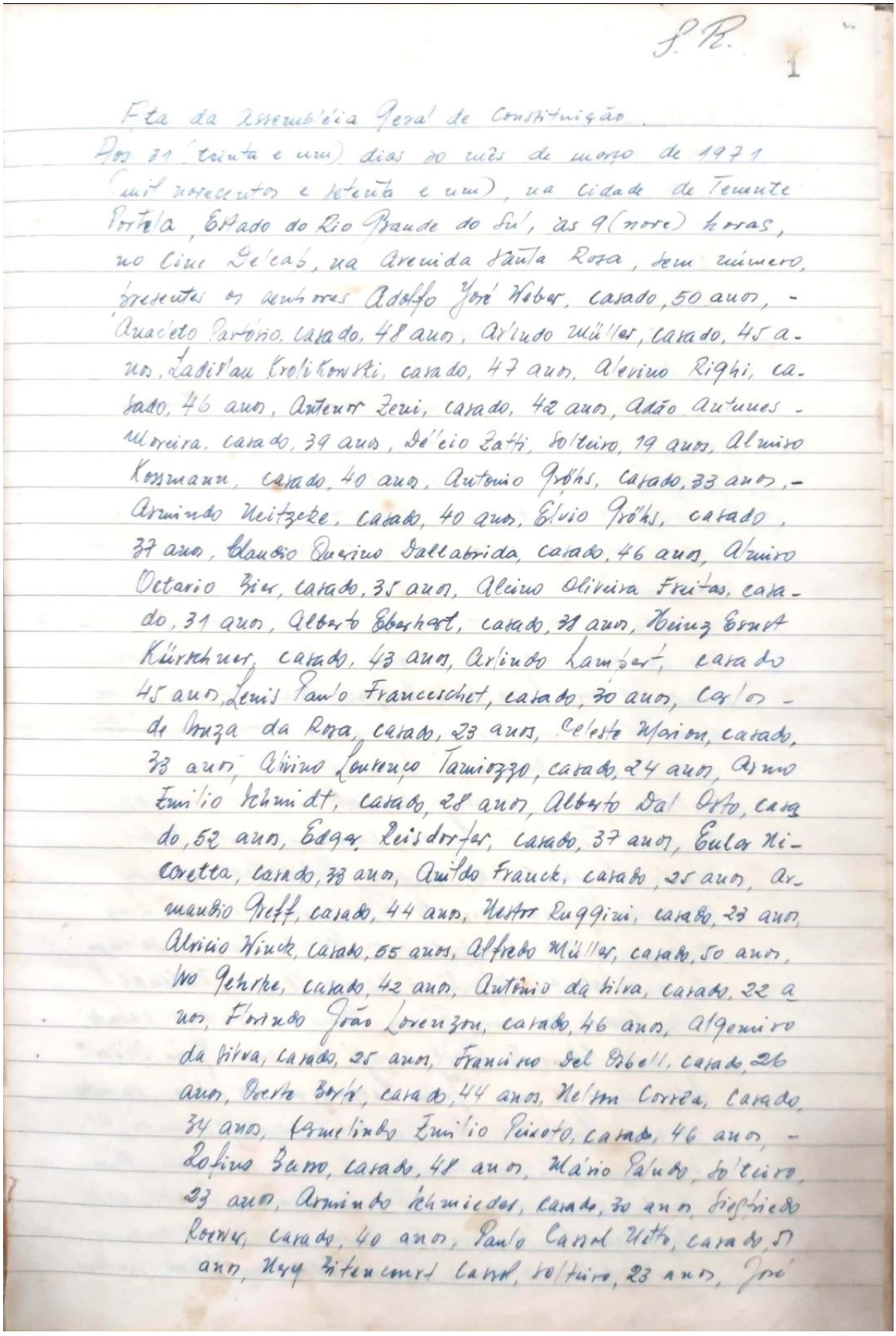
Art. 2° Determinar que seja feita a inscrição no Livro do Tombo Histórico nos termos da Lei n°9. 107, de 31 de março de 2009, pela sua significação histórica para a comunidade local e à memória mato-grossense e demais atos para os fins previstos na Lei Estadual.

Registrada, Publicada, Cumpra-se. Cuiabá, 31 de Agosto 2009.

Paulo Pitaluga Costa e Silva
Secretário de Estado de Cultura

*Original assinado.

ANEXO IV - ATA DE FUNDAÇÃO DA COOPERCOOL

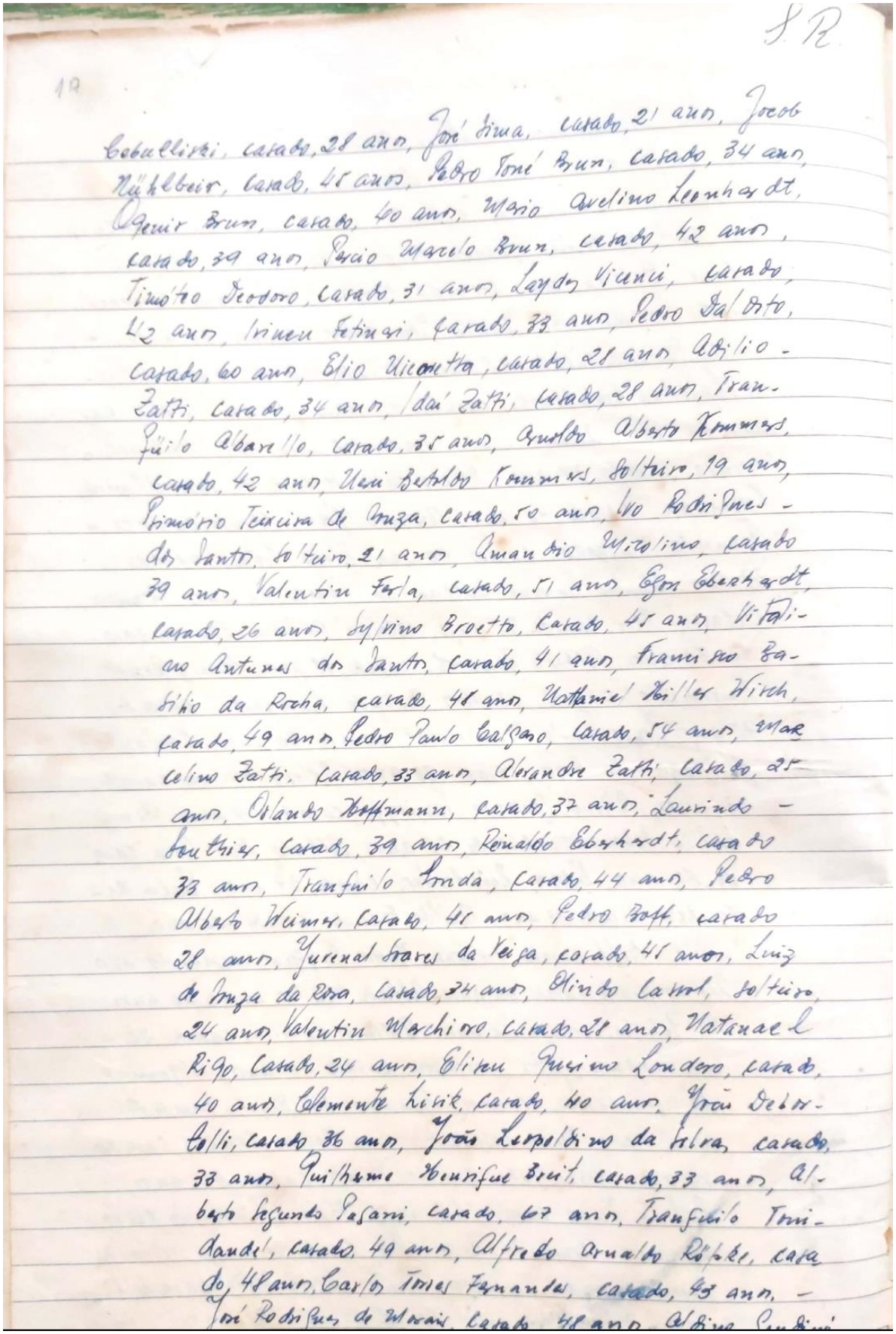


S. P.

1

Ata da Assembléia Geral de Constituição.

Aos 31 (trinta e um) dias do mês de março de 1971 (mil novecentos e setenta e um), na cidade de Tenente Portela, Estado do Rio Grande do Sul, às 9(nove) horas, no Cine Celeste, na Avenida Santa Rosa, sem número, presentes os senhores Adolfo José Weber, casado, 50 anos, - Anacleto Partório, casado, 48 anos, Arlindo Müller, casado, 45 anos, Ladislau Krolikowski, casado, 47 anos, Alevino Righi, casado, 46 anos, Antenor Zeni, casado, 42 anos, Adão Antunes Moreira, casado, 39 anos, Décio Zatti, solteiro, 19 anos, Alviro Kossmann, casado, 40 anos, Antonio Gröhs, casado, 33 anos, - Arnindo Neitzke, casado, 40 anos, Elvio Gröhs, casado, 37 anos, Claudio Queiroz Dallabrida, casado, 46 anos, Alviro Octavio Zier, casado, 35 anos, Aleixo Oliveira Freitas, casado, 31 anos, Alberto Eberhart, casado, 38 anos, Heinz Ernst Kürschner, casado, 43 anos, Arlindo Lambert, casado 45 anos, Lenis Paulo Franceschet, casado, 30 anos, Carlos de Souza da Rosa, casado, 23 anos, Celeste Marion, casado, 38 anos, Alvino Lourenço Tamiozzo, casado, 24 anos, Arno Emilio Schmidt, casado, 28 anos, Alberto Dal Osto, casado, 52 anos, Edgar Reisdorfer, casado, 37 anos, Eulas Nicoretta, casado, 38 anos, Anildo Franck, casado, 25 anos, Armando Greff, casado, 44 anos, Nestor Ruggini, casado, 23 anos, Alvicio Winck, casado, 55 anos, Alfredo Müller, casado, 50 anos, Ivo Gehrke, casado, 42 anos, Antonio da Silva, casado, 22 anos, Florindo João Lorenzon, casado, 46 anos, Algemiro da Silva, casado, 25 anos, Francisco Del Ozotti, casado, 26 anos, Oberto Bortoli, casado, 44 anos, Nelson Correa, casado, 34 anos, Romelindo Emilio Peixoto, casado, 46 anos, - Zolino Bueno, casado, 48 anos, Mário Paludo, solteiro, 23 anos, Arnindo Schmiedes, casado, 30 anos, Siegfried Rosenau, casado, 40 anos, Paulo Carol Otto, casado, 37 anos, Nuy Wittencourt Carol, solteiro, 23 anos, José



S R

12

Ceballini, casado, 28 anos, José Lima, casado, 21 anos, Jacob Rübelmir, casado, 45 anos, Pedro José Brun, casado, 34 anos, Ogenir Brun, casado, 40 anos, Mario Avelino Leonhardt, casado, 39 anos, Dario Marcio Brun, casado, 42 anos, Timoteo Teodoro, casado, 31 anos, Laydo Vicenci, casado, 42 anos, Irineu Fetinari, casado, 33 anos, Pedro Dal Dosto, casado, 60 anos, Elio Vicentra, casado, 28 anos, Adilio Zatti, casado, 34 anos, Idal Zatti, casado, 28 anos, Francisco Abarello, casado, 35 anos, Arnoldo Alberto Kommers, casado, 42 anos, Ueni Betoldo Kommers, solteiro, 19 anos, Primorio Teixeira de Souza, casado, 50 anos, Ivo Rodrigues dos Santos, solteiro, 21 anos, Amandio Wirolino, casado 39 anos, Valentin Feola, casado, 51 anos, Egon Eberhardt, casado, 36 anos, Sylvino Broetto, casado, 45 anos, Vitoriano Antunes dos Santos, casado, 41 anos, Francisco Batista da Rocha, casado, 48 anos, Nathaniel Hillar Wirth, casado, 49 anos, Pedro Paulo Balzano, casado, 54 anos, Marcelino Zatti, casado, 33 anos, Alexandre Zatti, casado, 25 anos, Orlando Hoffmann, casado, 37 anos, Laurindo Bortoloz, casado, 39 anos, Reinaldo Eberhardt, casado 33 anos, Tranquilo Londa, casado, 44 anos, Pedro Alberto Weimer, casado, 45 anos, Pedro Zoff, casado 28 anos, Jurenal Soares da Veiga, casado, 45 anos, Luiz de Souza da Rosa, casado, 34 anos, Olindo Castel, solteiro, 24 anos, Valentin Marchioro, casado, 28 anos, Natanael Rigo, casado, 24 anos, Eliseu Pacino Londero, casado, 40 anos, Clemente Lisik, casado, 40 anos, João Debortoli, casado, 36 anos, João Leopoldino da Silva, casado, 33 anos, Guilherme Henrique Breit, casado, 33 anos, Alberto Segundo Pasani, casado, 67 anos, Tranquilo Trindade, casado, 49 anos, Alfredo Arnaldo Röhrle, casado, 48 anos, Carlos Inacio Fernandes, casado, 43 anos, José Rodrigues de Morais, casado, 48 anos, Albino Cardini

S R. IR 3

casado, 24 anos, Carlos Zeni, casado, 72 anos, João Oscar Rittenbuch, casado, 26 anos, Roberto Olimpio Zeni, casado, 34 anos, Jurentino Pezzini, casado, 52 anos, Ettore Uicoretta, casado, 45 anos, José Ludwig, casado, 33 anos, João Frizzon, casado, 43 anos, Eufemio R. dos Santos, casado, 30 anos, Leonildo Zaffari, casado, 43 anos, Hercule J. Martini, casado, 47 anos, Luiz Giácomo Chiodi, casado, 41 anos, Innocente Francenbrot, casado, 51 anos, Evaldo Adolfo Appel, casado, 43 anos, Antonio Marchioro, casado, 46 anos, Valdo Schmieder, casado, 68 anos, Alvirio Marchioro, casado, 27 anos, Reynaldo Balzan, casado, 40 anos, José Boffiatti, solteiro, 20 anos, Levino Adolfo Wolf, casado, 33 anos, Edmundo Müller, casado, 32 anos, Olivio Favero, casado, 52 anos, Alcino Favero, casado, 23 anos, Sebastião Almeida dos Reis, solteiro, 40 anos, Miro Mundo Gustavo Veinas, casado, 36 anos, Miguel Garcia de Azevedo, casado, 46 anos, José Pereira dos Santos, casado, 33 anos, Valter Trevisan, casado, 37 anos, Antonio Pasquetti, casado, 29 anos, Tarilo Trevisan, casado, 35 anos, Oscar Kozmann Debortoli, casado, 32 anos, Verno Jung, casado, 36 anos, Reinaldo Pedro Bohn, casado, 29 anos, Osvaldo Guedes Chaffes, casado, 50 anos, Wilson Rodrigues de Moraes, casado, 25 anos, Elmo Garcia Freijó, casado, 49 anos, Osvaldo João Schmidt, casado, 60 anos, Santo filho J. Vieira, casado, 36 anos, Dolcino Diniz, casado, 49 anos, Ettore Cebulinski, casado, 32 anos, Olivio Scapini, casado, 31 anos, Balmino João Tirloni, casado, 40 anos, Arno Uicoretta, solteiro, 20 anos, Inácio Antonio Zanetti, casado, 54 anos, Asi Cassol, casado, 24 anos, Arnoldo Franck, casado, 25 anos, Antonio Cassol, solteiro, 20 anos, Santo Bazan, casado, 34 anos, Estanislau Szczesja, viúvo, 50 anos, Ervino Ribeiro Nunes, casado, 23 anos, José Rososki, casado, 64 anos, Geminino Zaponini, casado, 46 anos, Helvino Vincenzi, casado, 32 anos, José Paulo Szczesja, casado, 23 anos, José Pedro Jaskowiski, casado, 43 anos, Antonio Henrique Londero,

F. K.

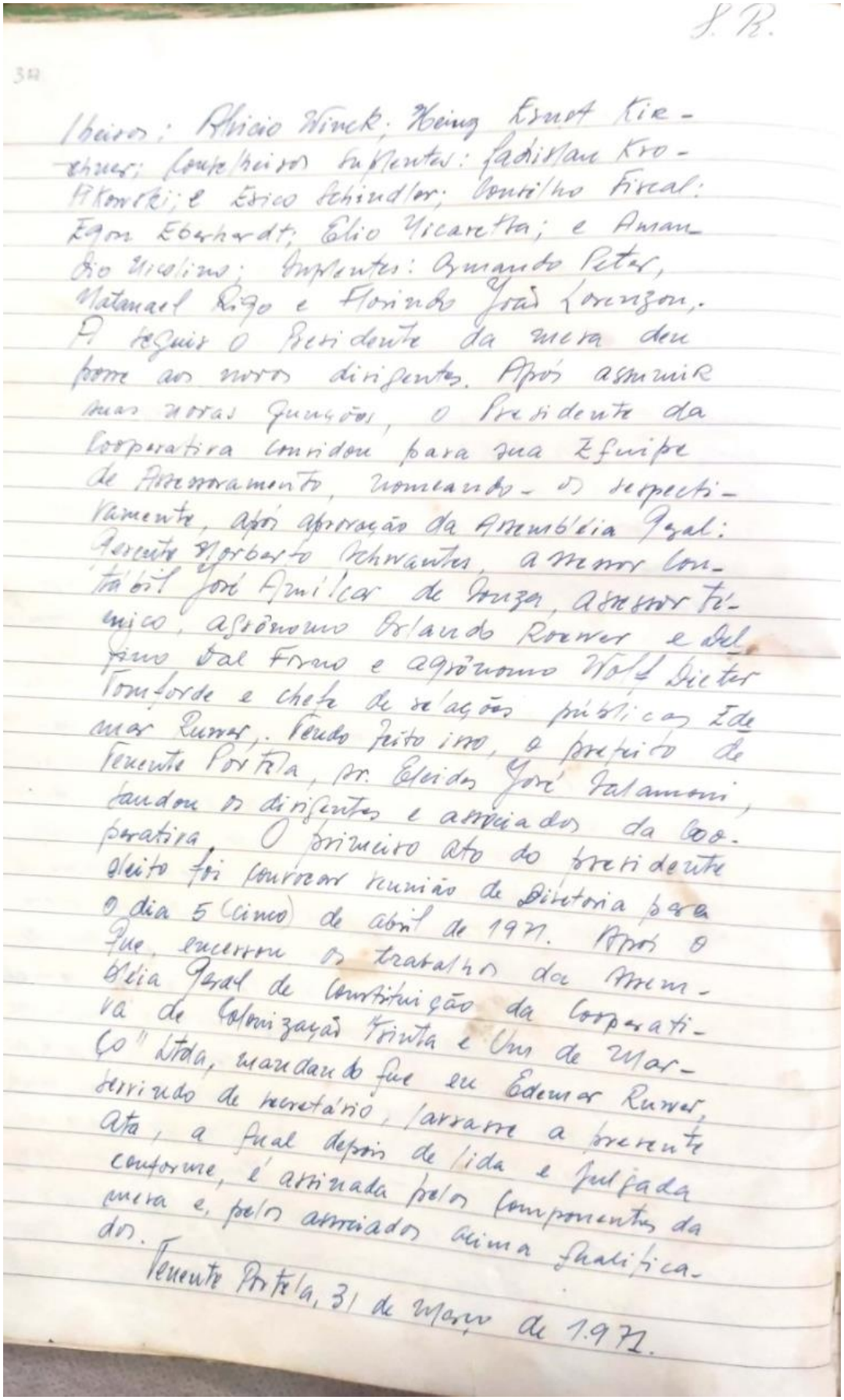
27

Casado, 37 anos, Floriano Bozacki, casado, 45 anos, Lentilio Furini, casado, 32 anos, Jemino Barella, casado 32 anos, - Telmar Reichenbach, casado, 38 anos, Ydon Armando Romanes, Solteiro, 27 anos, Pedro Abelino Rothmund, casado, 29 anos, Valdir Furini, casado, 30 anos, Valentim Domingos Menegazzi, casado, 26 anos, Osvalino Rosmann Debortoli, casado, 24 anos, Emilio Nunes Camargo, casado, 25 anos, Francisco Cassol, casado, 59 anos, Emilio Dalosto, solteiro, 20 anos, - Luiz Bottiatti, casado, 37 anos, Jeferino Alberto, casado, 21 anos, Luiz Antonio Bruxel, casado, 28 anos, Ewen Antonio Schmidt, casado, 26 anos, Dalirio Botti, casado, 29 anos, Germano Guilherme Franck, casado, 31 anos, Bruno Franck, casado, 27 anos, José Tessari, casado, 50 anos, Adelino Tasso, casado, 45 anos. Valdomir Rodrigues, casado, 37 anos Mariles Fagnani, casado, 55 anos, Antonio Wesoloski, casado, 39 anos, Valmir Comiotto, casado, 43 anos, Luiz Lourenço Franceschet, casado, 44 anos, Alvino Cassol, casado, 36 anos, Belmiro da Silva Lopes, casado 34 anos, Brasil Rubim, casado, 28 anos, Albino Bottiatti, solteiro, 23 anos, Alfredo Bilan, casado, 40 anos, Argentino Zolotti, casado, 43 anos, Acy Pasqualotto, casado, 41 anos, Dante Fiala, solteiro, 21 anos, José Zeppe, casado, 41 anos, Elio Zeppe, solteiro, 22 anos, Guido Lindemann, casado, 34 anos, Erico Schindler, casado, 43 anos) todos agricultores, residentes no município de Tenente Portela, tendo subscrito todas 20 (vinte) Quotas no valor de cr$ 100,00 (cem cruzeiros) cada uma. Reunida em Assembléia Geral, aclamaram o senhor Celidon José Talamini, para presidir o trabalho. O Presidente convidou para fazer parte da mesa o Vereadores Rubino Scapini, o agrônomo Delfino Dalcorso, Jairo Moura e Orlando Roewer, o funcionário da Rádio municipal, -

J. R.

3

cando dêste modo, composta a mesa diretora dos trabalhos, declarou o Presidente que o objetivo da presente Assembléia, era o de constituir uma cooperativa de responsabilidade limitada, com sede em Tenente Portela, sob a denominação de Cooperativa de Colonização "Trinta e Um de Março" Ltda., e com o objetivo econômico de transferir agricultores para o Mato Grosso e, prover tôdos os fatores legais dessa operação, bem como, assistir aos seus associados após transferência, criando para isso os serviços de assistência técnica e comercialização. A seguir, o Presidente determinou a leitura do Estatuto Social que deverá reger a vida da sociedade e as relações dos associados entre si. Após ampla discussão foi o mesmo aprovado por unanimidade de votos. Em prosseguimento, o Presidente declarou definitivamente constituída de hoje para o futuro, a Cooperativa de Colonização "Trinta e Um de Março" Ltda., sendo seus fundadores os associados cujos nomes constam da parte inicial desta ata e da lista nominativa, os quais assinam abaixo, como declaração expressa daquela vontade livre de formarem a sociedade. O Sr. Presidente esclareceu à Assembléia, que, estando aprovado, pois, Estatuto Social da cooperativa, tornando-se necessário prover os cargos até então criados, bem como dispor sôbre os salários dos diretores, o valor dos cédulas de presença dos membros do Conselho de Administração e Fiscal. Após debatido o assunto foi apresentada 1 (uma) chapa. Procedida a eleição e feita a eleição, verificou-se unanimidade de votos, ficando o Conselho de Administração assim constituído: Presidente Siegfredo Zoerner; Vice-Presidente: Álvino Righi; Secretário: Lenis Canto Franceschet; Tesoureiro: Astinho Müller; Conse



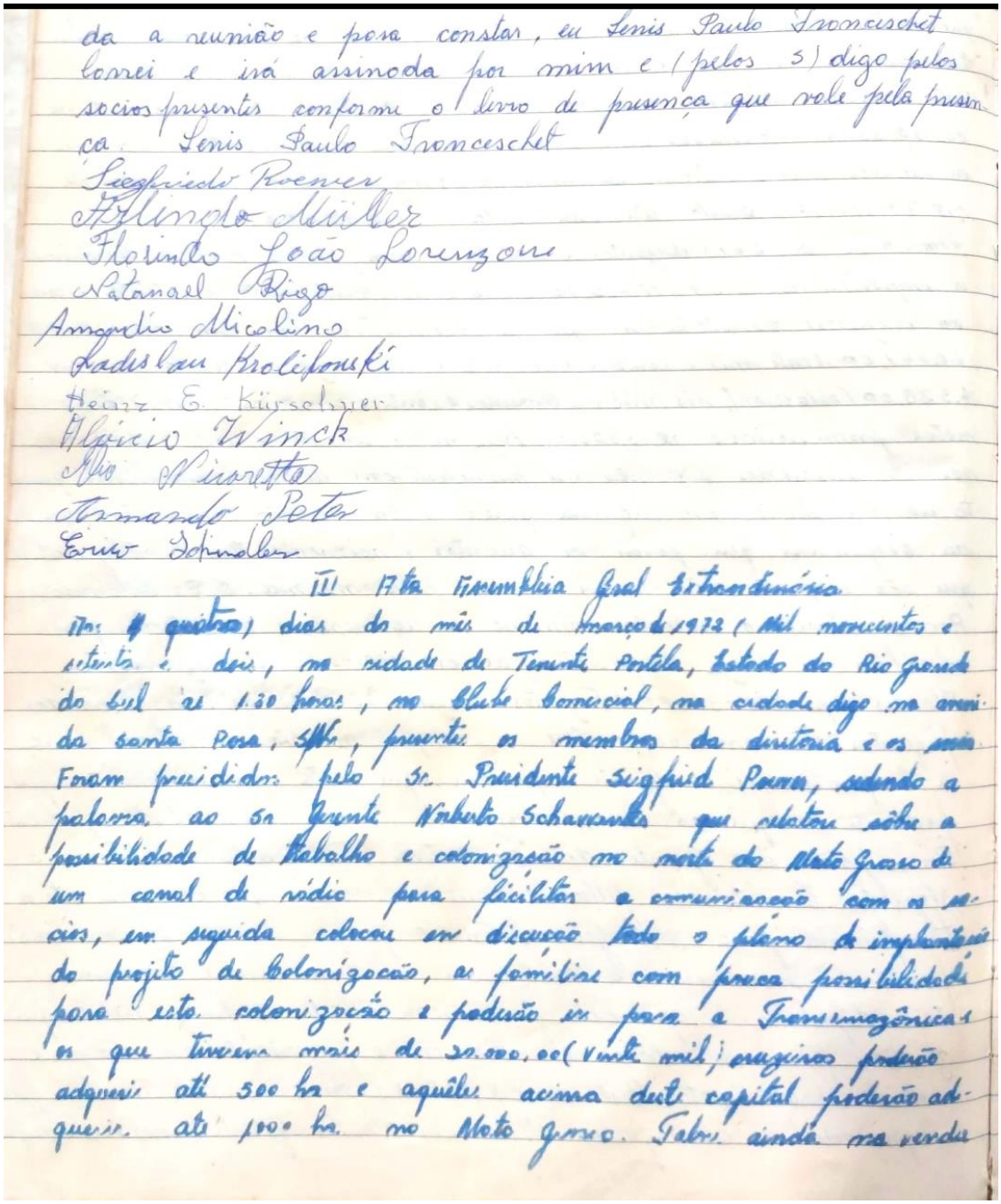
S. R.

34

Ibeiro: Alicio Wineck, Heinz Ernst Kie-
thner; Conselheiros Suplentes: Ladislau Kro-
Wronski; e Erico Schindler; Conselho Fiscal:
Egon Eberhardt, Elio Vicaretta; e Anan-
cio Vicelino; Suplentes: Armando Peter,
Natanael Rigo e Florindo José Lorenzon.
A seguir o Presidente da mesa deu
posse aos novos dirigentes. Após assumir
suas novas funções, o Presidente da
Cooperativa convidou para sua Equipe
de Assessoramento, nomeando-os respecti-
vamente, após aprovação da Assembléia Geral:
Assente Norberto Schwantes, a mesma con-
tábil José Amilcar de Souza, assessor té-
cnico, agrônomo Orlando Roemer e del-
fino Dal Frasso e agrônomo Wolf Dieter
Tomforde e chefe de relações públicas Ede-
mar Ruwer. Feito isto, o prefeito de
Tenente Portela, Sr. Elcides José Talamoni,
saudou os dirigentes e associados da Coo-
perativa. O primeiro ato do Presidente
eleito foi convocar reunião de Diretoria para
o dia 5 (cinco) de abril de 1971. Após o
que, encerrou os trabalhos da Assem-
bléia Geral de Constituição da Cooperati-
va de Colonização Trinta e Um de Mar-
ço" Ltda, mandando que eu Edemar Ruwer,
servindo de secretário, lavrasse a presente
ata, a qual depois de lida e julgada
conforme, é assinada pelos componentes da
mesa e, pelos associados acima qualifica-
dos.

Tenente Portela, 31 de Março de 1971.

ANEXO V – ATA Nº 3 DA COOPERCOOL



da a reunião e para constar, eu Lenis Paulo Tronceschet lavrei a ata assinada por mim e (pelos 5) digo pelos socios presentes conforme o livro de presença que vale pela presença. Lenis Paulo Tronceschet
Siegfried Roemer
Orlando Müller
Florindo João Lorenzoni
Natanael Diogo
Amandio Micolino
Ladislau Krolikowski
Heinz E. Kürschner
Olivio Winck
Mio Minarette
Armando Peter
Ervino Schindler

III 17ta Assembléia Geral Extraordinária

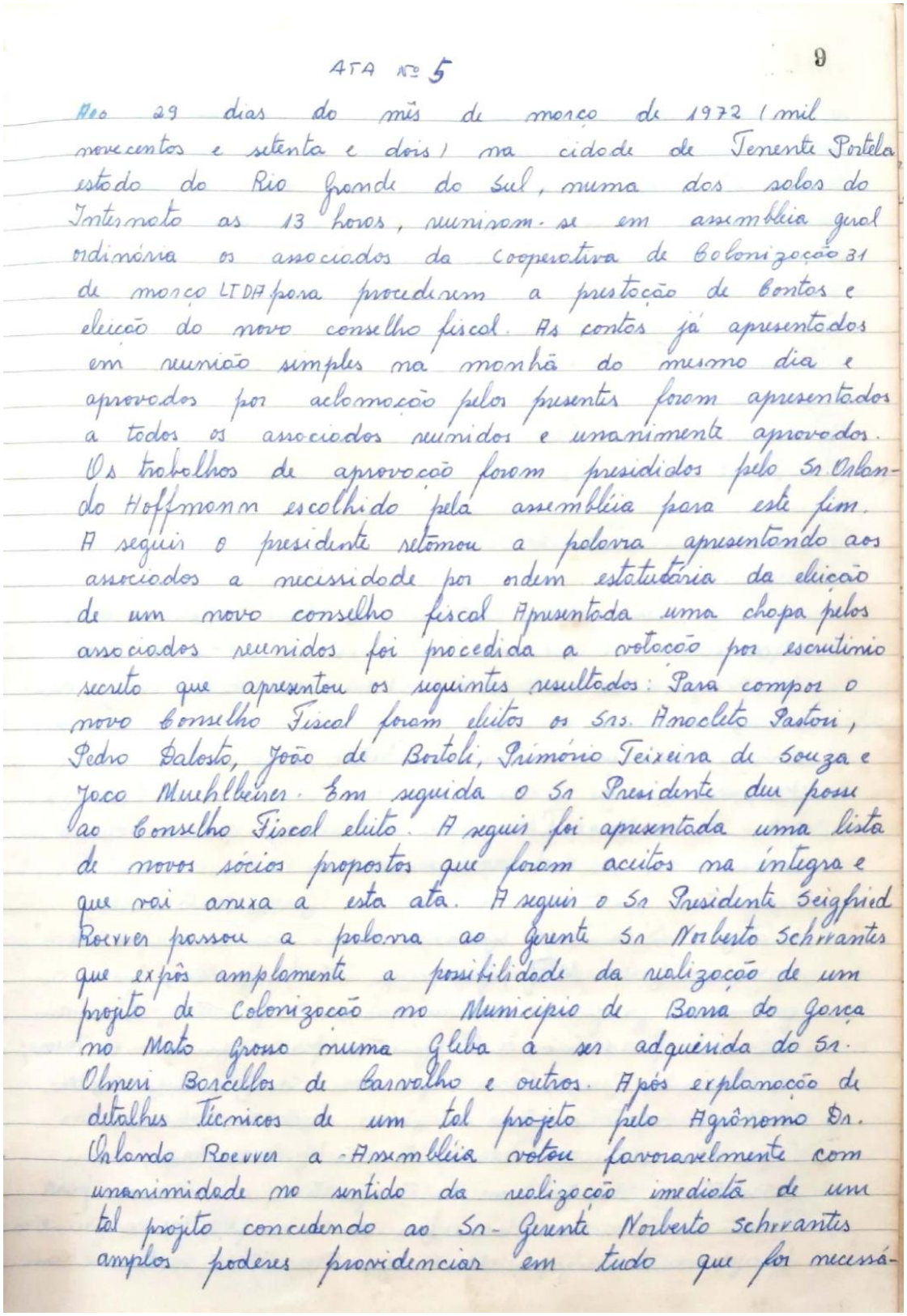
Aos 4 (quatro) dias do mês de março de 1972 (Mil novecentos e setenta e dois, na cidade de Tenente Portela, Estado do Rio Grande do Sul as 1.30 horas, no Clube Comercial, na cidade digo na avenida santa Rosa, S/Nº, presentes os membros da diretoria e os sócios. Foram presididos pelo Sr. Presidente Siegfried Roemer, sendo a palavra ao Sr Gerente Norberto Schavarien que relatou sôbre a possibilidade de trabalho e colonização no norte do Mato Grosso de um canal de rádio para facilitar a comunicação com os sócios, em seguida colocou em discussão todo o plano de implantação do projeto de Colonização, as famílias com pouca possibilidade para esta colonização e produção irão para a Transamazônica e os que tiverem mais de 20.000,00 (Vinte mil) cruzeiros poderão adquirir até 500 ha e aquêles acima dêste capital poderão adquirir até 1000 ha. no Mato Grosso. Sobre ainda na venda

8

das terras dos sócios aos compradores da região. Um associado pediu se havia o Crédito Fundiário. O gerente respondeu dizendo não ter até o momento, mas uma verba para a obtenção do Crédito Fundiário em Tenente Portela; falou ainda dos sócios que queriam pedir demissão poderão fazê-la e o dinheiro das cotas partes será devolvido mais tarde sem custo prego O associado pediu qual era o prazo para o pagamento das terras no Mato Grosso. O gerente respondendo a pergunta disse que será entrado cinco mil cruzeiros até fim de março e o restante até 1 ano de prazo para o saldo do pagamento. Um dos associados pediu qual a quantidade de terra que poderia comprar sem a venda da sua. O Sr Gerente respondeu que seria ótimo. Em seguida o Dr Orlando usou a palavra explicando qual a melhor época para a transferência de agricultores para o Mato Grosso será de maio à setembro, falou ainda do preço das terras da Sudeco no Norte, sôbre o desenvolvimento populacional, sôbre o financiamento para a Pecuária com grande prego. Falou ainda de cursos informativos e educativos. Entrando-se Dr Orlando e Norberto Schwantes colocaram três listas para os associados: a 1ª para os que quisram ir para o Mato Grosso, a 2ª para a Transamazônica e a 3ª os que queiram desistir. Nada mais havendo a tratar o Sr Presidente deu por encerrada a reunião e para constar, Eu Luis Paulo Franciscket, lavrei e irá assinada por mim, pelo Conselho Administrativo Fiscal.

Luiz Paulo Franciscket
Siegfried Roever
Alcicio Winck
Adelar Lau Kolepenta
Amandio Micheline

ANEXO VI ATA Nº 5 DA COOPERCOL



ATA Nº 5 9

Aos 29 dias do mês de março de 1972 (mil novecentos e setenta e dois) na cidade de Tenente Portela estado do Rio Grande do Sul, numa dos salos do Internato as 13 horas, reuniram-se em assembléia geral ordinária os associados da Cooperativa de Colonização 31 de março LTDA para procederem a prestação de Contas e eleição do novo conselho fiscal. As contas já apresentados em reunião simples na manhã do mesmo dia e aprovados por aclamação pelos presentes foram apresentados a todos os associados reunidos e unanimente aprovados. Os trabalhos de aprovação foram presididos pelo Sr Orlando Hoffmann escolhido pela assembléia para este fim. A seguir o presidente retomou a palavra apresentando aos associados a necessidade por ordem estatutária da eleição de um novo conselho fiscal Apresentada uma chapa pelos associados reunidos foi procedida a votação por escrutinio secreto que apresentou os seguintes resultados: Para compor o novo Conselho Fiscal foram eleitos os Srs. Anacleto Pastori, Pedro Dalosto, João de Bortoli, Primório Teixeira de Souza e Joco Muehlbeier. Em seguida o Sr Presidente deu posse ao Conselho Fiscal eleito. A seguir foi apresentada uma lista de novos sócios propostos que foram aceitos na íntegra e que vai anexa a esta ata. A seguir o Sr Presidente Seigfried Roever passou a palavra ao Gerente Sr Norberto Schirrantes que expôs amplamente a possibilidade da realização de um projeto de Colonização no Municipio de Barra do Garça no Mato Grosso numa Gleba a ser adquirida do Sr. Olmeri Barcellos de Carvalho e outros. Após explanação de detalhes Técnicos de um tal projeto pelo Agrônomo Dr. Orlando Roever a Assembléia votou favoravelmente com unanimidade no sentido da realização imediata de um tal projeto concedendo ao Sr. Gerente Norberto Schirrantes amplos poderes providenciar em tudo que for necessá-

9A

sio. Nada mais havendo a tratar o sr presidente deu por encerrada a reunião e para constar, eu Luis Paulo Froncaschat lavrei a irá assinada por mim e pelo Conselho Administrativo Fiscal e pelos socios que assinam o livro de Presença. Do conselho fiscal eleito conforme consta nesta ata, os três primeiros são titulares e os dois ultimos suplentes. Luis Paulo Froncaschat

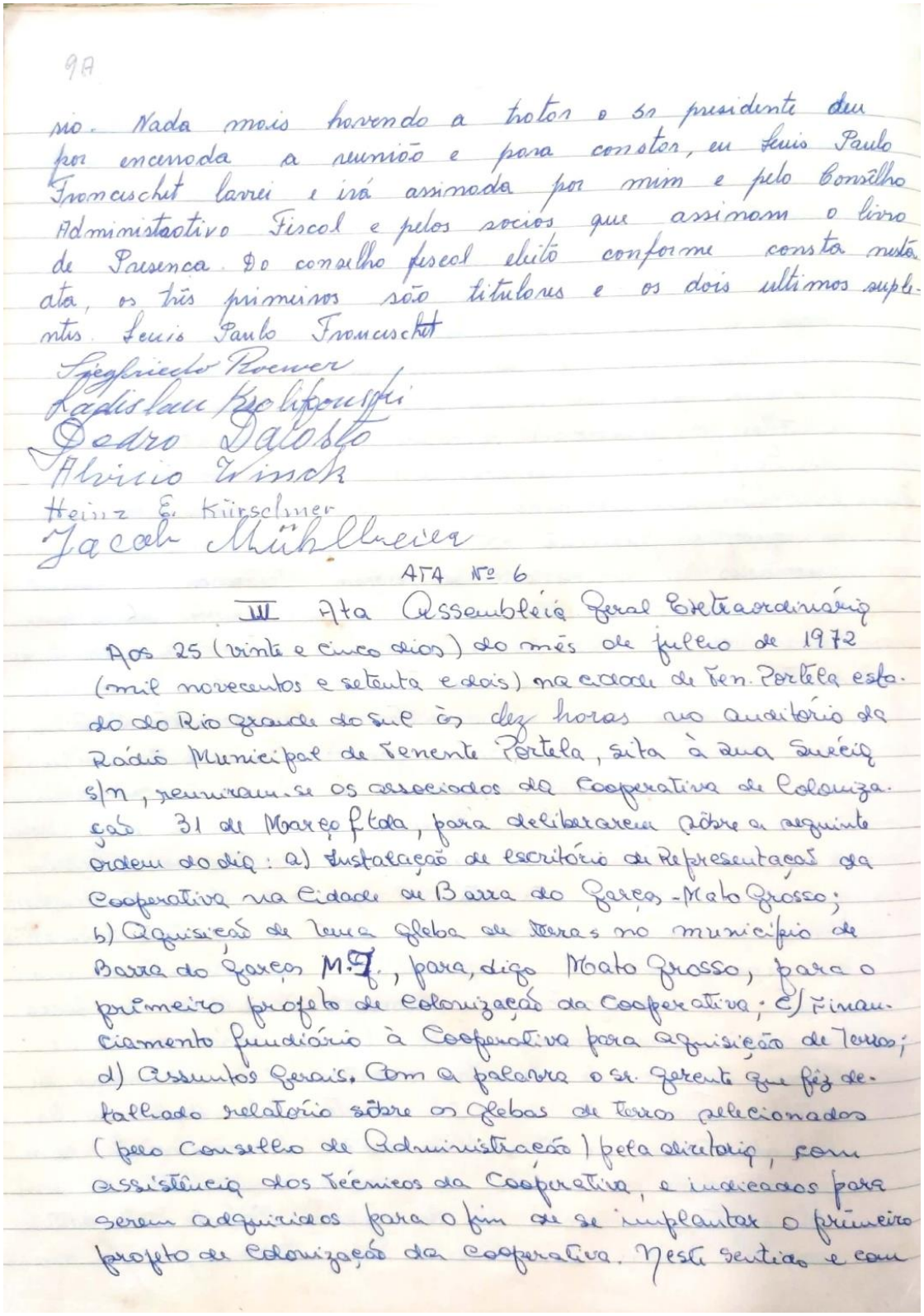
Siegfried Roever
Ladislau Kolipowski
Pedro Dalosto
Alvicio Wissak
Heinz E. Kürschner
Jacob Mühlmeier

ATA Nº 6

III Ata Assembléia Geral Extraordinária

Aos 25 (vinte e cinco dias) do mês de julho de 1972 (mil novecentos e setenta e dois) na cidade de Ten. Portela estado do Rio Grande do Sul às dez horas no auditório da Rádio Municipal de Tenente Portela, sita à Rua Suécia s/n, reuniram-se os associados da Cooperativa de Colonização 31 de Março Ltda, para deliberarem sôbre a seguinte ordem do dia: a) Instalação de escritório de Representação da Cooperativa na Cidade de Barra do Garças - Mato Grosso; b) Aquisição de terra gleba de terras no municipio de Barra do Garças M.T., para, diga Mato Grosso, para o primeiro projeto de colonização da Cooperativa; c) Financiamento fundiário à Cooperativa para aquisição de Terras; d) Assuntos Gerais. Com a palavra o sr. Gerente que fêz detalhado relatório sôbre os Glebas de Terras selecionados (pelo Conselho de Administração) pela diretoria, com assistência dos Técnicos da Cooperativa, e indicados para serem adquiridos para o fim de se implantar o primeiro projeto de colonização da cooperativa. Nesta sentido e com

ANEXO VII ATA Nº 6 DA COOPERCOL



9A

sio. Nada mais havendo a tratar o sr presidente deu por encerrada a reunião e para constar, eu Luis Paulo Froncaschet lavrei a ira assinada por mim e pelo Conselho Administrativo Fiscal e pelos socios que assinam o livro de Presença. Do conselho fiscal eleito conforme consta nesta ata, os três primeiros são titulares e os dois ultimos suplentes. Luis Paulo Froncaschet

Siegfried Roever

Ladislau Kolipowski

Pedro Dalosto

Alvicio Wisnik

Heinz E. Kürschner

Jacob Mühlmeier

ATA Nº 6

III Ata Assembleia Geral Extraordinária

Aos 25 (vinte e cinco dias) do mês de julho de 1972 (mil novecentos e setenta e dois) na cidade de Ten. Portela estado do Rio Grande do Sul às dez horas no auditório da Rádio Municipal de Tenente Portela, sita à Rua Suécia s/n, reuniram-se os associados da Cooperativa de Colonização 31 de Março Ltda, para deliberarem sôbre a seguinte ordem do dia: a) Instalação de escritório de Representação da Cooperativa na Cidade de Barra do Garças - Mato Grosso; b) Aquisição de terra gleba de terras no municipio de Barra do Garças M.G., para, diga Mato Grosso, para o primeiro projeto de Colonização da Cooperativa; c) Financiamento fundiário à Cooperativa para aquisição de Terras; d) Assuntos Gerais. Com a palavra o sr. Gerente que fêz detalhado relatório sôbre os Glebas de Terras selecionados (pelo Conselho de Administração) pela diretoria, com assistência dos Técnicos da Cooperativa, e indicados para serem adquiridos para o fim de se implantar o primeiro projeto de Colonização da Cooperativa. Nesta sentido e com

10

o parecer favorável da equipe técnica da Cooperativa, e devidamente autorizado pelo Conselho de Administração, o Sr. gerente propôs à Assembléia Geral a aquisição pela Cooperativa das seguintes glebas de terras e respectivas preços: a) uma gleba, constituída pelo lote "Campina do Santo" com a área de 9.999 ha 3387, de propriedade de Elpídio Osvaldo Ottoboni, pelo preço de Cr$ 400.000,00 (quatrocentos mil cruzeiros) b) uma gleba, constituída pelos lotes "Santa Lucia I", "Santa Genoveva" e Santa Lucia II, com a área total de 2998 ha 4253, oferecida à Cooperativa pelo proprietário comprador Sr Olmeri Barretos de Carvalho, pelo preço de 1.200.000,00 (um milhão e duzentos mil cruzeiros). As condições de pagamentos são à vista, no ato da escritura de compra e venda, e os vendedores se comprometem a dar à Cooperativa preferência e opção para compra pelo prazo de quatro meses mediante o pagamento de um sinal não inferior à 20% do preço, ficando por conta da Cooperativa as despesas de escritura e os encargos fiscais e de corretagem. Depois de amplamente discutida, a proposta do Sr. Gerente foi aprovada por unanimidade dos associados presentes. A seguir o Sr. presidente passou a palavra ao Sr. Gerente que fez resumida explanação sobre a possibilidade de se conseguir financiamento fundiário junto ao Banco do Brasil S/A, para a aquisição de uma gleba cuja compra foi aprovada pela Assembléia Geral. Propôs, então, que fosse a Cooperativa autorizada pela Assembléia Geral, a contrair empréstimo junto ao Banco do Brasil S/A, ou outro estabelecimento de crédito autorizado a agir com crédito fundiário, para financiamento das operações de compra das glebas de terras, aprovadas anteriormente, podendo dar em hipoteca ao agente financeiro como

permitidos e a praticar todos os atos necessários à efetivação do contrato de financiamento fundiário, ora proposto, como assinar escrituras públicas de hipoteca, dar em garantia bens e valores da Cooperativa, firmar compromissos financeiros, estabelecendo prazos e condições de pagamento, autorizando, ainda, a diretoria constituir procurador com amplos e gerais poderes para os atos ora propostos. Depois de amplamente discutida, a proposta formulada pelo sr. Gerente foi aprovada por unanimidade dos associados. A seguir foi submetida a aprovação da Assembléia Geral, a proposta formulada pelo Conselho de Administração, através de seu presidente, autorizando a cooperativa a elaborar o Projeto de Colonização para a gleba de terras pretendidas a adquirir no Município de Barra do Garças, Mato Grosso, compreendendo os estudos e trabalhos de elaboração do Ante projeto e dos estudos e trabalhos de elaboração do projeto, segundo as normas contidas no Decreto nº 59.428/66 e a metodologia definida da Instrução nº 13/67 a ser submetida a aprovação do INCRA e demais órgãos oficiais vinculados à Colonização; podendo para tanto, efetuar todas as despesas que se fizerem necessários, inclusive a contratação de especialistas, em caráter permanente ou temporário para as fazes de programação e implantação, devendo o orçamento de cada fase ser submetido à apreciação do Conselho de Administração. Depois de discutida a matéria abordada foi a proposta aprovada por unanimidade dos associados presentes. Em seguida foi submetida a votação da Assembléia, a proposta formulada pelo sr. presidente do Conselho de Administração no sentido de autorizar a instalação em Barra do Garças, de seu escritório da Cooperativa e

10A

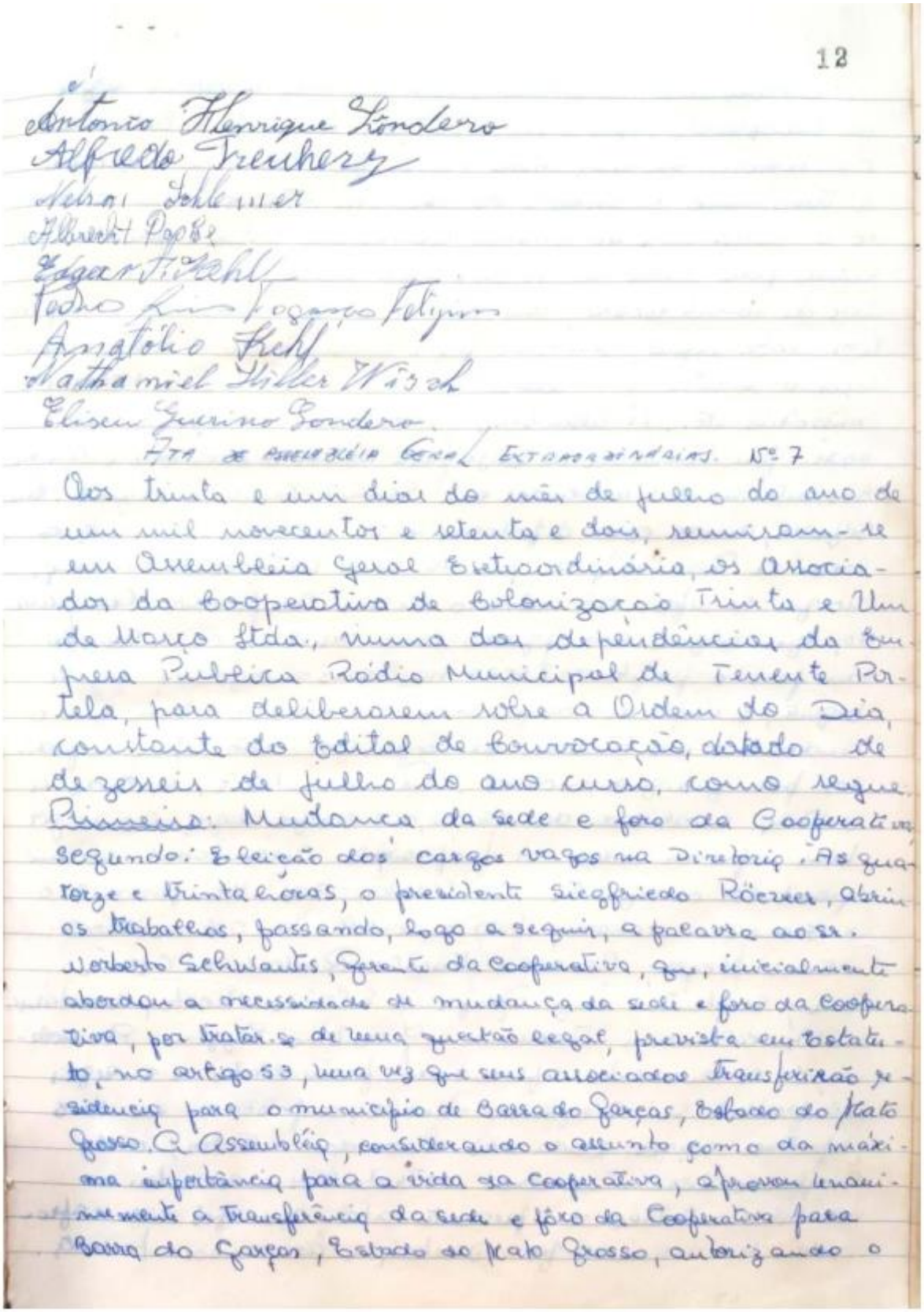
selfio de Administração, a usar de todos os poderes em direito permitidos e a praticar todos os atos necessários à efetivação do contrato de financiamento fundiário, ora proposto, como assinar escrituras públicas de hipoteca, dar em garantia bens e valores da Cooperativa, firmar compromissos financeiros, estabelecendo prazos e condições de pagamento, autorizando, ainda, a diretoria constituir procurador com amplos e gerais poderes para os atos ora propostos. Depois de amplamente discutida, a proposta formulada pelo sr. Gerente foi aprovada por unanimidade dos associados. A seguir foi submetida a aprovação da Assembléia Geral, a proposta formulada pelo Conselho de Administração, através de seu presidente, autorizando a cooperativa a elaborar o Projeto de Colonização para a gleba de terras pretendidas a adquirir no Município de Barra do Garças, Mato Grosso, compreendendo os estudos e trabalhos de elaboração do Ante projeto e dos estudos e trabalhos de elaboração do projeto, segundo as normas contidas no Decreto nº 59.428/66 e a metodologia definida na Instrução nº 13/67 a ser submetida a aprovação do INCRA e demais orgãos oficiais vinculados à Colonização; podendo para tanto, efetuar todas as despesas que se fizerem necessários, inclusive a contratação de especialistas, em caráter permanente ou temporário para as fazes de programação e implantação, devendo o orçamento de cada fase ser submetidos à apreciação do Conselho de Administração. Depois de discutida a matéria abordada foi a proposta aprovada por unanimidade dos associados presentes. Em seguida foi submetida a votação da Assembléia, a proposta formulada pelo sr. presidente do Conselho de Administração no sentido de autorizar a instalação em Barra do Garças, de um escritório da Cooperativa, afim de atender às necessidades de implantação do projeto de Colonização e demais atividades a serem desenvolvidas

naquela área com vistas à instalação dos associados que para aí virão deslocar.

Nada mais havendo a tratar, às 16:15 hs o Sr. presidente deu por encerrada a presente Assembléia Geral Extraordinária, que após lida e aprovada pela presente, vai assinada pela diretoria e associados:

Siegfried Roemer
Ladislau Krolikowski
Alvino Zyngier
Pedro Dalosto
Jacob Mühlreier
Heinz E. Kürselmer
Mirino Righi
Idai Zatti
Lenino Balke
Eduardo Balke
Ozo Dalosto
Antonio Silva Araújo
Amandio Micalino
Elmiro Francesch
Luiz Gonzaga Francesch
Dorival Jaco Carioletti
Arnoldo Gameci
Clemente Bitti
Francisco Romano Urban
Oreste Berté
Francisco Dall'Agnol
Luiz Canizotto
Brasil Polin
Ulrino Bruetto
Laurindo Santtier
Elmo Garcia Filho
Orvino A. Vargas

ANEXO VIII – ATA Nº 7 DA COOPERCOL



12

Antonio Henrique Sonderer
Alfredo Freuherz
Nelson Schleuer
Albrecht Popst
Edgar Fischl
Pedro [illegible] Fogaça Feliz
Anatólio Fiehl
Nathaniel Hiller Weisl
Elisen Guerino Sondero.

ATA DE ASSEMBLÉIA GERAL EXTRAORDINÁRIA. Nº 7

Aos trinta e um dias do mês de julho do ano de um mil novecentos e setenta e dois, reuniram-se em Assembléia Geral Extraordinária, os Associados da Cooperativa de Colonização Trinta e Um de Março Ltda., numa das dependências da Empresa Pública Rádio Municipal de Tenente Portela, para deliberarem sobre a Ordem do Dia, constante do Edital de Convocação, datado de dezesseis de julho do ano curso, como segue. Primeiro: Mudança da sede e foro da Cooperativa. Segundo: Eleição dos cargos vagos na Diretoria. Às quatorze e trinta horas, o presidente Siegfriedo Röesler, abriu os trabalhos, passando, logo a seguir, a palavra ao sr. Norberto Schwantes, Gerente da Cooperativa, que, inicialmente abordou a necessidade de mudança da sede e foro da Cooperativa, por tratar-se de uma questão legal, prevista em Estatuto, no artigo 53, uma vez que seus associados transferirão residência para o município de Barra do Garças, Estado do Mato Grosso. A Assembléia, considerando o assunto como da máxima importância para a vida da Cooperativa, aprovou unanimemente a transferência da sede e fôro da Cooperativa para Barra do Garças, Estado de Mato Grosso, autorizando o

12 A

a encaminhar a documentação que dará o aspecto legal da transferência, junto às Repartições Municipais, Estaduais ou Federais, ou onde mais preciso for, tão logo se iniciar a transferência da residência dos Associados. Foi também abordado a necessidade de mesmo transferindo a sede e foro da Cooperativa para Barra do Garças - Mato Grosso, permanecer na cidade de Tenente Portela, um escritório que represente a Cooperativa nesta região, bem como, fique encarregado de outros serviços de interesse dos Associados, como cobrança de Notas Promissórias etc.. A Assembléia concordou e aprovou o nome do sr. José Quileon de Souza para atender o Escritório e cuidar dos interesses dos associados em Tenente Portela e região. Em seguida, ainda com a palavra o sr. Norberto Schwantes, colocou a Assembléia ao par da atual situação da Diretoria, no que se refere, ao número de seus Componentes. Considerando, que alguns dela, figuram como desistentes ou se transferiram para o projeto do INCRA na Transamazônica, faz-se urgente, a eleição dos cargos vagos na Diretoria, para que o andamento dos trabalhos da Cooperativa não sofram impedimentos por quaisquer motivos. A Assembléia, sentindo a urgência e validade da eleição, dos cargos vagos, houve por bem aprovar todas as proposições apresentadas. Foram apresentados os seguintes candidatos: para Vice-Presidente o sr. Francisco Verbam, para o Conselho de Administração: Orlindo Meyer. Conselho Fiscal: Rudewaldo Obrino Bier; Suplentes: Luiz Pfeifer e Silvino Broeto; secretário: Walter Kalkmann. Tesoureiro: Juventino Pezzini. Por aclamação os candidatos apresentados foram eleitos e empossados pelo presidente sr. Siegfried Röever, em seus respectivos cargos. Nada mais havendo a tratar, o sr. Siegfried Röever encerrou os trabalhos e solicitou ao secretário a leitura da presente ata que após lida e aprovada, vai assinada pela Diretoria e Associados presentes.

ANEXO IX – LEI DE CRIAÇÃO DO MUNICÍPIO DE CANARANA-MT

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE SERVIÇOS LEGISLATIVOS

LEI Nº 4.165, DE 26 DE DEZEMBRO DE 1979

Eleva à categoria de Município, com o nome de Canarana, o Distrito do mesmo nome, no Município de Barra do Garças.

O GOVERNADOR DO ESTADO DE MATO GROSSO,
Faço saber que a Assembléia Legislativa do Estado decreta e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º Fica elevado à categoria de Município, com o nome de Canarana, o Distrito do mesmo nome, criado como unidade integrante do Município de Barra do Garças, pela Lei nº 3.762, de 29 de junho de 1976.

Parágrafo único Os limites do Município de Canarana são os seguintes: partindo da barra do Rio Tanguro no rio Xingu, por uma linha reta no rumo Leste - Oeste, pela divisa com o Município de São Félix do Araguaia, até alcançar a barra do Rio São João no Rio das Mortes; daí seguindo pelo Rio das Mortes acima, até alcançar a barra do Rio Curuá; seguindo pelo Rio Curuá acima, até a confluência do Córrego da Água Boa; daí seguindo pelo Córrego Água Boa até a ponte na BR-158, no local conhecido por Posto do Mané da Água Boa; deste ponto por uma linha reta até a confluência do córrego Fundo, com o Rio Sete de Setembro, no limite do projeto Garapu; daí por outra reta, até a confluência do Rio Couto Magalhães com o Rio Culuene; deste ponto, descendo pelo Rio Culuene até a barra no Rio Tanguro no Rio Xingu, ponto inicial.

Art. 2º Nos termos da Lei Complementar Federal nº 01 de 09 de novembro de 1967, o Município de Canarana será instalado no dia 31 de janeiro de 1981, com a posse do Prefeito Vice Prefeito e Vereadores a serem eleitos a 15 de novembro de 1980.

Parágrafo único Enquanto não instalado, o Município permanecerá sob a jurisdição política e administrativa da Prefeitura Municipal de Barra do Garças, que manterá os serviços essenciais à população residente na área emancipada.

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio Paiaguás, em Cuiabá, 26 de dezembro de 1979.

as) FREDERICO SOARES CAMPOS
Governador do Estado

ANEXO X – REPORTAGEM DO JORNAL DO BRASIL

CEDI
Povos Indígenas no Brasil
Fonte: Jornal do Brasil Class.: Amarante B
Data: 13.08.72 Pg.: 34



Esquanto a Fundação Nacional do Índio nega sistematicamente em Brasília a existência de um clima de tensão entre fazendeiros e xavantes em Mato Grosso, o enviado especial do JORNAL DO BRASIL à região constatou in loco a gravidade da situação que pode, de uma hora para outra, assumir proporções alarmantes: os índios exigem a imediata demarcação de suas reservas ou então prometem expulsar os invasores violentamente, numa guerra.



Pedro Suzarté, o cacique xavante, o branco se apoiou de seus corpos de caça e persegue os colonos invasores que estão do seu lado

Índios armados exigem demarcação de sua reserva

RAÇINHA ironizando, lamentando o destino "civilizados", bem como intimidações diversas confirmam assassinos de morte e de devastação total das propriedades do agricultores e proprietários, conhecidas as consequências de uma situação que perdura há mais de 20 anos, desde quando os xavantes foram pacificados e os seus hábitos — quase que condicionados — começaram a ser modificados e ameaçados pelas Guerras aéreas do Estado. Agora, os índios se dizem cansados de esperar seu rico pelas suas reservas e querem, por si mesmos, expulsar dos homens "não valem nada, com a força armada foi assim e assim há de ser".

A confederação

Os índios xavantes são donos de uma bravura excepcional. E bem a sua história demonstra que eles não se intimidam há muito tempo à dar soluções aos seus interesses de certos tribos guerreiras italianas entre si. Hoje, por mais estranho que possa parecer, esta situação mudou radicalmente: estão todos unidos. Os líderes de Pimentel Barbosa, no berço do rio das Mortes, até Simplício, boa parcela a Oriente, contra aquele que seu sonolência como a ruindade, o branco: invasor de suas terras.

Se Pedro Suzarté de Aráes a situação de beligerância reinante no seu lado e nos planaltos. Liderados por Mal-Dial — o chefe supremo — os xavantes paraíbano o brasileiro branco e violentamente os fazendeiros de quase 20 anos de assim largado. Ele relembra cada vez mais as dimensões das ameaças de roça e habitação ocupada pelo índio.

Desgastar o relacionamento de Aráes a qualquer favela interessante é, praticamente, assassinar em larga escala, de modo sobre os vida das culturas silenciosa e primitivas xavantes e de cultural universalidade.

O índio e Deus foi sobrevivido pela sensitiva, tal verdade mais eficiente. Mas à caça é pada, vez mente e os seus e vizinhos cada vez menos pacíficos.

O fato bruto e provocar a maioria e uma verdade inofensável. E o sorriso já esmaecido pelo faca rapidez pela modificação adquirida de fazendeiros ou a espera de uma pequena ou menos, mesmo, que talvez tenham não desses e especial.

O excesso da tribo vai Aráes é branco, que as mordedores da Xavantes, a agarra ao calcanhar do índio. Chamou de Aráes. E Aráes, apesar de carioca e capixaba ao diálogo fluente com o branco, não tem tempo suficiente para rebater os ataques de Suzarté, o seu chefe guerreiro.

No acentuável silêncio existem cerca de 250 pessoas. Homens adultos não são, talvez, de 200 e cada um usando a sua tacape.

Os índios de Aráes foram contato do primeiro grupo confiado em 1946 por Francisco Meireles. Eles vão ainda ocasionar a presença Gonçalo que chegou aos ainda recentemente pela sua sorte:

"Meireles não viu aqui há muitos anos, ele prova que só veiam para consertar tudo o que está errado" — a queixa é de Suzarté, que afirma já ter ouvido em Brasília pedindo solução para o problema das reservas.

— Já estive falando com o General Bandeira de Mello — diz Suzarté, nesta português arrevesado — ele me prometeu que iria resolver o caso rapidamente. Até hoje, O que fazer, senão esperar? Meu povo que espanha a nossa casa e não tem para de sair?

As ações

A tática dos xavantes, ao contrário de ele das Mortes e noturnas a 200-300, que vai fazer-se à Casa Residencial na altura de Cuiabá, caracteriza-se mais ostensivamente de ataque de atacar-largando. Antigo da colonia, de posse um morte, são ainda valiosa e recurso da ação dos índios Xavantes para abrigo de peões de fazendas. Estes, semelhantes invadidos nesse setor para que a branco se retire imediatamente. Muitas já deixaram a fugir, uns, decido à luta a saírem os atacados abandonando-as. A maioria, entretanto, permanece em expectativa, aguardando as providências da Funai que até hoje não chegaram.

E, enquanto a Fundação Nacional do Índio tentava em Brasília, um inquérito para parar, pacientemente, mas decidida, a artesanal agente de Meireles por lá não se cansou. Pensou o problema dos xavantes, o funcionário Francisco Alcino Bechman, o "ex-caiçara" e ex-Ilhéu marceneiro, vive mais ultimado por ele classificado como "a mais pesquena de minha vida."

Caiçara, descendente de nativos, Bechman começou a trabalhar no Posto Metuqueira em agosto de 1966 passando a dirigir aquela época. Quando o encontrei, passava a não ter mais tranquilidade para trabalhar.

Organizando e exibindo a maioria de compra da fazenda, "não todos os segundos era dia". Bechman explica a situação:

— Comprei a fazenda — que pode ir até Jacaré — do latifundiário Alfredo Terzano. Recebi a documentação legal e pensei montar algumas plantações e criar gado. Pois bem, eu dia 24 de agosto do ano passado, exatamente 10 dias após minha chegada, recebi um ataque de 12 xavantes que me puseram para a amanda. Eu estava acompanhado com mais dois peões em pleno domingo, elaborando planos para derrubadas. Tratamos os índios muito bem. Entendi-me o que nos haviam pedido. Eles nos pacificamos cordeiros e prometemos voltar no outro dia.

O fazendeiro certo que na verdade seguidos, dia 23, os mesmos índios atacaram novamente, chegaram cada vez mais do que 20 índios armados exigindo que nos abandonássemos a fazenda imediatamente.

— Tentei argumentar, mas não queriam me ouvir. Apontavam-me as armas, espalhavam, ameaçavam ladrão os talões que levantamos, ainda, ajoelhavam, ameaçavam matar-nos se derrubássemos, passeiam, abatiam de uma pessoa, três cavalos e, até, o pouco dinheiro, além das roupas e objetos. Deu para mais e horrível.

Bechman calcula que teve um prejuízo de cerca de Cr$ 8 mil.

— Mas não Deus só sabe. Muitas vezes servem e não pude deixar a pistola nem revolver o fazendeiro desarmado e perdido. Os peões fugiram apavorados, estou sozinho com minha família e determinado, pois as ameaças continuam. Eu e minha família temos vivido em estado de constante tensão. Sobe e desce os xavantes rondam a minha casa e almejam matar a todos e queimar tudo, mas eu não fui fugir e entrego as terras novamente com Mato sacrifício que vou alcançar pertencer-lhes.

Responsabilidades

No nossa situação em que se encontra o fazendeiro Bechman estão muitos outros. E, diante do ocorrido, minha ao países ajudam à Funai como responsável pela defesa de tais que estão vivendo.

O fazendeiro afirma que a polícia já deveria ter tomado as providências necessárias para assegurar uma terra "certa" aos índios.

Os xavantes, por outro lado, também acusam a Fundação de se manter ausente diante do problema.

— Papel de terra não vale nada para nós. A terra é nossa, nascemos nela. Meireles nos prometeu — o demarcá-la é do nosso, que não quer também de dizer da perspectiva de voltar aos velhos tempos de luta.

Em Xavantina, o centro urbano mais próximo da tribo e das fazendas, onde os moradores dividem Fazendeiros da Superintendência do Desenvolvimento do Centro-Oeste (Sudeco), a comissão de desenvolvimento da Aeronáutica local, (Sudeco) Otaio Gradel, dá a sua opinião:

— Quero crer que resolver a responsabilizar-se pelo problema é a Funai. Não, da Aeronáutica, não temos nada com isso. Essa história é velha e aqui defendemos somente a tranquilidade, no caso de uma ataque.

O cacique Suzarté, sempre de vestido a verde, explica as razões do encaminhado dado ao canal, para ocupar parte das terras:

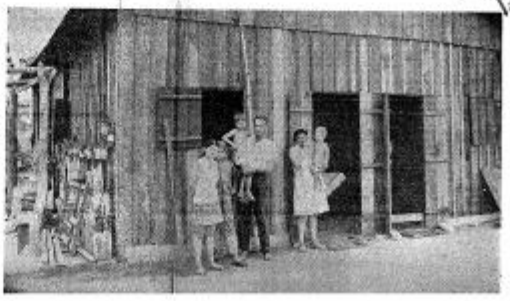
— Não podem e ninguém ocupar nós, os índios. Nossa lida e contra o latifúndio rico e gananciosa que só pensa em nos expulsar.

O cacique fala com determinação. E pela primeira vez em toda a sua história os índios estão unidos: Suzarté, Pimentel Barbosa, Aráes e São Marcos são alimentados que vivem no problema comum. São cerca de 2 mil índios revoltados e prontos para a luta. Para dois pontos importam os líderes: nenhum latifundiário para devastar-lhes as terras. Para os fazendeiros, por outro lado, a ação de uma medalha de tribos de preparação e amanhã inadmissível.

Suzarté, o cacique, que ainda não acreditar numa solução pacífica, afirma que "é preferível morrer lutando do que acreditar em uma palavra branca".



Para os xavantes, é melhor morrer lutando do que vendidos na terra onde nasceu



Francisco Bechman e sua família já foram ameaçados de morte pelos índios em pé de guerra